

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Sandra Regina Barbosa da Silva Souza

**Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado
pela radiação comunista: homens vermelhos e
inocentes úteis**

**Salvador
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

Sandra Regina Barbosa da Silva Souza

**Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado
pela radiação comunista: homens vermelhos e
inocentes úteis**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em História Social.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

**Salvador
2009**

*Dedico estes escritos à minha família, que
soube compreender os meus momentos de
ausência.*

AGRADECIMENTOS

Não existem conquistas solitárias e isoladas, elas são sempre conjuntas. Estas páginas servem não somente para agradecer imensamente a todos aqueles que estiveram ao meu lado durante o doutorado, mas também para eu me despedir de pessoas amigas da minha querida Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na qual estou integrada desde 1995.

Agradeço ao meu queridíssimo orientador, o amigo e professor Muniz Gonçalves Ferreira, que com paciência, generosidade e competência soube apontar caminhos importantes, indicar os equívocos desde que fui sua aluna na graduação, em 1997, passando pelo mestrado e agora durante todo o período do doutorado: indicação de leitura, empréstimo de livros, filmes. Sou muito grata por toda a sua colaboração, pela recepção sempre amiga e pelo exemplo de trabalho e dedicação, mas também, dizer que foi essencial a minha independência na condução dos trabalhos, pois você sempre respeitou minhas opiniões e muito me possibilitou descobrir. Certamente levarei suas valiosas orientações ao longo de minha vida profissional. Muniz, você é exemplo de orientador, já estou saudosa, inclusive das nossas conversas sobre futebol!!!

A Soraia Ariane Ferreira do Programa de Pós-Graduação da FFCH pela gentileza com que sempre me atendeu. Só, sua colaboração vem desde os tempos de graduação, obrigada.

À professora Lina Aras pelos conselhos, disponibilidade e colaboração nos meus escritos, pelos livros, em fim, quem te conhece sabe que isto é normal. Lina, foi você a primeira professora que tive contato quando entrei na faculdade. Obrigada por tudo.

Agradeço também, imensamente, à professora Ismênia Martins, da Universidade Federal Fluminense, pela acolhida em sua casa durante as pesquisas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, mas, sobretudo por ter disponibilizado a valiosa fonte que inicialmente inspirou a minha tese: O IPM-709.

À professora Lígia Bellini, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História desta Universidade pela prontidão em resolver minhas questões burocráticas, assim como aos professores pela promoção de um espaço plural de discussão que possibilita o crescimento intelectual de todos os que dele participam.

Agradeço ainda ao Arquivo Público Estado do Rio de Janeiro, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Arquivo Público Edgard Leuenroth (na UNICAMP), pela atenção dos funcionários que me atenderam durante as pesquisas.

Ao meu amado companheiro Renan, agradeço pela dedicação, cumplicidade, companheirismo, sobretudo paciência, bem estar proporcionado, para a melhor condução deste trabalho, mas também por entender as ausências. À minha pequena e amada filha Renata, que nasceu junto com o doutorado, peço-lhe que um dia você entenda minhas ausências, os momentos em que não pude brincar com você, devido a um livro que precisava ler, ou redigir um texto. Peço a Deus que você tenha a mesma paixão que sua mãe tem pelos livros, e consiga trilhar seus caminhos com uma mente saudável.

A minha querida tia Edinha, primos e amigos de São Paulo, pelo sorriso aberto com que sempre me receberam em minhas corridas viagens a trabalho. “Adoro São Paulo. São Paulo my love”.

Aos amigos que sempre estiveram ao meu lado, companheiros também nas dúvidas e dificuldades dessa jornada. Os meus carinhosos e sinceros agradecimentos a Cristina Pinheiro, Cristiane Santana, Dawid Bartelt, Jorge Damasceno, Paula Mara, Solange Santana, Virlyene Moreira, por poder compartilhar com vocês esse período de minha vida.

À minha família em especial, pelo apoio incondicional, pelo carinho, amor de sempre, confiança depositada em meu trabalho, em meus estudos, em minhas escolhas. A meus maravilhosos pais Edvaldo e Marinalva, pela paciência e incentivo, não me deixando cair nunca. Serei eternamente grata a vocês pelos exemplos que me moldara como pessoa, que me ensinaram os valiosos caminhos da dignidade, do respeito e da coragem para vencer os desafios.

A meus irmãos tão queridos e amados, Solange, Paulo, Valter, ao meu cunhado Nando e a meu também irmão/filho Kleber, por terem me ajudado nos momentos difíceis, compreendendo minhas ausências por está sempre dedicada ao trabalho, pelo apoio, sobretudo em relação a Renatinha. Agradeço demasiadamente a Rose minha prima do coração, a tio Orlando e tia Rosa. Essa pesquisa tem muito de vocês.

Á CAPES pelo apoio financeiro na concessão da bolsa de doutorado criando condições materiais para a concretização deste trabalho.

Acredito que este trabalho possa conter alguns méritos, e gostaria de dividi-los com todos que, direta ou indiretamente influenciaram através da leitura, das críticas, do apoio e da solidariedade. Quanto às deficiências que o trabalho apresenta, é sabido que elas ficam sob minha inteira responsabilidade.

RESUMO

O fio condutor deste trabalho é o tema das representações políticas anticomunistas do Exército Brasileiro sobre o Partido Comunista Brasileiro – PCB, durante os anos de 1964-1978. Para isso, analisamos o Inquérito Policial Militar (IPM) no. 709, do PCB, os livros de ficção de Ferdinando de Carvalho, **Os Sete Matizes do Vermelho e Os Sete Matizes do Rosa**, e seus contrapontos a partir de entrevistas, memórias e autobiografias de comunistas. A pesquisa, portanto, visou tratar e identificar os dispositivos de representação do imaginário anticomunista, como ele se revestiu de simbologias, sobretudo pelas narrativas ficcionais, e o quanto estava representando setores conservadores e autoritários da época. A tese refere-se, portanto, a um estudo das “lutas de representações” do Exército sobre os comunistas, ou melhor, a visão construída pelo exército sobre os comunistas, no momento da abertura política.

PALAVRAS-CHAVE: 1. Anticomunismo, 2. Ditadura militar, 3. Representações, 4. Memórias, 5. Brasil.

ABSTRACT

The conductive thread of this work is the theme of the representations political anti-Communists of the Brazilian Army on Party Brazilian Communist - PCB, during the years of 1964-1978. For that, we analyzed the Inquiry Military Policeman (IPM) no. 709, of PCB, the books of fiction of Ferdinando of Carvalho, *The Seven Shades of the Red* and *The Seven Shades of the Rose*, and your counterpoints starting from interviews, memoirs and autobiographies of communist. The research, therefore, he/she sought to treat and to identify the devices of representation of the imaginary anti-Communist, like him it was covered of symbols, above all for the narratives of fiction, and the all was representing conservative and authoritarian sections of the time. The thesis refers, therefore, the a study of the " fights of representations " of the Army on the communists, or better, the vision built by the army on the communists, in the moment of the political opening.

WORD-KEY: 1. anticommunism, 2. military Dictatorship, 3. Representations, 4. memoirs, 5. Brazil.

RÉSUMÉ

Le fil conducteur de ce travail est le thème des représentations anti - communistes politiques de l'Armée brésilienne sur Réception Communiste brésilien - PCB, pendant les années de 1964-1978. Pour cela, nous avons analysé le membre de la police militaire de l'Enquête (IPM) non. 709, de PCB, les livres de fiction de Ferdinando de Carvalho, Les Sept Lunettes de soleil du Rouge et Les Sept Lunettes de soleil du Rose, et vos contrepoints qui commencent d'entrevues, mémoires et autobiographies de communiste. La recherche, par conséquent, les he/she ont cherché traiter et identifier les appareils de représentation de l'anti - communiste imaginaire, comme lui il a été couvert d'emblèmes, au-dessus de tout pour les narrations de fiction, et le tout représentaient conservateur et sections autoritaires du temps. La thèse se reporte, par conséquent, l'une étude des " bagarres de représentations " de l'Armée sur les communistes, ou mieux, la vision construite par l'armée sur les communistes, dans le moment de l'ouverture politique.

LA MOT CLEF: 1. anticommunisme, 2. Dictature militaire, 3. Représentations, 4. mémoires, 5. Brésil.

SUMÁRIO

Introdução	6
1. O Contexto de distensão: representações e perseguições ao PCB	22
1.1. Notas sobre o autor e seus matizes no contexto da ditadura militar	41
2. A origem dos matizes: o IPM-709	63
2.1. O Partido: “um imenso polvo cheio de tentáculos”	70
2.2. A máquina potente e o “centralismo democrático”	79
2.3. Internacionalismo: transplante de modelos ou de valores humanos do socialismo?....	86
2.4. “Lavagem cerebral”: o anticomunismo pela critica da formação política	91
3. As narrativas ficcionais anticomunistas de Ferdinando de Carvalho: o caso de Os sete matizes do vermelho	99
3.1. O PCB: “tradução fiel do PCUS”	103
3.2. A “infiltração comunista” no governo Goulart	111
4. Os sete matizes do rosa: criptocomunistas e inocentes úteis	137
4.1. A influencia do PCB no Brasil: criptocomunistas e inocentes úteis (artistas, estudantes intelectuais e professores)	142
4.2. Os estudantes: agitadores úteis	148
4.3. A cultura na mira de Ferdinando de Carvalho	158
4.4. Os companheiros de viagem: a Frente de Mobilização Popular e os simpatizantes ..	172
Considerações finais	191
Fontes e Referencias Bibliográficas	193
Anexo	204

INTRODUÇÃO

“É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.”

Vladimir Ilitch Lenin

I - INTRODUÇÃO

O objeto da nossa tese de doutorado, intitulada “Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos e inocentes úteis” são as representações políticas anticomunistas¹ do Exército Brasileiro sobre o Partido Comunista Brasileiro – PCB, durante os anos de 1964-1978. Para isso, analisamos o relatório geral do Inquérito Policial Militar (IPM)² no. 709, contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB), acusado de “subversão”; os livros de ficção de Ferdinando de Carvalho, e seus contrapontos a partir de entrevistas, memórias e autobiografias de comunistas e, eventualmente, documentos do PCB.³

Ao reconstituirmos as formas de representações das atividades dos comunistas, contribuiremos para o conhecimento de um dos aspectos da história política contemporânea brasileira e também auxiliaremos na construção da memória do PCB. Esta tese destaca-se pela proposta de estudar os comunistas, centralmente, a partir do confronto de representações.

O anticomunismo⁴ enquanto tema de investigação historiográfica e sociológica, recebeu no Brasil nos últimos quinze anos, significativa acolhida acadêmica. Segundo Luciano Bonet, (1998), por definição vocabular, o anticomunismo deveria ser entendido como oposição à ideologia e aos objetivos comunistas, sendo que,

¹ O anticomunismo do período da Guerra Fria foi um fenômeno ideológico e político explicável somente na sua temporalidade, cujo objetivo era a contenção da expansão do comunismo internacional e o combate aos países socialistas. De uma forma geral, significava oposição à ideologia e aos objetivos comunistas.

² De 1964 a 1968, dos diversos IPMs instalados, foram baixados 40 atos punitivos, atingindo 3.720 pessoas com perda dos direitos políticos. Somente no ano de 1964 foram 27 atos punitivos com 3.464 pessoas atingidas. (BORGES FILHO, 1994).

³ Entre outros os livros: MORAES, Denis de & VIANA, Francisco. **Prestes**: lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982; MORAES, Denis de. (org.). **Prestes com a palavra**: uma seleção das principais entrevistas. Campo Grande: Letra Livre, 1997; PERALVA, Osvaldo. **O Retrato**. Rio de Janeiro: Globo, 1962; **PCB: vinte anos de política (1958-1979)** – documentos. Privilegiamos como principais memórias e autobiografias as seguintes obras: **Por que resisti à prisão**, de Carlos Marighella (1965); **Uma vida em seis tempos**: memórias, de Leôncio Basbaum, (1976); **O caso eu conto, como o caso foi**: nos tempos de Prestes, memórias de Paulo Cavalcanti (1978); BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário** (Memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978 **Memórias**: segunda parte (1946-1969) de Gregório Bezerra (1979); **A Trajetória de um comunista**, de Geraldo Rodrigues dos Santos (1997); **Memória da militância** de LIMA, Heitor Ferreira; **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922-1974), de Moisés Vinhas (1982); **O Partido Comunista que eu conheci**: 20 anos de clandestinidade de João Falcão (1988); **Memórias de um stalinista**, de Hercules Correa (1994); **Vale a pena sonhar**, de Apolônio de Carvalho (1997); **Herança de um sonho**: as memórias de um comunista, de Marco Antonio Tavares Coelho (2000).

⁴ O desenvolvimento mais detalhado de uma definição de anticomunismo está, no entanto, presente, em BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*, vol. I. 4. ed. Brasília: UnB, 1998, p. 34-35. O verbete “Anticomunismo” também está presente em: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da.; MEDEIROS, Sabrina Evangelista.; VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário Crítico do Pensamento da Direita*. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000, p. 42.

no plano interno, o Anticomunismo extremo é, como é óbvio, o de tipo fascista e reacionário em geral, que se traduz na sistemática repressão da oposição comunista, e tem por norma tachar de comunismo qualquer oposição de base popular. (BONET, In BOBBIO, DICIONÁRIO DE POLÍTICA, 1998, p. 35).

A nossa opção foi a de privilegiar as interpretações anticomunistas feitas pelo Exército, especificamente, aquelas desenvolvidas pelo general Ferdinando de Carvalho, (à época, coordenador) a respeito de algumas atividades e posicionamentos do PCB, a partir dos relatórios do Inquérito Policial Militar (IPM) no. 709 do PCB, durante os anos de 1964 e 1966. Neste sentido os textos de ficção de Ferdinando de Carvalho – os quais tiveram como fonte primária informações deste IPM – se mostraram úteis na complementação do estudo sobre uma vertente do anticomunismo do Exército Brasileiro, durante o período da chamada distensão política da ditadura militar no Brasil na segunda metade dos anos de 1970.

Não interessou-nos prioritariamente, em que medida o discurso anticomunista demonstrou capacidade de angariar adeptos. A pesquisa, portanto, visou tratar e identificar os dispositivos de representação do imaginário anticomunista, como ele se revestiu de mensagens, sobretudo pelas narrativas ficcionais, e o quanto estava representando setores conservadores e autoritários de então.

Ao lado do IPM-709, utilizamos como fontes primordiais para realizar as “lutas de representações” as memórias e os depoimentos autobiográficos, estes surgidos a partir do diálogo entre o informante (o ex-militante comunista) e o pesquisador, ou melhor, entre o entrevistado e o entrevistador, a exemplo dos livros escrito pelos jornalistas Denis de Moraes e Francisco Viana (1982), **Prestes: lutas e autocríticas** – biografia entremeada de trechos de depoimentos do próprio personagem. **Prestes com a palavra** (1997), uma seleção de depoimentos das principais e importantes entrevistas de Prestes, publicadas por jornais e revistas brasileiros, ou levadas ao ar através de emissoras de rádio e televisão, ao longo da sua vida, em diferentes conjunturas históricas. Segundo seu organizador, Denis de Moraes [ao] “dar a palavra a Prestes”, o livro nos apresenta as expressões pessoais do pensamento de Prestes acerca do comunismo e do PCB.

A mencionada biografia de Prestes resultou de quinze dias de gravações, entre maio e dezembro de 1981, com roteiro previamente aprovado pelo próprio depoente, daí os autores escreveram as memórias de Prestes ao lado de um trabalho jornalístico. É necessário informar que somente aproveitamos para a pesquisa as declarações de Luiz Carlos Prestes, que, segundo os autores, antes de serem publicadas, foram revisadas por ele mesmo, que as “corrigiu livremente, sendo respeitadas, na versão final do livro [...] todas as afirmações a ele

creditadas são, segundo suas próprias palavras, expressões da verdade – uma verdade que é exclusivamente dele.” Portanto, o livro seria a versão de Luis Carlos Prestes, a sua interpretação e representação, ainda que parcial da história política brasileira e do PCB.

Sabemos que entre as fontes mais utilizadas quando se trabalha com representações⁵ – uma herança dos *Annales* - destacam-se as obras literárias, memórias, biografias, autobiografias e depoimentos que foram por nós utilizados. Para contrapor as interpretações dos militares analisamos alguns livros de memórias, uma estratégia útil para se entender a memória do PCB. Essas obras autobiográficas - uma relação entre memória oficial e memória individual - ocuparão espaço importante na pesquisa. O que e como as memórias retratam determinados episódios temas e personagens?

A tese refere-se, portanto, a um estudo das representações do Exército sobre os comunistas, ou melhor, a visão construída pelo exército sobre os comunistas. É uma análise do anticomunismo como uma corrente de pensamento que constrói um conjunto de representações. Além de ser um estudo do conflito no plano das representações políticas, buscamos perceber como se reorganizaram as representações. Dessa forma, a idéia foi analisar as múltiplas interpretações construídas pelos militares a respeito de alguns episódios, conjunturas, atividades e perfis dos comunistas e do PCB.

Justifica-se o recorte temporal, na medida em que o período estudado está balizado pelo golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, mais o início do IPM-709, passando pelas prisões de dezesseis dirigentes⁶, e os assassinatos no DOI-CODI de São Paulo do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975, e do operário Manoel Fiel Filho, em janeiro de 1976, até a publicação da segunda narrativa ficcional de Ferdinando de Carvalho: **Os Sete Matizes do Rosa** em 1978.

Uma das marcas mais significativas do período por nós estudado, segundo Renato Lemos (2004, p. 283), foi “[...] a tentativa de conciliar a formalidade de estruturas democráticas com práticas e inovações institucionais consideradas necessárias à implantação de novas formas de dominação política [...]”, a criação dos IPMs é um exemplo.

⁵ Observa-se um elenco de fontes: jornais, revistas, relatos jornalísticos, narrativas, crônicas, relatos de viagens, dramaturgia, diários, discursos/mensagens/escritos políticos, fotografia, iconografia, correspondências, música, estátuas/monumentos, obras arquitetônicas, filmes, álbuns, almanaques, objetos simbólicos (moedas, bandeiras, escudos, emblemas, cartazes), rádio, TV, publicidade, até mapas e plantas. Ver: CAPELATO, Maria Helena & DUTRA, Eliana R. de Freitas. “Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira”, In: CARDOSO, Ciro & MALERBA (orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

⁶ Entre os anos de 1974-1975 foram presos dezesseis dirigentes, sendo que, dez são “desaparecidos”: Orlando Bonfim Jr., Jaime Miranda, Élon Costa, João Massena de Mello, David Capistrano da Costa, Itair José Veloso, Luis Maranhão, Walter Ribeiro, Hiram de Lima Pereira e Nestor Veras.

Considerado por Marco Aurelio Vannucchi Mattos (2003), como o mais famoso, o IPM de número 709, coordenado pelo coronel Ferdinando de Carvalho⁷, e auxiliado por outros vinte oficiais, pretendeu apurar as atividades do PCB em todo o território nacional, “[...] pretensamente formado para apurar atividades do PCB até a queda de Goulart, chegou a reunir 889 cidadãos na qualidade de indiciados, além dos exíguos 16 que a promotoria considerou merecedores de ação penal.” (ARNS, 1985, p. 88).⁸ Trata-se de um tipo de documentação em que são basicamente explorados os crimes considerados pela ditadura, no caso particular do IPM 709, crimes de “subversão”. Mas essas fontes também nos informam sobre detalhes da vida e das atividades dos comunistas, uma vez que, a principal base desse IPM é o conjunto de cadernetas do dirigente comunista Luis Carlos Prestes.

Tendo sido surpreendido pelo golpe civil-militar em abril de 1964, o PCB sofreu duramente com a repressão. Foi praticamente desmantelado o aparelho sindical que tinha sido estruturado durante duas décadas sob sua hegemonia; em todo o país foram perseguidos os intelectuais ligados ao partido. Entretanto, somente a partir de 1974, início da “distensão” de Geisel, após a desestruturação das atividades das organizações armadas, é que seria aberta, uma repressão seletiva e mais direcionada ao PCB.

Mattos (2003), propõe a existência de três ciclos repressivos nos governos militares: o primeiro, abrangendo o período 1964-1968; o segundo, o período 1969-1974, e o terceiro, o período 1974-1985. O recorte da nossa pesquisa será o período – 1964 a 1978 –, e ainda que a duração do IPM 709 tenha sido de 1964 a 1966, as narrativas ficcionais resultantes do IPM-709 foram publicadas nos anos de 1977 e 1978. Como foi dito, a “distensão” política não significou o fim da repressão, e entre 1974 e 1976 esse partido enfrentou sucessivas prisões, e centenas de cidadãos foram presos e torturados em todo o país. Conhecida como “Operação Radar”, esta ofensiva do Exército dizimou a direção do partido, finalizando um projeto de repressão ao PCB, iniciado com o IPM-709.

Dessa forma, esta tese abordou as representações, os discursos sobre as atividades e ações do PCB, e suas relações com o contexto histórico. Neste campo de reflexão, as

⁷ Juntamente com os coronéis Osnelli Martinelli e Gérson de Pina, encarregados respectivamente pelo IPM do “Grupo dos Onze” de Brizola e o IPM do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Cel. Ferdinando de Carvalho era pertencente à chamada “linha-dura”, “caracterizavam-se pelo radicalismo, arbitrariedades, intransigência e pela adoção de meios e processos violentos de intimidação e coação”. (Rego, 1994, p. 55)

⁸ Só um IPM, o da rebelião dos marinheiros, indiciara 839 cidadãos. A União Nacional dos Estudantes (UNE) também foi alvo de um extenso IPM, que ouviu mais de 750 pessoas acusadas de envolvimento com atividades “subversivas”. Pode-se estimar que os IPMs abertos entre 1964 e 1966 tenham sido mais de cem e menos de duzentos, resultando em processos judiciais para cerca de 2 mil pessoas. O Fundo Brasil: Nunca Mais catalogou 2.127 nomes de pessoas processadas, ressaltando que havia cidadãos indiciados em mais de um IPM. (ARNS, 1985, p. 85).

memórias e a história se entrecruzam como leituras possíveis de uma representação da realidade das atividades comunistas. Se literatura e história são tipos de representação do real, serão através dessas narrativas (IPM-709 e as mencionadas fontes memorialísticas e autobiográficas, assim como as narrativas ficcionais de Ferdinando de Carvalho) que teremos acesso às “verdades” dos grupos que se contrapõem: comunistas e militares.

Acreditamos que o estudo dessa documentação: o (IPM 709), em conjunto com as demais fontes mencionadas e mais a bibliografia, pode ter nos levado a compor um valioso quadro das representações anticomunistas nos anos 60 e 70. Dessa forma, em um diálogo mais amigável com a produção memorialista, estabelecemos uma aproximação entre o IPM 709 do PCB e as memórias de comunistas e ex-comunistas, no sentido de entendermos as autodesignações de suas atividades.

Logo após o golpe civil-militar de 1964, iniciou-se uma vasta campanha de busca e detenção em todo o país.⁹ Ruas bloqueadas e centenas de casas foram invadidas para a prisão de “subversivos”. No dia 9 de abril de 1964, Costa e Silva, através do “Comando Supremo da Revolução”, que viria a ser substituído pelo general Castello Branco, baixou o “Ato do Comando Supremo da Revolução no. 9” e a “Portaria no. 1”. O “Ato Institucional” que, posteriormente à decretação de outros, nos anos seguintes, passaria a ser conhecido como AI-1¹⁰. Este ato conferia ao “Comando Supremo da Revolução” o poder de promover as punições desejadas pelos radicais, estabelecia que os encarregados de inquéritos e processos (visando às suspensões de direitos políticos, às cassações de mandato etc.) poderiam delegar atribuições referentes a diligências ou a investigações, bem como requisitar inquéritos ou sindicâncias levados a cabo em outras esferas. (FICO, 2001)¹¹.

A partir deste ato, começariam a serem lançadas as bases legais para aplicação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e determinava a abertura de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar crimes militares praticados contra o Estado e a ordem política e social.¹²

⁹ A brutalidade dessas perseguições resultou em algumas mortes e em muitas arbitrariedades, como a que foi imposta ao dirigente comunista Gregório Bezerra, que, ainda em abril de 1964, foi arrastado por um jipe do Exército pelas ruas do Recife.

¹⁰ Na realidade, o AI-1 investiu o Executivo de um poder soberano e incontestável, rompendo o princípio da igualdade entre os três poderes. Além de limitar o poder do Congresso Nacional, e suspender temporariamente as garantias da imunidade parlamentar, o Poder Judiciário também teve sua atuação limitada, foram suspensas por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade dos juizes e ficou estabelecido que inquéritos e processos seriam instaurados “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”, lançando as bases para a instauração dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

¹¹ Artigo 1 do Ato [do Comando Supremo da Revolução] no. 9. *Dispõe sobre o artigo 8 do Ato Institucional de 9 de abril de 1964*. a 4 de abr. 1964.

¹² Portaria [do Comando Supremo da Revolução] no. 1. 14 de abr. 1964.

Com isso, foram criadas as condições para que vários coronéis, tenentes-coronéis, majores e capitães “exaltados” persistissem na “caça às bruxas”, mesmo depois da posse de Castelo Branco, pois eles assumiram a responsabilidade pela condução dos IPMs.

Jacob Gorender (1990, p. 85), relata que os comunistas ainda recuperavam o fôlego do golpe civil-militar da noite de 31 de março de 1964, quando correu a notícia de que “companheiros foram presos pelo DEOPS ou eram procurados para interrogatório a respeito de documentos encontrados na residência de Prestes”. A Polícia vasculhou a residência do secretário-geral do PCB, Luis Carlos Prestes, no dia 9 de abril e “ainda encontrou 54 pastas de documentos e 20 cadernetas de anotações”. O resultado desse material apreendido foi um processo na Segunda Auditoria do Exército em São Paulo, concluído em 1966, com sentenças de até dez anos de prisão.

Ainda segundo Gorender (1990), Prestes comparecia às reuniões,

[...] munido de uma caderneta folhuda, de doze centímetros, de capas cartolinadas presas por espiral. Enquanto os outros falavam, sua grossa caneta-tinteiro deslizava incansavelmente pelo papel. Identificava os oradores pelo nome verdadeiro, pois ninguém usava nome de guerra [...] Durante cerca de três anos, a partir de meados de 1961, as cadernetas registraram centenas de reuniões, encontros e informações diversas. Para os órgãos de repressão policial, elementos de primeira ordem sobre a intimidade de uma organização fora da lei. (GORENDER, 1990, p. 86).

Em todos os Estados surgiram os “IPMs da subversão”. Nestes Inquéritos Policiais Militares atribuiu-se ao PCB a responsabilidade por tudo o que existiu de apoio ao governo deposto: das Forças Armadas aos governadores estaduais progressistas; dos “Grupos de Onze”, propostos por Leonel Brizola, às manifestações estudantis lideradas pela Ação Popular (AP); da Frente Parlamentar Nacionalista às atividades das Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado, e depois deputado federal Francisco Julião.” (ARNS, 1985, p. 92).

Nosso trabalho, como já foi dito, privilegiou as relações entre história e memória; história e literatura; história e representações, e desse modo está inscrito tanto no campo da nova história política quanto na história cultural. A noção de “representação” é aqui entendida como parte do imaginário tanto comunista como anticomunista. A visão dos anticomunistas sobre seus inimigos revolucionários: como eles pensavam, sentiam, imaginavam e viam os comunistas e o comunismo do PCB, e como os representavam¹³.

¹³ Segundo Roger Chartier, (1990, p. 17) as representações referem-se “[...] às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”.

Estando a temática deste estudo inserida no âmbito da história política, consideramos relevante tecer algumas considerações sobre a tendência de história política aqui trabalhada, que converge com elementos da perspectiva ampliada da denominada nova história política, entre os quais destacamos o poder, a política, a cultura.

A relação entre política e poder sempre esteve presente na história política desde suas formas mais tradicionais, criando assim, uma espécie de correspondência entre estes elementos, de modo à “abordar apenas a ‘política’ como se fosse esta a única forma/lugar do poder”. Dentro dessa perspectiva o poder era concebido “como algo inerente a certos indivíduos e instituições”.¹⁴ Mas essa forma de entendimento acerca do poder evoluiu no âmbito da nova história política. A partir dessa perspectiva tal elemento começou a ser compreendido “[...] como um tipo de ‘relação social’ concebida eventualmente como de natureza plural – ‘os poderes’.” (FALCON, 1997, p. 62).

Passou-se a reconhecer mais efetivamente nos estudos pertencentes à esfera da história política, a importância das representações políticas, não estando restrito, portanto, às manifestações estritamente institucionais, mas ampliando suas análises na direção da diversidade de elementos que compõem a cena política, como aqueles de natureza cultural.

As memórias dos ex-militantes do PCB, e do próprio Prestes - com explicação e aparato crítico adequado - contribuem para uma melhor e mais enriquecida compreensão do passado político da esquerda brasileira.¹⁵ Devemos ter o cuidado, porém, de não aceitarmos as suas descrições e informações como sendo a própria e única realidade. Elas se constituem de representações, *reinvenções de realidades*, produzidas a partir da visão de um sujeito, do próprio autor e/ou personagem. São imagens que se constituem em representações do real, elaboradas a partir de componentes subjetivos e ideológicos, de pessoas que trazem um modo muito particular de observar e entender a realidade. Estas representações expressam o contexto em que se formaram e o imaginário social da sociedade em que seus autores viviam. Teremos um cuidado idêntico, com as fontes dos militares do Exército, fortemente marcada por representações anticomunistas. Sob esta perspectiva, as representações que os comunistas e os militares apresentaram em seus relatos, podem ter influenciado na visão e/ou opinião, que setores conservadores da sociedade, tinha sobre os comunistas, á época.¹⁶ Não podemos perder de vista como as realidades se transformam e, conseqüentemente, qual tipo de prática

¹⁴ Sobre esse tema ver também JULLIARD, Jacques. “A política”. In: LE GOFF, J.; e NORA, P. (Orgs.).

História: novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180.

¹⁵ Seria oportuno também entrevistar o General Ferdinando de Carvalho para fazer esclarecer e avançar mais questões relativas á pesquisa. Não foi possível fazê-lo, pois o autor é falecido.

¹⁶ Esta não será uma preocupação desta pesquisa.

foi gerada pela representação. Também, não se pode esquecer o fato social, o contexto social ao qual a representação está vinculada.

Não raro encontramos no IPM 709, apreciações sobre os comunistas, ora como mero apêndice da URSS, ora como irracionais e fanáticos. Podemos antecipar que determinadas imagens se repetem e relacionam o comunismo à violência e destruição, ao fanatismo e que representam esses como traidores, subversivos e desequilibrados. Ao mesmo tempo relacionam à doença, ao estrangeiro, à ilusão. Essas representações são bem nítidas, quando verificadas ao longo do IPM 709, e das narrativas ficcionais, **Os sete matizes do vermelho** (1977), e **Os sete matizes do rosa** (1978).¹⁷

As análises das representações e práticas anticomunistas do Exército permitem não só compreender a forma como ele encarava o perigo comunista, mas também a forma como eles utilizavam esse IPM para construir sua própria identidade, garantir a coesão interna, o reconhecimento externo e a legitimidade da ditadura militar, bem como a prisão das pessoas envolvidas no inquérito, sobretudo Luis Carlos Prestes.

Ao lado dessas considerações, não se pode negar que as duas narrativas analisadas marcam uma retomada da produção ficcional anticomunista. Após o golpe militar de 1964, o engajamento anticomunista do então Coronel Ferdinando de Carvalho se apresentou através do texto do Inquérito Policial Militar -709 do PCB, - iniciado em 1964 e concluído em 1966 – mas com a leitura das narrativas **Os Sete Matizes do Vermelho** e **Os Sete Matizes do Rosa**, onde sua atuação anticomunista torna-se também explícita.

O autor obteve êxito no seu desejo de construir uma narrativa em sintonia com o seu momento histórico, pois **Os Sete Matizes do Vermelho** e **Os Sete Matizes do Rosa** estão ao lado de “várias obras anticomunistas”, que marcaram e complementaram um movimento anticomunista nos anos de 1960 e 1970¹⁸. Entretanto, identificamos, já nos anos de 1930 e 1940, obras anticomunistas que se destacaram no cenário nacional.¹⁹

¹⁷ A terceira narrativa ficcional, **O Arraial: se a Revolução de 1964 não tivesse vencido**, também editado em 1978, pela Guavira Editores tem o enredo imbuído no desejo de mostrar como estaria o Brasil sob o comando do comunismo internacional, ou seja, o que teria acontecido se a “Revolução de 31 de Março de 1964 tivesse fracassado”. Optamos em não analisar esta por causa de incompatibilidade e seguimento temático com os dois anteriores.

¹⁸ Cruzada Brasileira Anticomunista, **Como se desenvolve a ofensiva comunista**, Petrópolis: Vozes, 1961; PERALVA, Osvaldo. **O retrato: impressionante depoimento sobre o comunismo no Brasil**, Rio de Janeiro: Ed Globo, 1962; PERALVA, Osvaldo. **Pequena história do mundo comunista**, Rio de Janeiro: Edição do autor, 1964.

¹⁹ Dentro do amplo universo da literatura de orientação anticomunista destacamos: **A bandeira do sangue: combate ao comunismo** de Alcibiades Delamore, 1932; **A sedução do comunismo** de Everardo Backheuser, 1933; **A ilusão comunista e a realidade soviética** de Florentino Menezes, 1934; Luiz de Prado Ribeiro, **Que é comunismo?: o credo russo em face da atualidade brasileira**, 1937; Gustavo Barroso, **Comunismo, cristianismo e corporativismo**, 1938; **Contra o comunismo anti-cristão**, de Waldemar Falcão, 1938; **A ordem social e o**

II - COMENTÁRIO BIBLIOGRÁFICO

É imprescindível a consulta aos depoimentos de militares, e suas memórias (oficiais), os quais apresentam suas versões sobre o regime. Celso Castro (2004, p. 278), afirma que uma característica de seus depoimentos, enfatizada pelas séries de entrevistas realizadas pelos historiadores do Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), é o *ressentimento* que possuíam em relação à memória construída sobre o regime militar. Havia “[...] uma percepção de que, mesmo tendo sido vitoriosos em 1964 e, em particular, contra a luta armada, haviam sido derrotados em relação à memória histórica sobre esse período.” Os pesquisadores do CPDOC produziram um material riquíssimo, uma vez que os depoimentos abrangem diversos assuntos e características políticas dos entrevistados (“duros” e “moderados”). (ABREU, 1979, 1980; KRIEGER, 1976; MOURÃO FILHO, 1978; MELLO, 1979; D’AGUIAR, 1976, 1999; FALCÃO, 1989; LOBO, 1989; PASSARINHO, 1987, 1996; CONTREIRAS, 1998; COUTO, 1999; CASTRO & D’ARAÚJO, 1994, 1995, 1997; SILVA, E. 1985; SILVA, H. 1984, 1988; USTRA, 1987; VIANA FILHO, 1975).

Existem também, trabalhos relevantes sobre o papel dos militares no poder, os militares estudados principalmente enquanto executores da função policial-repressiva do aparelho de estado; o processo político que se desenvolveu no interior das Forças Armadas após a derrubada de Goulart, a ideologia manifesta pelos discursos presidenciais. (STEPAN, 1975, OLIVEIRA, 1976, BORGES FILHO, 1994).

No que diz respeito aos estudos, diretamente sobre o PCB e/ou Análise de Discurso, mencionamos o livro da historiadora Dulce Pandolfi (1995), **Camaradas e Companheiros: história e memória do PCB**, que busca analisar o processo de construção de identidade do PCB, ou seja, a visão que o PCB elaborou sobre si mesmo, as interpretações feitas pelo PCB a respeito de sua própria história. Trata-se, portanto, de um estudo das representações dos comunistas sobre o seu passado, as diferentes construções elaboradas sobre a trajetória do partido. Para isso, a autora valeu-se das memórias, autobiografias de ex-militantes, além de documentos do próprio PCB. Freda Indursky (1997), com formação em Letras, em **A Fala dos Quartéis e as Outras Vozes** investigou o modo de dizer dos militares, através dos discursos presidenciais durante os anos de 1964 a 1984. O trabalho descreve e explicita os

comunismo de Raymundo Teixeira Mendes, 1940; **Os crimes do Partido Comunista**, de Pedro Lafayette, 1946; **O bagageiro de Stálin** de Benedicto Mergulhão, 1946; **As falsas bases do Comunismo Russo** de Alfredo Pereira, 1931

mecanismos, pelos quais se constrói uma ilusão de normalidade e consenso. Ainda no âmbito da Análise de Discurso, Flávia Tokarski (1999), em sua dissertação de mestrado, intitulada **A nação diante do suicídio de Vargas: uma análise do discurso do PCB**, estudou o conceito de nação presente no discurso do PCB, comparado ao discurso de órgãos de imprensa, no início dos anos 50, no Brasil. Sua abordagem metodológica construiu-se no limite entre a História e a Lingüística, precisamente a Análise do Discurso.

Nos últimos anos, o anticomunismo no Brasil foi tema de destacados trabalhos acadêmicos²⁰ e poucos estudos, se dedicaram a estudar o regime militar nos anos 60 e 70, sobretudo a partir das representações de um IPM. Entretanto, Danielle Forget (1994), em **Conquistas e resistências do poder: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984)**, lançou mão dos artigos publicados nos jornais brasileiros que reproduziam as falas dos militares, - presidentes da República, membros da Escola Superior de Guerra e dos partidos de situação - com a finalidade de estudar o discurso autoritário e o recente surgimento do discurso democrático brasileiro e propôs uma análise do discurso de acordo com o princípio bakhtiniano do dialogismo. A análise bakhtiniana da estrutura dialógica de enunciados – várias vozes perceptíveis em uma mesma prática cultural ou em um mesmo texto - é utilizada por Danielle Forget para mostrar a evolução do discurso político desde o golpe militar, em 1964, até a campanha pelas eleições diretas, em 1984. As vozes de oposição também foram consideradas, uma vez que todo enunciado está intimamente ligado a outros discursos, segundo Bakhtin. A autora consegue desvendar, assim, as formas e estratégias para a conquista e o exercício do poder, presente também nos discursos políticos. (FORGET, 1994).

²⁰ MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa** – Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan, 1998; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002; RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. Passo Fundo: Ediupf, 1998; RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Porto Alegre, UFRGS, Doutorado em História (Tese) 2002; SILVA, Carla Luciana. **Onda Vermelha** : imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. Além dos trabalhos mencionados, acentuamos a existência de uma estimulante produção acadêmica desde meados da década de 1980. Por exemplo: AZEVEDO, Débora B. *Em nome da ordem: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950)*. Brasília, UnB, Mestrado em História, 1992. BAPTISTA JR., Roberto. *Comunismo Internacional, Repressão e Intervencionismo nos Governos Dutra e Vargas*. Brasília, UnB, Mestrado em História, 2001. FERREIRA, José Roberto M. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. São Paulo, PUCSP, Mestrado em Ciências Sociais, 1986. LIMA, Idalice Ribeiro S. *Flores do Mal na Cidade Jardim: Comunismo e Anticomunismo em Uberlândia 1945-1964*. Campinas, UNICAMP, Mestrado em História, 2000. MOLINARI FILHO, Germano. *Controle Ideológico e imprensa: o anticomunismo n’O Estado de São Paulo 1930-1937*. São Paulo, PUCSP, Mestrado em História, 1992. OLIVEIRA, Silvio José de. *Tonalidades de Vermelho: Comunismo e Anticomunismo no Norte do Paraná 1945-1960*, Londrina. Assis, UNESP, Mestrado em História, 2000. VITAL JR., Raul Rebello. *O Tribunal Vermelho: em cena o caso Elza Fernandes – recortes do anticomunismo brasileiro durante o Estado Novo*. Porto Alegre, PUCRS, Mestrado em História, 2001.

Os demais trabalhos que abordam o anticomunismo são obras restritas ao período do Estado Novo ou sobre o imaginário político no exercício do poder, a saber: **O Ardil Totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30 de Eliana Dutra (1997), no qual a autora reconstrói os embates comunistas e anticomunistas e os seus respectivos projetos de criação de uma identidade nacional, faz uma incursão pela psicanálise em busca de desvendar a construção do imaginário anticomunista e o imaginário da revolução, tal como engendrado pelos comunistas. Em **O PCB e a Imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989) de Bethânia Mariani (1998), a autora apresenta um exemplo de possibilidade de leitura oferecida pela análise do discurso, tendo como principais referenciais teóricos Eni Puccinelli Orlandi, Michel Pêcheux e Michel Foucault. A partir da análise de diversos jornais da década de dez até o final da década de 1980, Mariani identifica as formações ideológicas e discursivas sobre o PCB.

O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistemática ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo pode ser encarado como um conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, entre outras. (DUTRA, 1997; MARIANI, 1998; SÁ MOTTA, 2004).

Estes trabalhos possuem farta documentação e argumentos válidos sobre a problemática anticomunista brasileira a partir da primeira metade da década de 1940. Nosso propósito foi argumentar, contrariamente a alguns desses trabalhos,²¹ que não obstante o recuo do imaginário anticomunista, a partir dos anos 60, de forma alguma não ocorreu o seu desaparecimento.

Assim, os estudos sobre o anticomunismo brasileiro que têm explorado a constituição do imaginário anticomunista, revelam a persistência de certos temas e imagens em épocas diferentes; analisam grupos e instituições que no Brasil se dedicavam às campanhas anticomunistas (como foi o caso da Igreja Católica, dos integralistas, do Exército, de diversos órgãos de imprensa e do aparato policial); e mostram que o anticomunismo assumiu diferentes

²¹ Sobretudo o de MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

papéis e formas em conjunturas específicas, como naquelas em que ele parece ter sido mais intenso, de 1935 a 1937, 1961 a 1964, não obstante o nosso estudo concentrou-se no período de 1964 a 1978.

III - PROBLEMÁTICA DA TESE

É importante não desconsiderar dois aspectos do processo político naquele momento: a) a ação repressiva correspondia a perspectivas políticas esboçadas antes mesmo do golpe por civis e militares, b) a ação repressiva sintetizada no IPM-709, remete, em geral, aos setores da “linha dura”²². Entretanto, esteve fortemente relacionada com o chamado grupo “castelista”, moderado, tanto em termos de consonância ideológica quanto em termos de conflito.

Entendemos como principais problemas investigados na tese: a compreensão de como o IPM e as narrativas ficcionais alimentavam as representações anticomunistas. O estudo buscou compreender, também, como se apresentaram os diferentes tipos de discursos/representações (dos militares e dos comunistas).

Entre as perguntas que os historiadores e outros estudiosos têm dirigido aos registros que sobreviveram do conjunto de práticas, estão aquelas relacionadas ao conteúdo do discurso anticomunista, através do qual se procura compreender como os comunistas eram representados: que tipo de perigo eles trariam à sociedade brasileira, quais seriam seus planos, quais suas relações com o "comunismo internacional" configurado especialmente pela União Soviética, quais as suas estratégias de ação, qual o grau de sua "infiltração" em setores estratégicos da sociedade brasileira, qual o peso do partido comunista nas disputas políticas, no sindicalismo, no movimento estudantil, entre outros. O nosso estudo das representações sobre os comunistas, buscou responder a algumas destas perguntas, assim como, nos permitiu entender os principais componentes do discurso anticomunista e captar o diagnóstico que os militares faziam de uma realidade que lhes parecia impregnada de ameaças.

Na explicitação desse diagnóstico, foi possível encontrar elementos para responder a questões relacionadas às imagens utilizadas e caracterizar o comunismo, os comunistas pela lógica anticomunista. No que se refere a essas questões, pode-se salientar a escolha de

²² O uso da expressão “linha dura” caracteriza os grupos militares e civis diretamente envolvidos com as comunidades de segurança e de informações.

determinadas imagens que se repetem no tempo e que relacionam o comunismo ao inferno e os comunistas ao demônio, que representam esses como vermes, abutres, polvos, serpentes, que os relacionam à doença, ao estrangeiro, à traição, à ilusão. Essas representações são bem nítidas, ao longo dos quatro volumes do IPM 709.

Outro conjunto de questões, estão relacionadas a quem eram esses indivíduos e grupos que deixaram registros de sua inserção na luta contra o comunismo. Daí que pesquisas têm sido dirigidas a grupos com práticas anticomunistas específicas, como certos partidos políticos, a Igreja Católica, o Exército, a polícia, órgãos de imprensa, órgãos do governo federal, estadual, organizações criadas exclusivamente para o combate ao comunismo, entidades empresariais ou sindicais, entre outras.

A análise do discurso e das representações e práticas anticomunistas destes grupos permitem não só compreender a forma como eles encaravam o perigo comunista, mas também a forma como eles utilizavam essa "batalha" para construir sua própria identidade, garantir a coesão interna e o reconhecimento externo. Assim, é possível observar como instituições, a exemplo do Exército, garantiu seus espaços nas disputas, político-ideológico de uma época, ou como certos governos buscaram legitimidade ou manutenção do poder, utilizando o "perigo vermelho" como uma ameaça que lhes coube enfrentar em nome da sociedade como um todo. Vínculo com o governo João Goulart, autor de críticas desestabilizadoras às autoridades constituídas, agentes do comunismo internacional e divulgador de propaganda subversiva são algumas das referências que aparecem ao longo do IPM consultado e das narrativas, em nome da permanência no poder. (DUTRA, 1997; 1992; MARIANI, 1998; SÁ MOTTA, 2004).

Uma questão outra que se pode vislumbrar nessa tese é se o diagnóstico que os anticomunistas, que os militares do IPM fizeram, corresponderam as realidades tal como entendida pelos comunistas. Nestes casos, em especial, insistimos, o cruzamento com as fontes memorialísticas dos comunistas podem ser um contraponto interessante, às representações anticomunistas.

IV – APRESENTAÇÃO GERAL DO IPM-709

A seguir apresentaremos um breve resumo dos temas mais recorrentes, nos volumes que vão de um a quatro da Introdução do IPM-709 e que foram abordados na tese,

notadamente no segundo capítulo, cujo objetivo foi apresentar as bases, a origem dos relatos ficcionais de Ferdinando de Carvalho:

O relatório Geral do IPM 709²³, sobre o PCB compreende as seguintes divisões:

A) Introdução, composta por quatro volumes: **1º. Vol. Introdução** - O Comunismo no Brasil; **2º. Vol.** - As atividades Comunistas no Brasil – (CAPITULO I - A Construção; CAPÍTULO II - Infiltração); **3º. Vol.** As Atividades Comunistas no Brasil – (CAPÍTULO III - A Agitação e a Propaganda; CAPÍTULO IV - A Movimentação de Massas); **4º. Vol.** As Atividades Comunistas no Brasil – (CAPÍTULO V – A Ação Violenta).

Esses quatro volumes, foram publicados pela Biblioteca do Exército durante os anos de 1966 e 1967. Também na parte da Introdução, e não publicados compõem os itens: Aspectos especiais das atividades do PCB e Organização do PCB.

B) Inquérito Policial Militar (a peça jurídica, propriamente dita).

C) Documentação de Luís Carlos Prestes (um valioso material, de natureza diversa, resultante das apreensões).

Identificamos neste **primeiro volume da Introdução**, O COMUNISMO NO BRASIL, temas como: as bases ideológicas; o internacionalismo proletário; síntese histórica do PCB; características gerais da ação comunista; evolução da linha política, o PCB e a política nacional, dentre outros. No **segundo volume** são levantados os seguintes assuntos: a política de organização; a legalização do PCB; Estatutos do PCB; finanças; normas de ação clandestina; trabalho de educação; atividades dos órgãos de Direção; simpatizantes; a ação comunista nos meios sindicais, intelectuais, militares, camponeses, parlamentares, administração pública, religiosos, e também sobre as mulheres e a juventude. Já no **terceiro volume** são abordados entre outros temas: os meios de propaganda comunista; a imprensa comunista; o Jornal Novos Rumos; a movimentação de rua; greves. E no **quarto volume**: a guerra revolucionária na estratégia comunista; a luta política e a luta armada da guerra revolucionária; doutrinação psicológica; a técnica da lavagem cerebral; as guerrilhas no quadro da guerra revolucionária; as manifestações do PCB no governo de João Goulart; as guerrilhas no Brasil, dentre outros.

O capítulo 1, “O contexto de distensão: representações e perseguições ao PCB”, tem o objetivo de apresentar a conjuntura do Brasil no momento da abertura política, o debate

²³ O Relatório Geral do IPM 709, desdobrado em INTRODUÇÃO; INQUÉRITO POLICIAL MILITAR; DOCUMENTAÇÃO de Luis Carlos Prestes, está totalmente disponível para consulta e reprodução no **Fundo Brasil: Nunca Mais** pertencente ao Arquivo Edgar Leuenroth, sob a administração da Universidade de Campinas.

historiográfico em torno da relação entre história e literatura, e as memórias, bem como a importância do conceito de representações para nosso estudo.

No **capítulo 2, “As origens dos matizes: o IPM-709”**, analisamos aspectos do IPM-709 que foram relevantes para defini-lo como anticomunista, e posteriormente, representados nas narrativas ficcionais, tais como: comunismo; PCB (organização e características); relacionamento do PCB com a URSS; agitação e propaganda; infiltração; inocente-úteis; simpatizantes; criptocomunistas; formação e doutrinação de militantes; juventude e lavagem cerebral; subversão. Um dos objetivos centrais do capítulo foi contribuir para a compreensão das diferentes interpretações e definições desenvolvidas por militares e comunistas, além de procurar os pontos contraditórios das informações sobre os comunistas, uma vez que, investigamos as fontes memorialísticas.

O **capítulo 3, “As narrativas ficcionais anticomunistas de Ferdinando de Carvalho: o caso de Os Sete Matizes do Vermelho”**, dedicado a este livro individualmente, teve como objetivo principal conhecer a prática anticomunista através das representações, as concepções, conceitos e preconceitos de Ferdinando de Carvalho, por esta narrativa. Analisei mais profundamente este texto, em sua forma estrutural, apresentando alguns aspectos da trajetória e perfil dos personagens. Os caminhos percorridos pelo personagem central, bem como a composição dos personagens que dele se aproximaram: identifiquei quem são, o que desejam. Tratei de conhecer a idéia geral da narrativa, ou seja, o conflito central. Apontei que mesmo com uma ditadura que dava sinais de término, as representações anticomunistas de Ferdinando de Carvalho seguiam uma perspectiva de repressão aos comunistas, os quais continuavam agindo em diversos setores da sociedade, segundo Carvalho, infiltrados, causando males, sobretudo para a juventude. Estes comunistas, “perigosos subversivos” pregavam uma vida utópica, a “igualdade social”, difícil de se alcançar.

No **capítulo 4, “Os Sete Matizes do Rosa: criptocomunistas e inocentes úteis”**, discutimos as representações anticomunistas, desenvolvidas nesta narrativa, abordando agitação e propaganda, a presença dos inocentes úteis; simpatizantes; “criptocomunistas”; formação e doutrinação de militantes; juventude e lavagem cerebral; subversão; intelectuais.

Em suma, o **terceiro e quarto capítulos**, consistiram em um balanço das idéias/temas/mensagens/representações produzidas por Ferdinando de Carvalho, veiculadas pelas narrativas anticomunistas, mas mostrando também que as memórias teceram significados diversos sobre o comunismo e o PCB.

CAPITULO 1

O CONTEXTO DE DISTENSÃO: REPRESENTAÇÕES E PERSEGUIÇÕES AO PCB

O CONTEXTO DE DISTENSÃO: REPRESENTAÇÕES E PERSEGUIÇÕES AO PCB

Ainda que todas as “escolas” e “visões” sejam possíveis e legítimas, e que não exista uma verdade, mas facetas da verdade, história não será confundida com uma obra literária. Alertamos ainda para a inexistência de uma “verdade única” sobre um fato e, sim, para muitas versões e interpretações, para muitas formas de se contar uma história.

Ginzburg (2002), evidencia a possibilidade do conhecimento histórico, porém o autor enfatiza a necessidade das fontes e da imaginação do historiador:

As fontes não são nem janelas escancaradas, como pensam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. Mas a construção [...] não é incompatível com a prova; a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio de realidade. O conhecimento (mesmo o conhecimento histórico) é possível. (GINZBURG, 2002, p. 44).

Nesse mesmo sentido segue a prática historiográfica desenvolvida por Georges Duby (1993), quando este afirma:

Há algum tempo que emprego cada vez mais a palavra “eu” em meus livros. É a maneira que tenho para advertir o leitor. Não tenho a pretensão de comunicar-lhe a verdade, mas de sugerir-lhe o provável, **colocando-o diante da imagem que eu mesmo tenho**, honestamente, **do real**. Dessa imagem participa em boa dose aquilo que eu imagino. Cuidei, entretanto, para que as elasticidades do imaginário permanecessem solidamente presas a esses ganchos que em caso algum, em nome de uma moral, a do cientista, ousei manipular ou negligenciar, e que testei em todos os casos minuciosamente, para confirmar-lhes a solidez. Estou falando dos documentos, minha “provas”. (DUBY, 1993, p. 62).

Dessa forma, o historiador vai se aproximando do passado, com o seu texto a partir do cruzamento de evidências e buscando a verdade de um fato acontecido. Muito embora sua tarefa seja a de construir uma possibilidade de acontecimento, numa época onde esteve ausente, mas que ele poderá recuperar esse passado pela narrativa. Neste sentido, a narrativa histórica utiliza-se dos recursos imaginativos para se ler uma realidade dada. Porém o limite

da imaginação do historiador está imposto e condicionado pelo método do seu ofício: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, crítica e verificação de resultados.

O historiador até pode atingir uma verdade possível, aproximada do real, mas este seu objetivo deve ser monitorado pelas evidências. Isto significaria o limite da criação do historiador, o limite da imaginação, a qual se refere Duby (1993). Ainda que o historiador escreva de forma “literária”, presumível e requintada, ele não é romancista e não faz literatura. Pela sua relação e dependência com o arquivo, com o vestígio, com o fato passado, podemos afirmar que o conhecimento histórico é controlado e verificado, impossível de se constituir em uma atividade literária descomprometida e licenciada poeticamente.

Sobre o trabalho de Natalie Davis, Ginzburg (1989) afirmou que a “investigação (e a narração) de Davis não se baseia na contraposição entre ‘verdadeiro’ e ‘inventado’, mas na integração, *sempre assinalada pontualmente*, de ‘realidades’ e ‘possibilidades’”. O verossímil, o possível, o provável, a imaginação no trabalho histórico é possível a partir do momento que se esgotam as possibilidades de afirmações seguras, comprovadas pelas fontes sobre datas, eventos e fatos, desenvolvendo assim uma exatidão, uma ética profissional, o que deve ser uma obrigação do historiador.

Para além de uma hipótese, de arquivos e bibliografias, a competência do historiador/investigador o levará à utilização da “imaginação”. Desta forma, continuamos a pontuar que História também se faz com a imaginação. Afinal lembrou-nos Nóvoa (2004, p. 25), que uma “gigantesca descoberta científica na pesquisa sobre a História é realizada com uma não menos extraordinária dose de imaginação [...] uma imaginação que buscou fazer coincidir a sua subjetivação (do historiador) com a objetividade dos fatos e dos processos históricos”.

Nóvoa (2004, p. 37), também vai ressaltar que, não obstante a história se faça com imaginação, “ela não renuncia nem à razão, nem à ciência. É imaginação corrigida pela dialética documento/processo histórico/pesquisador/cognição”. Nesse caso, assim como o romancista, o historiador pode utilizar-se da imaginação, desde que esta seja explicitada ao leitor e balizada pelas fontes disponíveis.

No artigo “Operação Historiográfica”, Michel de Certeau (1995), formulou as preocupações dos historiadores no tocante ao embate entre a produção do conhecimento histórico, com seus procedimentos técnico-científico (as regras que necessariamente comandam sua escrita), e mais o lugar social e político no qual ele é exercido, o saber/conhecimento.

Sobre esses procedimentos técnico-científicos do historiador, Certeau (1995), definiu,

Em história, tudo começa com o gesto de *selecionar*, de reunir, dessa forma, transformar em “documentos” determinados objetos distribuídos de outra forma. Esta nova repartição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela consiste em *produzir* tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos, mudando, ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto. Esse gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física. Forma a “coleção”. Faz com que as coisas sejam constituídas em “sistema marginal”, como diz Jean Baudrillard, faz com que sejam exilados da prática para estabelecê-los como objetos “abstratos” de um saber. Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas que recortam o universo do uso, que também vão procurá-lo fora das fronteiras do uso e que fazem com que seja destinado a um reemprego coerente. É a marca dos atos que modificam uma *ordem* recebida e uma *visão* social. Instauradora de signos oferecidos a tratamentos específicos, essa ruptura não é, portanto, nem apenas, nem á primeira vista, o efeito de um “olhar”. É necessário aí uma operação técnica. (CERTEAU, 1995, p. 30).

Voltamos à questão do controle da imaginação na produção do conhecimento histórico, de um “compromisso com a verdade”, com as técnicas de escrita colocadas à prova, por exemplo ao se recorrer a “notas” tornando o ofício do historiador susceptível de comprovação.

Aqueles que abandonam a possibilidade de verdade no conhecimento histórico, tidos como relativistas/pós-modernos, como Hayden White (1994), o qual afirma a existência de “muitas concepções corretas, cada uma das quais exigindo seu próprio estilo de representação”, deixam o campo livre para falsificações, as quais os historiadores são vigilantes à medida que manejam suas evidências.

Retomamos a idéia inicial sobre possibilidade e legitimidade das variadas “escolas” e “visões”, no entanto demarcamos e pontuamos que as diversas representações e concepções não excluem a exigência da pesquisa a partir da evidência histórica, assim como a possibilidade do conhecimento histórico.

Faz-se essencial o debate de visões, desse modo nos lembram Nova e Nóvoa (1999),

Pensamos que não se deve buscar, apenas e necessariamente, a “verdade” ou a “falsidade” dos eventos lembrados. Deve-se, sim, buscar considerar todas as evocações importantes [...] Nesse sentido, mesmo as imagens e representações as mais distorcidas sobre um fenômeno ou sobre uma pessoa precisam ser considerados – inclusive para serem negadas, desmentidas ou desmistificadas – porque fazem parte da história á qual pretende se colar como visão verdadeira. (NOVA & NOVOA, 1999, p. 30).

Ao historiador cabe a tarefa de elaborar uma narrativa, de explicar, apresentar soluções para decifrar e oferecer uma versão o mais possível, provável, verossímil do real acontecido.

Os historiadores do tempo presente ou da história oral obrigatoriamente atendem ao método de considerar as diversas versões quando lidam com os testemunhos, memórias, interpretações de diferentes sujeitos e/ou protagonistas relacionados de uma mesma temática histórica. Portanto, atentamos para a possibilidade de muitos relatos e versões que se reproduzem sobre um mesmo passado, sujeito ou assunto. Apesar dessa possibilidade, segundo Chartier,

O trabalho dos historiadores sobre a falsificação [...] é uma maneira paradoxal, irônica, de reafirmar a capacidade da história de estabelecer um conhecimento verdadeiro [...] um conhecimento controlável e verificável [...] e estar armada para resistir àquilo que Carlo Ginzburg designou como a “máquina de guerra céptica” que recusa à história toda possibilidade de dizer a realidade que foi e de separar verdadeiro do falso. (CHARTIER, 1994, p. 11).

Chartier (1999), também assim expressa a especificidade da História como área de conhecimento:

me parece necessário reabrir uma reflexão sobre o estatuto epistemológico da história como conhecimento verdadeiro, que é estabelecer as especificidades deste conhecimento enquanto operações técnicas da história, que não são unicamente a escritura, mas são também a construção de um objeto, a eleição de um instrumento analítico, o jogo de hipóteses e de comprovações; finalmente toda a dimensão técnica da história que se confronta com as fontes, ou seja, com todos os elementos, documentos textos literários, restos arqueológicos que são como vestígios, marcas do passado. E esta relação entre os vestígios, as marcas do passado e as técnicas adequadas para compreendê-las, me parece que define em primeiro lugar uma prática da história que não se limita a sua escritura. (CHARTIER, 1999, P. 23)

Roger Chartier (1994) vai trazer Michel de Certeau para se posicionar a favor da história científica, com suas regras que controlam as “operações historiográficas.” Desta forma Chartier, mesmo aceitando a ficção no terreno da História, é fiel à história encarada como ciência social (uma das premissas tradicionais dos *Annales*), se voltando contra os representantes mais radicais do chamado *linguistic turn* (“virada linguística”) como Hayden White e Dominick La Capra. Enquanto White e outros afirmam que a história se dá nos discursos e pelos discursos, Chartier²⁴ rebate afirmando que a história até pode ser uma

²⁴ Chartier tende a abordar a luta social pelo ângulo do conflito de representações.

construção, mas é limitada pelos recursos no que resulta a sua recusa em abolir as fronteiras entre a História e a Literatura.

Um dos desdobramentos da Nova História é a interdisciplinaridade e a aproximação da História com a Literatura²⁵. Essa junção entre a literatura e a história está no centro do debate atual e caracterizou a transição do século XX para o XXI, a crise dos paradigmas de análise da realidade e o fim da crença em uma única verdade. Assim, a tão proclamada ordem dos *Annales*, em criar novos objetos, problemas e abordagens, ganhou fôlego e também marcou um ecletismo teórico e, na maioria das vezes, uma ausência de distinção, de apego ou definição por uma matriz teórico-metodológica.

Sustentamos que a produção historiográfica não pode ser confundida com a literária. O que nos interessa, como especificamos anteriormente é discutir o diálogo da história com a literatura, como um caminho que se percorre contínuo com o imaginário, com as representações, campo de pesquisa que passou a se desenvolver significativamente no Brasil a partir dos anos 90. Peter Gay (1990), em **O estilo da história**, apresentou uma importante contribuição, pois realizou um estudo dos estilos de quatro historiadores clássicos – Gibbon, Macaulay, Ranke e Burckhardt – e indagou sobre a natureza do próprio conhecimento histórico: ciência ou arte, verdade ou ficção? E concluiu que a natureza da história é ciência e arte simultaneamente.

A história é “um romance verdadeiro”, afirmou Paul Veyne (1982), em **Como se escreve a história**, publicado em 1971, o qual questionou concepções até então aceitas para a História. A explicação do *como* aconteceu possui um valor central para o historiador. Segundo Veyne, a atuação ficcional do historiador dar-se-ia exatamente nesta fase de argumentação e na seleção das marcas do passado, as fontes. Contrapondo à própria cientificidade da disciplina, no entender desse historiador francês, a História era uma narrativa verídica, com a capacidade de reviver o passado, mas continuava sendo um romance. Com essa posição, Veyne reduzia a história a uma narrativa isenta de explicação, verdades ou totalidades e a aproximava, como White, de uma disciplina mais literária e mais estética do que comprometida com a verdade dos fatos. Para nós, uma postura aceita para um literato e não um historiador.

Tão problemáticos quanto as afirmações de Veyne, foram os questionamentos lançados por Hayden White na obra **Meta-História**, em 1973. Afirmava White que a História era uma forma de ficção, tal como o romance era uma forma de representação histórica. A

²⁵ De acordo com Massaud Moisés (1971), Literatura é a “expressão dos conteúdos da ficção, ou da imaginação, por meio de palavras de sentido múltiplo e pessoal. Literatura é ficção”.

narrativa histórica para White não passaria de um produto do imaginário, não tendo qualquer veracidade, mesmo apoiando-se nas fontes. No artigo intitulado *O texto histórico como artefato literário*, White resume suas posições, afirmando que

houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais, cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.(WHITE, 1992, p. 98).

Neste texto, estaremos seguindo opiniões contrárias aquelas desenvolvidas por White. Do nosso ponto de vista, é inegável que o historiador não utilize o seu tom, a sua perspectiva, porque não dizer, a sua imaginação, porém não de maneira aleatória, imprudente e desorientada. Trata-se, na verdade, de uma imaginação controlada. Diferentemente do historiador, o romancista não tem o compromisso com o resgate das marcas de veracidade ou com um método de pesquisa. O valor e a contribuição do escritor de ficção para o historiador não está no texto como documento, testemunho verdadeiro de um fato e, sim, nas possibilidades, representações ou imagens trazidas sobre determinados fatos, temas, sensibilidades, personagens, visões de uma dada sociedade, sem o comprometimento de ser verdadeira. Não desconhecemos, porém o fato de bons romancistas escolherem como tema de suas histórias, a trajetória de personagens reais e realizarem minuciosas pesquisas documentais.

Assim, cabe aqui refletir sobre o aspecto documental que a literatura tem para o historiador. Na perspectiva apontada por Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira (1998), “qualquer obra literária é uma evidência histórica objetivamente determinada – isto é, situada no processo histórico” e não uma “transcendência” ou produto da atividade de “criadores singulares”, atemporais, para os quais vale o postulado da inexplicabilidade. A relação metodológica é que diferencia essas duas áreas do conhecimento, pois a arte é para o historiador um documento, e o documento só lhe diz alguma coisa quando ele pergunta, interroga, questiona e estabelece o diálogo com momento de sua produção. Dessa forma, a literatura deve ser tomada enquanto testemunho histórico:

A proposta é historicizar a obra literária – seja ela conto, crônica, poesia ou romance –, no movimento da sociedade, investigar suas redes de interlocução social, destrinchar não a sua suposta autonomia em relação á sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social [...]. Em suma, é preciso desnudar o rei, tomar a literatura sem reverências, sem reducionismos estéticos, dessacralizá-la, submetê-la ao interrogatório sistemático que é uma obrigação do nosso ofício. Para os historiadores a

literatura é, enfim, **testemunho histórico**. (CHALHOUB, 1998, p. 7).

No entanto, ao tomar a literatura como testemunho histórico é importante, levar em consideração as observações de Roger Chartier (2002), sobre as especificidades da literatura, para não tomá-la apenas como um documento de uma época, podendo levar ao erro de supor que ela traduz o que estava acontecendo num determinado período. De acordo com a abordagem de Chartier (2002), o importante é pensar a produção de significação num texto literário para seus leitores. Nessa perspectiva, os agentes sociais estão historicamente implicados na construção do sentido do texto, o que dependerá tanto do “mundo do leitor”, quanto do “mundo do texto”. O “mundo do leitor” é o da sua “comunidade de interpretação”, definida por um conjunto de competências, normas, usos e interesses. Os leitores interpretam ou se apropriam dos textos de acordo com as capacidades de leitura, os códigos e as convenções próprias de cada comunidade. Isto é, a leitura tem uma história e essa história se faz na produção de sentido, que acontece pela interação entre leitor, obra e comunidade de leitura.

Sandra Pesavento (2005), a respeito da Literatura vai sustentar,

O historiador deve levar em conta que se a preocupação da pesquisa é a determinação de um fato ou de um personagem do real passado, ou se pretender conferir se algo terá ocorrido de fato, não é a esse tipo de fonte que deve recorrer [...] a Literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos, sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, valores, perfis. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado ou proibido? É a literatura que fornece os indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma. (PESAVENTO, 2005, p. 82).

Fazemos referência ao livro **O Cavaleiro da Esperança**, de Jorge Amado, publicado em 1942, cujo tema é uma narrativa da vida de Luiz Carlos Prestes, sem qualquer preocupação com o método ou com a verdade histórica. Nele constamos uma profunda admiração de Jorge Amado pela figura de Prestes, que no dizer do autor:

As fronteiras técnicas da biografia, que os críticos amam impor, não me interessam como nunca me interessaram as fronteiras marcadas para o romance. [...] este não é nem pretende ser um livro frio. Não analiso uma figura distante no tempo e distante na minha afeição. Nunca trataria de uma figura que não amasse. Este é um livro escrito com paixão, sobre uma figura

amada. E, quanto ao equilíbrio e à imparcialidade, de referência a Luiz Carlos Prestes são coisas que não se faz necessário medir. Porque nele os lados negativos não surgiram nunca, nem nos dias de luta, nem nos dias de triunfo, nem nos dias de prisão. [...] Nestes dias Prestes apareceu ainda maior e mais Herói. Falo dele com admiração, com entusiasmo e com fé. Não falaria sobre ele se não o amasse, não confiasse nele [...]. (AMADO, 1979, p. 18).

Contudo, insistimos, como seus [dos romancistas] compromissos com a verdade são diferentes daqueles impostos aos historiadores. A liberdade de criação, de um escritor de ficção não tem limite. No caso da historiografia, estes momentos de invenção, de imaginação devem ser sempre pontuados para o leitor com palavras como “provável”, “supor”, “conjeturar”, “pode-se presumir”, “talvez” entre outras.

Natalie Davis (1987), por exemplo, constrói diversas hipóteses para explicar a partida do camponês Sanxi Daguerre, pai do personagem principal de seu livro **O retorno de Martin Guerre**. Ela descreve:

Sanxi Daguerre decidiu partir. Talvez devido às eternas ameaças de guerra que pesavam sobre a região [...] Na origem da partida talvez estivesse um motivo pessoal, uma briga entre Sanxi e seu pai [...] ou outra pessoa qualquer; ou talvez a iniciativa viesse da mãe de Martin, pois as mulheres basicas passavam por intrépidas e davam suas vontades a conhecer. (DAVIS, 1987, p. 24)

Assim, ao pensarmos **Os Sete Matizes do Vermelho e Os Sete Matizes do Rosa**, duas narrativas ficcionais anticomunistas da segunda metade dos anos setenta, como obras capazes de remeter-nos às representações anticomunistas, foi necessário, a princípio, ter em mente a relação entre História e Literatura, pois aproximar a história da literatura tem estreita relação com um conceito teórico que fundamenta tanto a construção literária quanto a historiográfica. Refiro-me ao conceito de **representação** que, por sua vez, também se articula aos de imaginário e simbólico.

A chamada “terceira geração” dos *Annales* voltou-se para a história cultural e tem **representação**, como um conceito central, que a rigor, foi incorporada pelos historiadores, no início do século XX, a partir das formulações de “representações coletivas” (formas de percepção, de classificação e de julgamento) de Marcel Mauss e Émile Durkheim.

Trabalhamos com o conceito de **representação** não vista como uma cópia fiel do real, uma imagem perfeita, um reflexo, e sim uma composição feita a partir dele com elementos históricos. Salientamos quanto a possibilidade de se chegar ao conhecimento histórico a partir da **representação**, desde que mediada pelos instrumentos de pesquisa, e pelo estudo dos fatos

históricos, em uma apurada contextualização. O sentido que emprestamos ao conceito de representações, tomam como criações que ocultam, manipulam ou expressam uma determinada realidade social, ou seja, a representação reflete o ponto de vista daquele que a relata, dito com outras palavras, a mensagem das narrativas ficcionais de Ferdinando de Carvalho é o reflexo de uma manipulada campanha anticomunista de duras críticas ao processo de abertura política. Como na perspectiva de Chartier (1991, p. 185), a representação “mascara, em vez de pintar adequadamente, o que é seu referente.”

Na noção de **representação** trabalhada por Chartier ele lança mão para designar o modo pelo qual em “diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler”, por diferentes grupos sociais. A partir daí, faz-se necessário considerar as classificações e as percepções próprias de cada grupo ou meio como verdadeiras instituições sociais atuam, sob a forma de categorias mentais e de representações coletivas. (CHARTIER, 1990, p.16).

A construção das identidades sociais seria o resultado de uma “luta entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e nomear e as definições que cada comunidade então produz de si mesma (seja docilmente, seja resistindo às representações impostas).” (CHARTIER, 1991, p. 183). Nesse ponto consideramos importante buscar as percepções e definições dos comunistas e do PCB referente à ditadura militar brasileira e sobre as atividades dos militares e a sua interpretação sobre suas próprias atividades, e a contrapartida, correspondente classificação dos militares sobre os comunistas. São os “modos de fazer” e os “modos de ver” de cada categoria social.

Ressaltamos que a nossa apropriação da obra de Roger Chartier (1990), insere-se nas “lutas de representações”. De um lado as representações políticas dos comunistas; de outro, as dos militares, uma vez que o modelo cultural do autor é atravessado de “poder”, o que, de certa forma, autoriza classificar um trabalho historiográfico no âmbito da História Política. O campo das representações políticas, dos mitos políticos ou, até, do discurso são interfaces da História Política que serão privilegiados neste trabalho.

Retomando Chartier (1990), as representações inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”, ou seja, são geradas “lutas de representações” e “apropriações” em simetria com a sociedade, no caso do nosso estudo, com o grupo militar que está no poder. Trata-se de pensar a possibilidade de decifrar a representação através da articulação texto/contexto. Segundo Ginzburg, (2003), é preciso buscar indícios, estabelecer relações e, igualmente

Darnton (1986), quando reflete a respeito da impossibilidade de pensar o real sem sua devida relação com um conjunto de categorias, postulando a articulação texto/contexto para o resgate da historicidade de um determinado evento.

As “práticas culturais” são também uma importante noção quando pensada em relação à objetos culturais produzidos por uma sociedade, ou aos modos como os homens se comportam em uma determinada sociedade ou instituição. No nosso estudo, em especial, as práticas relativas aos comunistas e militares geram representações, (visões, ideologias, imaginário) e as suas representações geram práticas, (IPMs, repressão, cassações, etc.).

Assim, as **representações** do social variam conforme o contexto em que são produzidas e os interesses partilhados pelo grupo que as forjou, ou seja, uma realidade, assim, não pode ser apreendida de forma pura, sempre é apropriada e simbolizada, consciente ou inconscientemente. E neste sentido, percebemos que as representações não são “ingênuas”. Como afirma Roger Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade, de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem o utiliza. As percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. (CHARTIER, 1990, p.17)

As percepções do social, segundo Chartier (1990), não seriam discursos neutros, elas produzem estratégias e práticas sociais, escolares e políticas. Tudo isso, naturalmente para afirmar que as práticas e representações são sempre resultados de motivações e necessidades sociais. A partir da leitura e difusão do conteúdo do IPM e das entrevistas de Prestes, por exemplo, foram geradas inúmeras representações que, em alguns casos, poderão até passar a fazer parte das “representações coletivas”.

As disputas ideológicas, ou melhor, as “lutas de representação” - comunistas versus militares - se fundamentaram e foram construídas através do conflito que se estabeleceu entre

ambos e das representações assumidas sobre as mesmas. Nesse caso, no interior da historiografia do imaginário consideramos importante as concepções de Baczko (1990), quanto à historicidade, uma vez que o imaginário é histórico, articulado e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real. São construções “a partir da experiência dos agentes sociais, [...] dos seus desejos, aspirações e motivações.” As representações, para além da ilusão ou distorção da realidade, se baseiam em elementos da realidade concreta, dando, a estes, um significado, a partir dos desejos e necessidades conscientes e inconscientes dos grupos envolvidos.

As representações não precisam seguir um rigor científico que comprove a sua veracidade. A sua força não está na comprovação científica como verdade, mas na capacidade de mobilização. Como afirma Bourdieu:

A força das idéias [...] mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade (mesmo que elas devam uma parte da sua força à sua capacidade para convencer que ele detém a verdade), mas sim pela força de mobilização que elas encerram, quer dizer, pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio ou pela ausência de desmentido, e que ele pode manifestar recolhendo as suas vozes ou reunindo-as no espaço. (BOURDIEU, 2005, p.185).

Existe uma correspondência entre o real e a representação, mas sem desconsiderar a manipulação, deformação e deturpação dessa realidade. No caso do anticomunismo é central o vínculo entre uma dada realidade e a sua correspondente distorção. Ao analisarmos o IPM ou as narrativas de Ferdinando de Carvalho verificamos a frequência com que ações e idéias são representadas, caracterizadas negativamente nos textos.

Neste sentido, classificamos por representações uma complexa junção, associação entre a realidade e a aparência. Estas teriam valor de verdade, de correspondência com os discursos, juntamente com elementos ilusórios e refutáveis. Ou seja, são construções sociais e históricas que comportam dimensões de ordem científicas, mas, também, produziriam imagens fantásticas e “alegóricas”, eliminando assim uma análise dicotômica entre real e não-real. (PESAVENTO, 1995). Tais representações teriam na sua concepção, um fundo de apoio na materialidade das condições reais de existência. Ou seja, as idéias-imagens precisam ter um mínimo de verossimilhança com o mundo vivido para que tenham aceitação social. (BACZKO, 1990).

A representação desconectada do real, das relações sociais se configuraria como negação do conhecimento histórico. É uma categoria inerente ao conhecimento histórico e não

uma rejeição desse conhecimento. Representações e ações são interdependentes: representações são construídas mediante o envolvimento das ações dos sujeitos envolvidos. Ações e práticas sofrem influência das representações que geralmente influenciam as atitudes dos grupos sociais.

Contudo, algumas considerações devem ser feitas: da perspectiva de que a história não pode ser reduzida somente ao texto, e sim que a análise deve fluir entre texto e contexto, assim, compreendemos as nossas fontes enquanto discursos de época, a serem apreciados, concebidos e questionados. Podemos dizer que as nossas fontes podem ser vistas como “testemunhos” de uma época e como “discursos” produzidos em uma época. Isto nos leva a considerar a possibilidade de contrapor os diferenciados textos, que estão à nossa disposição, de pôr as várias versões a respeito dos acontecimentos que poderão confluir ou se contradizerem, para compreendermos as diferentes maneiras pelas quais os atores (militares e comunistas) percebem e refletem os fatos.

Registramos também que todo texto – mesmo aquele mais documental e “objetivo” – não será transparente com a realidade que pretende apreender. E todos os textos devem ser tratados de acordo com sua especificidade, sua regra. O que nos leva a entender que existe certo abismo entre o texto literário, ficcional e o histórico e/ou historiográfico. Cada grupo ou sujeito impôs sua maneira de interpretar e representar o mundo, as pessoas, os fatos históricos. Para essas representações, o historiador deverá sempre flexionar e balizar com as fontes e documentos disponíveis para se construir um texto, ainda que sob o seu olhar particular, objetivo e imaginativo.

Para a compreensão das representações anticomunistas de Carvalho, utilizamos também, as reflexões teóricas de Hannah Arendt, em sua obra, **Origens do Totalitarismo**, onde a autora explica como a experiência totalitária foi possível e como o racismo, o imperialismo, cooperaram na configuração deste fenômeno. A justificativa de se estabelecer uma relação entre a teoria de Arendt e as interpretações de Carvalho estão no fato deste militar entender que havia a necessidade de se abolir por completo todas as liberdades de expressão da época. Em as **Origens do Totalitarismo**, Arendt argumentou ainda que o governo totalitário deseja a total abolição da liberdade, e não apenas a sua restrição, por mais severa que seja, como nos governos tirânicos. E, para tanto, o governo totalitário precisa eliminar a espontaneidade. (ARENDR, 1989, p. 455).

Esta sociedade totalitária, segundo Hannah Arendt, possuía uma forma de domínio radicalmente nova porque não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos,

mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu. (STOPPINO, Mario, In: BOBBIO, 1998). Palavras fortes, que identificam o totalitarismo como a transformação da natureza humana.²⁶

Ao propormos a utilização das memórias comunistas como uma das fontes desta tese²⁷, pretendemos contribuir para a discussão de problemas postos à historiografia contemporânea, no que diz respeito a sua preocupação, com a relação entre a história e memória. As lembranças individuais e coletivas do viver cotidiano, as representações do real desses militantes vão se contrapor ao quadro de representações anticomunistas.

A nossa intenção foi a de fazer alguns ex-militantes “falarem” através de uma escolha de questões e enfoques no vasto material produzido por suas memórias. Essa preocupação resultou também num sem-número de longas citações, do mencionado IPM e das memórias, que nos pareceu viável ao exame da temática desenvolvida ao longo da tese. Assim, uma das nossas tarefas foi selecionar e enfatizar textos e aspectos do anticomunismo e do seu oposto, presentes na documentação trabalhada.

Trabalhamos com o conceito de *memória*, de Henry Rousso, que a define como “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”. (ROUSSO, 2002, p. 94). E, apoiada em Halbwachs, (1990), sabemos que a memória coletiva é condição primordial das memórias individuais, no entanto, ela somente se realiza através da incorporação dessas mesmas memórias. Informamos que todas as memórias da nossa pesquisa focaram na militância política do PCB e, destacaram-se por

reconhecimentos de vivências e traumas do passado, reconstrução da atmosfera de um tempo anterior, reencontro com utopias, representação de correntes de pensamento, lembranças da vida cotidiana com todas as suas alegrias e frustrações, reativação de emoções políticas. (NEVES, 2000, p. 53).

Estas concepções ligaram-nos ao grande esteio das discussões historiográficas sobre o tema da relação entre memória, indivíduo e sociedade, a partir dos conceitos de **memória**

²⁶ Na opinião de Arendt os dois únicos regimes realmente totalitaristas foram o nazismo de Hitler e o comunismo de Stalin, que eram realmente os depositários de toda a ideologia de seus regimes, sendo os únicos capazes de interpretá-la ou corrigi-la. A vontade dos chefes é a lei do partido.

²⁷ De acordo com FICO, (2004, p. 31) as memórias, amplamente publicadas, sobretudo a partir da distensão política do governo Ernesto Geisel, constituíram-se no primeiro conjunto de versões sobre a ditadura militar.

coletiva e memória individual. Baseada na sua tese central, de que a memória reconstrói o passado a partir dos “quadros sociais do presente”, podemos acrescentar que, a memória dos ex-militantes, estaria intimamente relacionada à memória do grupo, no caso, o PCB, ou seja, as lembranças, apesar de pertencerem aos indivíduos, se originaram no Partido e na sociedade. Entretanto, elas devem ser compreendidas também, como valores disputados em conflitos sociais, intergrupais e acompanhadas de representações ideológicas, sobretudo entre grupos políticos diversos. (POLLACK, 1989 e 1992; BOSI, 2003).

Recorrendo a Michael Pollak, pode-se afirmar que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, [...], em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis. (POLLACK, 1989, p. 7)

Definimos como memórias, as narrativas assumidamente em primeira pessoa onde “foi o próprio narrador quem se dispôs a narrar sua vida, deu a ela o encaminhamento que melhor lhe pareceu e deteve o controle sobre os meios de registro.” (QUEIROZ, 1988, apud, PEREIRA, 2000, p. 118). Como lembrou-nos Heitor Ferreira Lima:

O *eu*, [...] impõe-se aqui, para definir atitudes, delimitar responsabilidades e esclarecer posições, pois às vezes certas coisas era *eu* quem pensava, realizava ou propunha, devendo, portanto, ser separado do coletivo, entidade ou grupo, como freqüentemente acontece em atividades de vários organismos, onde o *nós* é quem norteia tudo. (LIMA, 1982, p. 14)

Com essa metodologia foi possível classificar o livro de Prestes, de “relato oral de vida”, que segundo Lang, 1996,

quando é solicitado ao narrador que aborde, de modo mais especial, determinados aspectos de sua vida, embora dando a ele total liberdade de exposição, mas o entrevistado sabe do interesse do pesquisador e direciona seu relato para determinados tópicos. No relato oral de vida, temos uma narração mais restrita, mais direcionada por uma determinada temática. O processo seletivo se faz mais presente, envolvendo o narrador e o pesquisador e atuando na própria forma de condução da entrevista. (LANG, 1996, p. 35).

Da mesma maneira como lembrou Motta, 2000, em que

a singular participação do pesquisador na construção da fonte, através do cuidadoso processo de indagar, de reconstituir, de rememorar, o torna parceiro do seu entrevistado. Compartilhando a narrativa e alargando o âmbito do relato autobiográfico, entrevistador e entrevistado envolvem-se no objetivo de compor um discurso comum. (MOTTA, 2000, p. 11).

Os livros de memórias, como tantos outros tipos de fontes, são seletivos e lacunares, visto que o processo de rememorar pode ser tomado como reconstrução da realidade, confissão, justificativa, uma nova versão ou sentido para uma dada realidade histórica. Dessa forma:

Embora um escritor tenha as melhores intenções em trazer para o presente algo já acontecido, é natural que, devido ao tempo do seu acontecimento [...] muitos fatos e sensações tenham se modificado em relação ao acontecimento, pois ao relembrarmos algo passado, colocamos as sensações que temos “agora” em relação com esse acontecimento [...]. (ANDRADE, 2005, p.28) .

Isso foi percebido nas memórias dos ex-militantes por nós pesquisadas, consideradas, algumas inclusive, excessivamente tendenciosas. Com base no que afirmou Portelli, 1996, “recordar e contar já é interpretar”, por isso pensamos que estes ex-militantes registraram suas memórias, destacaram e enfatizaram situações que cada um considerou importantes e verdadeiras, sejam elas contra ou a favor do PCB, haja vista as posições ocupadas enquanto militantes do partido, ou no cenário político brasileiro, no momento em que escreveram suas reminiscências.

A construção dessas memórias, que segundo Pollack, (1992), acontecem “em função das preocupações pessoais e políticas do momento”, coaduna com aquelas registradas nos livros de memórias analisados, ou seja, o ex-militante interferiu na reconstrução do passado, seja para afirmar-se individualmente, para reorientar questões futuras ou auto-corriger-se. Gregório Bezerra, no livro intitulado **Memórias: segunda parte (1956-1969)**, também lembrou das gerações futuras afirmando que era seu dever entregar à crítica de seus contemporâneos, suas memórias, “desejando que eles façam delas o uso que entenderem”. (BEZERRA, 1979).

Interpretaram e construíram outras versões, diferentes daquelas veiculadas ou registradas nos documentos oficiais do partido. Essas subjetividades e parcialidades tornaram-se uma das maiores contribuições das memórias para nosso estudo, as quais compartilharam

um campo de possibilidades, reais ou imaginárias. Essas memórias, para quem as escreveu, fazem-nas conhecidas e lembradas, e, afirmam sua visão, versão ou representação, destacadamente pessoal de um período, acontecimento, pessoas ou (como na pesquisa) de uma organização partidária. (PORTELLI, 1996).

Os livros de memórias, para além de realizarem retrospectiva pessoal ou coletiva, alguns, são também possuidores de documentos historiográficos, muitas vezes raros, difíceis de serem encontrados em arquivos públicos, como os documentos de discussão interna dos partidos políticos, na maioria das vezes, destruídos pela repressão e podem ser encontrados em algumas destas literaturas.

Os livros de memórias não podem constituir as fontes únicas, utilizadas, uma vez que, como outras fontes, possuem subjetividade e, mais ainda, pluralidade de interpretações de uma mesma realidade histórica. Entretanto, tais livros são capazes de apresentar indícios pessoais, podem explicitar, com riqueza de detalhes, dados relevantes, algumas vezes informações únicas, de testemunhas oculares de fatos da história de um período, ou seja, o contexto e os bastidores, mais obscuros, de determinados fatos históricos, ou das temáticas, aqui desenvolvidas. Temos como exemplo as situações vividas e descritas acerca da repercussão do relatório de Kruschov no PCB, ou o interior dos cursos de capacitação política dos comunistas. Assim, torna-se inegável a sua validade para o historiador que deseje ampliar as visões e versões, ao lado da documentação, digamos oficial, como é o caso do IPM-709.

Aqui não se esgota as possibilidades de informações contidas nas narrativas memorialísticas, cabe apenas registrar aquelas referências que contrapõem ou reiteram as afirmativas contidas no IPM. Para desenvolvermos batalhas de memória ou “lutas de representações”, selecionamos trechos considerados importantes que agrupam e dialogam com idéias do IPM.

As distorções, erros e falhas mencionadas nas memórias são passíveis também de serem encontradas nos documentos oficiais, a saber, o IPM-709. Qualquer tentativa de estudo do período da ditadura militar, do PCB, não pode prescindir de análises nas memórias dos ex-militantes do partido. As memórias nos permitiram ter acesso a mais uma versão do passado, das visões acerca do Partido Comunista Brasileiro, ou seja, à maneira pela qual o entrevistado ou o próprio narrador a concebeu. Diferente em alguns casos, e parecidas em outras daquelas apresentadas por Ferdinando de Carvalho através do IPM-709, trata-se de recuperar, de reconstruir o PCB, através das múltiplas versões e representações veiculadas a partir dos atores (militantes comunistas) que viveram o cotidiano do partido em diferentes acontecimentos e conjunturas.

As narrativas memorialísticas foram amplamente utilizadas na pesquisa, desde a mais antiga, - a de Osvaldo Peralva, publicada em 1961 -, até a mais recente do *corpus* selecionado por nós, a de Marco Antonio Tavares Coelho, publicada em 2000, que considerou o seu livro de memórias, apenas um recordar [de] fatos acontecidos, “sem a veleidade de proceder a uma análise teórica da trajetória dos comunistas no Brasil entre as décadas de 1940 e 80”. (COELHO, 2000).

Apoiando-se na sua memória e recorrendo a alguns livros e publicações para conferir data e outros detalhes, Coelho, no livro **Herança de um sonho**, reconheceu que “muitas coisas se perderam, muitas pessoas não aparecem, pois a memória é limitada. [...] fui submetendo os capítulos à leitura de várias pessoas”. Assim pode-se obter a sensação de assistir a um reviver das experiências, “matar a saudade”, de fatos e pessoas queridas. Osvaldo Peralva, jornalista e escritor, entrou no partido em 1942, representou o Comitê Central do PCB no Kominform. Em seu livro de memórias **O Retrato**, que cobriu fatos entre os anos de 1953 a 1957, afirmou:

Este livro é fruto do testemunho e da vivência do autor, através de três lustros de intensa participação num dos movimentos políticos mais dramáticos de nossa época. Aqui registro fatos e impressões; por vezes afluí alguns problemas. Relato a experiência de um jovem que, sob a ditadura do Estado Novo, saiu em busca da liberdade e caiu nas malhas de uma organização totalitária. Falo do que vi na URSS e do que sei sobre o bolchevismo, sobretudo do que vi de decepcionante e injustificável. (PERALVA, 1962).

Não obstante, Prestes tenha dito, em 1964, em uma entrevista concedida ao programa “Pinga-Fogo”, da TV Tupi, que o livro **O Retrato** de Osvaldo Peralva, tenha sido um “rol de mentiras, trabalho de provocador policial, um livro de segunda categoria, que não merece nenhuma atenção, porque é realmente o livro de um renegado [...] um desprezível”, para Marco Antonio Tavares Coelho, 2000, Osvaldo Peralva é uma pessoa da maior “inteireza moral”.

Agildo Barata teceu os seguintes comentários sobre o livro de Osvaldo Peralva:

No “O Retrato”, Peralva descreve, com absoluta fidelidade, o que se passou nas reuniões do C.C. do P.C.B. [...] não tira conclusões e muito poucas são as opiniões que emite. Limita-se a relatar fatos e acontecimentos. Destes, os que são também de meu conhecimento, eu posso dar o meu testemunho: Peralva os relata com veracidade. Se os fatos são desagradáveis ou maus a culpa não cabe a quem os descreveu mas evidentemente a quem os praticou e principalmente àqueles que não os querem corrigir mas persistem em defendê-los. (BARATA, 1978, p. 360)

Leôncio Basbaum, outro ex-militante aqui estudado, entrou no PCB em maio de 1926 e afastou-se em 1958, escreveu suas memórias, **Uma vida em seis tempos**, em 1968. Portanto, com quase quarenta anos de militância dedicada ao PCB, teve muito que nos contar da sua vida e da vida do partido. Para Basbaum, ao escrever suas memórias lembrou fatos que estavam “mergulhados bem fundo” na sua memória, e “somente os fatos e episódios que realmente” viveu, ou que se passaram em torno dele.

Heitor Ferreira Lima, dirigente do PCB nos anos 1920, escreveu na década de 1980 seus **Caminhos percorridos**, “páginas desprentensiosas”, contando histórias da fundação do PCB aos anos quarenta, como forma de,

depoimento pessoal, que poderão, quem sabe, ajudar as gerações futuras a conhecer e julgar aqueles fatos. [...] apresentar uma visão, a mais clara possível, embora breve, dos eventos em que tomei parte ou de que tive conhecimento direto e avaliá-los sob o prisma de hoje [...] representa ainda uma óptica individual, fruto, portanto, da posição ocupada e da formação adquirida, refletindo inconscientemente muito do subjetivismo de então e de agora, embora dele tenha procurado afastar-me o mais possível. (LIMA, 1982, p. 13).

Agildo Barata que militou no PCB entre o ano de 1935 e maio de 1957, afirmou em **Vida de um revolucionário**, memórias publicadas no final dos anos setenta, que chegou à conclusão, após 22 anos da sua existência na “aplicação devotada e honesta, mas inútil”, de militância no PCB, ser um dever apresentar para análise de seus contemporâneos, as considerações expostas no livro, “desejando que eles façam delas o uso que entenderem”.

Assim, os memorialistas sem o monopólio da palavra e da versão apresentaram as suas verdades, incorporando na narrativa, por vezes, alguns documentos desconhecidos de pesquisadores da história política do Brasil. No entanto, não são memórias somente de suas ações, ideologias ou confrontos, mas uma reconstituição de vida e sociedade, ao longo de seus relatos.

Ancorada em questionamentos suscitados pelos historiadores da História Cultural, em **Notas sobre o autor**, apresentamos algumas informações acerca da trajetória do homem/escritor Ferdinando de Carvalho, bem como influências e referenciais que o inspiraram na criação das narrativas, **Os Sete Matizes do Vermelho e Os Sete Matizes do Rosa**. Quem foi o General Ferdinando de Carvalho? O que estudou? Em que momento escreveu? Quais são seus objetivos?

NOTAS SOBRE O AUTOR E SEUS MATIZES NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR²⁸

A idéia de combater o comunismo persistiu, não obstante a forma tenha deixado de ser a repressão ao Partido, à exterminação física dos militantes. Os militares voltaram-se para uma repressão mais sutil, porém não menos eficaz e sistemática: a perseguição no terreno das representações, no caso deste estudo, através da literatura. Não se trata mais de combater fisicamente os comunistas, ou o PCB, porque estes já foram derrotados e desarticulados. Trata-se de atuar no terreno do imaginário e das representações que se perpetuam. Como assinalou Bourdieu, (2005), “onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, [...] o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível”. Ele explica esta sutileza nas narrativas da seguinte forma:

que garante uma verdadeira transfiguração das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURDIEU, 2005, p. 15).

O anticomunismo de Carvalho buscou tomar uma dimensão extraordinariamente ideológica. Tornou-se fruto de um “mundo” que o autor desejava fazer ruir, de projetos que caminhavam para a abertura política e, posteriormente, para a democracia. Carvalho desenvolveu, em **Os Sete Matizes do Vermelho** e **Os Sete Matizes do Rosa**, representações negativas dos comunistas, com o propósito de alertar as autoridades militares, a respeito dos perigos que o PCB ainda significava, naquele momento de abertura política.

Carvalho escreveu seu Inquérito Policial Militar - 709, na efervescência de um pós-golpe, um regime autoritário, anticomunista e de “caça às bruxas”. A proposta aqui é elucidar algumas situações anticomunistas já presente neste IPM, que são retomadas pelo autor nas narrativas. Nesse sentido, o historiador Alcides Freire Ramos (2002), adverte sobre o papel do historiador no desempenho desta função:

Sabemos que aquilo que chamamos de real histórico, o que estaria a nossa disposição para realizarmos o processo de contextualização não se apresenta como um dado já pronto, disponível na prateleira, bastando esticar o braço

²⁸ As informações pessoais do Gal. Ferdinando de Carvalho foram retiradas da apresentação da sua entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2000 e publicada na **Coleção História Oral do Exército – 1964**, editada pela Bibliex.

para alcançá-lo e consultá-lo. Ao contrário, o processo de contextualização nada mais é do que uma construção, uma operação intelectual, fruto do trabalho do próprio historiador em contato com os documentos históricos, que muitas vezes se apresentam sob forma de textos. O historiador, porém, pode, aqui e ali, utilizar da obra de outros historiadores, buscando subsídios, confirmações, contrapontos etc. [...] Contextualizar, portanto, é buscar estabelecer novas significações para o objeto, analisando, justapondo, comparando ou contrapondo diferentes documentos históricos. E tudo isso é, como sabemos há bastante tempo, o produto de escolhas, muitas vezes arbitrárias. No entanto, não menos válidas. (RAMOS, 2002, p. 270).

Ao lado disso, exigências metodológicas fazem-se necessárias nesse campo interdisciplinar, com o qual estamos trabalhando, como também alerta Nicolau Sevcenko:

A exigência metodológica que se faz, contudo, para que não se regreda a posições reducionistas anteriores, é de que se preserve toda a riqueza estética e comunicativa do texto literário, cuidando igualmente para que a produção discursiva não perca o conjunto de significados condensados na dimensão social. Afinal, todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que os seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo – e é deste que eles falam. (SEVCENKO, 1995, p. 20).

Para o entendimento da narrativa de Ferdinando de Carvalho, é preciso conhecer o escritor, que teve como último posto na carreira militar, o de General de Brigada. Além de ter sido Diretor de Processamento de Dados do Exército, comandou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba (PR) e a Artilharia Divisionária da 6ª Divisão de Exército do Rio Grande do Sul.

As atividades de Carvalho, no interior do Exército, foram executadas como Chefe da Divisão de Planejamento do Estado-Maior da Junta Interamericana de Defesa e, também, como Assessor Militar da Delegação Brasileira, junto à Organização dos Estados Americanos, ambos os cargos desempenhados em Washington, Estados Unidos. Em relação à sua formação, realizou todos os cursos oferecidos na Escola Superior de Guerra, e o curso de Comando e Estado-Maior, em Fort Leavenworth, Kansas, nos Estados Unidos. Ainda segundo informações do livro **História Oral do Exército - 1964**, Carvalho conquistou vários prêmios em salões de pintura. Finalmente, uma informação biográfica diretamente vinculada ao nosso estudo, em 1964, como Tenente-Coronel, presidiu, logo após o golpe civil-militar de 31 de março, o Inquérito Policial Militar - IPM sobre o Partido Comunista Brasileiro.

Em entrevista concedida aos organizadores do livro, as primeiras palavras de Carvalho referem-se à natureza do golpe civil-militar, o qual ele denominou um “Movimento de Março de 1964”, como sendo uma reação legítima das Forças Armadas, as quais teriam sido

atingidas profundamente em seus valores fundamentais assim como todo o povo brasileiro. Segundo Carvalho,

a causa (do golpe) foi a imposição ao país de um processo planejado e apoiado, até pelo exterior, visando transformá-lo na segunda república comunista da América Latina, a exemplo de Cuba. [...] Este movimento, que foi propriamente uma Contra-Revolução, livrou o País de uma crise que, seguramente, iria desembocar numa luta fratricida, com gravíssimas conseqüências. O nosso Brasil, possivelmente, seria violentado em suas tradições. Devemos conceber a Revolução de 1964 como uma explosão da nacionalidade brasileira, ameaçada de perder os seus valores fundados na tradição democrática e liberal, e a reação de suas Forças Armadas que nunca suportaram ações violentadoras dos seus postulados fundamentais. (CARVALHO, 2000, p. 148).

Ao longo da entrevista, o “coordenador do IPM-709”, como ficou conhecido, deu mostras da sua formação e postura político-ideológico anticomunista, ligada ao grupo de militares da chamada “linha dura”,²⁹ reconhecendo que os comunistas foram unicamente os responsáveis pela “reação” dos militares em 31 de Março. Este posicionamento também se evidencia nas narrativas analisadas. Através desta entrevista e principalmente das narrativas pudemos classificar Carvalho como: “um homem de seu tempo”, um militar nitidamente anticomunista, muito bem estreitado com as posturas ideológicas, defendidas pela “Doutrina de Segurança Nacional”.

Nascido no Rio de Janeiro, único militar da família, de origem civil, filho de trabalhador, um guarda-livros, a participação de Carvalho no golpe, inicialmente foi a partir de inúmeras reuniões com um grupo de oficiais, através das quais acompanhou a evolução dos acontecimentos políticos daquele momento. A sua participação direta aconteceu ao percorrer as Unidades do Exército, em busca de adesão e neutralização de “certas reações que surgiram”. Porém a participação mais importante teria sido, segundo o próprio Carvalho, como encarregado do Inquérito do PCB.

Carvalho sempre foi um homem/militar que manteve firmeza e fidelidade às suas convicções. Décadas depois Carvalho ainda combatia e afirmava ser contra o comunismo: “o

²⁹ O uso da expressão “linha dura” caracteriza os grupos militares e civis diretamente envolvidos com as comunidades de segurança e de informações. Segundo o depoimento do general Carlos Meira Mattos aos historiadores do CPDOC, a chamada “linha dura” era composta pelos coronéis: Francisco Boaventura Cavalcanti, Hélio Mendes, e mais os generais Arthur da Costa e Silva, Emilio Garrastazu Médici, Jaime Portella. Complementamos esta lista com os seguintes nomes: Brigadeiro (Coronel, na época) João Paulo Moreira Burnier, Brigadeiro Brandini, Cel. Haroldo Veloso, Brigadeiro Eduardo Gomes, Teixeira Pinto, José Chaves Lameirão, entre outros. O cientista político João Roberto Martins Filho (2004), encontrou o termo “linha dura”, pela primeira vez, num relatório de pesquisa de autoria de Edward Rowe, datado de junho 1964, usado para caracterizar os oficiais encarregados em coordenar os IPMs. Para obter um relato pormenorizado das atividades dos extremistas de direita a partir de 1954, ver PORTELLA, Jaime (1979), p. 9-174.

comunismo não morreu, mas não vai ressuscitar com a força que teve. Ele está confinado, apenas, àqueles elementos que não se conformam com o seu destino. Poderíamos dizer que faliu, mas não morreu”. O nacionalismo e a militância anticomunista de Carvalho no Exército, não se resumiam aos trabalhos realizados no IPM do PCB, e em suas narrativas, também se realizou através de conferências defendendo o regime militar em universidades norte-americanas. (CARVALHO, 2000, p.165).³⁰

Carvalho um militar de direita - ligado á chamada “linha dura” de um regime militar que já adotava posturas políticas orientadas para uma “abertura lenta e gradual” -, também expressava o seu compromisso com o regime por meio de suas narrativas ficcionais, teve seu livro recebido com grande empolgação pelo editor³¹ da Biblioteca do Exército (Bibliex), o qual reconhecia em **Os Sete Matizes do Vermelho**, de 1977, uma obra representativa no conjunto das obras editadas pela editora.³²

Nas palavras do editor,

A obra que a Biblioteca do Exército Editora oferece orgulhosamente a seus quase 30 mil assinantes, faz parte desse processo de Resistência Democrática. Os Sete Matizes do Vermelho mostra, sem a adjetivação abundante própria dos que não têm argumentos palpáveis [...] num relato límpido, fiel e curto, *in memoriam*, as trágicas cenas que vivemos, num crescente alarmante, principalmente entre 1961 e 1964.

O antigo encarregado do IPM do Partido Comunista, manejando o idioma como o faz á saciedade, de forma elegante e amena, escreve um verdadeiro, atraente e agradável “romance” – que a tradição da Biblioteca de Exército Editora não prescreve editar, mas que a conjuntura o exige, sem reboços.

O “romance” que colocamos nas estantes de quase 30 mil cabeças pensante há de fazer meditar o pai, o filho, o padre, o operário – que lamentavelmente, talvez, não leia este livro mas que dele poderá tomar conhecimento pelo patrão honesto e bem-intencionado -, o patrão, o industrial, o professor, o aluno, o político – eis que Os Sete Matizes do Vermelho os espelha, os retrata, os repete. Adverte-os. Fá-los reconsiderar alguns gestos e decisões. Reintegra-os à História humana deste País de Deus. (CARVALHO, 1977, P. 7, grifo nosso).

Apesar dessa recepção interna, a crítica acadêmica e a imprensa ignoraram **Os Sete Matizes do Vermelho**, porém essas palavras entusiásticas do editor serviu-lhe de apoio e estímulo para as narrativas ficcionais que se seguiram: **Os Sete Matizes do Rosa** (1978), **O Arraial: se a Revolução de 1964 não tivesse vencido** (1978)³³. Até onde pesquisamos,

³⁰ Não obtivemos outras informações biográficas de Ferdinando de Carvalho.

³¹ Sinalizamos que a apresentação do livro é assinada como: “Biblioteca do Exército – Editor”, porém como relator do livro Os Sete Matizes do Vermelho está explícito o nome do Gen Div R-1 Jonas de Moraes Correia Filho.

³² **Os Sete Matizes do Vermelho**, segundo seus editores teve um público de quase trinta mil leitores.

³³ Lembramos que Ferdinando de Carvalho em 1981 também publicou o livro **Lembrai-vos de 35!**

constatamos a inexistência de análises de teor acadêmico a respeito das narrativas ficcionais de Ferdinando de Carvalho, o que também nos mobilizou para a realização da mesma.

Foi idêntica a aceitação do editor da Bibliex em relação à segunda narrativa, **Os Sete Matizes do Rosa**, publicado no ano seguinte, na mesma linha interpretativa que motivou a publicação de **Os Sete Matizes do Vermelho**. Para o editor a importância primordial do livro consistia em que

A presente obra, além de esclarecedora e patriótica, constitui-se numa autêntica “vacina” e permite quem ler – mesmo despreocupadamente, á guisa de passatempo – identificar a diversificada gama de “inocentes úteis” que por aí pululam. Permite, por outro lado, que o próprio inocente útil, que não seja comunista, que não esteja a serviço da subversão, que não espouse essa ideologia contrária às tradições, usos e costumes brasileiros, disso se conscientize e reformule sua maneira de agir, sua atuação, seu modo de proceder, os argumentos de que se vale para expor suas idéias e, assim, não poder ser confundido com aqueles que lêem pela cartilha de Moscou. Por outro lado, permitirá a todos e a cada um identificar esses deletérios “inocentes úteis”, avaliar melhor seus argumentos, afastá-los de seu convívio e do convívio de seus familiares, assim como dos que estão sob a sua orientação. Ou pô-los nas barras de um tribunal. Como muito bem disse o Gal. Jonas Correia, Membro da Comissão de Publicações e relator deste livro, “... creio que ‘Os Sete Matizes do Rosa’ aumentará de muito o número dos nossos patrícios que, esclarecidos suficientemente pelo grave conteúdo dos capítulos, ficarão desiludidos, relativamente aos falazes acenos das promessas dos ativistas vermelhos. É que este livro completa o outro (‘Os Sete Matizes do Vermelho’), suplementando-o; integrando-o, superando-o. E por que – superando-o? Pela razão simples de que aprofunda estudos dos tipos comuns que andam por aí, inadvertidos ou fracos, até agora não ‘fotografados’ tão bem, como aqui faz o General Ferdinando de Carvalho com sua Kodak.” (CARVALHO, 1978, p. 6)

Assim, para o editor, as duas narrativas esclarecem e alertam sobre as conseqüências de envolvimento com militantes comunistas, “tipos marginais”. Por este motivo, como afirmou Carvalho, “escrevemos este livro como uma advertência tanto para os homens livres, como para aqueles que, desejando ser livres tornam-se dependentes incondicionais do Comunismo”. O representante da editora considerava ainda que o livro é uma fotografia real dos fatos e que com a publicação dos romances a Bibliex estaria prestando aos assinantes e leitores “um alto serviço patriótico e de benemerência”. Em livros como **Os Sete Matizes do Vermelho** se compreende que a luta contra o mal comunista no país também estava na ação e posicionamento de personagens do tipo como *Simplicio*, *Carlos*, *Antonio*, entre outros. No que se refere à motivação em escrever **Os Sete Matizes do Vermelho**, Carvalho admite:

Há muita ignorância sobre o comunismo. Há uma grande ilusão naqueles que vivem do nosso lado da Cortina de Ferro. Muita gente lê os livros de Marx, Lênin, lê os Fundamentos do Marxismo-Leninismo, editados em Moscou, lê as Máximas de Mao-Tse-Tung, folheia as revistas da China e da URSS, cheias de sorrisos, de cenários maravilhosos, de progresso e abundância. Começa a pensar que o comunismo é algo que descerra um novo horizonte para a humanidade.

Disse um pesquisador social que se os comunistas vencerem no mundo, não há de ser por saberem levantar ódios e descontentamento, mas por saberem criar uma esperança.

E é justamente a esperança que fascina e que atrai. A maioria dos que se deixam embair por essa falácia é formada pelo imenso contingente de pessoas esperando encontrar no comunismo a solução dos problemas que trazem dentro delas mesmas, dos males angustiosos que se desenvolvem em suas próprias personalidades por falhas de educação, por erros de apreciação, por deficiências de caráter. (CARVALHO, 1977, p. 27, grifo nosso).

Inicialmente, o autor pretendia demarcar que as pessoas envolvidas ou que pensavam em se envolver com os comunistas, o faziam devido ao engano, a falta de conhecimento das reais práticas comunistas. Se realmente as pessoas fossem devidamente esclarecidas – como o autor pretende com o livro – a compreensão seria adequada e não estariam sujeitos às falsificações dos comunistas. O autor afirma ter sido procurado por um velho amigo, acompanhado de “um respeitado médico de feição contristada e dolorida”, cuja filha, uma jovem de dezoito anos, bonita e educada, abandonara a sua família para morar com um namorado “ativo comunista”. Carvalho relata que, para seu amigo e pai “desesperado”,

Não se tratava de um simples caso amoroso. Era uma sedução ideológica, um fascínio político, tão violento como imprevisível. O extremista, indivíduo maduro e adestrado na técnica da lavagem cerebral, impregnara a mentalidade ingênua dessa jovem com tais idéias, que ela decidira ligar-se a ele totalmente, para encetarem, juntos, uma existência dedicada à causa da subversão clandestina. [...] Era uma menina meiga; uma boa filha. Jamais pensei que fizesse isso. Não sei por que ficou assim dominada. Eu sabia de suas reuniões políticas com muitos amigos. Algumas foram realizadas em nossa casa. Mas pensei que tratassem de assuntos escolares. Ela deixou uma carta de despedida e desapareceu. Que devo fazer?. (CARVALHO, 1977, p. 30).

Carvalho lamentava não ter a oportunidade de alertar, anteriormente, a todos os pais de outros jovens “sujeitos a semelhante doutrinação,” – o que passava a fazer com a edição da sua narrativa – sobre os perigos para aqueles que se aproximavam dos comunistas ingenuamente.

Desejaria alertar a esses cidadãos que almejam criar os seus filhos em um caminho honesto, com a crença na justiça e na liberdade que o comunismo jamais poderá proporcionar. Eu desejaria mostrar-lhes a realidade abjeta das falsificações que pregam os ideólogos bolchevistas, visando a subjugar e desfibrar os indivíduos, a pretexto de emancipá-los, como predadores que encantam vilmente as suas vítimas. Eu desejaria contar a história das iniquidades que se escondem nos porões obscuros, as confabulações, as conspiratas que mobilizam corruptos subversivos num mútuo comprometimento, numa união escusa para explorar incautos e desavisados. (CARVALHO, 1977, p. 30, grifo nosso).

Carvalho teria consolado o pai afirmando que um dia, certamente, a jovem voltaria, porém, intimamente o autor não acreditava em tal afirmação, uma vez que, para ele, as idéias comunistas possuíam uma força gigantesca, “que isso era quase improvável, pois o subversivo, como o viciado e o criminoso, se envolve em uma rede emaranhada de compromissos, da qual dificilmente se pode desprender, até encontrar um final triste em uma prisão ou em um exílio ou, até mesmo, em um suicídio”.³⁴ (CARVALHO, 1977, p. 30, grifo nosso). Finalmente, o drama do pai de uma jovem que se envolveu com os comunistas, o motivou a escrever o livro, uma vez que já possuía,

antigos papéis e anotações (do período em que coordenou o IPM do PCB). E resolvi transcrevê-los, traduzindo as histórias que continham em capítulos inseridos na triste crônica da farsa comunista, desejoso de prevenir aos que estão desavisados das perversidades humanas, escondidas por detrás do fanatismo e do misticismo ideológico. (CARVALHO, 1977, p. 31). Grifo nosso

No seu segundo livro, **Os Sete Matizes do Rosa**, editado em 1978, Carvalho também reitera a sua advertência contra o comunismo e o PCB, e apresentou seu principal objetivo e o público alvo da sua mensagem:

É preciso, entretanto que todas as pessoas sejam esclarecidas sobre a existência desses tipos marginais, e que eles próprios sejam alertados sobre o vulto e as conseqüências da ignomínia que praticam. Por essa razão, escrevemos este livro como uma advertência tanto para os homens livres, como para aqueles que, desejando ser livres, tornam-se dependentes incondicionais do Comunismo. (CARVALHO, 1978, p. 11).

Esses relatos tornaram-se subsídios para trabalhos como o nosso, que se propõem a uma análise histórica de narrativas ficcionais, tendo em vista sua especificidade de

³⁴ Lembramos que o suicídio foi uma versão pouco acreditada da morte do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975, nas dependências do DOI-CODI, em São Paulo.

representação anticomunista. A desmoralização e caracterização de comunismo como “seita perigosa” estão presentes nas quatro narrativas mencionadas anteriormente. Todavia o combate à idéia de que o comunismo defende a justiça e liberdade, e que o envolvimento com as idéias comunistas levava à impossibilidade de um afastamento futuro, - por causa da sua forte doutrinação, é possível apenas de ser abraçada acriticamente pelos *incautos e desavisados* - é o elemento central das narrativas. Temas como lavagem cerebral, fanatismo ideológico, foram recorrentes e, observamos que a narrativa de Carvalho propunha-se, constantemente, a apresentar os possíveis erros do PCB e as causas que levaram os militares agirem e reagirem, defendendo a estabilidade nacional com a “Revolução de 1964”.

A trajetória de ficcionista e anticomunista de Ferdinando de Carvalho revela um homem estritamente preocupado com a “guerra psicológica” da qual falou Golbery do Couto e Silva, com a “estratégia psicossocial”. (SILVA, 1967). Os relatos de Carvalho, respondem às necessidades da conjuntura da “abertura política”, preocupados com o fortalecimento dos setores da linha-dura.

A frente civil-militar que depôs o presidente João Goulart não era homogênea e, uma vez no poder, dividiu-se em face de questões relativas ao estabelecimento da nova ordem. A ênfase na natureza democrática do regime era, certamente, um dos principais divisores entre as correntes militares que disputavam a liderança na condução do novo regime. “Moderados” e “linhas-duras”,³⁵ divergiam em relação ao *quantum* de democracia a ser preservado da ordem anterior, bem como quanto ao cronograma de devolução do poder aos civis.

A linha “moderada” que assumiu o poder acreditava que não conseguiria se impor exclusivamente pelo uso da força e defendiam a manutenção de uma imagem de legitimidade democrática. Enquanto predominou a corrente “moderada” ou “castelista”,³⁶ prevaleceu um projeto político dualista, em que as instituições do período democrático coexistiram com o aparato institucional progressivamente montado para viabilizar a implantação da ditadura militar no país. Neste quadro, os novos donos do poder investiram considerável energia política na obtenção do assentimento de parcelas expressivas da sociedade para seu projeto de dominação e reforma institucional. (VASCONCELOS, 2004) Segundo Skidmore (2000),

este grupo mais moderado do que a linha dura defendia a livre iniciativa (embora considerando também necessária a existência de um governo forte), uma política externa anticomunista, a adoção de soluções técnicas e

³⁵ Ver também, DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981, cap. VIII

³⁶ Os chamados “moderados” ou “castelistas” eram um grupo de oficiais de elite que se reuniram em torno do marechal Castelo Branco, cujas origens remontam a Escola Superior de Guerra.’

fidelidade à democracia, achando, no entanto, que a curto prazo, o governo arbitrário se impunha como uma necessidade. (SKIDMORE, 2000, p. 52).

A chamada “linha-dura”, ou extremistas de direita, foi “um grupo marginal, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas, a favor da modernização industrial conservadora”, ligados a uma perspectiva de segurança nacional e de combate ao inimigo interno, propunha o endurecimento do regime, pregavam o saneamento político associado a uma dura repressão. A prorrogação do mandato presidencial, ou seja, a idéia de alongamento do regime também fez parte da plataforma desses militares “mais autoritários e nacionalistas”, contrários às posições políticas dos militares ligados á Castelo Branco, os quais defendiam que a Revolução não deveria estabelecer prazos. (OLIVEIRA, 1976; DREIFUS, 1981).

O conflito entre a “linha dura” e os “moderados” já foi bastante estudado, sendo mesmo necessário tomarmos cuidado com esta tipologia quase simplista. Ressaltamos que, entre os chamados “moderados” e “duros”, haviam matizes internos a essas correntes, sendo restritivo pensar-se apenas em dois grupos. Aqui se recupera o assunto apenas para reiterarmos nossa opinião sobre a vinculação de Ferdinando de Carvalho com a “linha dura” e afirmar que o seu projeto repressivo, estava globalmente implantado por este grupo, que deixou de ser apenas um “grupo de pressão” e assumiu a posição de “comunidade de informações e de segurança”. Portanto, o grupo da chamada “linha-dura” integravam o sistema de informações e de segurança, favoráveis às punições e vida longa para a ditadura, porém nem todo militar da “linha dura” atuou nos sistemas de segurança e de informações.

O historiador Carlos Fico (2001), quando discutiu o surgimento da “linha-dura”, ainda no governo Castelo Branco, - no livro onde tratou do funcionamento das comunidades de informações e de segurança da Ditadura Militar, - informou que,

O presidente da República, militar legalista, tentava minimizar os efeitos da atuação da linha dura, sendo moderado nas punições. Essa foi a impressão que ficou, origem da distinção entre radicais e moderados ou “duros” e “castelistas”. Porém, no que se refere a Castelo Branco, bem caberia uma revisão de sua biografia, pois a fama de liberal e moderado discrepa da semcerimônia com que se serviu de atos de força, sempre que necessário.³⁷ [...] Castelo não julgava necessário perpetuar os poderes discricionários do início do movimento. De fato, afirmava contrapor-se tanto aos “malefícios de extrema-esquerda” quanto à “direita reacionária”.³⁸ Se assim é, como enfatizam os biógrafos que o julgam favoravelmente,³⁹ seu governo foi um

³⁷ Veja-se como exemplo, o recesso do Congresso Nacional, em outubro de 1966, e, sobretudo a Lei de Segurança Nacional, que decretou em março de 1967.

³⁸ VIANA FILHO, Luis. O governo Castelo Branco. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. 572 p.

³⁹ Ver VIANA FILHO, Luis. Op. cit e DULLES, John W. F. **Castello Branco**: o caminho para a presidência. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979, 412 p.

melancólico fracasso, pois a vitória da linha dura foi indubitável, com a edição do AI-2 e a “eleição” de Costa e Silva. (FICO, 2001, p. 39)

A linha dura também disseminou a idéia da existência de uma “força autônoma”, uma espécie de braço autêntico da “Revolução”. Castelo afirmou desconhecer qualquer “força autônoma”. No entanto, “não foram apenas os ‘coronéis dos IPM’, acobertados por Costa e Silva e outros oficiais-generais, que colaboraram para a chocante escalada radical da linha dura. O próprio Castelo Branco tomou iniciativas que muito auxiliaram a proeminência do grupo”, pois com a nova Constituição de 24 de Janeiro de 1967, consolidou-se ainda mais a atuação da “linha-dura”, e coube a Castelo Branco tornar legal a noção de “guerra interna”⁴⁰, permitindo que “brasileiros civis fossem indiscriminadamente acusados de ‘subversivos’ – base jurídica e conceitual indispensável para que a “linha dura” passasse da simples condição de grupo de pressão para a perigosa posição de ‘sistema de segurança’, com permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política”. (FICO, 2001, p. 56).

Foi o Ato Institucional n. 5, que indicou indiscutivelmente a vitória da “linha dura”. Ela instituiu um sistema nacional de “segurança interna”, que reformulou e ampliou a espionagem, estabeleceu julgamentos sumários para confiscar os bens de funcionários supostamente corruptos, implantou a censura sistemática na imprensa, diversões públicas, coibindo aspectos políticos do teatro, cinema e TV (FICO, 2002). Portanto, havia um “projeto repressivo, centralizado, coerente”, ligado às “comunidades de informações e de segurança”, ou seja, aos membros da “linha dura” que criavam e controlavam a espionagem e a polícia política, transformavam-se, em pouco tempo, na “voz autorizada” do regime, situando-se como guardiões dos fundamentos da “Revolução”. (FICO, 2002).

Pode ser verificada na narrativa da “linha-dura” e, especificamente, na de Ferdinando de Carvalho que a “crise moral” era fomentada pelo “movimento comunista internacional” com o objetivo de abalar os fundamentos da família, desorientar os jovens e disseminar maus hábitos – sendo, dessa maneira, a ante-sala da subversão. Dessa forma, “o inimigo se vale do recurso da corrupção dos costumes para desmoralizar a juventude do país e tornar o Brasil um

⁴⁰ A partir de 1968, as necessidades de informações do regime militar excediam bastante as demandas iniciais planejadas por Golbery do Couto e Silva. Não se tratava, apenas, de reunir dados indispensáveis ao principal cliente do serviço – o presidente da República – mas, de interagir com a polícia política, isto é, com o sistema de segurança que naquele momento se buscava aperfeiçoar, sob a égide da concepção de “guerra revolucionária”, definitivamente entronizada pelo AI-5, mas que estava presente desde o governo de Castelo Branco. (...) A noção de “guerra revolucionária” ou “guerra interna” pressupunha que alguns brasileiros fossem “inimigos de guerra” do regime: ora, contra o inimigo, todas as armas deveriam ser utilizadas, inclusive as de efeito moral ou psicológico. (FICO, 2001, p. 54).

país sem moral e respeito”.⁴¹ Este se confirma como um pensamento preconceituoso e conservador, onde os propósitos comunistas, dos “inimigos da Pátria” eram de “solapar a família, corromper a juventude, disseminar o amor livre, a prostituição e toda sorte de degradação do povo. Feito isso, nada mais precisa ser feito para se dominar um País”.⁴² (FICO, 2002).

Assim, Fico (2004), contesta as leituras correntes a respeito da “moderação” de Castelo Branco, e considera apressadas leituras dicotômicas de “linha dura” *versus* “moderados” (ou “castelistas”),⁴³ e indica o abandono da divisão “duros/moderados”.

Para além do anticomunismo, o nacionalismo autoritário e conservador são também características das narrativas de Carvalho, haja vista a sua notória supervalorização na permanência e supremacia dos valores tradicionais, religiosos e familiares: família, moral, autoridade, “lei e ordem”. Além de aconselhar o distanciamento do comunismo, Carvalho recriou o comunismo através de sua perspectiva, para retratar e advertir os leitores ou aqueles que potencialmente poderiam se envolver com atividades comunistas.

Por comunismo Carvalho entendia como uma ideologia complexa em seus fundamentos filosóficos, no que exige dos Partidos Comunistas um desenvolvido e atuante sistema educacional, ou seja, o “comunismo como instrumento que é da subversão, já é subvertido em seu próprio entendimento. [...] não é um produto da miséria e da ignorância”. (IPM-709, vol. 1, p. 13).

Relacionando o comunismo com a falta de liberdade, uma ditadura violenta e destruidora, Carvalho defende que

o comunismo é no fundo uma conjuntura idealizada. E, além disso, apesar de ser essencialmente uma doutrina materialista, o comunismo se implanta no espírito de seus adeptos como verdadeira religião, com todos os seus dogmas, preconceitos e rituais [...] O que encontramos, em todos os países socialistas, em “marcha para o comunismo”, são ditaduras poderosas e opressoras que negam a seus próprios povos os direitos essenciais da condição humana. (IPM-709, p. 30).

⁴¹ Carta ao ministro da Justiça, encaminhada à DCDP, de 2 de março de 1977, Fundo “Divisão de Censura de Diversões Públicas”, Arquivo Nacional, Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal, Série “Correspondência Oficial”, Subsérie “Manifestações da Sociedade Civil”, Caixa 2, doravante identificada apenas como “Caixa 2”. Apud, FICO, 2002, p. 9.

⁴² Carta ao Comandante da Polícia Federal em São Paulo, encaminhada à DCDP, de 1º de agosto de 1975, Caixa 1. Apud, FICO, 2002, p. 9.

⁴³ Ver a melhor biografia do primeiro general-presidente: NETO, Lira. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2009.

Os sentimentos de Carvalho acerca do comunismo, seria o de destruidor da paz que haveria entre as classes, e de criador de um sentimento ilusório de construção de um mundo mais feliz, para a qual todos os sacrifícios se justificam, pois,

Não interessa ao comunismo a conciliação das classes, através de um equilíbrio racional de direitos e deveres. Interessa a destruição das classes sob a tutela da classe que se diz mais revolucionária e oprimida e que se vingaria assim, de maneira cabal e irrecorrível. Não interessa ao comunismo o aperfeiçoamento das relações sociais para que os homens possam desfrutar integralmente dos direitos oferecidos por uma democracia plena. Interessa tornar os indivíduos submissos a um regime férreo sob o qual todos teriam a “liberdade” de trabalhar. (IPM-709, vol 1, p. 30).

Ressalte-se que a base de atuação anticomunista está diretamente ligada às palavras, sejam através do IPM ou das narrativas ficcionais analisadas. O contexto da edição dos livros (1977 e 1978) em análise definiu-se após a derrota política e militar das experiências de resistência armada, momento em que amplos setores da sociedade brasileira, em grande medida, a atuação das esquerdas brasileiras, seguiu em busca de uma proposta de luta pela transição democrática, quando constituíam e até lideravam um amplo campo de oposição política à ditadura militar, são os anos de 1974 e 1985, onde ocorreu um refreamento ou certo esvaziamento das manifestações anticomunistas explícitas.

Em meados da década de 70, o governo militar já procurava ampliar sua legitimidade, no governo do general Ernesto Geisel, com a chamada “distensão” política. Era um projeto de “abertura lenta, gradual e segura” do regime, por meio do qual os espaços de participação política cresceriam e diminuiriam as ações repressivas mais explícitas. Essas medidas poderiam receber apoio de setores oposicionistas das classes médias e altas, alargando a base de apoio do governo. No entanto, para demarcar as oposições, os limites da abertura política, a coerção e a repressão política continuaram. Geisel manteve a censura prévia em vários jornais e revistas, “prevendo uma suposta infiltração comunista na mídia, na burocracia e especialmente nas instituições de ensino”. (SKIDMORE, 1988, p. 344).

O objetivo que se esboçava, portanto, continuava a ser o da institucionalização de um regime que anunciava medidas liberalizantes, mas as condicionava à consolidação do projeto autoritário, inclusive permanecendo os instrumentos de exceção. De fato a liberalização avançara, embora o vasto aparato de segurança se mantinha intacto. Havia muitas denúncias contra as forças de segurança responsabilizando-as por prisões, torturas e mortes de opositores. O desafio do governo Geisel era, portanto, dismantelar e renovar a estrutura legal autoritária, “ao mesmo tempo que manipulava o sistema eleitoral para impedir a oposição de

conquistar o poder no âmbito das próprias regras do regime”. O governo precisava do apoio das Forças Armadas, combinando o enfrentamento com a negociação em relação aos setores internos ao Estado que regiam ostensivamente às mudanças liberalizantes. (CARVALHO, 2004). Geisel afirmou que,

um dos fatores que é preciso levar em conta é que eu (Geisel) não podia ficar com as Forças Armadas e principalmente o Exército contra mim [...] O combate à subversão era um dentre os muitos temas que eu tinha que atender. Era um dos problemas. Eu também não podia ser radicalmente contrário ao combate. Podia ser contrário aos métodos, aos procedimentos, à maneira de combater, e sobre isso eu muito conversava, e muitas vezes procurava convencer (D'ARAUJO E CASTRO, 1997, p. 379).

No governo Geisel, ocorreram simultaneamente situações de liberalização e investidas repressivas em alvos selecionados, a “repressão tornou-se mais dissimulada e seletiva”. Dispostos a manter o Estado-policial que tantos custos políticos causou à instituição militar e ao regime como um todo, setores da “linha dura”, todavia insistiram na intenção de afastar da convivência social qualquer vestígio de normalização das instituições representativas. O aparato repressivo empregou dura repressão, principalmente, contra oponentes “considerados mais perigosos, ou seja, aqueles que pareciam representar uma ameaça real às pretensões de continuidade do regime militar”, quando as ações dos órgãos de segurança estiveram voltadas, preferencialmente, contra comunistas, aqui entendemos como os do PCB, que não se envolveram com a luta armada, setores do MDB e trabalhadores urbanos e rurais. (MATOS, 2003, p. 66).

Nos primeiros anos do governo Geisel, o PCB foi fortemente reprimido, sobretudo pela ação do DOI-Codi de São Paulo. No ano de 1974 (ano da posse de Geisel), ocorreram as prisões, seguidas de morte nas dependências do II Exército, do jornalista Wladimir Herzog, em outubro de 1975 e do líder sindical Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976. A versão oficial, completamente desacreditada falava em suicídio. Sabe-se porém, que a responsabilidade ficou restrita aos oficiais do II Exército, sob o comando do general Ednardo d'Ávila. (MATOS, 2003; SKIDMORE, 1988). Mattos (2003), continua relatando que nos primeiros anos do governo Geisel,

Os organismos repressivos continuaram atuando com extrema violência, realizando prisões e assassinatos de opositores. Segundo dados da Anistia Internacional, em 1975 mais de 2 mil pessoas foram detidas no Brasil, das quais cerca de setecentas permaneceram presas. Também persistiam as denúncias de uso de tortura contra presos políticos, numa demonstração de que a liberalização política não significava o fim das práticas policiais discricionárias. Entre 1974 e 1976, mais de sessenta adversários do regime

foram assassinados, a maior parte dos quais estava ligada a organizações comunistas. (MATTOS, 2003, p. 69).

Fico (2001), comentou sobre as ações clandestinas dos órgãos repressivos, limitados pelo projeto de distensão que, apesar de serem de autoria anônima, traziam impressa sua marca de violência:

durante a “abertura”, sem ter mais os velhos inimigos contra quem lutar, a linha dura sentia-se ameaçada de extinção, acuada por ser identificada como grupo não democrático e com medo de punições que poderiam advir do retorno ao Estado de Direito (algo que nunca se verificaria, em grande medida graças ao esforço do setor durante a negociação da anistia política). Foi essa combinação de decadência e medo que levou a comunidade de segurança a patrocinar alguns dos atos mais bárbaros do regime militar. (FICO, 2001, p. 213).

Com a chamada *Operação Radar* o aparelho de repressão da ditadura avançou e dizimou a direção do PCB, - partido ao qual os dirigentes militares atribuíam influência na vitória do MDB nas eleições em novembro de 1974 - cerca de vinte militantes do PCB foram presos, torturados e assassinados, entre os anos de 1973 e 1976. A *Operação Radar* mostrou que o PCB ainda não estava neutralizado totalmente. (MATTOS, 2003). Outra ação repressiva que deve ser destacada foi o Massacre da Lapa, com mortes de dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) em dezembro de 1976, quando o II Exército estava sob o comando do general Dilermando Gomes Monteiro, considerado moderado e colaborador de Geisel (MATOS, 2003; SKIDMORE, 1988). De acordo com Gaspari (2004) o PCB, longe de neutralizado,

tinha uma gráfica de filme, recebia cerca de 200 mil dólares anuais de Moscou e participava das articulações do MDB e da campanha de 1974 [...] os interrogadores do DOI estavam obstinadamente interessados em remontar a rede de entendimentos do PCB com a oposição legal [...] pretendiam explodi-lo [o PCB]. Queriam atingir os políticos que tinham contato com os comunistas. (GASPARI, 2004, p.25, 27).

É esta propagação de importância e contágio do PCB nesse período que se constituiu o ponto fundamental que motivou Ferdinando de Carvalho a dar continuidade ao seu combate ao comunismo, não mais através do IPM, como em 1966, mas através da sua narrativa ficcional. Carvalho iniciou com suas narrativas ficcionais uma ferrenha campanha

anticomunista, na qual enfatizava ao longo dos seus personagens e das histórias neles contadas, os perigos das idéias e atividades comunistas, exemplificando o papel do PCB.

Maria Paula Nascimento Araújo (2004, p. 162), caracteriza a década de 70 em dois pólos: um fortemente marcado pelo projeto de abertura do governo com influencia da sociedade e das forças políticas de oposição; o outro, “a atuação de um movimento político de oposição, reunindo amplos setores da sociedade e com forte presença dos partidos e organizações de esquerda, que procurava alargar e implodir os limites do projeto de ‘abertura’ do governo.” Nesta nova conjuntura outros atores se destacaram, entre eles, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a Igreja Católica e o Movimento Estudantil (ME). No ano de 1977, o movimento estudantil nacional ganhou as ruas, era uma retomada das passeatas após 68. A este respeito Araújo, (2004) também comentou:

Em meados da década de 1970 o Movimento estudantil empreendia uma dupla luta: por um lado, estava empenhado na reconstrução de suas entidades representativas, principalmente a UNE e, por outro, seguindo de perto a orientação das organizações de esquerda, levantava a bandeira de luta pelas liberdades democráticas. (ARAÚJO, 2004, p. 167)

A Igreja Católica, nesse momento, teve papel fundamental na luta em defesa dos direitos humanos, sobretudo através das Comunidades Eclesiais de Base/as CEBs, e as Pastorais (destaque para a Pastoral da Terra). Além do MDB, da Igreja e do Movimento estudantil setores da classe média como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Sindicato de Professores, entre outros a partir de meados dos anos de 1970 expressavam publicamente repúdio ao regime militar. (ARAÚJO, 2004). Estes setores, não é por acaso, estão na linha de frente, dos ataques de Ferdinando de Carvalho.

Segundo Gaspari (2003), em 1975 não havia ameaça comunista no país, uma vez que os “subversivos” estavam distantes do Planalto, os estudantes das ruas e, muito menos, “terroristas” em ação, entretanto o aparelho de segurança do governo precisava de motivos para suas ações repressivas. “Fabricou-a no PCB. Viu no Partidão o maior perigo para as instituições democráticas”, pelas razões listadas a seguir:

- É o partido que conta com quadros mais capazes e de maior experiência.
- É a organização que menos recebeu os reflexos da ação direta dos órgãos de segurança.⁴⁴
- É a organização que conta com maior experiência de clandestinidade.

⁴⁴ Este ponto é refutável, ver os dados coletados por Marcelo Ridenti, 1998.

- É a organização que conta com maior apoio externo.
 - É a organização em que a condenação de seus quadros se faz mais difícil na Justiça, possibilitando a rápida volta dos seus militantes á atividade partidária.
 - É a organização que apresenta mais elevado estágio de organização em todo o território nacional.
 - É a organização que encontra maior receptividade e facilidade de penetração junto às classes política, operária, religiosa e intelectual [...]
 - É a organização que não age precipitadamente e tem maior tradição.
 - É a única organização que superou uma série de crises sem haver desarticulação, tendo assegurado maior firmeza de posições e homogeneidade.
 - É a melhor organização na aplicação da política de acumulação de forças.
- ⁴⁵ (GASPARI, p. 2003, p. 406).

Além dos pontos listados, mencionamos também que o PCB era o partido que melhor estava integrado à classe operária tendo contribuído de forma decisiva na vitória do MDB nas eleições de novembro de 1974.

Ainda de acordo com Gaspari, 2003, este documento sugeria que a Comunidade de Informações tomasse “medidas preventivas indispensáveis” contra o PCB. Dessa forma, entendemos que Carvalho também procurou agir preventivamente e evitar a retomada de possíveis influencias comunistas, buscando agir no campo da propaganda anticomunista, voltado para um público específico, uma vez que a narrativa não tivera repercussão no grande público e não é uma obra bem-sucedida do ponto de vista científico, intelectual ou editorial.

Carvalho, provavelmente deve ter encontrado, nas informações produzidas pelo Centro de Informações do Exército (CIE) e Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), nos anos de 1975 e 1976, fundamento para seus temores, no que resultou na campanha anticomunista através das suas narrativas ficcionais no campo das representações. Sobretudo porque os temas políticos desenvolvidos nos dois livros são aqueles os quais os militares estavam presenciando diariamente, ou seja, retomada das movimentações estudantis e operárias, eleições, infiltrações, propaganda, recrutamento, entre outros. Um documento da CISA de novembro de 1975, alertava:

Parece não haver dúvidas de que o que está ocorrendo, na área universitária, é um teste de comando comunista [...] É possível que novas agitações [...] sejam desfechadas, e níveis mais elevados de agressividade sejam intencionalmente atingidos. [...] Se um ou mais estudantes for vitimado e ninguém saberá ao certo, por quem, haverá excelente motivo a ser explorado pela propaganda comunista mundial, contra o Governo brasileiro, sob a regência do Movimento Comunista Internacional, ou dizendo, ás claras, sob

⁴⁵ *Subversão Comunista no Brasil, de 20 de junho de 1974, referindo-se ao Relatório Especial de Informações no. 04/74, do CIE, citado na Informação no. 017/70/AC/76, da Agencia Central do SNI, de 20 de fevereiro de 1976, apud GASPARI, 2003, p. 406.*

a batuta do governo soviético, comandando o Partido Comunista da União Soviética e, através deste, os demais Partidos Comunistas [...] (DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES, No. 046/75/CISA, APGCS/HF, apud GASPARI, 2004, p. 326).

Já o CIE informava, em outubro de 1976, que “a tentativa de retomada de ações terroristas no país que ora se assiste, enquadra-se na estratégia do Movimento Comunista Internacional, permanecendo válida a conceituação de Lenine sobre a guerra: ‘A paz é a continuação da guerra por outros meios’”.⁴⁶ (RELATÓRIO PARCIAL DE INFORMAÇÕES No. 09/76, apud GASPARI, 2004, p. 274). Estas informações relatadas nos órgãos de informações do Exército e da Aeronáutica, superestimavam as influências dos comunistas e estavam fora da realidade, pois o partido após as ações repressivas da *Operação Radar* ficou desarticulado e até Giocondo Dias estava em Moscou desde maio de 1976.

Portanto, de acordo com os objetivos do projeto de distensão/abertura, as forças de segurança foram fundamentais na defesa do Estado que buscava legitimidade democrática. Constituídas como um dos eixos de apoio do esquema de poder militar, os órgãos de segurança agiram de maneira repressiva contra o inimigo interno, ou seja, praticaram a violência contra as oposições, de acordo com a natureza do regime.

O combate ao comunismo, tão presente nos livros de Ferdinando de Carvalho teve apoio e sofreu influência da Doutrina de Segurança Nacional⁴⁷ desenvolvida, sobretudo nos cursos das Escolas Militares. No Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG), com seus manuais, em especial, o **Manual Básico da Escola Superior de Guerra** foi a principal legitimadora dessa doutrina e Carvalho foi formado por essa escola, como mencionado anteriormente. O **Manual Básico da Escola Superior de Guerra** definiu da seguinte maneira as ações comunistas, a guerra revolucionária e suas formas psicológicas e indiretas:

A guerra revolucionária comunista é do segundo tipo em nossa definição da guerra não clássica⁴⁸. Os países comunistas, em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e

⁴⁶ Na verdade, a frase correta é “a guerra é a continuação da política por outros meios” e não é de autoria de Lênin, e sim do general prussiano Karl von Clausewitz.

⁴⁷ Entre muitos livros que abordam especificamente a Doutrina de Segurança Nacional e sua ideologia, mencionamos: Eliezer Rizzo de Oliveira, *As Forças armadas: política e ideologia no Brasil, 1964-1969*, Rio de Janeiro: Vozes, 1976; Joseph Comblin, *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980; José Alfredo Gurgel, *Segurança e democracia*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

⁴⁸ A outra é Guerra Insurrecional, definida como conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo.

clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-las e induzi-las a submeter-se a seu regime sóciopolítico.

A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente. (MANUAL BÁSICO DA ESG, 1975, p. 291).

Segundo a teoria da ESG, os comunistas agem cuidadosamente e preparam suas propagandas e demais formas de manipulação ideológica “que são em seguida aplicadas secretamente no ‘país-alvo’, de modo a atrair setores da população e debilitar a capacidade de reação do governo. É esta, em suma, a estratégia de ação indireta do comunismo”. (ALVES, 2005, p. 46).

A influência da guerra fria e da **Doutrina de Segurança Nacional** - elaborada nos Estados Unidos - levou os militares brasileiros, inclusive Ferdinando de Carvalho a justificarem suas investidas contra possíveis subversões dos comunistas, sob a alegação de que todos os grupos subversivos ou partidos de esquerda eram dirigidos pelo Partido Comunista da União Soviética e por Moscou.

Segundo Comblin (1980), a guerra fria, ainda que evitasse o confronto armado, desenvolvia-se, no plano militar, político, econômico e psicológico, pois a ação psicológica dos militares ou no campo das representações visava manter a população afastada da influencia comunista. O conceito de guerra revolucionária também formado nos EUA tinha como princípios:

- a) a guerra revolucionária é a nova estratégia do comunismo internacional;
 - b) a vitória do socialismo e a luta contra o capitalismo também tem presença no Terceiro Mundo e a guerra revolucionária é o meio do comunismo conquistar o mundo;
 - c) não havia distinção entre guerra revolucionária, guerra de libertação nacional, guerrilhas, subversão, terrorismo, etc. Estas são fases diferentes de um único processo, o da guerra revolucionária.
- (COMBLIN, 1980).

Dois aspectos da guerra revolucionária, interpretada por um grande número de oficiais brasileiros, foram postos em evidência: o aspecto da guerra psicológica e o papel dos serviços de informação, pois,

o inimigo age principalmente no plano psicológico; a ação psicológica é a principal arma do comunismo internacional. A guerra é travada no plano das

idéias. A ação do exercito atinge, portanto, acima de tudo, os campos de batalha escolhidos pelo inimigo: os sindicatos, a universidade, os meios de comunicação, a Igreja. (COMBLIN, 1980, p. 49).

A suspeita da ação comunista em todos os lugares, ou melhor, a onipresença do comunismo era respondida com a onipresença da segurança nacional em todos os setores da sociedade. Dessa forma é possível compreendermos o porquê da campanha anticomunista do general Ferdinando de Carvalho em seus escritos, ainda que visivelmente o PCB já estivesse substancialmente enfraquecido. Ou seja, um anticomunismo descampado, reproduzido e exprimido em códigos e linguagens textuais:

A segurança afeta todos os aspectos da vida social. Em toda parte pode ser desafiada por ameaças: em toda parte a subversão, sua grande inimiga, pode manifestar. Tanto a vida política quanto a econômica, a vida cultural ou a ideológica são problemas de segurança. A estratégia deve orientar, controlar, vigiar todos esses setores. (COMBLIN, 1980, p. 57).

De acordo com Comblin (1980), se o comunismo ataca em todos os planos: militar, político, econômico e psicológico, torna-se natural que o combate anticomunista, à guerra, à subversão também seja realizada nestes mesmos setores. As circunstâncias vividas pelo autor indicavam que os meios mais eficientes de combate ao comunismo seriam pela ação psicológica, pelo universo das representações, do imaginário. De acordo com as questões conjunturais, o ataque ao comunismo pela via psicológica tornou-se mais oportuno com as narrativas.

O “Poder Psicossocial”, desenvolvido pela **Doutrina de Segurança Nacional**, influenciou as narrativas de Carvalho. Para Comblin (1980), “o Poder da Moral Nacional, o Poder de Comunicação Social, o Poder da Opinião Pública, o Poder Sindical, o Poder Religioso”, ligados a educação, ideologia, ética, religião, comunicação social, são fatores que podem destacar a moral do povo, pois,

a propaganda comunista, supostamente, mina sob todos os aspectos. É preciso, portanto, contra-atacar essa ação. A doutrina militar dos últimos quinze anos exagerou enormemente a importância dos fatores psicológicos. Os militares da segurança nacional estão convencidos de que o destino da guerra é traçado no plano psicológico. Portanto, atribuem uma extrema importância ao controle de todos os fatores que possam levantar ou baixar a moral do povo e sua vontade de lutar contra o comunismo. (COMBLIN, 1980, p. 62). (grifo nosso).

Dessa forma, se os comunistas atacavam no plano psicológico, este mesmo plano tinha papel privilegiado nas ações de combate ao comunismo. A via psicológica era compreendida pelos militares como sendo tão importantes quanto as ações repressivas armadas. Uma ação indireta, numa linha de intransigência na luta anticomunista. Embora o autor tenha vivido em uma conjuntura de abertura política, apesar de “lenta e gradual”, esteve sempre vigilante e atuante com seu anticomunismo. Carvalho compreendeu que não havendo um contexto favorável à repressão física aos comunistas, a sua ação deveria partir do campo das idéias, da literatura, no nosso entendimento, no campo das representações. Tratava-se de aniquilar moralmente o inimigo, o comunista, de produzir sentimento de aversão à atividade comunista através de suas narrativas ficcionais, para além do uso dos aparelhos repressivos, através de torturas e assassinatos.

A *estratégia de ação indireta* do comunismo, detectada no **Manual Básico da ESG** possui dois tipos de “público-alvo”, inimigos que potencialmente estão em toda parte:

o *público interno* que inclui militares da ativa e da reserva ou civis que trabalham em Ministérios militares, assim como a Polícia Militar e outras forças paramilitares. O *público externo*, composto de estudantes, líderes sindicais, meios de comunicação impressos e eletrônicos, grupos sociais influentes, como os intelectuais, profissionais, artistas e membros de diferentes ordens religiosas. (ALVES, 2005, p. 47).

Alves (2005), salienta que a

teoria do “inimigo interno” induz o governo ao desenvolvimento de dois tipos de estruturas defensivas. Primeiro, o Estado deve criar um Aparato repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os “inimigos”, aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista “indireta” (ALVES, 2005, p. 48).

Todavia, uma terceira estratégia, apresentada, por Alves (2005), está definido no **Manual Básico da ESG** como “Estratégia Psicossocial”⁴⁹, tão eficiente quanto as duas mencionadas anteriormente. Esta “estratégia contra-ofensiva” prevê métodos de propaganda psicológica e controle ideológico, uma espécie de contrapropaganda, ações ofensivas, de defesa pelo ataque ao comunismo, que, no nosso estudo, privilegiou a via das representações a partir das narrativas ficcionais de Carvalho.

⁴⁹ A *Estratégia Psicossocial* é debatida na Seção III, “Expressão Psicossocial do Poder Nacional – Poder Psicossocial”, p. 355-371 do Manual Básico da ESG.

Assim, tendo em vista a retomada da resistência à ditadura, provindas da esquerda, entendida como o PCB, Ferdinando de Carvalho desenvolveu uma abordagem, na qual explicitou os componentes e setores que incomodavam a linha-dura e que deveriam ser combatidos. Nas suas narrativas ficcionais, anticomunistas com caráter preventivo e totalitário, já na introdução, vemos a caracterização do militante comunista como desequilibrado e fanático.

CAPITULO 2

A ORIGEM DOS MATIZES: O IPM-709

O IPM do Partido Comunista era, entre outros, da mesma natureza, desconexo e extensíssimo amontoado de tolices enunciadas como verdades transcendentais, de slogans transformados em fatos, de vitupérios arrolados como argumentos.

*Nelson Werneck Sodré - **A fúria de Calibã**: memórias do golpe de 1964.*

A ORIGEM DOS MATIZES: O IPM-709

O presente capítulo tem por objetivo a análise das representações construídas pelo Coronel Ferdinando de Carvalho, mais especificamente, as considerações e concepções referentes ao anticomunismo, a partir do IPM-709. Esta análise procura identificar as representações anticomunistas como vinculadas a um projeto mais global/nacional, de combate ao comunismo pelos militares do Exército, vinculados à chamada “linha-dura”, em um contexto de pós-golpe, neste caso, os anos de 1964-1966. Nessa conjuntura política, direcionada pelo conceito de Segurança Nacional⁵⁰, marcado pelas escolas militares⁵¹ no Brasil, que ao lado da ideologia anticomunista pregava, sobretudo a estratégia de contenção do poderio soviético, Carvalho teria desenvolvido, insistentemente, ao longo do IPM-709, representações acentuadamente anticomunistas.

A Doutrina de Segurança Nacional foi gerada a partir dos anos 50, refere-se a um conjunto teórico de elementos ideológicos, técnicas de aniquilamento do inimigo (infiltração, coleta de informações) e um programa político-econômico de governo. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi sua principal “teorizadora” e divulgadora, e defendia a incorporação do Brasil ao Bloco Americano (mundo dividido em dois blocos, e do *ocidente livre*, direcionado pelos estados Unidos, e o do *oriente comunista*, liderado pela União Soviética). (STEPHANOU, 2001).⁵²

O intuito deste capítulo, portanto, foi buscar no IPM-709, as bases das representações anticomunistas de seu coordenador, Ferdinando de Carvalho, aspectos que são relevantes para defini-lo como um indivíduo de formação anticomunista. Suas formas e apresentações nos levarão a analisar nos capítulos seguintes, seus desdobramentos, em meados da década de 1970, nas narrativas ficcionais de **Os Sete Matizes do Vermelho** e **Os Sete Matizes do Rosa**.

Foi observado no IPM-709, que o anticomunismo é recorrente em forma de críticas e acusações, e, refere-se a um contexto sócio-político de repressão à esquerda brasileira. Analisamos ao longo dos quatro volumes do IPM, caracterizações por nós consideradas anticomunistas, acerca do papel do partido e o chamado *centralismo democrático*, a relação

⁵⁰ Entre os livros que tratam da Segurança Nacional e sua ideologia, além do Manual Básico da Escola Superior de Guerra, estão: (ALVES, 2005); (OLIVEIRA, 1976); (COMBLIN, 1977); (GURGEL, 1975).

⁵¹ Entre as escolas, por exemplo a Escola de Comando do estado-Maior (ECEME), cujo currículo foi fortemente influenciado pela Escola Superior de Guerra (ESG). A ESG foi fundada em 20 de Agosto de 1949, inspirada na americana *National War College*, cujo objetivo era o treinamento de pessoas de “alto nível” para “exercer funções de direção e planejamento da segurança Nacional”. Originada durante a II Guerra Mundial, quando a FEB lutou comandada pelos norte-americanos. (STEPHANOU, 2001).

⁵² Ver também, ROCHA, Maria S. de Moraes. **A evolução dos conceitos da doutrina da Escola Superior de Guerra nos anos 70**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1996.

do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e a capacitação política comunista realizada pelo PCB. Em outras palavras, consideramos pertinente informar como esses temas foram apresentados ao longo do mencionado inquérito e seus possíveis contrapontos com as memórias criadas e recriadas, dos ex-militantes do PCB.

“O COMUNISMO É A JUVENTUDE DO MUNDO”⁵³

Não quisemos que essa investigação tivesse apenas um sentido punitivo, uma expressão coatora, em benefício da integridade institucional do País. A ação judicial contra elementos isolados no quadro amplo do movimento esquerdista no País tem menos importância do que o conhecimento acurado da técnica de ação, das bases do proselitismo, das formas sub-reptícias das alianças criminosas que se realizam nas brechas da legalidade, na sombra da corrupção protetora.

Estamos convencidos de que a melhor defesa contra o comunismo está na consciência esclarecida de cada pessoa, na percepção realista das possibilidades nacionais, no patriotismo indeclinável que não se submete (...) (IPM-709, vol. 1, p. 2)

Neste prefácio da Introdução do Primeiro volume do IPM-709, intitulado **O Comunismo no Brasil**, Ferdinando de Carvalho expõe seu maior objetivo durante a coordenação do inquérito em questão. A sua intenção ultrapassa as formalidades judiciais e punitivas dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), para se concentrar no combate a atividade comunista no país, ou seja, neutralizar a ação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Verifica-se, portanto, uma preocupação em “provar”, convencer seus superiores e a população brasileira da existência do “perigo comunista”, ou seja, para a articulação do movimento comunista internacional dentro do país, antes e depois de 1964, assim como informar como se procedia a atuação dos comunistas.

Os IPMs nasceram, oficialmente alguns dias após a posse na presidência da República, do general Humberto Castello Branco, que determinou, em 27 de abril de 1964, a criação da Comissão Geral de Investigações (CGI),⁵⁴ cuja função era coordenar o trabalho das Comissões Especiais de Inquérito (CEIs). As CEIs investigavam a presença de “subversivos”

⁵³ A frase pertence a João Falcão, retirada do livro “O partido comunista que eu conheci”, pág. 286

⁵⁴ Com base no art. 8º. do AI-1, Castello Branco publicava no dia 27 de abril de 1964, o Decreto-Lei no. 53.897 que criava e regulamentava os IPMs.

em todos os níveis do aparelho de Estado. Eram comissões compostas por 220 militares (entre capitães, majores e coronéis) encarregados de presidir os inquéritos policiais-militares (IPMs).

Dessa forma, instauraram-se centenas de IPMs, indiciando entre outros, professores, parlamentares, membros de movimentos sociais, líderes sindicais e estudantis, oficiais militares nacionalistas e operários. Esses IPMs, espalhados por todas as unidades da federação, - instituídos para investigar as atividades de funcionários civis e militares, identificando os “subversivos” e colaboradores do governo anterior, - realizaram uma devassa na vida pública e privada daqueles considerados inimigos pelos militares e tiraram de circulação muitos opositores do Regime. Essa autêntica “inquisição” ficou conhecida como *Operação Limpeza*.(MATTOS, 2003; ARNS, 1985).

Segundo Mattos (2003), muitas vezes, os IPMs foram conduzidos irregularmente com acusações inconsistentes, prisões ilegais e uso de tortura contra os suspeitos. Era comum que os advogados fossem impedidos de ter acesso aos autos dos inquéritos e de acompanhar seus clientes nos interrogatórios.

Para Maria Helena Moreira Alves (2005, p.69), os IPMs tornaram-se uma fonte de poder de fato para o grupo de coronéis designados para coordenar ou chefiar as investigações e, dessa forma, “configuravam o primeiro núcleo de um Aparato Repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais “linha-dura”, no interior do Estado de Segurança Nacional.”

Nas memórias de Nelson Werneck Sodré, os encarregados desses IPMs,

[...] detinham todos os poderes. Nada os embaraçava. Não davam satisfações a ninguém. Erigiam-se em autoridade, acima das leis. Prendiam a torto e a direito, por prazo indeterminado. Se a autoridade judiciária concedia hábeas corpus, desrespeitavam-no, tranqüilamente [...] (SODRÉ, 1994, p. 34).

No entanto, o coronel Ferdinando de Carvalho, afirmou que “o Inquérito não pode, em consequência, transformar-se em um simples repositório de acusações efêmeras”, por isso, imaginou realizar uma “investigação cuidadosa cujos resultados traduzissem o intuito de fixar na consciência dos homens a gravidade dos crimes contra a nacionalidade”. Com Carvalho os objetivos dos IPMs, tiveram uma tônica anticomunista preventiva, pois “o IPM 709 é uma das provas concretas dessa permanente, dessa indormida preocupação das instituições militares (contra a ação comunista)”. (IPM-709, vol. 1, p. 3). Como já descrito na introdução, o IPM-709, publicado pela Bibliex está distribuído em quatro volumes, sendo que o primeiro, com o qual trabalhamos neste capítulo, refere-se ao “comunismo no Brasil” e os três últimos às

“atividades comunistas no Brasil”. Com relação aos conteúdos do primeiro volume, verificamos que a ênfase maior está naquilo que o autor considera como bases ideológicas ou filosóficas do comunismo. Neste volume foram apresentadas, algumas idéias e trechos de obras de autores como Karl Marx, Friedrich Engels, Vladimir Lênin, Afanasyev, mas, sobretudo, do livro **Fundamentos do Marxismo Leninismo**, organizado pelos teóricos comunistas Kuucinen e Arabatov, traduzido por Jacob Gorender e publicado no Brasil em 1962.

O internacionalismo proletário e a Internacional Comunista ou *Komintern* também foram fartamente descritos. As divergências no Movimento Comunista Internacional, especificamente o caso da Albânia e China, e as denúncias de Kruschov contra Stalin, foram temáticas desenvolvidas também neste primeiro volume. Para concluir o volume, Carvalho inicia a sua análise sobre o PCB, o qual foi objeto central dos volumes seguintes. Com isso foi esboçada uma tentativa de síntese histórica do PCB, baseada em documentos políticos do partido: estatutos, programas e informes.

Concluindo o volume foram abordadas as características gerais da atividade do PCB, sua organização, estruturação, aspectos financeiros, formação de quadros, política de segurança na ação clandestina e informações sobre os congressos do partido. Sob a responsabilidade de Carvalho, o IPM, mais do que um componente de investigação sobre o Partido Comunista Brasileiro, direcionou e ambientou,

os julgadores, as autoridades e os leitores em geral, no problema comunista brasileiro, sua vinculação internacional e nos principais aspectos de sua correlação criminal de suas atividades atentatórias às bases do sistema político e social vigente e às instituições nacionais. (IPM-709, VOL 1, p. 5).

Segundo a caracterização de Carvalho, o IPM-709, não teria sido apenas para julgar e prender aqueles envolvidos com o PCB. Este inquérito, em muito se comprometia com os desejos individuais deste homem: combater o comunismo pelo campo das representações, do imaginário e das ideologias. Esse desejo pretendia desgastar e aniquilar a imagem dos comunistas diante dos militares menos conservadores, assim como da sociedade brasileira como um todo. O comunismo foi encarnado e julgado por Carvalho, como “um aríete poderoso das pretensões de domínio mundial por um grupo de nações imperialistas”. Para ele, não se tratava, pois, nem de “doença social que medra na miséria e na ignorância” e, muito menos, “tendência evolutiva da humanidade em demanda da Justiça Social e da liberdade”.

Para Carvalho, o comunismo se afirmou como um instrumento da subversão, e,

subvertido em seu próprio entendimento. O comunismo não é um produto da miséria e da ignorância. Há comunistas riquíssimos. A maior parte da população miserável, por outro lado, no mundo inteiro, não é comunista. Existe um número fabuloso de intelectuais comunistas. Pode-se afirmar, inclusive, que a compreensão do comunismo exige um estágio intelectual superior. O comunismo é uma ideologia complexa em seus fundamentos filosóficos. Para proporcionar o conhecimento do comunismo, os Partidos Comunistas mantêm um sistema educacional desenvolvido e atuante. Assim o comunismo não pode ser um produto da ignorância. (IPM-709, vol 1, p. 13).

Na representação de Carvalho, o comunismo pode ser entendido também, como um movimento idealizado, e apesar de ser uma “doutrina materialista”, o comunismo se introduz no “espírito de seus adeptos como verdadeira religião, com todos os seus dogmas, preconceitos e rituais”. Seguindo essa linha, o coronel defendeu que o comunismo não existe e jamais existirá algo semelhante, em qualquer lugar do globo terrestre. O que é possível em todos os países socialistas, que seguem para o comunismo, “são ditaduras poderosas e opressoras que negam a seus próprios povos os direitos essenciais da condição humana.”, ou seja, o que se retrata nas nações consideradas comunistas são ditaduras violentas e destruidoras da paz entre as classes. (IPM-709, vol. 1, p. 13).

A definição de comunismo como doutrina de libertação do proletariado ou sistema social sem classes, propriedade pública dos meios de produção e igualdade entre os membros da sociedade, segundo Marx e Engels, foi entendida por Carvalho como uma visão unilateral e ilusória, onde um mundo mais justo apenas se justifica para “atrair a ilusão dos incautos, o devaneio dos sonhadores e a ambição dos espertos”. (IPM-709, vol. 2, p. 22).

Inversamente do que preconizava Carvalho, o comunismo é considerado como o regime social mais justo pelos seus estudiosos, é aquele que realiza mais plenamente os princípios de igualdade e liberdade, “assegura o florescimento da personalidade humana e converte a sociedade em uma associação organizada, em uma comunidade de trabalhadores”. Pelo comunismo a sociedade conseguirá a igualdade, por ser uma sociedade sem classes, onde são suprimidas os resquícios das diferenças sociais e da desigualdade ainda resultante do socialismo. A inexistência das diferenças sociais, não significaria a perda de identidade humana, a equivalência das diferenciações individuais. (KUUCINEN, 1962, p. 736).

No aspecto da igualdade no comunismo, Kuucinen, (1962), também afirmou que

o comunismo não é um quartel habitado por seres sem personalidade. Somente os vulgarizadores incorrigíveis ou os caluniadores notórios podem traçar essa caricatura da sociedade do futuro [a comunista]. (...) A igualdade

comunista, não pressupõe a eliminação de todas as diferenças entre as pessoas, mas apenas das diferenças e condições que colocariam os homens em uma situação de desigualdade social. (KUUCINEN, 1962, p. 737)

Entretanto, Carvalho alegou, por exemplo, não existir no comunismo a igualdade e liberdade entre os povos:

O movimento comunista em nosso país, como em qualquer outra nação do Mundo Ocidental é, na realidade, a manifestação de um complexo de causas e fatores que abrangem desde o idealismo elevado e doutrinário ao interesse mesquinho das ambições inconfessáveis. É, por isso, difícil estabelecer até onde o aperfeiçoamento social e político, a elevação do nível econômico das populações pode atenuar a expansão das ideologias de fundo marxista que se apresentam em um grande número de variações influentes e expressivas. Os objetivos que as diversas correntes apresentam são sempre dourados pela descrição atraente de metas ideais de progresso, de bem-estar, de paz, emancipação e de harmonia universal. Esse quadro, que a propaganda desenha de modo fascinante, é como um horizonte sempre inatingível carregando uma leva constante de incautos e de oportunistas. (IPM-709, v. 1, p. 1)

Marx (1974, p.156) afirmou que “o comunismo é a forma necessária e o princípio dinâmico do futuro imediato”. Um sistema social regulado e voltado para as necessidades humanas dos indivíduos. A sociedade comunista seria o resultado de uma “reconstrução consciente da sociedade humana”. Neste entendimento, o comunismo é uma sociedade que põe fim à pobreza e assegura o bem-estar a todos os povos.

Contrariamente ao evocado por Carvalho, destacamos nesta direção, que para os autores soviéticos, uma sociedade comunista responderia de maneira satisfatória as necessidades materiais e técnicas dos homens de acordo com o princípio de “a cada um segundo suas necessidades”. Cada indivíduo receberia da “sociedade tudo o que necessita, independentemente de sua posição, da quantidade e da qualidade do trabalho que seja capaz de realizar.” (KUUCINEN, 1962, p. 733).

O conceito de comunismo desenvolvido por Prestes segue contrariamente àquele pregado por Carvalho, pois ser comunista para Prestes era

ser jovem sempre, é saber que o avanço das ciências está do nosso lado, que às vezes a gente precisa apoiar hoje o inimigo de ontem, como fiz com Getúlio, em 1945, apesar de ele ter entregue minha companheira grávida aos nazistas [...] ser comunista é saber que a nossa luta é a luta das massas, que a nós cabe apenas conduzi-las ao poder. (MORAES, 1997, p. 198).

Gregório Bezerra (1979), em seu depoimento também manifestou uma representação do comunismo e dos comunistas diametralmente oposta à de Carvalho. Para Bezerra, os comunistas são homens especiais, pois lutam pela justiça e liberdade, verdadeiros patriotas. As lutas dos comunistas, no passado e no presente, para Bezerra são fortemente registradas, dadas como situações especiais e transformadoras do regime de desigualdade:

Nós, comunistas, somos verdadeiros patriotas. Quem mais do que nós lutou no passado e continua lutando no presente por um Brasil desenvolvido e verdadeiramente independente? [...] Quem mais do que nós, comunistas, tem lutado contra a fome, contra a miséria e contra o atraso do nosso povo? [...] Nós, comunistas, revolucionários, lutamos para transformar esse regime de exploração do homem pelo homem num regime socialista, onde não haja mais exploradores nem explorados. Nós, comunistas, não somos terroristas nem sabotadores, nem tampouco incendiários. Não usamos esses métodos de luta, porque eles só servem para reforçar a reação (BEZERRA, 1979, p. 38, 66)

A partir destes destaques, observamos que existem caminhos muito distintos acerca da interpretação do comunismo e seus objetivos. Carvalho não admite as imagens expressadas pelos próprios comunistas em seus estudos, memórias e autobiografias, onde “comunismo é juventude”, assegura as necessidades vitais do ser humano, e representa a igualdade entre as classes, como afirmou João Falcão. Gregório Bezerra expressou que os comunistas são os verdadeiros “patriotas”, porém o coronel Carvalho constituiu uma imagem onde o comunismo de uma maneira geral, não passou de uma ilusão, dominadora, opressora, uma espécie de doença social; e aqueles indivíduos envolvidos com o comunismo, apenas iludem, dominam e oprimem os inocentes.

O PARTIDO: “UM IMENSO POLVO CHEIO DE TENTÁCULOS”

Considerada como a precursora dos partidos comunistas do século XX, a Liga dos Comunistas, foi criada por Marx e Engels, em 1847. Eles realizaram conclusões importantes sobre o papel do partido revolucionário, sua organização e política, entretanto foi Lênin, quem desenvolveu e formulou o papel dirigente do partido, seus princípios de organização e normas internas, assim como os princípios fundamentais de sua política e tática, constituindo, uma das mais “importantes contribuições de Lênin ao marxismo”. (KUUCINEN, 1962).

Nos escritos de Marx e Engels, não existe uma teoria sistematizada para a criação de um partido político. Entretanto, no **Manifesto Comunista**, escrito em 1848, encontram-se os

principais elementos da concepção de partido visualizada pelos fundadores do “comunismo científico”, que são as seguintes: a) nas lutas nacionais do proletariado, os comunistas se destacam e fazem prevalecer os interesses comuns dos proletários, sem distinção da nacionalidade dos mesmos; b) os comunistas representam, sempre, os interesses dos movimentos em geral, na luta da classe operária contra a burguesia. Enfim, o Partido Comunista consistiria, praticamente, no setor mais decidido dos partidos operários de cada país, pois deteria conhecimento das condições internas e objetivos gerais do movimento operário.

O partido para Marx e Engels teria o papel de vanguarda, de dirigir a classe operária ao seu lado, e jamais deveria atuar de forma isolada, sectária e exclusivista, mas, acima de tudo, deveria ser aberto e criativo. O partido não proporcionaria o surgimento de uma vanguarda dirigente, acima dos operários. Seria sim o condutor, o orientador desta classe operária. Enfim, os dois pensadores, possuíam uma visão mutável de partido, adaptada à realidade, ao meio, cujo objetivo final seria o de transformar a classe trabalhadora na verdadeira liderança intelectual e política de cada país.

Para os dois pensadores, o partido é fundamental para que os operários possam impulsionar e dar direção às suas lutas. O **Manifesto do Partido Comunista** procura destacar e materializar essa importância, fornecendo algumas características programáticas básicas para esse modelo de organização. Uma vez no poder, o partido não deveria desempenhar nem o papel de organizador, nem o de educador. Ele deveria se transformar em um inspirador, em um animador das organizações operárias, que possuiriam liberdade para aceitar ou discordar de suas idéias e projetos.

Publicado em 1902, em Stutgard, na Alemanha, o livro de Lênin intitulado **Que fazer?**, expõe teórica e politicamente a constituição e o papel de um partido revolucionário de combate, cuja organização dos operários deve ser, profissional, “a maior possível” e, a mais clandestina possível, sobretudo em caso de uma Rússia autocrática. Deveria englobar também, homens cuja profissão seja a ação revolucionária. Que fazer? – perguntava Lênin - para construir o partido operário à altura das condições objetivas da Rússia? (BENOIT, 1998)

A obra **Que Fazer?**, apresenta os elementos fundamentais e estabelece princípios gerais para a construção de um "partido de novo tipo", lenineano. Neste livro o partido constituía-se, em uma organização que fosse capaz de sintetizar as experiências organizativas clandestinas e a ação de propaganda (legal e semi-legal). Para isto, era necessária a criação de uma vanguarda marxista de revolucionários profissionais, formados teoricamente pelo marxismo, buscando um movimento operário organizado e consciente.

Fazia-se necessário uma síntese dialética entre a organização disciplinada, militarizada, ilegal, clandestina, formada por homens que tinham a revolução como atividade profissional e, por outro lado, com uma ampla atividade de agitação e propaganda marxista. Portanto, a organização era pensada dialeticamente, como uma síntese entre vanguarda de revolucionários profissionais e círculos de trabalhadores espontâneos, pois “[...] a centralização das funções mais clandestinas pela organização dos revolucionários, longe de enfraquecer, enriquecerá e estenderá a ação de uma multidão de outras organizações que se dirigem ao grande público [...]” (LÊNIN, 1979, p. 88.).

Assim, não observamos em Lênin um modelo rígido de Partido, sobretudo, no livro **Que Fazer?** onde se apresenta um sujeito ativo revelando uma junção entre teoria e prática na construção do partido. Nesta organização a atenção “deve voltar-se principalmente para elevar os operários ao nível dos revolucionários e não para descermos nós próprios infalivelmente ao nível da ‘massa operária’, como querem os “economicistas”. (LENIN, 1979)

No livro, **Um passo em frente, dois passos atrás**, de 1904, Lênin desenvolveu e fundamentou seu conceito de partido político de vanguarda, e a idéia da fusão entre teoria socialista e o movimento espontâneo da classe operária. Ainda no prefácio, Lênin criticou a posição dos mencheviques em defender uma “organização do partido difusa e não fortemente cimentada; na sua hostilidade à idéia ‘burocrática’ da edificação do partido de cima para baixo [...] pela sua tendência para atuar de baixo para cima” e na sua crítica ao centralismo.

A teoria lenineana de partido não é portanto, estanque, apesar de ter originado estados burocráticos, sobretudo, nos partidos comunistas da “era Stalin”, cujos modelos foram incorporados e generalizados por Carvalho para ratificar seu anticomunismo. Carvalho não evidenciou em suas críticas, o projeto de partido desenvolvido por Lênin, que visava responder aos desafios revolucionários postos pela vigência da autocracia russa. Já as deformações estalinianas, com as quais Carvalho se aproximou e usou como modelo, transcendem em muito as linhas gerais do legado de Lênin. O que Carvalho não assegurou foi a responsabilidade de Stalin nas expulsões dos seus adversários do partido, nas perseguições, prisões e morte daqueles que discordaram dele e, mais, que o posto de dirigente máximo do partido não foi reclamado por Lênin e, sim, por Stalin.

Para Lênin o partido deve seguir um *processo dialético* que se desenvolve da forma *ilegal* (vanguarda) e *legal* (a maioria do proletariado). Não obstante, Lênin preconizasse que as massas, e não o partido, faziam a revolução, jamais defendeu que o partido abdicaria de seu papel de vanguarda, às vésperas da revolução, nem que ele teria de atuar na legalidade. A condução da vontade das massas é a vanguarda. Resumidamente, a idéia de Lênin pode ser

assim entendida: as massas fazem a revolução, mas sob a direção do partido (vanguarda). Entretanto, o fato de atuar na legalidade ou na ilegalidade antes do triunfo da revolução dependeria das condições políticas (amplitude das conquistas democráticas, correlação de forças, etc) e jamais o partido deveria substituir sua legalidade pela renúncia aos métodos clandestinos, conspirativos e insurrecionais de atuação na Rússia anterior ao Outubro de 1917.

Em **Carta aos membros do Comitê Central** às vésperas da insurreição, Lênin afirmou:

convencer os camaradas que hoje a situação pende por um fio, na ordem do dia se colocam questões que não podem decidir nem conferências, nem congresso (mesmo que este seja o congresso dos soviets), mas unicamente o povo, a massa, a luta das massas em armas [...] O povo possui o direito e o dever de decidir tais questões não por votos, mas pela força; o povo possui o direito e o dever, nos momentos críticos da revolução, de guiar seus representantes, mesmo os melhores, em lugar de esperar por eles. (Carta aos membros do Comitê Central, de 24/10/1917, apud BENOIT, 1998, p. 61.)

Permeada por entendimentos preconceituosos, mas, também, posições políticas solidamente anticomunistas, com concepção de mundo diametralmente oposta à dos comunistas, Carvalho afirmou, que o Partido Comunista estava presente em todos os setores da vida nacional “através de um sem número de organização ostensivas ou clandestinas, legais ou ilegais, que constituem um complexo subversivo de extraordinária capacidade, à feição de um imenso polvo cujos tentáculos se lança em várias direções”. (grifo nosso, IPM-709, vol. 1, p. 141).

Para os comunistas brasileiros o partido comunista também era a vanguarda da classe operária, ou seja, a sua parte mais avançada, consciente e condutora das amplas massas de trabalhadores na derrubada do capitalismo. Segundo a **Resolução Política** do V Congresso, em 1960, o objetivo do PCB foi estabelecer a sociedade socialista, por fim à exploração do “homem pelo homem e aos antagonismos de classe” . A idéia de partido voltado para a classe operária pôde ser observada também neste trecho:

A construção de um poderoso Partido na classe operária reclama, antes de tudo, que seja aceite por nós, e com todas as suas conseqüências, a doutrina leninista sobre o Partido como estado-maior da classe operária. Isso é, o Partido não é uma organização para si mesmo, mas, acima de tudo, é o centro que vive, estuda, acompanha e se emociona com os problemas da classe operária e realiza seu papel de vanguarda, formulando os melhores caminhos a serem trilhados pelo proletariado, no duro e complexo combate

que este trava por sua libertação. (**Informe de Balanço do CC ao VI Congresso**, apud **PCB**: vinte anos de política, p. 138).

Astrogildo Pereira um dos fundadores do PCB, e secretário geral do partido, entre 1922 e 1930 afirmou em seu discurso de abertura do IV Congresso do PCB, em novembro de 1954, que o partido era a “organização de vanguarda da classe operária, o guia experimentado e clarividente, o verdadeiro condutor das lutas operárias e populares”, e também:

O Partido Comunista do Brasil nasceu e cresceu , vive e viverá porque precisamente lhe cabe a missão, como vanguarda consciente da classe operária, de organizar e dirigir as lutas de todo o povo brasileiro contra a exploração econômica e a opressão política, pelo progresso do país e sua libertação do jugo imperialista, pelo socialismo. (PEREIRA, 1979, p. 61)

Note-se que o mesmo sentido de partido de vanguarda da classe operária, também se encontra evidenciado nos **Estatutos do PCB** aprovado no IV Congresso de 1954:

O Partido Comunista do Brasil é o partido político da classe operária, a vanguarda consciente e organizada da classe operária, a mais elevada forma de sua organização de classe. O Partido Comunista do Brasil, união voluntária e combativa dos comunistas, é guiado em toda a sua atividade pela doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stalin. (**Estatuto do PCB**, 1954, p. 1)

E no VI Congresso, em 1967:

O Partido Comunista Brasileiro, se orienta pelo marxismo-leninismo e pelos princípios do internacionalismo proletário [...] vanguarda política e forma superior de organização da classe operária, tem por objetivo a conquista do poder político para o estabelecimento do socialismo e do comunismo em nossa pátria [...]. (Estatutos do PCB, 1967, apud: apud **PCB**: vinte anos de política, p. 191).

A vida partidária para Geraldo Rodrigues (1997) foi repleta de ganhos na convivência com os companheiros, onde encontrou abrigo afetivo, “uma outra família. A esta dediquei toda a minha existência, plena de alegrias e dissabores, certezas e incertezas, mas inteiramente convencido de que este era o meu lugar”. Para ele, ingressar no PCB, foi uma decisão mais do que acertada, e “baseou-se na convicção de que o sistema de injustiças sociais só se modificaria através da luta organizada da classe operária e de sua vanguarda política, o Partido Comunista”. (RODRIGUES, 1997, p. 33).

João Falcão, em suas memórias também considerou positivamente a sua passagem pelo partido. Uma maneira extremamente diferente daquela desenhada pelos ex-militantes (Barata e Peralva). Para Falcão, o PCB possuía uma importância pessoal, social e nacional grandiosa, pois, neste partido, ele teria reconhecido a tolerância e aprendido a “cultivar os mais elevados princípios do homem: a moral, o caráter, a solidariedade humana, o amor à pátria e à família”, assim como a “respeitar a dignidade do homem e a liberdade”. E Falcão destacou também:

Nesta escola (o PCB) formei o meu caráter até os dias de hoje, e posso afirmar ao povo de minha terra que tenho a inabalável convicção de que o maior instrumento, a verdadeira arma de emancipação de nossa pátria, de democracia, progresso, liberdade e felicidade para o nosso povo, para os homens e mulheres do Brasil, para velhos e jovens, é o Partido Comunista, o único que realmente luta pelo povo, sem egoísmo, sem ódio, mas voltado sobretudo para o bem-estar de todos, dentro da política de união e cooperação entre as classes. O único que coloca os interesses da pátria acima de tudo, porque não tem compromisso com ninguém, a não ser o povo. O único que luta verdadeiramente pela família, porque quer assegurar para ela uma situação de estabilidade, que afugenta a miséria, as doenças e a ignorância de todos os lares de nossa terra. E luta pela liberdade de cultos e de não ter cultos e aceita em seu seio homens de todas as religiões. (FALCÃO, 1988, p. 286).

A idéia de liberdade em relação ao PCB e no interior desse partido é também um elemento presente nas memórias de Leôncio Basbaum, (1976), que afirmou ter dedicado mais da metade de sua vida, “em pensamento de ação” ao PCB, e ao que ele “representava em intenções: a liberdade e o resgate do povo brasileiro, a redenção do Brasil”. O seu depoimento também aponta no PCB, “o lado humano da atividade revolucionária”, para uma frustração sentida ao ter descoberto que no interior do partido, “no meio de santos, de homens que teimavam em dar a outros sua vida por um mundo melhor”, ele pode encontrar “aventureiros, aproveitadores, carreiristas, amigos falsos, como as pulgas que estão em toda parte”. Afirmou ainda que nos quase quarenta anos de militância,

algumas vezes marginalizado pelas lutas internas, outras como elemento de vanguarda, conheci, dentro do Partido ou na sua periferia, tipos humanos de toda espécie. Havia heróis e salafários, mártires e vigaristas, homens honestos ou simples aventureiros, comunistas sinceros e carreiristas. Mas nada há de admirar: disso é feita a humanidade. (BASBAUM, 1976, p. XV).

Embora Basbaum também tenha afirmado que, após ingressar no PCB, em maio de 1926, não sabia que tipos diferentes de caráter “criaturas vulgares, na inteligência como nos sentimentos, e se caracterizavam por uma qualidade: a esperteza.” poderiam passar pelo partido. Ele entregou a sua vida ao partido e assim,

Acabaram-se os namoricos e bailaricos, que de quando em quando eu ainda freqüentava. Praticamente me isolei dos poucos colegas com os quais eu ainda mantinha relações de amizade – ou de estudos – para me consagrar por inteiro às minhas tarefas. [...] Quando entrei no Partido, essas relações (de amizade) se tornaram ainda mais débeis. Fui atacado do mesmo mal que atacava a todos os que ingressavam no Partido: uma espécie de sectarismo [...] e nos fazia encarar todos seres humanos não-comunistas como infelizes que ainda não haviam descoberto a Verdade (BASBAUM, 1976, p. 40).

Tudo isso contrapõe ao modelo de partido apresentado por Carvalho, e à sua leitura sobre o que Lênin teria pensado e escrito sobre o Partido. Uma leitura dogmática de partido, e do próprio movimento comunista internacional, foi absorvida por Carvalho, desconsiderando a revolução como um processo de auto-emancipação do proletariado.

Os comunistas consideram, portanto, que o Partido representa um escalão dirigente na conduta das massas, um organismo de comando e controle, orientado pela teoria revolucionária do comunismo universal. Sua estrutura e sua forma de atuação refletem essa expressão revolucionária, esse empenho incansável de destruir, desde os seus fundamentos, a civilização capitalista, procurando tirar todo o partido das liberdades em que esta se apóia, para acelerar a sua obra demolidora. (IPM-709, v. 1, p. 70)

O argumento de que o Partido Comunista é uma “máquina autoritária, terrível e potente”, se constitui em uma das principais e insistentes teses encontradas no IPM e que deu sustentação às representações anticomunistas. Para Carvalho, essa “máquina” possuía uma poderosa penetração política e orientação ideológica, implantada em quase todas as instituições e setores públicos e privados da maioria das nações.

Nas memórias de Osvaldo Peralva, (1962, p. 181), O PCB “feito à imagem e semelhança do PCUS, é uma organização complexa, contraditória, absorvente e, até certo ponto, incognoscível.” Esta perspectiva pode ser notada também através das memórias de Agildo Barata⁵⁵ (1978) que foi membro do Comitê Central do PCB de 1945 até seu

⁵⁵ Ao lado de Agildo Barata, fizeram parte do núcleo de militantes do PCB que realizaram autocrítica após o XX Congresso do PCUS, entre outros, o intitulado como Sinédrio, estavam: Osvaldo Peralva, João Batista de Lima e Silva, Antonio Rezende, Armando Lopes da Cunha, Aydano do Couto Ferraz, Carlos Duarte, Demóstenes Lobo Ernesto Luz Maia, Victor M. Konder e Zacarias Carvalho.

rompimento em 1957. Com ele, idêntico ao pensamento de Carvalho a respeito do PCB, o partido foi qualificado negativamente como sendo uma “organização altamente nociva”. Este ex-militante se questionou a respeito do que teria levado um partido comunista que devia ser uma organização democrática a se transformar em uma

espécie de seita mística, fanatizada, a obedecer cegamente a um chefe único ao qual tecem os mais alucinantes elogios e endeusamentos. Por que ao invés de ser uma organização democrática, usando a sabedoria coletiva e organizada de seus militantes, vivendo e praticando uma intensa e saudável democracia interna, os Partidos Comunistas se reduziram a um restrito conglomerado de fanáticos, sem vontade e sem opinião outra que não seja a do chefe, a do “guia genial”, a do “esclarecido e bem amado” secretário geral? (BARATA, 1978, p. 361).

Na representação de Carvalho, de que o Partido Comunista, não passava de uma “agremiação de caráter internacional destinada a liderar o movimento comunista, segundo uma linha política que adapta as condições nacionais às imposições de uma direção central empenhada na destruição do regime capitalista e de hegemonia mundial”, se desconsidera as particularidades regionais e/ou culturais dos partidos comunistas. Para ele, “o Partido obedece a um esquema de estrutura e de funcionamento bem característico e generalizado, que permite às agremiações de mais de oitenta países uma homogeneidade doutrinária impressionante”. (IPM-709, vol 1, p. 69).

De acordo com os princípios da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), originária dos Estados Unidos na época da “guerra fria”, existia uma guerra permanente e total entre o comunismo e o Ocidente, daí a estreita ligação entre a DSN e a luta anti-subversiva, explicada pela “concepção que esta doutrina faz da luta política como forma de guerra interna”. Dessa forma, criado pelo decreto no. 4.341, em 13 de junho de 1964, o SNI atuou como um órgão de assessoria direta do poder executivo e responsável pelo recolhimento de informações da segurança interna. (ARNS, 1985).

Segundo Alves (2005), essa interpretação gerou a necessidade de um sistema de informação, entendido como um instrumento essencial que poderia estar em qualquer parte para “identificar antagonismos e pressões”, “características e intensidades das manifestações”, bem como a “estimativa dos acontecimentos futuros” e a sustentação do Estado opressor. O Serviço Nacional de Informações (SNI) canalizava toda informação encaminhada ao Executivo, tendo, com isso, poderes de determinar quais informações teriam acesso o

Conselho de Segurança Nacional⁵⁶, e de assessorar o Presidente da República na orientação e coordenação das atividades ligadas à informação. Projeto elaborado pelo General Golbery do Couto e Silva - segundo Alves (2005), o mais influente teórico da ESG, sobretudo no que se referia à geopolítica-, o SNI teve nesse General o seu principal proponente e primeiro chefe. O decreto-lei de 10 de dezembro de 1964 fixou a estrutura organizacional do SNI e especificou seu orçamento e seus objetivos, assim definidos:

[...] a promoção e consecução das tarefas de avaliação e integração da informação [...] para distribuir esta informação entre os vários setores do governo; estabelecer todas as ligações necessárias com os governos estaduais e municipais, com empresas públicas e privadas, e formular certos planos, entre os quais, planejamento da informação estratégica, planejamento da Segurança Interna e planejamento da contra-informação [...] (DECRETO LEI 55.194 DE 1964, apud, ALVES, 1987, p. 88).

Contando com sugestões de consultores norte-americanos, o SNI se espalhou pelos Estados com suas agências regionais, suas Divisões de Segurança Interna – DSIs – e em cada Ministério e Assessorias de Segurança e Informações – ASIs – de vários órgãos públicos. (ALVES, 2005; BORGES FILHO, 1994; HUGGINS, 1998).⁵⁷ O aparelho repressivo do regime militar, contudo, não se restringia ao SNI, pois agia em paralelo aos poderes governamentais - ao contrário, comportava outros órgãos de informações.

Observamos que o “monstro cheio de tentáculos” que impede o membro do partido de afastar-se se assim desejar, referido por Carvalho não é identificado no Estatuto do próprio PCB:

É reconhecida a todo o membro do Partido a liberdade de sair dele. O membro do partido que queira desfiliar-se deve encaminhar o pedido respectivo, oralmente ou por escrito, á organização a que pertence. Esta concederá o pedido, salvo se o requerente é passível de medida de expulsão do Partido. (**Estatuto do PCB**, apud **PCB: vinte anos de política:1958-1979**, p. 192).

Já a posição empregada no testemunho de Osvaldo Peralva, (1962), ex-militante do PCB, sustenta a visão de Carvalho, sobre a falta de liberdade nos partidos, por entender que

⁵⁶ O Conselho de Segurança Nacional exercia a função de planejamento governamental, além de oficializar as cassações no pós-64.

⁵⁷ Golbery do Couto e Silva foi coordenador da principal tarefa atribuída ao complexo ESG/IPES/IBAD: criar e implantar eficazes redes de informações, consideradas essenciais na instalação de um Estado centralizador. ALVES (1987).

se constituía numa das “máquinas mais eficientes que os homens inventaram para despersonalizar os próprios homens”. As críticas também vão ao sentido que o PCB era como “todas sociedades secretas, só tem porta de entrada. Para sair, tem-se de escapar pela janela da execração, sob o apupo ululante dos que ficam”

As representações subestimam, ridicularizam, mas, também demonizam os comunistas. Os colocam em posições de intransigentes e autoritários, e, assim, encerra o primeiro conjunto de representações anticomunistas presentes no primeiro volume do IPM. É importante ressaltar que Carvalho afirma estar ancorado nas informações de autores marxistas, mas sabemos que seus sentidos foram marcados por autores fortemente influenciados pelo stalinismo, com interpretações de partido de Lênin enviesadas, ou de ex-militantes que romperam com o partido por razões, as mais diversas.

Este “polvo” relacionado ao PCB por Carvalho pode ter sido muito menos inofensivo do que o “monstro” como Golbery do Couto e Silva classificou o SNI. Evidentemente que tal caracterização define o poder que possuía este órgão que criou uma rede de informações com conexões com os governadores de estados, com empresas privadas e com as administrações municipais, e, a partir de 1968 cresceu ao “ponto de se transformar na quarta força armada, embora não uniformizada”. (STEPAN, 1986, p. 28).

Assim, lembramos, o Serviço Nacional de Informação (SNI)⁵⁸, como salientou Fico, (2001) era um órgão de informações, embora, seja compreensível a sua identificação como órgão repressivo, pois correspondeu ao plano de controle social e político instalado pelo regime vigente no Brasil, e, com importante participação, esteve infiltrado em diversas instituições sócio-econômicas do país. Atuava de forma secreta, por vezes clandestina, sem qualquer controle democrático por parte da sociedade, conspirava contra as liberdades tanto pública quanto individuais. O SNI, tornou-se assim, uma fortaleza cercada de observadores, ou melhor um “polvo cheio de tentáculos”, forma como Carvalho referia-se ao PCB.

A MÁQUINA POTENTE E O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

O partido comunista da então União Soviética, o PCUS, e demais partidos, a exemplo do PCB, se fundamentaram, na concepção leninista, nos princípios do *centralismo*

⁵⁸ Para se entender toda a montagem, o funcionamento das comunidades de informações e de segurança da Ditadura Militar, ver FICO, 2001. Especialmente sobre o SNI, ver o capítulo VI.

democráticos. Lênin foi o primeiro a utilizar o conceito de *centralismo*, presente no seu livro **Que fazer?**, cuja concepção do partido implicou na construção de uma organização solidamente centralizada. Neste livro, Lênin passou uma idéia de construção de partido das bases para a direção, possibilitando o controle democrático da minoria (a direção do partido) pela maioria (o contingente de militantes).

Estavam previstas a liberdade de discussão e a unidade de ação entre os membros do partido. Os interesses de toda uma classe, manifestados através de uma única vontade. O que se constitui em um problema, uma vez que uma classe, não possui uma única vontade. Esta direção centralizada “pode unir todas as forças, orientá-las para um fim único e dar unidade às ações dispersas de elementos isolados e de grupos operários”. Na democracia do partido comunista, seus membros elegem, discutem e possuem participação prática na orientação das atividades partidárias, ou seja, ocorre uma ampla discussão, e enquanto a resolução não for tomada, ocorrem “diferentes opiniões, podem chocar-se pontos de vista opostos, mas, após a adoção da resolução, todos os comunistas agem como um só homem. Nisto consiste a essência da disciplina partidária”. (KUUCINEN, 1962, p. 357). Isto era o que preconizava a teoria, o que não significava que na prática sempre fosse dessa maneira. As condições políticas na qual atuava o partido dava o tom da democracia partidária. Nas palavras de Prestes verificamos esta afirmação:

O centralismo democrático é um conceito muito flexível, cuja aplicação depende da situação concreta de um partido. Claro que, em tempo de perseguição, a parte democrática tem que ser mais limitada e o centralismo mais sério. Em outros tempos, a democracia pode ter maior amplitude. (MORAES, 1997, p. 273)

As posições de Lênin, a respeito do centralismo não combinavam com uma fórmula rígida. Buscava-se combinar ampla discussão com ação uniforme, pois o princípio do *centralismo democrático* - que se encontra na base do estatuto dos partidos comunistas, e se apóia na vontade dos militantes partidários – na prática significava:

- a) caráter eletivo de todos os órgãos dirigentes do partido, de baixo para cima;
- b) prestação de contas periódica dos órgãos partidários perante suas organizações partidárias;
- c) rigorosa disciplina partidária e subordinação da minoria à maioria;
- d) obrigatoriedade incondicional das decisões dos órgãos superiores para os inferiores. (KUUCINEN, 1962).

No estatuto do PCB, que determinava as formas da estrutura da sua construção, as normas da vida partidária interna, os processos da atividade prática, as exigências e os direitos dos membros do partido, era marcada profundamente pelo princípio do *centralismo democrático*, no qual era direito do membro do PCB “manter e defender suas opiniões, nas discussões partidárias, desde que isto não infrinja” o *centralismo democrático*, pois o que ocorria era a “centralização com base na democracia e democracia sob direção centralizada”. Ora, ainda que se permita a liberdade de opinião não se admite “qualquer forma de atividade desagregadora ou de organização fracionista”.

O centralismo democrático do PCB, presente em seu **Estatuto** de 1954, significava:

- a) Eleição de todos os organismos dirigentes do Partido, de baixo para cima;
- b) Prestação de contas periódica dos organismos dirigentes do Partido ante as respectivas organizações que os elegeram;
- c) Disciplina rigorosa no Partido e submissão da minoria à maioria;
- d) Caráter estritamente obrigatório das decisões dos organismos superiores para os organismos inferiores (**Estatutos do PCB**, 1954, p. 4).

Também nos **Estatutos** do PCB, de 1967, o partido possuía o mesmo sentido estrutural, constituindo-se em uma “organização centralizada e combativa, regida por uma disciplina consciente, livremente aceita por todos os seus membros e obrigatória por igual para todos eles, dirige-se pelo princípio do centralismo democrático e as normas básicas estabelecidas nos presentes Estatutos.” (**Estatuto PCB**, apud, **PCB: vinte anos de política:1958-1979**, p. 191).

Como estava previsto nos estatutos dos partidos comunistas, todos os membros do partido possuem os mesmos direitos, deveres e liberdade de opinião sobre as questões relacionadas ao partido, mas, segundo Carvalho, através do IPM,

os comunistas denominam eufemisticamente de “Centralismo” democrático, definindo-o como “Centralização com base na democracia sob direção centralizada”, baseia-se na existência de uma cadeia sucessiva de escalões de comando, ligados por preceitos de severa disciplina, que asseguram a convergente concentração das relações de dependência e a unidade de ação sob o controle de um poderoso órgão central que decide e arbitra. (IPM, v. 1, p. 153)

Os princípios em que os comunistas dizem basear o funcionamento de sua organização são os denominados “do centralismo democrático” e de “direção coletiva”. Esses princípios são em geral, apenas formas disfarçadas da severa centralização de direção partidárias, sob o domínio de um pequeno número de líderes autoritários. (IPM, v. 2, p. 8).

Uma similar perspectiva relacionada ao *centralismo democrático*, também foi explorada por Osvaldo Peralva, não admitindo a existência de quaisquer direitos de livre expressão dos filiados ao partido:

A própria estrutura do Partido e sua concepção estratégica levam fatalmente, de tempos em tempos, à decomposição da cúpula. A estrutura do PCB baseia-se, segundo seus Estatutos, no centralismo democrático; mas, na realidade, só funciona o centralismo. O totalitarismo pecebista revela-se em sua concepção exclusivista do mundo e da sociedade, tornando inadmissível qualquer divergência das verdades preestabelecidas. Não existe no PCB liberdade de discussão: nas reuniões dos organismos, compete ao militante falar somente para mostrar como interpretou e assimilou as diretrizes vindas de cima ou para sugerir melhores meios de aplicá-las. [...] Quanto à democracia interna, era uma farsa; basta dizer que a validade de qualquer eleição no Partido dependia de aprovação do organismo imediatamente superior, que tinha ainda o poder de intervenção ou dissolução do organismo inferior. Daí as resoluções aprovadas invariavelmente por unanimidade, como resultado desse sistema e prova insofismável de seu totalitarismo. (PERALVA, 1962, p. 266).

Agildo Barata, ao criticar a postura organizacional do PCB considerou utópico e não funcional, pois na prática os princípios do equilíbrio e harmonia entre o centralismo e o democratismo proposto por Lênin, não se realizaram. A esse respeito, reiterou suas posições sobre a ausência de discussão no partido e questionou:

Será que a indispensável unidade monolítica na ação só pode ser alcançada à custa de uma completa castração mental? [...] E será indispensável e inevitável essa ausência de luta de opiniões, essa transformação de uma organização democrática capaz de estimular e de capitalizar sinergicamente o pensamento criador de todos os seus militantes, numa organização paramilitar, que mais lembra uma brigada de choque das obedientes e fanáticas sessões de assalto das hordas nazistas? (BARATA, 1978 p. 362)

A partir das passagens observamos que, de acordo com as visões de Carvalho, Osvaldo Peralva e Agildo Barata, o PCB não combinou harmoniosamente o centralismo e o democratismo. Para eles, um centro único, disciplinador e exigente, a comandar o partido teria sido a regra. As referências a práticas autoritárias do PCB apresentadas pelas memórias desses ex-militantes se coadunam, como se fossem escritas pela mesma matriz, inquestionavelmente anticomunistas, as de Ferdinando de Carvalho. Neste sentido, aceitamos a idéia a partir dos destaques analisados, de que mesmo sendo os ex-militantes afastados espontaneamente ou expulsos do partido, ficou evidente a similaridade entre os pensamentos. Exemplificamos esta perspectiva novamente na referência de Agildo Barata, a seguir:

Jamais, no partido, se discute ou discutiu para elaborar uma linha, para traçar uma orientação. Nas raras vezes que se discute, o objetivo da discussão é sempre o de discutir para assimilar o pensamento da direção e ficar em melhores condições de executar, de obedecer. Ou melhor: Não se discute, pedem-se esclarecimentos. Quando alguém diverge é imediatamente admoestado: “Você é o único que discorda.” Ou: “Quer o camarada enxergar mais e melhor que a direção?” E o audacioso indagador ou curioso tem de encolher-se e reduzir-se à sua insignificância individual contra o peso da opinião maciça de toda a organização e, de boa-fé, chega a conformar-se: se sou só eu quem discorda, quem deve estar errado sou eu. Este singelo raciocínio rapidamente se forma no escrínio cerebral do militante que, via de regra, é um ser predisposto às ações coletivas (tanto que ingressou no partido); este singelo raciocínio de “devo ser eu o errado”, acode simultaneamente às mentes receptivas de todos os participantes das reuniões e surgem as resoluções, quase sempre contra a maioria ou a unanimidade do organismo que discute. (BARATA, 1978, p. 367)

Observamos, portanto, novamente que idêntico a Agildo Barata, para Carvalho a direção coletiva não era praticada no PCB, uma vez que a disciplina rigorosa e as desconfianças conduziram a uma excessiva concentração de poderes “nas mãos de uns poucos chefes, cuja influencia e prestígio se destacam nos órgãos de comando.” E assim,

O partido vai vivendo conduzido pelas mãos de ferro do *núcleo dirigente*. [...] Há toda uma gama interminável e onipresente de usurpações e de esmagamento de qualquer idéia ou proposta que tenha origem em qualquer outro lugar que não seja o seio onisciente do *núcleo*. [...] o secretário-geral que é sempre apresentado com os seus adjetivos: guia genial, deve merecer absoluta confiança do partido líder e a ele ser incondicionalmente fiel. Eis a máquina tal como ela é realmente. E isto, a meu ver, é ao que conduz a prática e o exercício do decantado princípio, dito leninista, do centralismo democrático. As reeleições, ou melhor as auto-renomeações do *núcleo dirigente* e do secretário-geral se sucedem por anos e decênios a fio e o líder *bem-amado* continua interminavelmente, de forma “lúcida e genial” a dirigir unipessoalmente o partido até que um grupo mais astuto consiga derrubá-lo, substituindo-o, mas sem alterar a causa determinante da deformação antidemocrática, e portanto, anti-socialista. (BARATA, 1962, p. 368).

A idéia de um núcleo dirigente, mal intencionado, e deformado, segundo os princípios leninistas do centralismo, não é compactuado, se nos referenciarmos nos estatutos do PCB:

Os organismos do Partido trabalham segundo o princípio da direção coletiva. Todos os órgãos dirigentes devem discutir e decidir coletivamente sobre os problemas que se colocam diante do partido, as tarefas e os planos de trabalho. O princípio da direção coletiva não elimina a responsabilidade

individual. O culto a personalidade é estranho ao caráter de um Partido marxista-leninista e deve ser combatido. (**Estatutos do PCB**, 1954)

A partir destes destaques, observamos que no momento em que o IPM, e as experiências partidárias vividas por Osvaldo Peralva e Agildo Barata, construíram uma imagem dos partidos comunistas, sobretudo do PCB, sustentada na excessiva e absoluta centralização, hierarquia e a disciplina dos comunistas, verificamos visões contrárias, se observarmos os estatutos do partido, e as afirmações de Luiz Carlos Prestes. Este reconheceu, em entrevista no ano de 1981, a predominância do centralismo no Comitê Central, em favor da democracia, defendendo a necessidade da centralização, embora como foi ressaltado, a democracia, redução ou total falta desta, dependa da conjuntura política e social em que o partido esteja atuando:

É, predomina o centralismo. Justamente por não ser revolucionário, para defender uma orientação política errônea é necessário reduzir a democracia. Por isso também, em geral, sofremos durante anos de mandonismo e, conseqüentemente, da falta de iniciativa entre os comunistas nas bases. [...] Usamos em geral o método errôneo de dar ordens apenas, de tomar decisões sem ouvir as bases. Ao entrar para as fileiras do partido, ninguém deve deixar de pensar e ficar à espera de ordens para atuar [...]. (TRIBUNA DE IMPRENSA, 24/03/1981, apud MORAES, 1997, p. 273).

Como resposta às críticas de Agildo Barata ao PCB, em agosto de 1957, o Comitê Central do partido afirmou que:

Agildo Barata se colocou contra a teoria marxista-leninista, o princípio do internacionalismo proletário e os estatutos do Partido. Em sua atividade antipartidária ocupava lugar de destaque a campanha contra a União Soviética e o Partido Comunista da União Soviética. Difundia boatos e calúnias contra a direção do Partido, tentando com isto abalar a autoridade do Comitê Central [...] É necessário desenvolver mais e mais a democracia interna no Partido, corrigindo os métodos errôneos de trabalho e de direção, liquidando com o excessivo centralismo das direções e mobilizando o conjunto do Partido na elaboração de sua política e na execução de suas tarefas. [...] A crítica é um direito que assiste a todo militante, é uma prerrogativa que emana de sua condição de membro do Partido [...] (Resolução do Comitê Central do PCB, 1957, apud: CARONE, 1982, p. 320).

Esta Resolução também acusou Agildo Barata de desertor, desagregador e que seguia uma orientação “tipicamente burguesa”, relacionado com a influência de “ideologias estranhas aos interesses de classe do proletariado dentro do Partido.” Entretanto, contrariamente, à tônica desta resolução, outros que também discordaram do partido, como

Peralva e Marco Antonio Tavares Coelho, reafirmaram a tônica maléfica e enviesada do centralismo democrático praticado pelo PCB:

Qualquer grupo com opinião comum, que discrepe da direção, é tido como um bando de inimigos, ou seja, como *fração*, e logo declarado incompatível com a unidade partidária, que é *monolítica*. Contra os membros de um tal grupo aplica-se o terror ideológico, que consiste em qualificá-los de portadores de desvios burgueses ou pequeno-burgueses ou de introdutores de contrabando políticos e ideológicos, e em explicar suas discrepâncias como produto da influência e pressão das classes inimigas do proletariado. (PERALVA, 1962, p. 266)

Nas memórias de Marco Antonio Tavares Coelho, o caráter centralizador e castrador de opiniões, do PCB, apresentava-se na figura do “Assistente”:

Os que militaram no Partido sabem como, nas atividades partidárias, sempre desempenharam um papel preponderante os “assistentes” enviados pela instância imediatamente superior. Eles davam a palavra final, anulando na prática a autonomia das organizações, tornando letra morta o princípio estatutário da democracia interna. A figura do “assistente”, não prevista nos estatutos, exprimia sem disfarce o centralismo, imposto de cima para baixo, sem contestação. (COELHO, 2000, p. 56)

A esse caráter, Barata também ratificou, entretanto, responsabilizando o núcleo dirigente:

De violação em violação, de usurpação em usurpação o centralismo vai empolgando a organização e o centro diretor, apelidado, no PCB, de núcleo dirigente, rapidamente manda às urtigas o democratismo que tem pruridos de tolher-lhe as mãos, e celeremente assume despoticamente o domínio da máquina partidária. Em vez de os representantes dos organismos levarem, de baixo para cima, o pensamento da organização, como era estabelecido na sugestão marxista para organização da Liga dos Comunistas [...] a nova concepção do famigerado centralismo democrático faz com que os chamados assistente ou instrutores da direção “desçam” aos organismos subordinados para levar-lhes ordens, instruções e orientações. (BARATA, 1978, p. 366).

Os princípios do equilíbrio e harmonia entre o centralismo e o democratismo proposto por Lênin, na prática, não teriam se configurado, e foi duramente criticado por Carvalho, e, sobretudo, pelos ex-militantes, considerado não funcional na prática. Embora nos **Estatutos** esteja explícito que “todo membro do Partido pode discutir livremente nas reuniões do Partido para expressar a sua opinião sobre qualquer problema, direito que emana da democracia interna”, teria predominado, segundo estes ex-militantes, um centro único, disciplinador e

exigente, a comandar o partido. A inutilidade do argumentar, também teria sido outro problema dos partidos comunistas, a exemplo do PCB.

As construções narrativas sugerem, mais uma vez, as diferentes representações a respeito das posturas políticas do PCB, visões anticomunistas, como as expostas por Carvalho no IPM, e de críticas e autocríticas como as identificadas nas memórias dos ex-militantes do PCB. Entretanto, mesmo que se realizem inferências semelhantes ou levemente distintas, a favor de qualquer das posições, comunistas ou anticomunistas, são interpretações, representações modestas de objetividade. Afinal, lembrava Balandier, “o setor político é um daqueles que mais são marcados pela história, um daqueles em que melhor se aprendem as incompatibilidades, as contradições e as tensões inerentes a toda sociedade”. (BALANDIER, *apud* JULLIARD, 1976, p. 192).

Nas últimas considerações sobre este tema, enfatizamos dois aspectos pertinentes, distintos e complementares: a) A inspiração teórica dos princípios definidores do sistema de organização do PCB, inscritos em seus estatutos possuem cunho inconfundivelmente democrático-revolucionário; b) O fato de se tratarem de princípios gerais, a circunstância de não preverem nenhum órgão de controle externo, e o caráter clandestino e estanquizado do partido propiciavam um terreno extremamente fértil para todo tipo de deturpação.

Logo, não é na narrativa, mas é na dinâmica real do funcionamento da organização que se pode avaliar seu caráter, mais ou menos, democrático ou autoritário. A este respeito os depoimentos de Basbaum, Barata, Falcão e Peralva possuem uma particularidade. Todos os quatro deixam o partido em consequência da crise de desestalinização de 1956/1957, reflexo político-ideológico do XX Congresso do PCUS. Barata e Peralva adotaram uma postura acentuadamente anti-PCB em seus depoimentos. Já Falcão foi amplamente favorável ao partido, não obstante as críticas. E Basbaum, também crítico, porém, não maniqueísta. Por fim, os quatro têm em comum, o fato de terem pertencido à direção: Peralva, Barata e Basbaum, ao Comitê Central, e Falcão ao Comitê Regional da Bahia.

INTERNACIONALISMO: TRANSPLANTE DE MODELOS OU DE VALORES HUMANOS DO SOCIALISMO?

A formulação stalineana de que a fidelidade ao PCUS era a “pedra de toque do internacionalismo proletário”, segundo Barata e Peralva foi aceita incondicionalmente pelos comunistas do mundo inteiro. Observamos tanto no IPM quanto nas memórias de Agildo

Barata, Osvaldo Peralva e Leôncio Basbaum, que o PCB era o símbolo da subserviência, subordinação, e da vontade e interesses da política soviética. De acordo com as informações veiculadas nas memórias, a estrutura política do PCB encontrava-se totalmente dependente da política desenhada por Moscou. Vejamos também a posição do IPM:

É lícito afirmar em conseqüência, sem perigo de erro, que o Partido Comunista Brasileiro, como outros congêneres de inúmeras nações:

- a) Tem estruturas e funcionamento moldados nos padrões internacionais, com base no PCUS;
- b) Baseia-se nos princípios que regem as atividades do movimento comunista em todo o mundo;
- c) Objetiva a implantação no País de uma ordem política, econômica e social, assentada na doutrinação marxista-leninista e nos princípios de subordinação e direção geral do internacionalismo partidário. (IPM-709, vol. 2, p. 33)

Basbaum, (1976, p. 240), afirmou que propôs ao PCB, uma “declaração de princípios”, no qual não aceitava a hierarquia no interior do movimento comunista mundial, e defendeu uma política brasileira independente, ou seja, não admitia receber “ordens de nenhum Partido, nem mesmo do da URSS”. Entretanto afirmou que ao PCUS não interessava qualquer intervenção no PCB, apenas o próprio partido brasileiro “não tinha coragem de dar um espirro sem mandar antes alguém – de preferência o Mário Alves – a Moscou para saber de que lado devia ser o espirro”.

Contrariando essas interpretações, é importante mencionarmos que Marx concluiu o Manifesto Comunista com uma frase que simboliza e expressa o princípio do internacionalismo da classe operária: “Proletários de todos os países uni-vos!”. Os partidos marxistas-leninistas, consideram o internacionalismo como fundamental na sua ideologia e na sua política. Os trabalhadores necessitam de união, constituem interesses conjuntos, independente do país, para assim derrotar a burguesia mundial e vigorar uma nova sociedade. (KUUCINEN, 1962).

Para além de constituir uma comunidade de interesses, de acordo com Kuucinen, (1962), o internacionalismo representa também o sentimento de solidariedade e fraternidade dos trabalhadores, e unidade no acordo de ações, ajuda e apoios mútuos, não negando contudo, a independência e particularidade de cada classe operária em suas respectivas nações. Na visão do IPM e dos ex-militantes do PCB, aqui apresentados, o internacionalismo da classe operária, conduziu ao menosprezo dos interesses nacionais do próprio povo, na figura do PCB, que se subordinou ao PCUS. Este suposto posicionamento dependente, pode ser entendido nos estatutos do próprio PCB, ou por outros militantes como uma deformação

da essência do internacionalismo proletário. A partir dessa constatação, examinamos os textos do IPM e as narrativas dos militantes, onde fizeram referências ao tipo de entendimento do PCB com o PCUS, ou do internacionalismo.

Nessa perspectiva, Peralva (1962), criticou a falta de liberdade no interior do partido brasileiro e de todo o movimento comunista, que liquidou com a igualdade entre os partidos que o compunham, subordinando-os ao da URSS. (PERALVA, 1962, p. 83).

Liberdade não havia sequer para os aliados, pois só se reconheciam como tais aqueles que se submetessem totalmente à orientação e às ordens pecebistas; os que tentavam trabalhar ao lado do PCB, mas com independência, eram caluniados como “agentes do imperialismo”, elementos “vendidos” à Polícia ou à Standard Oil. [...] O Partido Comunista sempre foi um corpo estranho na vida nacional, devido a que nunca teve estratégia própria, e sim apenas objetivos táticos, enquadrados na estratégia geral do movimento comunista, ou melhor, na União Soviética, através do Komintern, do Kominform (ou do Bureau de Praga). [...] sempre apoiou incondicionalmente os atos soviéticos e sempre subordinou os interesses brasileiros aos interesses do Kremlin. (PERALVA, 1962, p. 266).

No mesmo tom de crítica, Agildo Barata comentou acerca da relação PCB com o PCUS, inclusive comparando ao culto à personalidade de Stálin⁵⁹:

No PCB tinha-se generalizado e criado raízes profundas o culto à personalidade de Stálin, e o PCUS era um exemplo de organização perfeita, a “cuja imagem e semelhança” nós devíamos plasmar o PCB. (BARATA, 1978, p. 356)

Já Carvalho defendeu que o PCUS era o centro diretor e irradiador de políticas direcionadas para as “agremiações afiliadas”, pois o PCB apresentava “rigidez política” e sua vinculação mundial não lhe permitia a flexibilidade genuína e independente de outros partidos políticos existentes no país. Para ele,

A Rússia atua como o centro de um sistema planetário como um verdadeiro sol, cujas irradiações aquecem e iluminam as expressões locais do Comunismo Mundial e cujas explosões internas repercutem intensamente nas mais longínquas sucursais. [...] O exame mais superficial da linha política do PCB deixa patente o subserviente reboquismo com que se atrela ao PCUS, a solicitude insofismável com que se submete à orientação moscovita, a intransigente despersonalização de seus líderes, obedientes às ordens promanadas do Kremlin. (IPM vol 1, p. 191, 202).

⁵⁹ Pandolfi, 1995 dedicou um capítulo à análise do culto a Luiz Carlos Prestes no PCB.

No discurso de abertura do IV Congresso do PCB em 1954, Astrogildo Pereira reafirmou os “sentimentos de irrestrita dedicação que o nosso Partido, desde a sua fundação, consagra à União Soviética e ao grande Partido de Lenin e Stálin”. Este posicionamento, de certa forma, converge com a afirmação de Pandolfi, (1995), de que a linha política dos documentos criados no IV Congresso, foi considerados pela história oficial do partido como um dos mais “dogmáticos” e “antidemocráticos”, e até como possuidor de uma linha “equivocada, profundamente sectária e aventureira”. (PANDOLFI, 1995, p. 180).

Em uma carta enviada, durante o IV Congresso do PCB, ao Comitê Central do PCUS, o partido reitera a sua exclusiva fidelidade e dedicação ao partido soviético:

O IV Congresso do Partido Comunista do Brasil acaba de aprovar os novos Estatutos do Partido, moldados nos princípios leninistas de organização e na rica experiência generalizada pelo XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e pelos novos Estatutos. Neste IV Congresso assumimos o compromisso de honra de não poupar esforços para a bolchevização de nosso Partido, para forjá-lo à imagem e semelhança do Partido de Lênin e Stálin. (PROBLEMAS REVISTA MENSAL DE CULTURA E POLITICA, no. 64, dezembro de 1954).

Posteriormente, em 1967 no VI Congresso do PCB, estava definido:

Fraternalmente ligado ao movimento comunista internacional, nosso Partido é, ao mesmo tempo, um Partido autenticamente nacional, nascido do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Elaborando sua política independentemente e de acordo com as condições concretas de nosso país, o Partido Comunista Brasileiro é parte integrante do movimento comunista internacional. (**Informe de Balanço do Comitê Central**, apud: **PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA**, 1980, p. 149).

A vinculação estreita do PCB com a Internacional Comunista e com a URSS, modelos a serem seguidos, pelos comunistas brasileiros foi enfatizada por Carlos Marighella na **Voz Operária** de 24 de março de 1956:

O processo de formação do nosso partido, na atividade política, orientou-se pelos princípios do internacionalismo proletário, da mais completa e decidida solidariedade à União Soviética. (PANDOLFI, 1995, p. 93).

Exprimindo um certo desconforto, gerado pela estreita dedicação do PCB ao partido de Moscou, os próprios dirigentes do partido, Otávio Brandão, do Comitê Central, de 1923 até 1930, e Astrogildo Pereira, asseguraram a sujeição tão proclamada por Carvalho:

Você sabe, a gente tinha uma espécie de mística da Internacional Comunista, viu? [riso] A Internacional Comunista dizia, e a gente cumpria. Isto teve um lado positivo, porque, de outra forma, não teria havido nada no mundo - sem essa disciplina. Mas tem o lado negativo; o culto à personalidade da Internacional, o respeito rigoroso à Internacional em vez de discutir com ela. [riso] Agora, os que discutiram foram expulsos como traidores, de modo que era muito difícil (**entrevista Otavio Brandão**, CPDOC-FGV).

.....

Teoria revolucionária significava, para nós, aplicar – mecanicamente, livrescamente – a linha política e a experiência revolucionária de outros povos. (PEREIRA, 1979, p. 157)

A acusação da falta de originalidade do PCB, e que este era uma cópia do PCUS e seguia as diretrizes de Moscou, para Prestes, não era problema, embora tenha negado que o partido brasileiro devia obediência à URSS. Para ele, era motivo de orgulho o PCB ser acusado de ser cópia do partido que, pela primeira vez na História, realizou a revolução proletária. (MORAES, 1997, p. 196). De maneira enfática, numa entrevista à revista **Isto É**, em setembro de 1978, Prestes negou a acusação de subordinação do PCB ao partido de Moscou:

Não há partido-guia. Lênin já dizia que, à medida que o socialismo avançar, a diferenciação será cada vez maior. O mesmo Lênin dizia que a revolução não se exporta. Não se transmite mecanicamente a experiência de um país para outro. Atualmente, cada partido resolve seus próprios problemas, elabora sua linha política de acordo com a realidade de seu país. Admiramos o povo soviético pelo grande sacrifício que fez na guerra contra o nazifascismo [...] Creio que hoje não é necessário ser comunista para compreender o papel histórico da URSS. [...] Além disso, a União Soviética é o país que ajuda os povos que lutam pela independência e pelo progresso social. [...] Nossa admiração, entretanto, não significa que a URSS intervenha em nosso partido. Ele é rigorosamente independente. Esta afirmação de subordinação é completamente falsa e insultuosa. (**Prestes** In: MORAES, 1997, p. 214).

É importante ressaltar que, conquanto houvesse uma importante e permanente relação política entre o PCB e a Internacional Comunista, não se podem creditar responsabilidades de Moscou às ações, acertos e erros deste partido. Ficou evidente nas palavras de Prestes, a negação de que havia um transplante do modelo soviético para o Brasil, e a defesa de que “cada país deve desenvolver soluções próprias, atendendo às suas peculiaridades como nações”. O marxismo-leninismo entende a diversidade do socialismo, e dessa forma, o Brasil deveria encontrar suas próprias soluções e caminhos a seguir. Ou seja, segundo estas

memórias, apesar da admiração pelas escolhas do partido soviético, o PCB desenvolveu seus limites nas relações e desenvolveu uma independência nas ações políticas.

Percebemos que esta situação apresentou características e entendimentos diversos para cada um dos lados: em se tratando dos anticomunistas, como Carvalho, havia uma relação de subserviência e de invasão de idéias e ações estrangeiras em território nacional. Na visão dos comunistas, - sem desconsiderar, sobretudo as críticas de Agildo Barata, Leôncio Basbaum, e Osvaldo Peralva, - essa vinculação fazia parte de uma estratégia do internacionalismo proletário e era legítima, embora a defesa do socialismo num só país (a URSS) tivesse sobreposto a realidade do PCB, em determinadas circunstâncias. No entanto, pode ter havido um limite nas adequações do PCB às diretrizes do PCUS, representado nas palavras de Prestes, “eu não defendo transplante de modelos, mas de valores humanos do socialismo”.

Esta estreita vinculação do PCB ao PCUS defendida por Carvalho era uma posição inevitável, pelo fato de o autor focar a atuação dos comunistas brasileiros pela ótica da guerra-fria. Em outras palavras, o nacionalismo de Carvalho somente visualizava o PCB pela lente estadunidense da confrontação leste-oeste. Desse modo, o grupo político que realmente se subordinava às perspectivas e interesses de uma potência estrangeira, no caso os Estados Unidos, eram os militares brasileiros.

“LAVAGEM CEREBRAL”: O ANTICOMUNISMO PELA CRÍTICA DA FORMAÇÃO POLITICA

A idéia de capacitação política do Partido Comunista como sendo exclusivamente doutrinária, é também marcante no universo de representações anticomunistas de Ferdinando de Carvalho, pois “através do trabalho de educação a ideologia é instilada gradualmente na mentalidade dos indivíduos selecionados pelo Partido, tornando-os entusiastas incondicionais dessas suas promessas”. (IPM-709, vol. 2 p. 48).

Carvalho também admite que a capacitação política dos militantes e quadros dirigentes assegurava a formação e o aperfeiçoamento de atividades em diversos setores da organização e, assim, garantiu a sobrevivência do partido. Para ele, esta atividade educacional, relacionava-se com a aplicação da técnica da “lavagem cerebral” que consolidava as convicções dos militantes e “aperfeiçoava a sua formação ideológica”. Carvalho entendeu que o método de ensino, impresso pelo PCB, foi uma forma de propaganda comunista que contribuiu para deformar o caráter dos militantes.

Com a ilegalidade do PCB, cresceram a quantidade de “bibliotecas marxistas” e “escolas de formação de quadros”, no interior do partido, voltadas para a articulação entre teoria e prática revolucionária e aperfeiçoamento político dos quadros partidários. Pandolfi, (1995) afirmou que “dentre os diversos cursos oferecidos, os mais importantes eram os cursos “Stalin” e “Lenin”, voltados para os dirigentes intermediários e superiores”. (PANDOLFI, 1995).

Os cursos de formação política estão no centro das críticas de Gregório Bezerra à direção nacional do PCB. Bezerra afirmou não ter havido suficiente preocupação do partido com a capacitação ideológica e política de seus quadros intermediários, havendo assim uma escassez de quadros capacitados em todos os escalões do Partido. Diferentemente da exaltada pregação de Carvalho, em que havia uma excelente preparação política e doutrinária dos comunistas, não foi o que concluiu Bezerra em suas memórias: “Éramos, na maioria, analfabetos teoricamente; éramos um grupo de camaradas dedicados, dispostos a tudo, porém uns praticistas inveterados. Sabíamos transmitir as resoluções ou as tarefas práticas, mas tropeçávamos nos problemas teóricos”. (BEZERRA, 1979, p. 13).

Ao acompanhar a temática da formação de quadros partidários e a maneira como ocorreu o desenvolvimento dos elementos da teoria marxista-leninista, encontramos, ora distintas e, outras vezes, aproximadas interpretações de Carvalho com as memórias dos militantes. As visões não são unívocas observando vários enfoques. Para Carvalho a educação comunista era uma forma de propaganda, cuja missão se configurava em “firmar as convicções ideológicas e aperfeiçoar a capacidade de liderança dos comunistas já convertidos”. Já Heitor Ferreira Lima admitiu certas críticas acerca de intolerância e dogmatismo nas questões políticas durante a formação de quadros na Escola Leninista, porém ressaltou que alguns temas até poderiam ter sido “abordados intransigentemente e com certa parcialidade”, entretanto, não se exime de mencionar a conjuntura de fracionismo entre Trotsky e Zinoviev, e os primeiros sintomas do nascimento do stalinismo, já repercutindo tanto na URSS, como também em todos os partidos comunistas do mundo.

Oswaldo Peralva, que participou da Escola do Partido na URSS, observou excessivo controle nas escolas e, método de estudo rigoroso do PCUS. Tais críticas causaram estranheza a Heitor Ferreira Lima que estudou na escola Leninista na década de 1930:

Pareceu-me regime severíssimo, sem razão plausível, com horários rígidos preestabelecidos, casais separados, método de estudo e de vida diverso do nosso. Representava retrocesso, sem dúvida, quando era de se esperar melhoria, dado o tempo transcorrido. Conseqüência do regime stalinista?

Perigos de espionagem? [...] terá sido assim por se esperar, naquela ocasião, eclosão imediata de uma revolução no Brasil, conforme Peralva dá a entender? De qualquer maneira, as modificações foram por demais significativas. (LIMA, 1982, p 131)

Para que ocorra a aceitação dos fundamentos do marximo-leninismo, durante o processo de formação do militante, segundo Carvalho, é necessário que ocorra uma deformação mental, “assegurando, por sua íntima penetração na personalidade do indivíduo, a obtenção daquele misterioso e freqüente aspecto da conversão comunista; a sua irreversibilidade, a sua marcante identificação psicológica.” Para ele, a doutrinação via educação não visava, apenas, a explorar determinados conceitos ideológicos defendidos pelo partido, ela procurava atuar também na “personalidade dos indivíduos, modelando o seu caráter, criando uma nova consciência que o levará a não apenas pensar, mas agir de forma inteiramente diversa de sua natural propensão.” (IPM-709, vol 4, p. 122, 185).

Ressaltamos que a familiaridade com a teoria não foi pressuposto para o ingresso ou a permanência de algum militante no PCB. Ao contrário, os cursos eram franqueados aos quadros de direção, ou seja, àqueles que já se admitiam comunistas “confessos”, segundo a expressão de Carvalho. Vemos, portanto, que aquilo que Carvalho denominava de doutrinação psicológica, resultante do processo de formação política do militante comunista, para ele estava também intimamente ligado a um tipo de propaganda comunista:

A propaganda comunista como qualquer outra forma de propaganda empreende dois tipos essenciais: a propaganda de aliciamento ou conversão e a propaganda de educação ou consolidação. A essa última os comunistas denominam de trabalho de educação, tendo, por finalidade, firmar as convicções ideológicas e aperfeiçoar a capacidade de liderança dos comunistas já convertidos. Mas é a propaganda de aliciamento que constitui o principal objetivo de todo o sistema propagandístico comunista.

Suas finalidades mais evidentes são as seguintes:

- A) Assegurar uma atitude de simpatia e acolhimento em relação ao comunismo, e suas atividades e a expansão mundial de seu domínio.
- B) Eliminar a capacidade de reação eficiente às ações ofensivas do comunismo internacional nos países não-comunistas.
- C) Converter indivíduos em aderentes irreversíveis da doutrina comunista. (IPM, v. 4, p. 121-122)

Segundo Carvalho, os cursos de formação política, oferecidos pelos países comunistas, sobretudo a URSS, se constituíam numa forma eficaz de propaganda, infiltração e espionagem internacional. Era através de “questionários respondidos pelos alunos, que se constituem em veículos voluntários ou involuntários da espionagem vermelha.”, uma vez que, “não existe no Mundo Livre nada que se compare, em matéria de educação político-

ideológica, á organização que os comunistas estabeleceram para a impregnação e a disseminação de sua doutrina através de um eficiente sistema educativo”. (IPM v. 2, p. 54)

Assim como na visão Carvalho, para Osvaldo Peralva, a ausência de liberdade, e formação com baixo senso crítico de seus alunos foi a tônica:

A Escola, em Moscou, para a formação de revolucionários de tipo bolchevista, não se restringia ao ensino dos fundamentos teóricos do marxismo-leninismo. Através da pressão ideológica e do próprio regime de internato, onde se fazia a apologia da obediência cega, e o endeusamento de tudo que fosse soviético, buscava-se transformar cada aluno num indivíduo despersonalizado, sem quaisquer interesses ou vontade que não fossem os interesses e a vontade da direção do Partido; que aceitasse voluntariamente uma disciplina supermilitarizada, sendo capaz de cumprir, sem vacilar, as ordens mais absurdas; que não tentasse pensar, a não ser por meio de chavões, para evitar desvios da linha do Partido, fixada pela direção suprema; que considerasse a fidelidade ante a URSS e o PCUS [...]. (PERALVA, 1961, p. 9)

No entanto, interpretação diferente possui Marco Antonio Tavares Coelho (2000), que atuou no trabalho nacional de educação do partido e entendeu como o trabalho de formação dos militantes foi uma necessidade real e urgente identificada pelo então Comitê Central. Desde 1947 o Partido vinha sofrendo sucessivas derrotas e havia necessidade de corrigir o atraso político e teórico do conjunto dos quadros, sobretudo daqueles que ocupavam postos nas direções estaduais, municipais e distritais. Tavares Coelho, no entanto, retifica que os erros do partido não se davam pela má formação dos militantes e sim em decorrência do equívoco da orientação política do partido:

A partir de 1950, batalhando para alcançar os objetivos traçados no “Manifesto de Agosto”, o Comitê Central do PCB decidiu empreender um vasto trabalho de preparação de seus militantes, a fim de que a organização pudesse impulsionar transformações revolucionárias. Foi iniciada o chamado trabalho de educação, atividade antes inexistente entre nós. Foram destacados inúmeros dirigentes com nível cultural mais elevado para atuarem como professores. (COELHO, 2000, p. 141).

Heitor Ferreira Lima, frequentou na URSS, em dezembro de 1928, a Escola Leninista Internacional, importante estabelecimento na formação de militantes para os partidos comunistas. Esta escola, pertencente à Internacional Comunista e dirigida por Bukhárin, e segundo depoimento deste dirigente, possuía níveis elevados, equiparados às faculdades, pelas matérias do seu currículo e tempo de duração das aulas.

O tempo de aula e método de ensino também foram fatores discordantes entre o IPM, e as memórias estudadas. Para Heitor Ferreira Lima tais métodos e horários de trabalhos foram estabelecidos, espontaneamente pelos próprios alunos do curso. Percebe-se que a liberdade de ação nesta escola e a autodisciplina foram marcantes, segundo a visão deste militante:

[...] os horários de trabalho foram por nós mesmos estabelecidos espontaneamente, havendo livre visita de qualquer pessoa, não existindo igualmente restrição alguma em nossa saída fora das horas de aula, nem quanto à bebida. Lembro-me até de termos festejado certa passagem de ano em meu quarto, comendo e bebendo alegremente, cantando mesmo, até altas horas da madrugada [...] A disciplina voluntária que nos impúnhamos era rigorosamente observada [...]. (LIMA, 1982, p. 131).

Essa situação é representada por Carvalho, contrariamente, inclusive, utilizou-se, no IPM, de citações das memórias de Osvaldo Peralva. Para Carvalho, tais memórias, serviu-lhes de prova para a sua defesa acerca da rigidez dos cursos de formação política nas escolas do PCB que resultava na deformação do caráter de seus militantes:

O estudo era intensíssimo: afirmava-se que o curso abarcava 3 anos, mas fora reduzido, em algumas partes para, para ser dado em metade do tempo. Recebíamos 6 horas de aula por dia, com intervalo de 10 minutos de uma para outra. Iam de 9 às 12 horas, quando se interrompiam para o almoço, prosseguindo às 13 e terminando às 16 horas. Depois disso, havia a consultárcia – períodos de meia hora ou uma hora em que os alunos pediam esclarecimentos aos professores sobre questões obscuras. Após as consultárcias, atirávamo-nos aos dominós [...] e jogávamos até que a companhia tocava para o jantar, dávamos uma volta em torno da casa e nos lançávamos ao estudo individual até 10, 11 ou 12 horas da noite. E alguns de nós, furtivamente, depois disso, ainda íamos ouvir rádio, baixinho, até que o diretor, alertado pelos guardas, que vigiavam o prédio [...] e vinha obrigárcos a ir para a cama (PERALVA, 1961, p. 16).

Ao considerarmos os diferentes períodos em que estudaram na URSS, que diferem em mais de 25 anos, tanto Heitor Ferreira Lima, quanto Osvaldo Peralva podem estar certos em suas caracterizações acerca dos cursos de capacitação política. Ao longo deste período ocorreram a consolidação do poder de Stalin e a eliminação da democracia interna no PCUS, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. As generalizações de Carvalho não foram sustentadas pela pesquisa, uma vez que apenas uma minoria ínfima freqüentou os cursos na URSS. A grande maioria dos militantes freqüentaram os cursos de formação política do PCB,

no Brasil. Como participante do chamado “curso Stálin”, cujas aulas de orientação política foram realizadas pelo dirigente Diógenes Arruda⁶⁰, Osvaldo Peralva, então auxiliar de Arruda afirmou que:

transmitia-se a experiência de funcionamento da maquina partidária, forneciam-se rudimentos de Economia Política e Filosofia, tudo rigorosamente de acordo com os compêndios soviéticos. Em alguns deles, marginalmente, ensinava-se a fabricar bombas Molotov, a enfrentar a cavalaria, jogando punhados de cortiça [...]. (PERALVA, 1961, p. 11).

Marco Antonio Tavares Coelho apresentou em suas memórias sobre os cursos, na década de 1950, uma programação bastante simples, uma vez que:

pela manhã, exposição de quatro horas, com três intervalos. Depois do almoço, duas horas de estudo coletivo. Com os alunos divididos em grupos de no máximo seis companheiros, as questões eram debatidas entre eles. As noites eram dedicadas a sabatinas de duas horas, dirigidas por mim. (COELHO, 2000, p. 146)

A contribuição dos cursos de formação política do PCB foi bastante negativa para Carvalho, uma vez que serviu muito mais para “adestramento” e justificativa das ações do PCUS. Contrariamente ao reconhecido por Heitor Ferreira Lima, que afirmou ter sido a Escola Leninista de “imensa utilidade” para ele, por ter “aumentado consideravelmente”, a sua cultura, elevando muito o nível dos seus conhecimentos. Encontramos em Tavares Coelho, um dos mais destacados professores desses cursos, uma visão contraditória quando afirmou:

O curso não era dirigido para estimular a reflexão e para capacitar os alunos a pensar de forma critica, usando o procedimento de uma análise coletiva. Em resumo, o objetivo era justificar de forma cerrada as posições do Partido Comunista da União Soviética e a linha política do “Manifesto de Agosto”. [...]

Sob diversos aspectos, houve até evidentes exageros no uso de recursos financeiros e quadros lançados nessas atividades. Mas é importante assinalar que nenhum outro partido no Brasil preocupou-se em educar seus militantes, como sucedeu naquela época com o PCB [...]. No entanto sobra a impressão de que depois de tantos esforços, os resultados foram quase nulos, por estarem centralizados numa orientação política descasada da realidade brasileira. E porque nossa preocupação não era voltada para estimular nos alunos o questionamento de todos os valores, inclusive os nossos. (COELHO, 2000, p. 145, 162).

⁶⁰ Essas aulas também foram ministradas, entre outros, por Marco Antonio Tavares Coelho, Clara Sharf, Moisés Vinhas e Alberto Castiel. Ver COELHO, 2000.

Segundo o que apresentamos, o rigor na preparação intelectual de seus dirigentes e, ao mesmo tempo, centralizador e disciplinador quanto ao trato com seus militantes, foram as principais características do PCB, que pode ser acompanhado em algumas das memórias de seus ex-militantes. A partir dos fragmentos destacados do IPM, observamos estereótipos, de uma posição anticomunista e, outra, de uma autocrítica de ex-militantes do PCB que, não obstante a sua formação política firmada nos padrões do marxismo-leninismo, não se eximiram de realizar críticas ao partido, embora anos depois a partir de suas memórias.⁶¹

O papel de educador do partido não foi considerado, e sim o seu oposto. A partir dos trechos referidos, as diferentes representações defenderam, basicamente, a intolerância, centralismo e autoritarismo do PCB, mais ainda, a subserviência ao comando do PCUS, embora sejam ressaltadas, tais situações terem ocorrido sob a vigência da orientação stalinista.

Como se pensar em irreversibilidade no caráter, na formação política dos comunistas como afirmou Carvalho, se atentarmos às críticas presentes nas memórias dos ex-militantes do PCB ora analisadas?

Os fatos apreendidos pelas fontes acerca da postura do PCB, ao final são representações, nas quais cada parte envolvida buscou transformá-las em fatos, em realidades reconstruídas. Nesse caso, a construção da memória pelos ex-militantes, acerca do PCB, distancia-se da “memória coletiva” e homogênea. As vivências e testemunhos de uma época, daquele partido político não construíram uma identidade ou interpretações que anulam conflitos e tensões no grupo, ao contrário, tais memórias insurgiram-se contra as orientações e representações oficiais do PCB aproximando-se em algumas situações, daquelas anticomunistas de Ferdinando de Carvalho, algumas delas, nomeadamente as de Peralva e Barata e, em menor escala, as de Basbaum. Nada disto, porém, pode ser afirmado com referência às memórias de Prestes (entrevistado por Denis de Moraes, já como dissidente do PCB), Gregório Bezerra, João Falcão e Marco Antonio Tavares Coelho, isto sem referir-se a Geraldão e Hércules Correa que se desligou do partido em 1988.

Nesta perspectiva, acreditamos que tais representações anticomunistas mostraram a preocupação e a permanente vigilância de Ferdinando de Carvalho ou da ditadura militar contra a guerra revolucionária e o movimento comunista internacional. Esse anticomunismo como uma corrente de pensamento que construiu um conjunto de representações negativas

⁶¹ Dissidentes como Osvaldo Peralva, Heitor Ferreira Lima, expulso do partido nos anos 1930, Mário Alves, Jabob Gorender entre outros militantes freqüentaram os cursos em Moscou, no entanto, quadros de primeira linha na história do PCB como Prestes e Arruda Câmara, Miranda, Bangu, Astrogildo Pereira, Leôncio Basbaum, Otávio Brandão e Agildo Barata, ao que se sabe, jamais freqüentaram nenhuma destas escolas soviéticas.

sobre o comunismo, os comunistas e o Partido Comunista Brasileiro. Percebemos, assim, como se reorganizaram tais representações, através das múltiplas interpretações construídas pelos militares a respeito de alguns episódios/conjunturas/atividades dos comunistas.

Até aqui se buscou compreender também, como atuaram as forças do regime militar no IPM-709, contra os comunistas; qual a estruturação e algumas abordagens do IPM; e como se apresentaram os diferentes tipos de discursos/representações (dos militares e dos comunistas). A perspectiva de representação de Chartier (1991), como aquela que “mascara, em vez de pintar adequadamente, o que é seu referente”, se considerará aqui como assertiva válida para entender a manipulada campanha anticomunista de Carvalho, que reinterpretou á sua maneira, fontes de origem comunista, distorceu idéias dos próprios autores nos quais se baseou, com o singular objetivo de coonestar suas convicções, anticomunistas e conservadoras.

Entendemos sim que existiu alguma correspondência entre o real e a representação, mas sem desconsiderar a manipulação, deformação e deturpação dessa realidade. E assim, foi central o vínculo entre a realidade e a sua correspondente representação, em grande medida, equivocada, através do IPM-709 que buscou enquadrar e classificar as atividades comunistas sempre de maneira negativa.

CAPITULO 3

AS NARRATIVAS FICCIONAIS ANTICOMUNISTAS DE FERDINANDO DE CARVALHO: O CASO DE OS SETE MATIZES DO VERMELHO

AS NARRATIVAS FICCIONAIS ANTICOMUNISTAS DE FERDINANDO DE CARVALHO: O CASO DE OS SETE MATIZES DO VERMELHO

Esta parte é dedicada à narrativa individualmente. A princípio será apresentada a estrutura do relato, posteriormente, os caminhos percorridos pelo personagem central, assim como a composição dos personagens secundários que deles se aproximam. De acordo com Massaud Moisés (1971), um romance apresenta uma pluralidade dramática, geográfica e uma série de dramas, aspectos não identificados na narrativa, ora analisada.⁶² Uma posição se tornou necessária: a de compreender **Os Sete Matizes do Vermelho** como uma narrativa ou relato ficcional, com uma temática anticomunista e não propriamente como um romance.

Trata-se de uma recusa antecipada e de uma classificação excludente por considerar esta literatura de menor porte artístico e entender que uma discussão em torno da qualidade de textos, ou seja, a divisão entre “bons” e “maus” romances, se revelaria pouco elucidativa neste trabalho e poderia desviar do objetivo principal: explicitar de que maneira e onde se expressou uma das práticas anticomunistas da linha-dura, na figura de Ferdinando de Carvalho.

A linguagem entendida como o emprego de um vocabulário em suas categorias morfológicas e sintáticas, em **Os Sete Matizes do Vermelho**, é aqui compreendida como demasiadamente modesta. O que não significa, evidentemente, uma apologia da forma, do estilo, em detrimento do conteúdo. Apenas foi considerado que a narrativa possui uma baixa capacidade inventiva e sua escrita é limitada. Assim, a pobreza da trama, a simples e frágil construção dos personagens em grande medida caricaturais, e sobretudo pelo fato de não ter sido considerados por críticos ou público fora do universo militar nos permite tais qualificações.⁶³ O livro foi irrelevante no cenário literário brasileiro – apesar dos 30 mil exemplares impressos pela Bibliex – e não apenas confirmam a completa carência de atributos literários do autor, como também suscitam elementos de reflexão sobre o isolamento do regime militar em relação à intelectualidade e ao mundo da cultura no Brasil.

Resumidamente, a estrutura de um romance, de acordo com Moisés (1971) e ausentes em **Os Sete Matizes do Vermelho** são as seguintes: pluralidade e simultaneidade dramática,

⁶² A narração é o principal expediente literário utilizado pelo autor. Segundo Massaud Moisés (1971), um recurso de autores principiantes e não-vocacionados.

⁶³ Tais considerações também se refletem em *Os Sete Matizes do Rosa*.

número ilimitado de personagens, liberdade total de tempo e espaço, a mescla entre diálogo, narração e descrição e, ainda, a dissertação.

Foram necessárias, às vezes, descrições ou reproduções por demais extensas, na medida em que revelavam aspectos mais importantes a respeito das intenções e das representações anticomunistas do autor. As narrativas revelam aspectos de um anticomunismo conservador e moralista. Há no texto a inclusão de situações que despertam para esta conclusão, uma vez que a construção é toda – através dos diálogos entre os personagens comunistas, decepcionados com a vida partidária – voltada para a autocrítica, para aconselhar (sobretudo na fala de *Simplicio*) e apresentar exemplos de pessoas que não cresceram profissionalmente, que perderam suas vidas, suas famílias pela causa comunista e, fatalmente, se arrependeram. O texto de Carvalho mostra de maneira explícita que para os comunistas, a família não é importante, pais e filhos não se amam e nem se respeitam: o interesse pelo Partido estaria acima de qualquer sentimento afetivo. A ênfase na superioridade daqueles indivíduos que possuem uma vida religiosa, em oposição ao “ateísmo” dos comunistas é também notória no texto, pois somente a fé religiosa superaria a “lavagem cerebral” empreendida pelos comunistas.

A narrativa ficcional foi construída esquematicamente, por intermédio dos capítulos: O CENÁRIO; A MOTIVAÇÃO; A REUNIÃO; CARLOS: A CONSTRUÇÃO; ANTONIO: A INFILTRAÇÃO; JOÃO DA SILVA: A DOCTRINAÇÃO; LUIZ: A AGITAÇÃO; TENÓRIO: A PROPAGANDA; ARLINDO: A LIGA CAMPONESA; VENÂNCIO: A VIOLÊNCIA; O JULGAMENTO; EPÍLOGO - que acompanham a história de sete personagens ligados à atividade comunista, seja como militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), das Ligas Camponesas ou do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

O desenvolvimento da narrativa esteve ligado ao contexto sócio-político de 1961-1964, avançando nos últimos capítulos para o ano de 1968 e as manifestações estudantis que marcaram este ano. Carvalho criou seu herói anticomunista, *Simplicio* que tem o objetivo de alertar os leitores para o fato de que o comunismo é uma “ilusão”, “farsa”, “fanatismo”, “misticismo”, ou seja, uma falácia que cria esperanças em pessoas ingênuas. O autor repete essas declarações ao longo de toda a narrativa, até chegar à conclusão de que é impossível se desvincular do comunismo, ou das práticas comunistas.

Em **Os Sete Matizes do Vermelho**, Ferdinando de Carvalho cunha os personagens de tal forma caricaturais que torna difícil a percepção da existência humana. *Simplicio* é a encarnação da simplicidade, fraqueza, obediência e submissão, personagem cujo foco corresponde às negativas referidas aos comunistas. Sua importância na narrativa molda-se

com a mensagem da narrativa: a atividade comunista, ou o comunismo, é tão devastadora na vida do indivíduo, tão sofrível como uma droga, ocorrendo a dificuldade em afastar-se definitivamente.

O relato de Carvalho inicia-se com a chegada de três militantes do PCB, *Carlos, Luiz e Tenório*, em um aparelho⁶⁴, para uma reunião, na qual iriam discutir e decidir o futuro de um militante do partido que teria apresentado na prisão, um comportamento reprovável. A trama gira em torno da problemática da decisão favorável ou contrária ao justicamento do personagem *Simplicio José da Silva*. Esta situação foi considerada como o conflito central da narrativa, no qual o autor apresenta o enredo numa reunião de julgamento de uma suposta traição do militante *Simplicio José da Silva*, ligado ao Comitê dos Marítimos. Este afirmou em sua confissão possuir quarenta anos de idade, e desenvolver atividade de militância, há mais de trinta anos no partido. Um possível deslize na narrativa do autor, ou então *Simplicio* teria ingressado no PCB por volta dos nove anos de idade, “tenho militado principalmente no meio sindical. Era funcionário da Petrobrás, onde chefiava uma fração do Partido”.

A partir dessa reunião, Carvalho desenvolve a sua trama, apresentando, ao longo dos capítulos, seus personagens, desdobrando suas críticas ao PCB e aos comunistas, a partir dos próprios personagens comunistas quando realizam suas autocríticas, ou seja, todos os personagens comunistas, na verdade são anticomunistas, facilmente percebido em suas falas. O protagonista, *Simplicio* e outros personagens comunistas se destacam na narrativa, como os militantes do PCB que realizam autocrítica, momento que o autor, através da fala desses personagens, enfatiza a sua campanha anticomunista.

Carlos é o contraponto de *Simplicio* na trama, solteiro, membro do Comitê Estadual do Rio de Janeiro, estivera na URSS e em Cuba. Possui o curso secundário incompleto e “esteve preso duas vezes por atividades subversivas. Respondeu a IPM em 1964”. De família humilde do interior de Minas (Riacho Doce): nove irmãos, todos casados e católicos, somente *Carlos* “teve vocação política e se tornou ateu comunista, isto é, a ‘ovelha negra’”. *Carlos* apresentado como implacável, furioso no trato e rancoroso, dirige a reunião e se refere à *Simplicio*, afirmando que este na delegacia, “abriu o bico e escreveu uma confissão. Não foi torturado, nem sequer tocado. Mas acovardou-se. Nem sei se ele já era um espião infiltrado entre nós”. (grifo nosso).

⁶⁴ O termo “aparelho” refere-se às casas e apartamentos utilizados pelas organizações clandestinas de esquerda para abrigar seus militantes, guardar documentos, bem como realizar reuniões.

Diversos presidentes ou ministros negaram a existência de torturas em suas administrações. O ex-presidente João Baptista Figueiredo, afirmou em 1996: “Se houve a tortura no regime militar, ela foi feita pelo pessoal de baixo, porque não acredito que um general fosse capaz de uma coisa tão suja, não aceito isso”.⁶⁵ A mesma negativa verificou-se nas memórias de Jarbas Passarinho (1996, p. 393): “Praticaram-na clandestinamente”.

Sobre a tortura, Carvalho sugeriu a inexistência desta nas delegacias, quando expõe na narrativa que *Simplicio* “não foi torturado, nem sequer tocado”. No entanto, contrariamente, o ex-presidente General Ernesto Geisel (1974-1979) em seu livro de memórias⁶⁶, afirmou ser a tortura, um instrumento de investigação que funciona:

[...] a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter informações. [...] no tempo do governo Juscelino alguns oficiais, [...] foram mandados à Inglaterra para conhecer as técnicas do serviço de informação e contra-informação inglês. Entre o que aprenderam havia vários procedimentos sobre tortura. O inglês, no seu serviço secreto, “realiza com discrição. E nosso pessoal, inexperiente e extrovertido, faz abertamente”. Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior. (D’ ARAÚJO, 1997, p. 225).

Aparentemente *Carlos* é quem se posiciona mais radicalmente a favor do justicamento por traição e, duvidando do bom caráter de *Simplicio*, tece ferrenhas críticas à atitude do companheiro frente ao partido. No entanto este mesmo *Carlos* defende que para os comunistas, “tanto melhor quanto mais corrupto e podre ficar o regime, mais depressa alcançaremos nossos objetivos”.

Um dos camaradas do Comitê Marítimo [*Simplicio*] cometeu uma traição. Hoje a polícia está a par de tudo o que existe no Comitê Marítimo, o que precipitou a decisão de dissolver esse Comitê. A luta interna é legítima e válida. Diria até que é imprescindível. Mas não deve ser confundida com o divisionismo reformista que acaba chegando à desintegração. Ainda no ano passado, nosso Chefe [provavelmente Prestes] alertou a vários camaradas sobre o perigo das iniciativas isoladas e do aventureirismo inconseqüente, fora da linha partidária. Disse, na ocasião, a alguns dissidentes: “Se vocês continuarem desse modo, não estarão aqui no ano que vem.” Não foi uma ameaça, mas sim uma profecia. Realmente vários camaradas perderam a vida lutando contra a polícia, outros estão nas prisões. O Partido não lhes deu cobertura, nem lhes poderia dar. Eles agiram sozinhos, contrariando as imposições do Partido. (CARVALHO, 1977, p. 36, grifo nosso).

⁶⁵ Entrevista de João Baptista de Figueiredo a Cláudio Renato, O Estado de São Paulo, 23 de dezembro de 1996. apud. GASPARI, 2002.

⁶⁶ ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. (orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

Subliminarmente o autor nega a prática da tortura na polícia e põe em destaque o tema do divisionismo no partido, acusando os comunistas de praticarem o “justiçamento”. Oportunamente, na mesma fala de *Carlos*, Carvalho sustenta que o PCB não apóia seus militantes, em momentos de dificuldades com a polícia, uma referencia àqueles que romperam com o PCB e entraram na luta armada.

Na história do PCB, o “justiçamento” foi assumido pelo partido apenas em 1936. A vítima foi Elvira Cupelo Colônio, ou simplesmente, a *Garota* ou *Elza Fernandes*. Após um “processo”, a direção do partido concluiu que Elvira havia colaborado com a polícia. Fernando Moraes (1986), narra o episódio da morte de Elvira de uma maneira que não deixa dúvida quanto á responsabilidade dos dirigentes do PCB. Efetivamente, Prestes negou a sua responsabilidade na morte de *Elza Fernandes*:

Eu não mandei matar Elsa. (SIC) O que ocorreu foi que a polícia ligou a morte dela com uma carta minha, escrita antes de ser preso, em que eu recomendava punição para os traidores. Quem mandou matar Elsa foi o partido. (MORAES, 1982, p. 88, grifo nosso).

Dessa forma, inserido nas representações político-sociais e anticomunistas da abertura política no Brasil, esta narrativa foi apresentada e internalizada por Carvalho em sua ficção por meio do verossímil.⁶⁷ As representações políticas foram incorporadas por cada um dos lados nas “lutas de representações” como afirmou Chartier (1990). Todavia o fato de ter havido um processo de “justiçamento” real na história do PCB possibilitou que o autor desenvolvesse a sua interpretação sobre o fato, ou seja, contribuiu para uma verossimilhança com a situação vivida pelo partido, uma vez que as representações não são aceitas num vazio de idéias.

O PCB: “TRADUÇÃO FIEL DO PCUS”

A narrativa avança em suas representações anticomunistas no momento em que contextualiza o período do pré-golpe de 64. Durante o capítulo inicial, intitulado “O CENÁRIO”, o autor desenvolveu representações sobre o contexto político do pré-golpe de 1964, privilegiando informações sobre os acontecimentos depois da morte de Stálin, no

⁶⁷ O termo verossímil pode ser encontrado em qualquer dicionário da língua portuguesa para designar algo: “semelhante a verdade”, “que parece verdadeiro”, “provável”. A literatura não foge ao termo, a verossimilhança é algo que “não aconteceu”, mas que “poderia ter acontecido”.

movimento comunista internacional, e as mudanças na linha política do PCB após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (fevereiro de 1956). O IV Congresso do PCB e a linha da Coexistência Pacífica também foram abordados neste capítulo.

Neste momento o autor já inicia, com uma das suas teses: a da subserviência do PCB em relação ao PCUS, na sua defesa, de que o partido brasileiro não possuía identidade ou vontade própria relatando, que, no ano seguinte, após a morte de Stálin em 1953, “o PCB realizou o seu IV Congresso, conclave clandestino no qual aprovou o Programa e os Estatutos do Partido, tradução fiel dos Estatutos do PCUS”. (grifo nosso). No entanto, na **Resolução Política** do V Congresso do PCB em 1960, a independência político-ideológica foi enfatizada:

O Partido Comunista está chamado a desempenhar uma missão histórica, no curso da revolução brasileira, como vanguarda consciente e organizada da classe operária. Cabe ao proletariado conduzir a luta pela emancipação nacional de modo conseqüente, devendo por isso conservar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa. A fim de cumprir seu papel independente, o proletariado necessita do Partido Comunista, partido revolucionário da classe operária [...]. (DOCUMENTOS, PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA, 1980, P. 63)

Em face dos acontecimentos como conseqüências do XX Congresso do PCUS - em que Nikita Krushev apresentou um *relatório secreto* denunciando o “culto á personalidade”, o autoritarismo, os crimes, dentre outros, ocorridos durante o período stalinista - os comunistas do mundo inteiro receberam tais notícias perplexos e constrangidos. Não obstante, os militantes e dirigentes do PCB realizaram reflexões que desencadearam em mudanças na política e na prática dos comunistas brasileiros.

À revelia da direção do PCB, o debate sobre os reflexos do XX Congresso foi aberto com um artigo de João Batista Lima e Silva, intitulado “Não se poderia adiar uma discussão que já está em todas cabeças”, publicado no jornal **Voz Operária** de 06/10/1956, onde João Batista, expôs que o adiamento das discussões, ampla e pública, contribuiu para que “nos afastássemos da realidade nacional, para uma compreensão mecânica do internacionalismo proletário, para a substituição, na prática, dos diversos fatores progressistas da nossa própria cultura, tanto em nossa atividade teórica como prática e organizativa”. (SEGATTO, 1982, p. 52).

Passemos agora às palavras de Prestes a respeito do XX Congresso do PCUS:

O impacto do XX Congresso no PCB foi muito grande, principalmente o documento do Krushev sobre o culto a personalidade. Porque seguíamos cegamente a orientação stalinista. Stalin era um grande dirigente mundial, e o que ele dizia era, para nós, a palavra segura, certa. De modo que isso

produziu um grande abalo. Já havia, é verdade, muito descontentamento com a orientação política que nós vínhamos seguindo. Tanto que antes mesmo do XX Congresso, quando decidimos apoiar a candidatura de JK, começamos a fazer uma modificação profunda na nossa linha política. [...] (MORAES, 1997, p. 290)

No entanto, Ferdinando de Carvalho, simplificarmente, narrou que após o XX Congresso do PCUS,

uma luta interna logo se implantou no PCB, como nos demais partidos comunistas, em todo o mundo [...] que viam nessa disputa a oportunidade de renovação das lideranças. Dessa cisão resultou a expulsão de vários membros da corrente conservadora, estigmatizados como sectários”. O PCB refletia, com fiel subserviência, a nova orientação do PCUS. Para justificar a transmutação, formularam os oportunistas uma ‘autocrítica dos erros do passado’. Procuravam imitar o que o líder Krushov havia feito na metrópole bolchevista, escurjurando a memória daqueles tempos, em que ele, principal assessor de Stalin, o chamava de ‘paizinho’ e ‘estrela guia’, pedindo condenação á pena capital para aqueles que haviam ‘ousado levantar a sua mão’ contra o grande protetor. (CARVALHO, 1977, p. 16).

Na verdade, as discussões sobre o XX Congresso foram apoiadas pelos “Comitês Regionais de São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul e por organizações auxiliares do Comitê Central: seções de agitação e propaganda, sindical e de massas; comissão de finanças e pela juventude comunista”. (VINHAS, 1982, p. 178). Paralelamente, o Comitê Central aprovou um documento⁶⁸ no qual realizou a sua autocrítica, reconheceu os erros cometidos e admitiu as deformações no partido:

Um excessivo centralismo, a arrogância e a auto-suficiência dos dirigentes, um sistema de mandonismo de cima para baixo, uma disciplina algo militar, em vez de disciplina consciente e voluntária, uma falsa e injusta política de quadros, críticas violentas e intempestivas, que criavam um ambiente de intimidação [...] tolhiam a democracia interna, a liberdade de opinião e crítica [...] (justificadas) pelo processo de formação (do PCB) nas influencias ideológicas pequeno-burguesas, nas tendências caudilhescas [...] e nos restos patriarcais existentes na sociedade brasileira. [...] (estas atitudes causaram) grandes prejuízos mediante a repetição mecânica de fórmulas teóricas, dentro das quais pretendemos enquadrar a realidade brasileira, e através da cópia servil de experiências alheias [...]. (VOZ OPERÁRIA, 1956, apud, CARONE, 1982, p. 143-154).

⁶⁸ “Projeto de resolução do CC do PCB sobre os ensinamentos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o culto á personalidade e suas conseqüências: a atividade e as tarefas do Partido Comunista do Brasil”. **Voz Operária**, 20/10/1956, publicado em Edgard Carone, **O PCB (1943 a 1964)**. São Paulo: Difel, 1982, vol. 2, p. 143-154.

Contrariamente à Ferdinando de Carvalho que enfatiza apenas a temática da subserviência do PCB ao PCUS, Moisés Vinhas, 1982, também verificou:

Foi preciso esperar a explosão libertadora do XX Congresso para que a armadura stalinista rachasse por todos os lados. [...] Não foi o PCB que, á base de uma reflexão autônoma sobre a sua própria experiência, se capacitou para aproveitar positivamente as indicações dos comunistas soviéticos. Ao contrário, foi o impacto destruidor e criativo do XX Congresso que forçou os comunistas brasileiros a se debruçarem sobre si mesmos e a empreenderem um longo e tortuoso caminho em busca da realidade, de uma linha política a ela ajustada e, sobretudo, de uma concepção radicalmente diversa de fazer política. (VINHAS, 1982, P. 179-180).

Por fim, quando perguntado por Denis Moraes (1997), a respeito da relação do PCUS com o PCB, Prestes, respondeu: “[...] ficava orgulhoso, se o senhor me diz que somos cópia do partido que fez a primeira revolução proletária da História. Mas nem isso é verdade, nem devemos obediência à URSS”. Prestes também advogava que “[...] cada país deve desenvolver soluções próprias, atendendo às suas peculiaridades como nações [...]” e considerava que a doutrina marxista-leninista entende a multiplicidade dos caminhos para se alcançar o socialismo “por isso o Brasil terá de fazer suas próprias soluções”. (MORAES, 1997, p. 197, 229). Assim, cabe dizer que, tanto o PCB como Prestes não defendiam o transplante de modelos, mas valores ligados ao socialismo.

Um exemplo similar à percepção de Prestes sobre as particularidades do socialismo na Rússia e no Brasil, e a relação do PCUS com o PCB, o qual contraria a visão de Carvalho foi afirmado por Bezerra, 1979:

Sabemos que o socialismo no nosso país não será uma imitação do socialismo implantado na União Soviética, que ele corresponderá às peculiaridades do nosso povo e da nossa cultura. Sabemos também que o socialismo no Brasil não poderá ser implantado de repente, que para chegarmos a ele precisaremos antes percorrer uma longa estrada. (BEZERRA, 1979, p. 252).

Outro tema destacado, na narrativa analisada refere-se á orientação política do PCB no pós-XX Congresso do PCUS: coexistência pacífica e o internacionalismo proletário, relacionado á submissão ao PCUS. O documento intitulado **Declaração do Comitê Regional do Ceará do PCB**, revelou que “aceitávamos tudo que da URSS provinha em matéria de política, ideologia e formas de organização [...] traçamos a nossa orientação política, não a base da realidade, mas da transplantação mecânica de teses e experiências importadas do PCUS e de outros partidos comunistas do mundo”. (VOZ OPERÁRIA, 24/11/1956, apud

SEGATTO, p. 54). Não obstante, o artigo assinado por Agildo Barata, intitulado “Pela renovação e fortalecimento do partido” apresentou um novo programa para o PCB, no qual propunha uma nova compreensão do internacionalismo proletário, mediante independência política e orgânica do PCB e um caminho pacífico para a revolução brasileira. (VOZ OPERÁRIA, 06/04/1957, apud CARONE, 1980, p. 497-508).

Posteriormente a independência do PCB em relação à orientação política do PCUS foi afirmada no VI Congresso do PCB. No **Informe de Balanço do Comitê Central** em 1967, estava definido:

Fraternalmente ligado ao movimento comunista internacional, nosso Partido é, ao mesmo tempo, um Partido autenticamente nacional, nascido do desenvolvimento histórico da sociedade brasileira. Elaborando sua política independentemente e de acordo com as condições concretas de nosso país, o Partido Comunista Brasileiro é parte integrante do movimento comunista internacional. (PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA, 1980, p. 149).

Na perspectiva diversa, daquela adotada por Ferdinando de Carvalho, a respeito da política de Coexistência Pacífica, a orientação do documento “Declaração sobre a política do PCB” conhecido como *Declaração de Março de 1958*, o PCB, reconheceu a possibilidade e viabilidade do “caminho pacífico da revolução brasileira”,

[...] Como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. [...] O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas [...] O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual mas incessante, de reformas profundas e conseqüentemente na estrutura econômica e nas instituições políticas [...] A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação, é indispensável ter em vista outra possibilidade – a de uma solução não pacífica. [...] Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo por um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil. Os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças antiimperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira. (PCB: vinte anos de política (1958-1979), 1980, p. 22-23).

Numa linha diametralmente oposta e pouco elucidadora sobre a orientação do “caminho pacífico”, Carvalho declara:

O PCB mudando de rumo e expelindo alguns membros intransigentes, traduziu a chamada “coexistência pacífica” de Kruschov pela expressão “caminho pacífico da revolução brasileira”, versão indígena da filosofia soviética de conquista do poder mundial com o mínimo de esforço, através da estratégia dos objetivos limitados [...] O estratagema adotado consistia em criar nas massas a impressão de que o apelo à violência seria uma conseqüência justificada de qualquer reação adversária aos processos subliminares da guerra revolucionária, considerada válidos por pretenderem objetivos de emancipação e independência. “Caminho pacífico”, em poucas palavras, significava que qualquer oposição aos comunistas, em sua pretendida caminhada para o poder, poderia redundar em um conflito, do qual seria responsabilizado o regime legal, tachado de reacionário e entreguista.

Graças a essa orientação, os comunistas iniciaram a sua nova escalada de conquistas, contando com o beneplácito das autoridades, aliadas ou intimidadas (CARVALHO, 1977, p. 17).

Restam ainda as declarações de Luis Carlos Prestes, sobre a perspectiva da revolução brasileira ser pacífica ou violenta:

Lutamos para que ela seja pacífica. Pensamos que à classe operária o que interessa é que o Brasil avance, o Brasil progrida e chegue à revolução sem guerra civil, sem insurreição. É a isso que chamamos de caminho pacífico. Mas, choques de classe, choques parciais, luta entre o proletariado e a polícia, entre os trabalhadores do campo, entre os estudantes e os policiais – choques dessa natureza se darão, mas poderemos evitar a insurreição, evitar a guerra civil [...] nós comunistas, afirmamos que não provocamos, não desejamos a guerra civil, mas não tememos a guerra civil. Estamos convencidos de que a guerra civil, se os reacionários nos arrastarem a ela, levará à vitória do povo, à vitória das forças patrióticas e democráticas [...] Estando um partido comunista no poder, a política externa dele tem que se orientar pelo princípio leninista da coexistência pacífica. Temos que viver no mesmo mundo, socialistas e capitalistas, e a única orientação acertada é a coexistência pacífica. Não tem outra solução [...]. (MORAES, 1997, P. 158-159, 296).

Este panorama de representações políticas, acerca do XX Congresso do PCUS, e seus desdobramentos a partir dessa tentativa de contextualização histórica da narrativa, nos permite realizar algumas inferências analíticas. Fica evidente a incorreção por Ferdinando de Carvalho sobre os princípios que regiam a política de coexistência pacífica e a simplificação das relações entre os partidos comunistas, sobretudo o PCB e o PCUS, referidas como subserviência dos comunistas às orientações de Moscou.

A idéia de erros cometidos pelos comunistas que teriam levado ao golpe em 1964, também permeia alguns trechos da narrativa⁶⁹. Na opinião de Prestes, os comunistas foram surpreendidos pelo golpe devido a uma excessiva confiança no “dispositivo militar” que Jango dizia possuir, “perguntávamos se havia força suficiente no Exército para impedir (o golpe) e o Jango dizia que tinha”. A derrota da esquerda em 64 foi entendida por causa do “velho motivo”: falta de organização de massa e debilidade nas bases do partido, no sentido de que “a disciplina era muito falha, o liberalismo campeava no nosso partido”. (MORAES, 1997, p. 304).

O personagem *Carlos* realiza algumas autocríticas, a respeito dessas possíveis falhas da esquerda, onde, em geral, acompanha as idéias desenvolvida pelo próprio dirigente do PCB, anteriormente, nas quais pontuava o excesso de confiança dos comunistas:

Em 1964, sofremos uma terrível derrota. E por quê? Desprezamos os princípios leninistas, menosprezamos o adversário, pensamos que a burguesia iria ceder sem reação. Superestimamos nossas forças. Não estávamos preparados para a luta armada e nos concentramos na ação política. Confiamos no dispositivo militar de Jango. Tudo ruiu como um castelo de cartas. Nosso Partido ficou esfacelado, desestruturado. Nossos dirigentes foram perseguidos como cães vadios e apanhados facilmente na rede policial. [...]

Muito se ressentiu o Partido com a derrota. A opinião geral entre seus elementos era a de que o PCB tinha superestimado as próprias forças e desprezado as regras do trabalho ilegal e clandestino. [...] A preparação para a luta armada, diziam eles, tinha sido deficiente. Havia muitas lideranças esquerdistas fora do Partido [...] O PCB aceitara uma posição reboquista, ao invés de assumir a frente do movimento, julgando que isso seria muito melhor. [...] O adversário se antecipara e golpeara o dispositivo em plena fase de preparação. Não havia sido observado o preceito leninista de que aos comunistas cabe o dever de liderar os aliados, principalmente se eles são inconsistentes e vacilantes, como era o caso. (CARVALHO, 1977, p.36).

Já no IPM, o tão comentado erro dos comunistas que culminou no golpe está relacionado ao:

desprezo pelo espírito militar tradicional de nossas Forças Armadas feridas profundamente por duas subversões sucessivas: a dos sargentos de Brasília e a dos marinheiros no Rio. Em ambas, a autoridade do Governo demonstrou-se débil, condescendente e comprometida. Ao mesmo tempo prestigiava e atacava a ilegalidade dos comandos sindicais que fomentavam a agitação e a

⁶⁹ A historiografia da recente história política brasileira, tem avaliado as controvérsias, erros e acertos do golpe de 1964, destacam-se a este respeito, o livro do historiador Carlos Fico, **Além do Golpe**: Versões e controvérsias sobre 64 e a ditadura militar, Rio de Janeiro: Record, 2004. De Caio Navarro de Toledo, o artigo, “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. In: *Crítica Marxista*, n. 19, outubro de 2004, e o livro **O governo Goulart e o golpe de 64**, São Paulo: Brasiliense, 2004.

indisciplina. [...] e a tentativa de empobrecimento material e rebaixamento moral da classe média. Enquanto eram atendidas com incrível brevidade as reivindicações por vezes apenas esboçadas das demais classes, a classe média brasileira era submetida a um processo corrosivo de extinção. Esses dois erros táticos foram fatais no insucesso comunista. (IPM-709, p. 146)

Para Gregório Bezerra, o golpe de Estado que implantou o regime militar no país surpreendeu os comunistas,

Confiamos demasiado no dispositivo militar dos nossos aliados e subestimamos o dispositivo dos nossos inimigos. Estávamos com a cabeça cheia de vitórias parciais. O nosso partido não estava preparado para a luta armada e, em consequência, não preparou a classe operária e as massas trabalhadores para enfrentar o golpe. Outro fator de fraqueza nossa era a nociva falta de unidade entre as forças de esquerda. Os golpistas souberam aproveitar-se de todas essas debilidades e alcançaram uma vitória tranqüila. (BEZERRA, 1979, p. 189)

Prestes também reconheceu a derrota sofrida pelo PCB em decorrência do golpe de 1964, e fez a sua avaliação que se aproximava daquela desenvolvida por Carvalho,

Com nossas posições sectárias esquerdistas, nós precipitamos um confronto para o qual não tínhamos força. E quando um confronto se dá com inferioridade de forças, é para ser derrotado. Quer dizer: podíamos exercer influencia inclusive sobre o Sr. João Goulart, para evitar aqueles atos extremados dele, aquela reunião dos sargentos, que eu acho precipitaram os acontecimento.⁷⁰ (PRESTES, apud, PANDOLFI, 1995, p. 201).

Examinemos agora algumas justificativas do PCB sobre os possíveis erros cometidos na aplicação da linha do V Congresso que podem ter facilitado o golpe de 1964:

O combate á política de conciliação do governo Goulart, às suas concessões ao imperialismo e ao latifúndio, era indispensável, mas foi por nós conduzido de maneira inadequada [...] exagerava-se a força do movimento de massas, sua combatividade e nível de organização, a força do movimento operário e sua influencia na frente nacionalista e democrática [...] Exagerávamos também a influencia do movimento anti-imperialista nas Forças Armadas. Abríamos, assim, para o Partido e para as massas, uma perspectiva de vitória fácil e imediata. [...] É certo que se manifestaram em nossas fileiras ilusões na burguesia e no “dispositivo militar” do governo [...] do ponto de vista político e ideológico, não nos preparamos nem preparamos as massas para que estivessem em condições de enfrentar de maneira adequada a violência da reação. As possibilidades do chamado “caminho

⁷⁰ Entrevista de Luiz Carlos Prestes à TV Bandeirantes, no final da década de 1970, antes do rompimento com o PCB. Citado por RODRIGUES, 1981, p. 441.

pacífico” foram em geral erroneamente interpretadas por nós, como se a revolução pudesse ser um processo idílico, sem choques e conflitos. (PCB: vinte anos de política (1958-1979), 1980, p. 83-85).

A avaliação de o golpe ter acontecido entre outras circunstâncias, pelo excesso de confiança dos comunistas configurava-se no único ponto em comum entre as posições dos comunistas e de Ferdinando de Carvalho.

A “INFILTRAÇÃO COMUNISTA” NO GOVERNO GOULART

Existe uma vasta produção historiográfica sobre o período pré-golpe que analisa a relação do PCB com o governo de João Goulart⁷¹, entretanto não identificamos nada próximo das passagens a seguir, nas quais o governo de Goulart estaria totalmente próximo e subserviente aos comunistas; ao contrário, o PCB esteve na oposição, caracterizando este governo de “conciliador”. Nas representações abaixo, Ferdinando de Carvalho entende que,

Jango assumiu o poder acompanhado dos aplausos bolchevistas. O Partido Comunista via na ascensão de João Goulart, complacente aliado das hostes esquerdistas, a possibilidade de atear a chama revolucionária e instaurar um governo sob o controle da direção central do Partido. Para apoiar essa possibilidade, iniciou duas grandes operações – hegemonia sindical, com a criação do famoso Comando Geral de Greve (depois CGT), e a campanha para o registro do Partido na Justiça Eleitoral. Ao mesmo tempo em que se infiltravam em todos os órgãos governamentais, os comunistas procuravam enfraquecer e dominar o governo, através de uma constante intimidação e de sucessivas e crescentes exigências. A infiltração comunista já alcançava os assessores imediatos da Presidência. O ISEB transformara-se no órgão superior de educação esquerdista. [...]

O Partido Comunista era o núcleo central do planejamento do golpe de estado. João Goulart procurou associar-se a eles nessa preparação, criando uma Frente Popular,⁷² de cuja coordenação encarregou a Santiago Dantas. O PCB estabeleceu uma série de exigências para integrar essa Frente. (CARVALHO, 1977, p. 18, 24, grifo nosso)

⁷¹ PANDOLFI, 1995; TOLEDO, 1997a, 2004 ; SEGATTO, 1995, entre outros.

⁷² A Frente Popular, mencionada na citação acima, possivelmente se trata da Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola, no início de 1963, e não criada por João Goulart como menciona o autor. Esta ampla Frente reuniu as principais organizações de esquerda na luta pelas reformas de base, sobretudo a reforma agrária. Na FPM participavam estudantes, líderes sindicais, camponeses e subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais; grupos marxista-leninistas, segmentos de extrema-esquerda do PCB e políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), além dos nacional-revolucionários brizolistas. Para maiores esclarecimentos sobre este assunto, ver FERREIRA, Jorge, 2004, p. 103-126.

No entanto, para Segatto (1995), os comunistas tiveram suas expectativas frustradas com o governo Jango, a partir da identificação de que havia uma “tendência do gabinete Tancredo Neves, em compor alianças em torno do centro/direita, com uma política conservadora”. O PCB avaliava que o governo era,

[...] em sua essência, reacionário e entreguista [...] Os comunistas se colocam, assim, em oposição a esse governo, ao mesmo tempo em que tudo farão para continuar na vanguarda das lutas reivindicatórias dos trabalhadores e de todas as ações em defesa dos superiores interesses da nação. (NOVOS RUMOS, 11/1961, apud, SEGATTO, 1995, p. 152.).

Diferentemente das idéias apresentadas nas narrativas de Ferdinando de Carvalho, também um editorial do jornal **Novos Rumos** de setembro de 1962, enfatizava, uma atitude vacilante e conciliadora de Goulart:

O sr. João Goulart escolheu, mais uma vez, o caminho da conciliação com os inimigos do povo. Ficou surdo aos chamados das massas, que já não podem continuar suportando a situação atual de crescentes dificuldades e privações. Desprezou as reivindicações apresentadas pelo movimento operário, pelas organizações camponesas e estudantis [...]. (NOVOS RUMOS, 09/1962, apud, SEGATTO, 1995, p. 154).

A oposição e pressão do PCB ao governo Jango continuou, nas palavras de Jacob Gorender em 1963:

As medidas econômico-financeiras e a orientação do sr. João Goulart no sentido de um entendimento cada vez mais estreito com as forças reacionárias evidenciam que vai sendo aceleradamente posta em prática a linha governamental de conciliação com o imperialismo e o latifúndio [...]. (NOVOS RUMOS, 04/1963, apud, SEGATTO, 1995, p. 153).

Prestes, cuidadosamente considerava que o presidente João Goulart não foi um aliado do ponto de vista pessoal, no entanto era o presidente do PTB, partido possuidor de uma plataforma política mais próxima do PCB. Embora em determinados momentos Prestes considerasse que a posição de Goulart fosse de esquerda, ele reconheceu que politicamente, este presidente “faz concessões ao imperialismo e ao latifúndio, e nós combatemos essas concessões, mas ao mesmo tempo apoiamos firmemente os aspectos positivos de seu governo [...] na política interna, o presidente Goulart tem tomado posições positivas muitas vezes, nas lutas reivindicatórias da classe operária”. (MORAES, 1997, p. 171).

Novamente, a partir da fala dos seus personagens, ditos comunistas, Carvalho teceu críticas ao PCB e buscou pontuar situações, à época, defendidas pelos militares para justificar o golpe, como por exemplo, a infiltração dos comunistas no governo federal:

Antes de 1964, até o próprio governo ajudava o Partido. Na época das eleições fazíamos o nosso “pé-de-meia”. Tínhamos várias empresas. Nossas frações em todos os setores garantiam um apoio seguro. Nós manipulávamos órgãos federais e estaduais. Tínhamos nossa imprensa legal. Entrávamos de dedo em riste nos gabinetes e fazíamos exigências. Mas nos tornamos vulneráveis. É necessário não recair no mesmo erro. Agora tudo mudou. Mas o Partido sobreviveu e sobreviverá. (CARVALHO, 1977, p. 38).

As entrevistas realizadas pelos pesquisadores do CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, evidenciaram a percepção militar majoritária a respeito da suposta quebra da hierarquia e da disciplina. No momento em que Carvalho dissertou sobre uma das situações do pré-golpe, sobretudo a respeito do comício da Central do Brasil, o autor enfatizou a sua representação de inocência do militante do partido que teria se arrependido dos anos de atuação a favor da causa comunista. O autor segue uma interpretação conservadora dos militares a respeito das causas do golpe: o perigo comunista e o ataque à hierarquia e à disciplina militares.⁷³ O personagem *Arlindo* observa que

estive na Central no dia 13. Olhava seus companheiros, combatentes da Liga Camponesa, batendo palmas e carregando bandeiras e faixas, sem entender nada do que se estava dizendo ou fazendo. Sentia que tudo aquilo era uma imensa palhaçada, ridícula e inexpressiva. Era uma provocação inútil e descabida que não poderia ter um bom desfecho. (CARVALHO, 1977, p. 138)

Durante uma avaliação do golpe de 64, o personagem *Luiz* apresentou sua visão dos jovens brasileiros, como empregados, pouco ou nada revolucionários, alienados politicamente e apenas preocupados com festas e agitações culturais:

Embora a juventude seja bastante sensível a nossa argumentação, traz do berço muitos preconceitos burgueses e, em geral, não quer assumir atitudes revolucionárias. O moço, com poucas exceções, quer gozar a vida, ter o seu automóvel ou sua motoca, conversar com as garotas na praia, dançar *rock-and-roll* e fumar maconha. A maioria dos contestadores é formada de comodistas, tocadores de violão que renunciam a causa na primeira volta do caminho. Mas a ação partidária exige responsabilidade e abnegação. É difícil, muito difícil mesmo, encontrar-se gente com capacidade de liderança

⁷³ Verificado, sobretudo em livros publicados e em entrevistas de militares concedidas à equipe do CPDOC. Ver D'ARAÚJO, Celina. (at. Al. (org.) **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

e disposição de luta. Estamos em crise de quadros. Embora o Comitê Central tenha fixado uma cota apreciável para o recrutamento de militantes no meio estudantil, o máximo que se consegue é obter do pessoal uma atitude de apatia ou de indiferença. (CARVALHO, 1977, p. 37)

Fica evidenciado nesta citação a posição de Carvalho ao lado dos setores mais conservadores da sociedade de então. Sua exacerbada censura em relação ao comportamento daquela juventude (movimento hippie e liberalização das práticas sexuais), nos informa sobre a sua defesa da moral. A participação política da juventude brasileira é mais valorizada pelo PCB, que aquela representada por Carvalho. No **Informe de Balanço do Comitê Central** em 1967, no VI Congresso do PCB, a “participação da juventude na vida nacional tem significado crescente. Representando mais da metade da população do país, e sendo por natureza mais sensível aos reclamos do futuro da nação, os jovens comunicam seu calor às lutas do povo”. (PCB: vinte anos de política (1958-1979), 1980, p. 127).

Paralelo aos objetivos do autor em mostrar os perigos, sobretudo para a juventude, do envolvimento com os comunistas, uma questão central é o medo da “ameaça comunista”, os perigos que o país poderia enfrentar com a abertura política naquele momento. O livro serve de alerta e mensagem ao governo Geisel. É dito em algumas passagens da narrativa que os comunistas estavam atuando, “o partido sobreviveu e sobreviverá”, se articulando, ainda que na clandestinidade.

O personagem *Antonio*, desenvolveu a seguinte análise sobre as atividades partidárias do PCB, que ainda sobrevivia e ameaçava a tranquilidade do governo:

Em 64, após o golpe fascista, em virtude de nosso excesso de confiança e de nossa imprevidência, a reação pos as mãos em cima de vários companheiros que serviram de bois de piranha. Mas nossas bases ficaram intactas. Foi uma derrota, sem dúvida, mas ganhamos experiência. Agora estamos onde deveríamos estar. Os oportunistas se revelaram. Os divisionistas foram expurgados. Depuramos o Partido e renovamos as nossas direções, tornando-as mais conscientes e atuantes.

Os fatores mais importantes para a nossa sobrevivência são atualmente a disciplina e a clandestinidade. Temos muita gente agindo na imprensa: nos jornais, no rádio e na televisão. Atuam sub-repticiamente. Eles não vão sair por aí gritando que são comunistas e que estão trabalhando para o Partido. Mas, na verdade, estão nos ajudando muito. Como aconselha Lenine, eles usam todos os estratagemas, instilando nossas idéias, intrigando os reacionários, simulando, fingindo, sorrindo cinicamente. Mas essa propaganda diária, insistente, imperceptível, é como gotas de veneno que vão impregnando a mentalidade do público com nossa ideologia, nossos refrões que depois os burgueses passam a repetir como papagaios. (CARVALHO, 1977, p. 38-39).

As tarefas que se colocaram na vida partidária do PCB, no pós-golpe de 1964, foram firmadas em documento e representavam construção, crescimento e fortalecimento e não o recuo para a clandestinidade, simplesmente como na citação anterior da narrativa:

É preciso combater os fatores que freiam o desenvolvimento do Partido. Assegurar o pleno funcionamento da democracia e da disciplina partidárias, com base no centralismo democrático e na prática da direção coletiva. Intensificar a luta pela educação e formação dos seus quadros na doutrina e na prática dos princípios do marxismo-leninismo [...] O desafio que se coloca diante dos comunistas brasileiros é o da construção de um forte e numeroso partido da classe operária [...] A batalha pelo fortalecimento do Partido no proletariado está vinculada à luta da classe operária por suas reivindicações econômicas e políticas imediatas [...] nosso Partido deve concentrar seus esforços no sentido de impulsionar o movimento operário, camponês e popular e ganhá-lo para as posições revolucionárias, levar adiante a grande tarefa de unir todas as forças democráticas para derrotar o regime ditatorial e abrir caminho a um desenvolvimento independente e progressista da nação; fortalecer sua própria organização, como elemento essencial para o avanço do processo revolucionário. (PCB: vinte anos de política (1958-1979), 1980, p. 186-187).

Antes de aprofundarmos a análise da narrativa, interessa-nos uma breve apresentação do perfil de outros personagens que foram incorporados ao longo da narrativa, como o *Antonio* “setor de infiltração”, branco, quarenta e dois anos de idade, casado, membro do Comitê Municipal de Nova Iguaçu. Jornalista esteve três meses na China, preso três vezes por atividades subversivas, condenado a três anos de prisão, está foragido. Filho de pais lavradores, mãe católica e pai espírita e, “[...] não conseguia atinar qual a sua vocação profissional. Era um eterno insatisfeito. Suas companhias eram as piores: bicheiros, prostitutas e outros elementos semelhantes.”; e *João da Silva* (setor de doutrinação), branco, solteiro, trinta e dois anos de idade, órfão de pai e mãe aos oito anos de idade, criado em colégio interno, teve um padrasto estúpido e arrogante, tornou-se professor secundário, membro do Comitê da Orla Marítima, esteve na URSS durante um ano, presume-se que possui curso de capacitação política naquele país. Este, “quando entrou para a faculdade, aos dezoito anos de idade, tomou contato com vários comunistas. Era então um rapaz magro e tímido. O defeito físico o complexava”. (CARVALHO, 1978, p. 83).

No geral o perfil dos personagens é representado como de incompetentes intelectualmente, baixa escolaridade, rudeza no trato ou pertencente a família deficitária econômica ou psicologicamente. Por exemplo, *Arlindo* “recebeu muitas aulas sobre o comunismo e sobre a história do PCB. Ele não compreendia muito bem a doutrina, mas

decorava vários chavões e assimilava com facilidade o jargão vermelho”. A representação da origem humilde, com problemas familiares é também freqüente. *Tenório*, “inúmeras vezes assistiu seu pai espancar a sua mãe e isso lhe trazia revolta e um gênio violento.” Os personagens também são abordados psicologicamente como tímidos, insatisfeitos, ou inquietos e rebeldes. *Ariosto* especialmente, possuía falhas de caráter:

As companhias perniciosas de maus elementos influenciavam a sua personalidade, predisposta a rebeldia e à perversidade. Certa vez *Ariosto* foi expulso do ginásio por agredir um professor, lançando-lhe um livro ao rosto. Decidiu abandonar os estudos. Passou a viver ociosamente, com um grupo de tocadores de violão e bebedores de cerveja. (CARVALHO, 1977, p. 106).

Ressaltamos que, segundo a descrição acima, do perfil de *Ariosto*, o discurso moralizador e conservador de Carvalho, estigmatizava, maculava e ofendia não apenas os comunistas, mas a sociedade brasileira. O autor entendia como problema um homem que consumia cerveja e tocava violão. Dessa forma todo o mundo do samba estaria condenado através desta representação.

Dentre os personagens, somente um tem nível superior, trata-se do jornalista, *Antonio*, este porém, “não conseguia atinar qual a sua vocação profissional. Era um eterno insatisfeito”. Todos os personagens realizaram curso de capacitação política no exterior, seja na Rússia, China ou Cuba e como se esperava, voltaram desorientados e frustrados desses países. Já a representação sobre Prestes, é expressão viva do anticomunismo caricatural e maniqueísta de Carvalho: autoritário, onipresente, “chefe supremo”, assassino e sanguinário, imagem já bastante desenvolvida no IPM-709:

A personalidade do Chefe Supremo, conquanto ausente, pairava na sala, como se presidisse efetivamente a sessão. Ele estava ali entre as sombras indistintas. Era o oitavo homem, calmo e firme, olhar abrangente e impositivo, tendo atrás de si uma longa história, crônica infundável e dramática em que o fanatismo ideológico superava o próprio respeito pela dignidade e pelo direito da existência humana. (CARVALHO, 1977, p.39).

Um dos perfis mais interessantes desenvolvidos por Carvalho é o de *Rafael Soares (Venâncio)*. Entre outras características, branco, solteiro e vinte cinco anos de idade, e “ex-membro do PC do B, atualmente membro do Comitê estadual do Rio de Janeiro do PCB”. O autor a partir desse personagem desenvolve o capítulo sobre a violência, e a caracterização de que *Venâncio* “participou de várias ações terroristas”. Entretanto, ficava demonstrado o desconhecimento do autor em relação às movimentações dos militantes dos partidos e

organizações de esquerda, uma vez que, na época, um ex-militante do PC do B não poderia se integrar ao PCB, pois, se recuperarmos o histórico e todas as diferenças táticas e alinhamentos internacionais de ambos os partidos, veremos a incompatibilidade dessa característica do personagem. O motivo de *Venâncio* ter saído do PC do B e se aproximado do PCB não é exposto pelo autor. Afirmamos, dessa forma, que somente em situações que envolvem o campo das representações isto poderia ter ocorrido. Convém notar o exagero presente na representação, que se manifesta na caracterização de *Venâncio*: comunista é incompetente intelectualmente, medíocre, um completo ignorante, uma vez que sua

classificação [num concurso para escriturário de um banco fora] medíocre [...] só lhe permitiu alcançar uma vaga bem distante. Trazia em sua bagagem intelectual, apenas um diploma de curso científico conseguido com certa dificuldade. Possuía uma pequena biblioteca de livros comunistas [...] que lhe enchia a cabeça de reflexões políticas desencontradas e confusas. (CARVALHO, 1977, p.143)

O interesse dos jovens pela política incomodava Carvalho, é pelo menos curioso que nas representações do autor, apesar de *Venâncio* possuir uma pequena quantidade de livros, mas pelo fato de serem de orientação comunista, não o livrava de ser incapaz, estúpido e depressivo, pois,

não se poderia dizer que Rafael [Venâncio] fosse um rapaz inteligente. A sua percepção respondia, com certo retardo, conquanto possuísse boa memória. Não gostava de números. As suas notas em matemática não eram para que se orgulhassem delas. Tinha um temperamento introspectivo e uma timidez concentrada. (CARVALHO, 1977, p. 144).

Venâncio conseguia ser tão ignorante e estúpido que,

Em suas fantasias, imaginava-se como um líder dominador e autoritário, sob cujo olhar curvavam-se as vontades submissas. Vingava-se, em sonhos, dos professores que penalizavam suas provas e dos colegas mais adiantados que sorriam, muitas vezes, diante de suas infelicidades na classe. (CARVALHO, 1977, p. 144).

Como a maioria dos demais personagens, a família é culpada pelo envolvimento no Partido Comunista Brasileiro. No caso de *Venâncio*, a sua mãe “o acumulava de vontades. Embora não fossem ricos, ela fazia todos os sacrifícios para atender a seus caprichos e o defendia das admoestações do pai”. Nota-se aí uma crítica ao papel da mulher independente, e

que interfere nos posicionamentos tradicionalmente relegados ao homem, pai, responsável pela família. Através da interferência nas repreensões do pai, a mãe do personagem *Venâncio*, teria contribuído para um reprovável desvio de comportamento: a sua entrada no PCB.

Não obstante toda a imbecilidade e arrogância que o autor representa, em *Venâncio*, este conseguiu por ser comunista,

atuar dedicadamente no Sindicato do qual foi eleito secretário. O aumento de salários era o constante pretexto para as assembléias ruidosas e as greves tumultuadas, em cuja direção ele estava sempre presente. [...] Fazia-se respeitar por sua ação decidida e, muitas vezes, audaciosa. Sentia em sua personalidade, outrora em constante depressão, a influencia reconfortante de ser autoridade acatada. (CARVALHO, 1977, p. 145).

Percebe-se uma contradição na representação do perfil deste personagem, pois ao mesmo tempo que foi descrito como imbecil e arrogante; em outros momentos, *Venâncio* através da sua atuação no Sindicato “fazia-se respeitar por sua ação decidida e audaciosa”. Neste caso, o autor sugere que aqueles que se deixavam manipular por um tipo como *Venâncio* são ainda mais imbecis. A representação de um personagem, como *Venâncio*, que possui um “temperamento introspectivo” é ignorante, e fácil de ser manipulado, também levou o autor a tocar na questão da falta de idoneidade e retidão moral do comunista, ao escrever que “[...] os proprietários e chefes políticos mais ricos e eminentes obtinham facilidade de crédito [...] e o próprio [Venâncio], em suas funções no Banco, criava maquiavelicamente todas as dificuldades para as pessoas pobres, declarando que recebera ordens superiores para esse procedimento”. (CARVALHO, 1977, p.145). Para Carvalho, estas atitudes discriminatórias, suscitariam ressentimentos daqueles que se sentissem prejudicados e os levariam à desordem entre as classes e na sociedade.

Carvalho novamente aborda o tema da infiltração e agitação, via inclusão do movimento estudantil. A representação da incompetência, ignorância e personalidade submissa do comunista retornam, porém, com uma grave acusação sobre o papel dos professores universitários, em sua maioria, fortes opositores do regime militar:

[Venâncio] [...] recebeu ordem para freqüentar a faculdade de Direito. Não teve dificuldades em vencer a barreira do exame vestibular, pois, embora incompetente e sem nenhuma inclinação para as matérias exigidas, contava com a proteção de elementos esquerdistas, infiltrados no corpo de professores e do Diretório Estudantil [...] Na faculdade aparecia a algumas aulas noturnas, com pouco aproveitamento. Julgava os professores como irresponsáveis e obscuros. (CARVALHO, 1977, p. 146).

O perfil dos militantes comunistas, desenvolvidos por Carvalho, em nada se pareceu com a leveza da descrição realizada por Heitor Ferreira Lima, sobre Astrogildo Pereira, um dirigente histórico do PCB:

Estatura mediana, cheio de corpo, rosto rosado, liso, cabelos louros, óculos claros de aros de ouro cobrindo-lhe os olhos azuis vivos, sorriso franco e acolhedor, apresentava figura simpática, atraente logo à primeira vista. Calmo, sério, falando sem pressa, tinha prosa agradável e variada. Jovial e simples, apreciava anedotas, bebendo às vezes cerveja, nos encontros de cafés, com os companheiros. Vestia-se quase sempre jaquetão azul-marinho, usando palheta, o chapéu da moda. Os bolsos do paletó estavam invariavelmente cheios de jornais, em certas ocasiões carregava livro na mão. (Apresentação de Heitor Ferreira Lima, apud PEREIRA, 1979, p. XXI)

Mais ao final da narrativa, em uma espécie de mensagem final sobre o tema do golpe de 1964, já abordado anteriormente, Carvalho fez *Venâncio* concluir de uma maneira que buscou fortalecer as interpretações e de setores militares, mas nunca presente em análises do PCB: o golpe de 64 foi um golpe de classe.

o governo deposto cometera um verdadeiro suicídio, provocando, em manifestações sucessivas de inabilidade política, a reação violenta da burguesia para a qual não se achava prevenido. O comício do dia 13 de março, planejado pelo PCB, em que atacara a Constituição e o Congresso, e lançara reformas radicais, tinha sido uma dose muito séria. Mas não contente com isto, resolvera desafiar as Forças Armadas, violando a mística da disciplina e da hierarquia militar, na célebre reunião com os sargentos no Automóvel Clube. Com isso excitara de modo irreversível a animosidade do adversário.

De todos os acontecimentos que se precipitaram em incontido desencadeamento, pensava Rafael [Venâncio], o mais desastroso de todos, o mais decisivo para motivar a reação burguesa, havia sido a rebelião dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, porque não estava dentro dos planos. Jango era um eterno ausente nos momentos de crise. Tanto no incidente do veto do nome de Santiago Dantas para Primeiro Ministro, como na rebelião dos sargentos de Brasília, o Presidente se ausentara inexplicavelmente do palco dos acontecimentos. O mesmo ocorrera no caso dos marinheiros. Jango regressara quando a revolta já estava sufocada, apenas para decisão infeliz de ordenar uma anistia incondicional dos rebeldes, agravando, desse modo, o descontentamento e exacerbando a motivação militar para a Revolução de março. (grifo nosso). (CARVALHO, 1977, p. 147-148).

Contrariamente às interpretações acima de Carvalho, Caio Navarro Toledo (2004), sustenta que o Golpe de 1964,

constituiu o coroamento das iniciativas de setores políticos e militares que, desde 1950, se opunham de forma, de forma sistemática, à consolidação e ao alargamento da democracia política no Brasil; no curto período do mandato presidencialista de Goulart, estes setores passam a questionar radicalmente a realização das chamadas reformas de base e de medidas que afetavam o capital estrangeiro. (TOLEDO, 2004, p. 42).

As avaliações de Fico (2004), sobre o golpe, perpassam:

As transformações estruturais do capitalismo brasileiro, a fragilidade institucional do país, as incertezas que marcaram o governo de João Goulart, a propaganda política do Ipês, a índole golpista dos conspiradores, especialmente dos militares – todas são causas, macroestruturais ou micrológicas, que devem ser levadas em conta, não havendo nenhuma fragilidade teórica em considerarmos como razões do golpe tanto os condicionantes estruturais quanto os processos conjunturais ou os episódios imediatos. (FICO, 2004, 56).

Nesse longo trecho da narrativa verificamos uma leitura e *apropriação* militarista e conservadora, da “linha dura”, um roteiro golpista que menciona como possíveis causas do golpe de 1964, a radicalidade do discurso de João Goulart no comício de 13 de março de 1964, a quebra da disciplina e da hierarquia, a criação da Frente Ampla liderada por Santiago Dantas, dentre outras tantas interpretações da direita golpista que foi “derrotada no plano ideológico”.

As posições de Luis Carlos Prestes, sobre as causas do golpe são objetivamente de teor econômico e político: “a crise que, já em evolução desde 1962 [...] foi a causa objetiva. A crise causou retrocesso e desemprego [...] mas talvez tivesse sido possível retardá-lo, ganhar tempo ou evitá-lo se não tivéssemos uma orientação um tanto esquerdista”. (MORAES, 1998, P. 212).

Num diálogo entre *Carlos e João da Silva*, verificamos outro argumento dos militares contra o PCB, agora a respeito da infiltração de militantes comunistas na polícia, referindo-se ao Setor Mil, uma base do PCB dentro da Polícia Militar paulista. Na sua liquidação resultou na prisão de sessenta e três policiais, entre eles nove oficiais da ativa da Polícia Militar de São Paulo, “inclusive um tenente-coronel, e doze da reserva”: (GASPARI, 2004, p. 159).

Simplício sempre foi um comunista sério e convicto, [disse João da Silva] tem mais de vinte anos de vida partidária. Não pode ser condenado como qualquer um. E quem pode atestar o que ele disse na polícia? São tudo conjecturas. [Carlos rebate] – Nós temos gente nossa infiltrada nos quadros da Polícia. O Comitê Central sabe tudo o que se passa lá. Não há dúvida de que Simplício traiu o Partido. (CARVALHO, 1977, p. 40).

Simplicio e *Carlos* são personagens fundamentais da trama de **Os Sete Matizes do Vermelho**, seus sentimentos e críticas ao partido são essenciais para a composição da mensagem de que o comunismo é uma ilusão e a sua crença levava à decepção e frustração. Para o autor consubstanciar sua mensagem final, - através do protagonista comunista que chega a um estágio crítico, após sofrer uma dura aprendizagem, com os longos anos de sua atividade comunista - ele reafirmou suas críticas ao regime soviético e apontava suas possíveis falhas político-sociais. Por exemplo, *Simplicio* verificou

na Rússia chocantes contradições. Ao lado de um sistema educacional bastante adiantado, vemos um sistema habitacional extremamente deficiente. Existe um classismo intolerável. Os membros do Partido e os militantes são considerados como raça superior. Há contrastes chocantes entre as prerrogativas da elite privilegiada e a massa da população. Vi também famílias inteiras sendo transferidas compulsoriamente para lugares inóspitos na Sibéria. Ninguém pode deslocar-se do local em que vive sem permissão especial do estado. Ninguém pode alojar uma pessoa estranha, mesmo parente, em sua residência, sem ordem do Estado. O estado policial é o ditador supremo. (CARVALHO, 1977, p. 158).

Adversas àquelas descritas por Carvalho, Leôncio Basbaum (1976), relatou suas lembranças e experiências pessoais, e descreveu suas sensações e impressões que teve sobre a Rússia, quando viajou para o VI Congresso da Internacional Comunista, em meados de 1928:

Minha primeira impressão, antes mesmo de desembarcar, foi das mais animadoras. O porto, no estuário de neva, estava atulhado de navios, grandes e pequenos. De um barco mais próximo, ouvimos que várias pessoas, que não víamos, estavam rindo às gargalhadas. E Paulo [Paulo Lacerda, chefe da delegação] observou: ‘veja como estão rindo. Essa risada não pode ser de assassinos nem de vítimas. É risada de quem está alegre e contente com a vida!’ [...] Mas a segunda impressão [...] não foi tão boa. Pois as ruas estavam cheias de gente mas não havia tantos automóveis nem as pessoas estavam “bem vestidas”. Não havia mulheres “pintadas” nem homens engravatados. Ou se tinham escondido, ou estavam mortos, presos ou fugidos, ou simplesmente haviam abandonado o luxo das boas roupas e vestidos de seda feitos pelos grandes alfaiates ou os Diors da época, trocando-as pelas roupas pobres dos operários. As lojas eram igualmente pobres e as vitrinas nada tinham lá dentro a não ser cartazes. Em alguns armazéns havia filas e, conforme vim a verificar depois, filas para tudo: pão, alimentos, roupas. É claro, porém, que essa impressão se desfez quando comecei a convencer a mim mesmo que, afinal de contas, a Revolução tinha apenas dez anos [...] estávamos em Moscou. Afinal, a grande cidade, a capital do mundo comunista! A cidade com que sonhavam todos os comunistas do mundo, como os muçulmanos sonham com Meca! (BASBAUM, 1976, p. 57).

O mundo comunista de *Simplício* foi destruído pela crise política, considerada como ambição pessoal. Assim, buscava-se uma nova vida, longe do partido já desacreditado. Esta é a idéia que percorre todo o discurso de *Simplício*. Verificar-se-á a finalização de um processo de aprendizagem, de rompimento, de destruição de uma utopia comunista antes acreditada pelo personagem:

A vida partidária não é um mar de rosas. Sofre-se muito. As direções são frias, intransigentes e ambiciosas. Há uma intensa política interna e cada um procura sobrepor-se aos outros. Quando Stalin morreu houve uma grande crise na direção do PCB. Havia um grupo de novos que queria assumir o poder. Crises como essas mostram que as ambições estão no fundo de todas as atitudes.

Para ser sincero estou cansado de tudo isto. Tenho sacrificado minha saúde e praticamente abandonei minha família. Passo, às vezes, meses sem saber de minha mulher e de meus filhos. Estive na União Soviética e nada vi que me encantasse ou surpreendesse. Há um regime de tremenda opressão policial. Todos são desconfiados e vigiam-se mutuamente. Nunca se pode saber o que um comunista está pensando [...]

Penso que muitos comunistas renegariam prazerosamente o Partido, se pudessem fazê-lo.

Mas o partido é como um grande polvo cheio de tentáculos. Se a gente consegue libertar-se de um, logo surge outro que nos aprisiona.

Aos poucos tenho chegado à conclusão de que jamais poderíamos implantar no Brasil uma ordem comunista, nem mesmo uma ordem socialista. (CARVALHO, 1977, p. 158).

Simplício é a figura do velho militante do PCB, decepcionado que, na solidão de uma cadeia, resolveu apresentar uma confissão, espécie de autocrítica das suas relações com o partido, do comunismo e de sua militância:

O socialismo é uma solução para nações pequenas e economicamente decadentes. Ocorre nos países europeus de área reduzida e grande população, onde a pobreza e a riqueza tem de ser repartidas e podem ser controladas.

Os países grandes, com um grau acelerado de desenvolvimento, só tem duas opções: capitalismo ou comunismo. Este último exige porém um tipo de governo ditatorial e uma grande submissão popular. É caso da Rússia, da China e de vários países africanos.

Parece incrível, mas o homem é, por índole, individualista e egoísta. Tem uma noção arraigada do direito pessoal e da propriedade. Creio que, com o correr dos anos, o regime soviético tenderá para um capitalismo. O comunismo é apenas um rótulo para iludir os incautos.

Pareço contradizer-me quando abracei o comunismo e agora declaro ser o comunismo uma ilusão. Não existe, entretanto, nenhuma contradição nisto. Uma coisa é o ideal, e outra, a realidade. Mas a realidade é muitas vezes imperceptível à mentalidade fanatizada.

Pois é em nome dessa realidade que tenciono deixar o Partido Comunista, pois ele não é o Partido altruísta que sonhei.

O PC é antes um velhacouto de ambiciosos que exploram a boa-fé e o espírito de sacrifício de alguns ingênuos e das massas ignorantes em geral.

Todas as campanhas comunistas de defesa de interesses nacionais são, na realidade, formas de sobrevivência do Partido [...] Vou responder esse processo e dizer um basta em tudo isso. Aqui nesta cela. Preso e triste, a verdade esmagou-me com uma pressão dominadora. Senti que estava sendo até agora objeto de uma iníqua exploração por uma causa inútil e falsa.

Não vou fazer como alguns que sucumbem à desilusão. Retirar-me-ei para criar meus filhos e não deixar que aconteça com eles o que comigo aconteceu. (CARVALHO, 1977, p. 159).

Assim, o comunista estava a serviço da ideologia “de fora”, da Rússia, portanto eram traidores da pátria. O comunismo “é exótico, não faz parte da nossa experiência de mundo, não tem raízes nacionais, é estrangeiro, perturba a saúde pública.” (DUTRA, 1997, p. 44). Assim é que expressões como “submissão”, “obedece às instruções do Presídium da União Soviética”, “PCB refletia, com fiel subserviência, a nova orientação do PCUS”, pontuam a rede de acusações anticomunistas do autor. Predominava também um jargão e uma ligação do PCB com a União Soviética estereotipada, no que pode ser constatada: “[...] através da orientação alienígena que vinha de Moscou e era incorporada sem grandes adaptações. Importavam-se não apenas as palavras soviéticas, como também os problemas soviéticos”.

Por outro lado, gradativamente, a mensagem do arrependimento do militante comunista, afirmava-se nesta “guerra psicológica”. Enquanto um setor dos militares buscava extirpar fisicamente os comunistas “subversivos” e “corruptos”, Carvalho buscava “educar”, “aconselhar”, defender o povo brasileiro dos ataques à “moral e aos bons costumes”. Fica evidente a direção conservadora e autoritária das representações que ora analisamos, cujos desdobramentos relacionados à letargia dos jovens “inocentes úteis” serão apresentados no desenrolar do próximo capítulo quando analisaremos a narrativa de **Os Sete Matizes do Rosa**.

João da Silva, professor secundário, membro do Comitê da Orla Marítima, esteve na URSS durante um ano, também é outro militante comunista que critica a postura de dirigentes do PCUS:

Lembra-se (*João da Silva*) do que assistira em Moscou. A elite do Partido Comunista Soviético como uma verdadeira aristocracia, desfrutando privilégios excepcionais, enquanto a massa conformava-se pacientemente nas filas intermináveis, numa eterna esperança de promessas que jamais seriam cumpridas. Os dirigentes supremos do Politburo, os executivos do Soviet Supremo, os altos comandantes do Exército Vermelho, os cientistas, os cosmonautas, os detentores do prêmio Lenine e até os jornalistas do Pravda e do Izvestia se distribuíam em classes hierarquizadas, com

prerrogativas diversas, numa estratificação social inexistente em qualquer país capitalista. (CARVALHO, 1977, p. 83).

Já nas lembranças de Basbaum (1976), foi relatada que a Rússia era uma “nova sociedade”, de fato socialista, uma espécie de “paraíso da terra, onde os ricos não tinham vez e os pobres não mais existiam, um país em que, graças a uma revolução, graças aos comunistas, aos “homens como nós”, a miséria e a desigualdade tinham sido banidas”. A partir desta citação verificamos que Basbaum possui representações de uma sociedade perfeita e equilibrada, e ao alcance de todos.

Em determinadas passagens do discurso de *Simplicio*, percebemos uma representação da dificuldade de desvinculação do partido, uma vez que “muitos comunistas renegariam prazerosamente o Partido, se pudessem fazê-lo. Mas o partido é como um grande polvo cheio de tentáculos. Se a gente consegue libertar-se de um, logo surge outro que nos aprisiona”. (CARVALHO, 1977, p. 158). Na descrição de Pandolfi (1995), o desligamento do militante de uma organização comunista, “embora nenhum obstáculo real impeça tal gesto, são recorrentes os constrangimentos morais, sobretudo o temor de ser considerado um ‘renegado’.

Albano, o personagem responsável pela filiação de *Carlos* no partido também abordou o problema da dificuldade em ser comunista, refletindo que:

a filiação ao PC não é fácil. Exige que o candidato possua condições especiais e já tenha uma capacitação ideológica confirmada em provas positivas. Oitenta por cento dos comunistas não chegam a por os pés na soleira do partido. A vida partidária tem duras injunções. Impõe sacrifícios e abnegação. (CARVALHO, 1977, p. 49).

Para *Carlos* a vida partidária também não era fácil, “nada ganhara durante os seus anos de ação no Partido Comunista. O PCB era uma entidade fria e inflexível. Não permitiam falhas, mesmo que houvesse o precedente de uma vida intensa de trabalho e fidelidade. Os comunistas eram como ratos que viviam ocultos e ameaçados”. (CARVALHO, 1977, p. 60).

Diferentemente do arrependimento da vida partidária expressa anteriormente pelos personagens *Simplicio* e *Carlos*, o ex-militante e dirigente do PCB, Leôncio Basbaum não se arrependeu de ter dedicado mais da metade de sua vida ao partido, e afirmou que o mesmo “representava em intenções: a liberdade e o resgate ao povo brasileiro, a redenção do Brasil”. O militante do PCB, Pedro Sabarábussú⁷⁴ também discorreu positivamente sobre as normas, valores, abnegação e sacrifício pessoal que deveriam ser incorporados por todos os membros

⁷⁴ Artigo publicado no jornal **O Paiz** em 1923.

de uma organização comunista, ou melhor, eram sentimentos que norteavam a vida de um comunista, pois,

O Partido Comunista não é clube de diletantes, [...] é uma escola de sacrifícios, de disciplina, de combate, de sofrimento, de moral proletária, de abdicação de seus interesses pessoais em prol dos interesses internacionais do proletariado. [...] quem não tiver forças não se meta na empresa. O P. C. destina-se aos fortes morais e mentais; nele não há lugar para os fracos e pobres de espírito, os apáticos, os céticos, os cínicos, os pessimistas. (SABARÁBUSSÚ, **O PAIZ**, 20/10/1923, apud, PANDOLFI, 1995, p. 36)

Uma vez envolvido com as atividades comunistas, para Carvalho, era impossível a desvinculação com o partido, tornava-se perigoso ser comunista. O ideal era não conhecer o comunismo, não ser comunista. Para o autor, o envolvimento com as idéias comunistas levava a uma doença “perigosa porque atingiu a mente”. *Carlos* refletiu como se o comunismo fosse uma droga:

A direção que eu tomei não tem retorno. Por aqui a gente vai até o fim. Eu não acredito que um comunista militante possa se reverter. Existem muitos que, por uma questão de sobrevivência, fingem abandonar suas convicções. O comunismo é uma coisa que atinge a profundidade da alma da gente. Tudo o que abandonamos, a religião, a confiança no regime, os conceitos arcaicos da sociedade burguesa, tudo ficou para trás. E não podemos voltar. (CARVALHO, 1977, p.62).

De fato, como afirmou Pandolfi (1995), devoção integral “além do despojamento do mundo material e do espírito de sacrifício, o comunista tem que ser um bravo” quando abraça a causa comunista. A crítica que Carvalho realizou ao PCB quando *Carlos* refletia sobre o comunismo e o ingresso ao partido foi entendido como normal, por Pedro Sabarábussú. Para este ingressar no partido representava “um rompimento formal com toda a ética do passado; a aquisição de uma nova consciência, de uma nova tábua de valores; [...] a renúncia a amizades inúteis á causa”. (SABARÁBUSSÚ, **O PAIZ**, 20/10/1923, apud, PANDOLFI, 1995, p. 37)

Contrariamente, para *Antonio*, a atividade comunista não tinha propósito era um eterno sofrimento, o militante estava,

condenado e foragido, vivendo nas sombras da clandestinidade e sob a constante ameaça da detenção. E para quê? Surgiu-lhe então pela primeira vez, depois de tantos anos de verdadeira alucinação política, a idéia de que deveria ter orientado a sua existência para algo mais construtivo e que, até aquele ponto, só uma coisa o preocupava realmente: destruir o que os outros haviam feito. (CARVALHO, 1977, p. 80).

Assim, a vida partidária, o comunismo destruiria interiormente (o próprio militante), assim como as obras realizadas por outras pessoas.

No plano das representações sobre os russos, o autor afirmava que eram frios, submissos e dominadores, através da fala do personagem *João da Silva*:

Os russos pareciam-lhe frios. Eram como animais medrosos e intimidados. O homem que se enquadra em uma comunidade dominadora tende a depreciar-se, tornando-se submisso e incapaz de qualquer reação individualista. Todas as suas ações envolvem a necessidade imperiosa de obter o consenso. (CARVALHO, 1977, p. 94).

Paralelo às críticas de *Simplicio* quanto às falhas do modelo soviético, *Carlos* também expôs as suas censuras quanto ao modelo de educação soviética, via cursos proposto pelo PCUS:

O aproveitamento foi praticamente nulo porque as palestras eram feitas em russo e (Carlos), nessa época, ainda pouco entendia da língua. Não gostou do ambiente escolar. Havia dezesseis alunos brasileiros e vários estavam insatisfeitos e ansiosos por regressar ao Brasil. O PC enviava esses rapazes a Moscou sem uma preparação prévia. Havia alguns que lá estavam por serem filhos ou parentes de altos dirigentes do Partido. [...] a doutrinação política ocupava a maior parte do tempo das conferências e debates. Ao lado dos estudos de Política, Economia e História, a instrução principal abrangia técnica de espionagem, sabotagem e guerrilhas. Estudavam também, filosofia marxista e história do movimento comunista internacional.[...]
A disciplina era rigorosa. Ninguém podia sair do recinto da escola. Os estudantes eram submetidos a provas inopinadas. Havia um diretório composto de cinco estudantes de alta categoria e de confiança da direção do instituto. Eles eram comunistas fanáticos, fiscalizavam as atividades dos demais e criticavam o comportamento deles. O confinamento foi-se tornando intolerável, chegando a haver incidentes entre estudantes e entre estes e os professores.
Todos eram obrigados a usar pseudônimos e a agir como se estivessem em ação real. Não podiam receber ou enviar correspondência e o que sabiam de seus países era por intermédio do diretório superior. As notícias vinham, porém, deturpadas.
Os russos se esforçavam por inocular a mentalidade da constante desconfiança, preparando freqüentes armadilhas para demonstrarem a necessidade de uma segurança indormida e inflexível. Havia muitos delatores e informantes entre os alunos.
Na escola, os alunos praticavam atividades de trabalho clandestino, como a transmissão de mensagens, a utilização de códigos e a preparação de documentos falsos. Havia aulas de ataque e defesa, prática de sabotagem, preparação de bombas e técnica de destruição. (CARVALHO, 1977, p. 52, grifo nosso).

Carlos foi enviado em 1959 para um curso em Moscou na Universidade da Amizade dos Povos “Patrice Lumumba” e retornou em setembro de 1961, o seu aproveitamento teria sido nulo. Ora, sabemos que não se ministrava cursos de formação política na Universidade mencionada por Carvalho, e sim no Instituto de Marxismo-Leninismo, porém, para os brasileiros, em idioma português ou espanhol.

A fixação na ingenuidade da juventude, desenvolvida através de uma profunda doutrinação política e autoridade dos comunistas, constitui tema constante no decorrer da narrativa, por exemplo, *João da Silva* acredita:

a doutrinação política tinha como principal objetivo formar simpatizantes e aquiescentes, aquela massa facilmente manipulável em torno de motivações adequadas. Para esse fim existiam idéias-força que conduziam inevitavelmente os indivíduos a uma submissão coletiva. Os conceitos de paz e de liberdade repercutem sensivelmente nas ingênuas cabeças juvenis. Não há necessidade de que os jovens saibam o real significado. (CARVALHO, 1977, p. 87).

Durante um diálogo entre *João da Silva* e um companheiro do partido, o autor apresenta os recursos disponíveis para influenciar a juventude e continua defendendo que os jovens são facilmente manipulados pelos comunistas. Vejamos trechos da fala do dirigente que exemplificam nossa observação:

(dirigente comunista) - Entre os recursos destacavam-se os tóxicos, que aniquilam a vontade e induzem o vício incontrolável; o erotismo, de efeitos semelhantes; a deturpação religiosa, que conduz ao misticismo e aos ritos extravagantes. A canção política, o teatro e o cinema políticos ou pornográficos são fatores de indução bastante eficazes. Todos esses elementos concorrem para a corrosão da moral burguesa, libertando a mocidade em direção das idéias de emancipação dos preconceitos, desfibrando-a, incapacitando-a a reações e tornando-a acessível à doutrinação. [...] o objetivo dessa doutrinação: formar comunistas? Formar conhecedores profundos da doutrina marxista-leninista? Esclarecer as pessoas sobre as vantagens do comunismo? Nada disso. O principal objetivo da doutrinação política é engendrar a incapacidade de se opor ao avanço comunista, forjar personalidades aquiescentes ou conformadas, despidas dos preconceitos burgueses sobre o patriotismo, a religião e a família, elementos amorfos que vivam rastejando como vermes inofensivos, distraídos no pequeno mundo de suas levandades. Quanto mais apáticos e menos individualistas, mais aptos se tornarão os jovens a suportar a carga de abdicação que deve ser imposta às massas em um regime comunista. Capitalismo é sinônimo de personalismo. E num país socialista não se admitem personalismos. [...] Nesses países estamos forjando a mocidade que vai liderar o mundo. Os jovens oportunistas pagarão o preço de seus prazeres e das suas liberdades. Os gozadores de hoje, veneradores das concessões do sexo, do amor livre, dos tóxicos, das bebidas, da música enlouquecida dos festivais de rock-and-roll serão os submissos que suportarão no futuro o peso

de nossas imposições. Parece desumana e cínica essa tática, mas vivemos uma guerra, onde todos os processos são válidos, desde que eficazes. (CARVALHO, 1977, p. 88).

Carvalho tentava combater, na passagem acima, senão a maior, uma das principais fontes inspiradoras das mudanças de comportamento de uma parcela significativa da juventude no Ocidente, inclusive no Brasil: o *rock*. Ao contrário do comportamento submisso daqueles amantes do *rock and roll*, mencionado pelo autor, o que se viu ao longo dos anos 60 e 70 foi uma juventude que se rebelou, criticou e contestou os modelos anteriores de sociedade. Verificou-se ainda uma busca de liberdade e multiplicidade temática, técnica ou de linguagem.

Nesse processo de construção do perfil do jovem ingênuo que é usado pelos comunistas verificamos uma crítica à família burguesa e uma relação de causalidade entre o envolvimento com o comunismo e o desequilíbrio familiar e mental do jovem. O perfil do jovem que era manipulado pelos comunistas e possuidor de inteiras condições para a “adesão ideológica”, continua entre as preocupações do autor. O autor passou a destacar novamente a ausência de orientação familiar, cujo resultado era o perigoso envolvimento do jovem com os comunistas:

É um rapaz muito inteligente, mas tem certos complexos. Seus pais são muito ricos. Não lhes dão, entretanto, a menor assistência educacional. Vivem em constantes atividades sociais e não se preocupam com o filho, julgando que basta dar dinheiro a ele. O pai é, além disso, um estróina e tem complicações amorosas que arruinaram o seu casamento. O rapaz é um permanente revoltado. Tem um temperamento agressivo e ataca a sociedade, como se ela fosse culpada de suas frustrações. Consta ainda que ele está bebendo demais e seu círculo de amizades abrange elementos muito suspeitos que vivem procurando sabotar a administração do Colégio. (CARVALHO, 1977, p. 91).

Carvalho concretizava o mal da juventude ligada aos comunistas, através das críticas às relações sexuais fora do casamento, do “amor livre”, dos entorpecentes, das bebidas, da música e, sobretudo, dos festivais de *rock-and-roll*. Esses jovens possuidores de tais comportamentos seriam facilmente manipulados pelos “mal intencionados” comunistas.

Uma característica do perfil da maioria dos militares é o apego à tradição, disciplina, obediência e hierarquia, todas estas refletidas nas narrativas de Ferdinando de Carvalho. Uma vez no poder, os militares vigiavam e controlavam o espaço público. No que tange às instituições, espaços e personalidades ligados à cultura (artes, educação, jornalismo) foram

particularmente vigiadas. Podemos inferir que o autor admite a impossibilidade de um jovem com relações familiares, emocionalmente saudáveis, se envolver com as atividades comunistas. Notamos o quanto existe de conservador nas caracterizações dos perfis dos personagens, ou seja, na insistência da defesa pela obediência dos “valores tradicionais cristãos”, entre eles, o matrimônio e a família.

Um ponto alto da narrativa está na questão da doutrinação. O autor reconhece que a juventude, principal foco do partido, não era fácil ser disciplinada, porém a eficiência da doutrinação comunista era “uma arma segura” e “indiscutível”. Para Carvalho o papel dos professores tornava-se essencial para o partido desenvolver a sua “lavagem cerebral” junto aos jovens, uma alusão à relação do PCB e o movimento estudantil:

Com uma grande habilidade psicológica (*Sebastião*) iniciava a sua doutrinação política [...] perseverantemente, tocando nos pontos sensíveis, nos assuntos mais entusiasmantes, ia obtendo a conversão de inúmeros estudantes que acabavam por se aliar ao movimento, na convicção de que só o comunismo poderia solucionar os grandes problemas nacionais. Esse trabalho era auxiliado pelos professores, a maioria dos quais manifestava nítidas tendências esquerdistas e prestava ao PCB uma colaboração espontânea. (CARVALHO, 1977, p. 95).

O tema da juventude, o recrutamento e a educação teórico-partidária é apresentada por Bausbaum (1976), contrária à facilidade de manipulação da juventude mencionada por Carvalho:

Nossa ação se limitava a recrutar jovens nas fábricas e nas empresas ou no comércio, e mesmo nas escolas superiores, naquela faixa de idade, mantê-los unidos em torno de atrações de toda ordem, como esportes, teatro, festinhas, piqueniques, fazer propaganda de nossas idéias marxistas e prepará-los para serem bons comunistas. A tarefa não era fácil, pois tínhamos jovens de todos os graus de cultura, desde semi-analfabetos até estudantes de curso superior, estes em pequena minoria. (BASBAUM, 1976, p. 47).

A atividade de propaganda dos comunistas, considerada de extrema eficácia, pelo autor, tem como dirigente principal os formadores de opinião, no caso professores e intelectuais. Buscando modificar a importância do papel do professor e do intelectual na sociedade, corrompeu as informações sobre os comunistas, e apresentou de uma maneira desvirtuada o exercício da atividade do profissional de educação, considerado por ele perigoso, no momento em que narra sobre a propaganda comunista.

No mundo imperialista, dissera-lhe um professor, [por ocasião de um curso na Rússia] não existe nada que se compare à nossa propaganda. Nós gastamos cem vezes mais que os imperialistas em propaganda e conseguimos que o dinheiro que eles empregam valha cem vezes menos. Assim, os americanos gastaram muito dinheiro no Brasil em campanhas de alfabetização. Mas eles não se davam conta de que os professores eram nossos e que o dinheiro deles estava custeando as nossas campanhas. (CARVALHO, 1977, p. 123).

Carvalho considera o magistério um ambiente intelectual extremamente infiltrado e “pernicioso”, sobretudo na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, a sua principal manifestação de atuação do comunismo entre os docentes. Nessa faculdade funcionava “permanentemente uma organização base do PC, encarregada de assegurar o aliciamento dos alunos”, onde o ensino pautava-se na disseminação do comunismo no seio da juventude.

Carvalho viveu na segunda metade de década de 70, em um ambiente de retomada das greves operárias, também não perdeu a oportunidade de descaracterizar tais movimentos grevistas, na opinião dele, todos liderados pelo PCB. Nas representações dessas greves no IPM, desenvolvidas no capítulo referente à agitação, o autor defendeu a inexistência de uma greve consciente e justa, uma vez que, os operários manipulados pelo PCB atuavam de forma violenta e desordenados. Nas palavras do personagem *Luiz*, “a greve representava a atividade mais importante na criação do ambiente revolucionário, no adestramento das massas e dos líderes da revolução urbana”. Em nenhum momento o autor flexibilizou seu pensamento quanto a necessidade de uma greve voltada para a obtenção de resultados objetivos, a exemplo de melhorias salariais para o trabalhador, entendeu a greve, puramente como agitação de propaganda comunista.

Caminhando para o final do livro, *Simplicio*, critica a sua militância e nega o partido:

Cheguei à conclusão de que tudo isso é uma palhaçada, uma palhaçada nefasta e perigosa. O Partido Comunista, desde a sua fundação até os dias de hoje, nada fez de útil para este país, senão conspirar, desacreditar, sabotar e destruir. É um Partido que obedece as instruções do Presídium da União Soviética e age fielmente de acordo com essas instruções, mesmo que isso acarrete prejuízos para o Brasil. Que moral pode ter um Partido que recebe ordens do exterior? Todo o trabalho de propaganda e agitação só tem um único objetivo: a tomada do poder para colocar o nosso país na triste condição de satélite da União Soviética, que é a “Pátria-mãe” do Comunismo Internacional. (CARVALHO, 1977, p. 160).

Mas, na seqüência, novamente, a narrativa foi tomada pelo plano das representações políticas no sentido de arrependimento das atividades comunistas⁷⁵:

Eu estava cego, pois o fanatismo ideológico é como poeira nos olhos da gente. Eu falava do imperialismo norte-americano, mas silenciava em relação ao imperialismo soviético e ao imperialismo chinês. Nunca pensei que a emancipação de um país não se constrói com palavrório, mas sim com sangue e suor, nunca pensei que o respeito e o prestígio internacional não são trabalho dos que negam, mas dos que acreditam. Falava em democracia, sem saber do que isso se tratava. Não meditei que o conceito de democracia tem centenas de interpretações e que só podem ter liberdade os povos que têm cultura para compreendê-la e merecê-la. Estive meditando e concluí que nos países comunistas a exploração do homem pelo homem é ainda maior do que nos países capitalistas. Eu vi com meus próprios olhos. O desenvolvimento econômico e social não resulta do trabalho braçal, mas, sim, do esforço intelectual. Quem quiser fazer o progresso pela força está perdido, pois o progresso é feito com a inteligência. Os comunistas são os maiores exploradores da massa, pois tudo prometem e nada constroem. Cuba e China estão aí para nos mostrar o que pode o regime comunista em um país subdesenvolvido. Cuba e China continuam subdesenvolvidos, embora tenham conseguido certas vitórias em alguns campos de alto valor propagandístico. Alguns de vocês gostaria de deixar o Brasil para ir viver em Cuba ou China? [...] Sei que podem condenar-me a morte como já tem ocorrido com muitos companheiros. Não tenho medo, porém, tirei um peso de minha consciência. Eu fui ludibriado durante muitos anos. O Partido cometeu esse crime contra a minha boa-fé. O Partido é que merece ser julgado. [...] Um Partido que me apoiou como alguém que conduz um cego para o abismo. Você fala, Carlos, como se fosse o dono da verdade. Tenho a certeza de que, no íntimo de sua consciência, você não acredita nisso. Todos vocês estão enredados em um emaranhado e não sabem como desvencilhar-se. Mas vocês, se não forem estúpidos, hão de perceber que o Brasil jamais se tornará comunista. Uma ilusão que o comunismo injeta nos incautos. Até hoje não existiu no mundo um dia em que, em algum lugar do planeta, os homens não estivessem combatendo por alguma coisa. A Paz de que a União Soviética nos fala não é a ausência de guerras, pois estas sempre existirão. A paz de que nos fala a URSS é a paz dos submissos, dos que não podem reagir. No dia em que essa nação conseguisse dominar o mundo inteiro, então a guerra ficaria reduzida aos conflitos locais. Eu não desejo a guerra, mas acho que os homens preferem guerrear a serem oprimidos.

- Em conclusão meus amigos, reneguei ao comunismo através de uma autocrítica que a solidão do cárcere me proporcionou. Fui vítima de um brutal e prolongado embuste. Não culpo a ninguém, senão a minha própria estupidez. Eu agora vou sair daqui com a mente refrescada pela verdade. Mas vou confessar uma coisa a vocês que se dizem materialistas e quero que todos saibam: Eu nunca deixei de acreditar em Deus. (CARVALHO, 1977, p. 162).

Pandolfi (1995), assinala, contrariamente ao personagem *Simplicio*, que “os militantes têm um forte sentimento de gratidão pelo partido, são recorrentes as afirmações do tipo: ‘devo

⁷⁵ Considerações desse nível foram realizadas por ex-militantes do PCB como Osvaldo Peralva no livro **O Retrato**.

muito ao partido””. O sacrifício, o isolamento para o cumprimento das tarefas partidárias foram situações vividas pelos militantes do PCB, porém não eivadas de arrependimento como estão nas representações de Carvalho.

O depoimento de *Simplicio* sobre a sua vida no partido provocou questionamentos entre os demais personagens. Ao final da longa exposição de *Simplicio*, o grupo não o condenou. A seguir passagens do diálogo entre os militantes:

Antonio – Penso que o devemos deixar em paz, ele encontrou um novo caminho em sua vida.

Luiz – devia condená-lo, mas em sã consciência, não posso.

Arlindo – Ele pôs em mim uma grande dúvida. Mas acho que não podemos culpá-lo.

Venâncio – Acho que ele está errado. Mas quem pode dizer que nós estejamos certos?

Tenório – Deixemo-lo em paz, em consideração pelo seu passado.

Carlos – Deixemo-lo em paz. Ele não pertence mais ao nosso Partido. Ele mesmo se demitiu. Mas uma coisa que ele disse não me sai da cabeça: “EU NUNCA DEIXEI DE ACREDITAR EM DEUS”. Será que todos nós aqui não estaremos dizendo a mesma coisa? (CARVALHO, 1977, p. 162).

Na conclusão da narrativa, *Simplicio* foi expulso por decisão do Comitê Central, não obstante o grupo tê-lo absolvido:

A expulsão foi publicada na Voz Operária em um comunicado em que o velho comunista era estigmatizado como traidor confesso.

Na Justiça, *Simplicio* foi, entretanto, absolvido, em consideração à sua idade e às demonstrações claras e insofismáveis de sua abjuração do credo vermelho. (CARVALHO, 1977, p. 165).

Mais adiante o autor informou que, após dois anos, nas ruas do Rio de Janeiro, *Simplicio* caiu morto na calçada de ataque cardíaco fulminante. Nos seus bolsos a polícia encontrou um bilhete:

“Atanázio

A encomenda tem chegado a tempo. Mas, da última vez, nosso contato falhou. Está doente no hospital. Peço enviar-me outra amostra bem embalada.

Guedes” (CARVALHO, 1977, p. 165).

O leitor tem a expectativa alimentada pela ação narrativa, que se encarrega de prender-lhe a atenção para o desfecho do plano do partido sobre o personagem *Simplicio* e seu suposto afastamento do partido. Após investigações constatou-se que *Atanázio* era o

pseudônimo de *Simplicio* e *Guedes* era um dos membros do Comitê Central do PCB. O autor desenrola o enredo revelando que *Simplicio* nunca saíra do partido, na verdade, um importante militante infiltrado que, publicamente expulso do partido, teria mais mobilidade de ação, inclusive no interior da própria polícia.

Neste final, verificamos que *Simplicio* continuou com atividades no partido, de forma clandestina até o momento de sua morte, nunca se afastou do partido, pois acreditava no comunismo. O autor, assim encerra sua narrativa reafirmando suas representações anticomunistas sobre o PCB e o comunismo como a incapacidade em resolver os problemas sociais, ilusão e fanatismo do militante levando à dificuldade de afastamento. Neste final que Carvalho deu a sua narrativa, *Simplicio* continuou no PCB, uma vez que, “o Partido é um monstro cheio de tentáculos”.

A idéia geral da narrativa foi a mensagem da dificuldade ou até impossibilidade de se afastar do comunismo, representado como uma doença de difícil cura, da sutileza das atividades de infiltração dos comunistas. O fim da narrativa, como já se esperava, aponta para uma perspectiva pessimista do comunismo.

Na verdade Simplicio jamais havia deixado o Partido e a sua expulsão não passara de uma farsa habilmente engendrada. Dentro da própria organização, apenas duas ou três pessoas conheciam a real situação de Simplicio que, durante dois anos, forneceu informações seguras e preciosas para o Comitê Central.

Os que se entregam a causa do Comunismo Internacional apresentam, em geral, um traço comum: uma estranha obcecação (sic) que os conduz a insensatas atitudes e os torna, como incorrigíveis viciados, incapazes de libertar-se da submissão política na intrincada trama partidária.

Não é, entretanto, a crença na validade da doutrina que os mantêm no fanatismo ideológico e em um obstinado proselitismo. Não é também a convicção de que um regime comunista, policial e opressivo, traria mais liberdade e independência do que lhes oferece uma democracia autêntica.

É, principalmente, a inconsciente esperança de que a mudança institucional possa obscurecer as falhas e deficiências essencialmente humanas. E quanto mais incapaz se mostra o comunismo de solver esses problemas nos lugares em que domina, tanto mais veementes se mostram os seus propagandistas e agitadores. Eles pugnam por algo inatingível, pois as imperfeições, as ambições e a maldade estão principalmente dentro deles mesmos.

E como não podem corrigi-las, querem mudar o universo. (CARVALHO, 1977, p. 166).

Contrariamente a esta visão, Heitor Ferreira Lima (1982), narra que o modo de existência dentro do PCB era:

cheia de perigos angustiantes, insuportável para qualquer outro desprovido do idealismo, dedicação, apego quase desesperado de que estávamos

forrados, sustentava-se comente pela fê inabalável que nos impulsionava, como fogo consumidor e ardente ao mesmo temp, porque nos aniquilava também. Para muitos, no entanto, não passávamos de bandidos, inimigos da pátria, meros arruaceiros ou vulgares desordeiros. É preciso tê-la vivido, entretanto, em sua amarga plenitude, para conhecer seu custo doloroso, quase sobre-humano. (LIMA, 1982, p. 289)

A análise de **Os Sete Matizes do Vermelho**, nos permitiu identificar elementos que constituem o universo anticomunista da linha-dura, especialmente de Ferdinando de Carvalho. Este trabalho de ficção se prestou ao fornecimento de material para a análise, sobre algumas das concepções dos militares sobre os comunistas. A princípio, as críticas foram disparadas contra os membros do PCB, mas não apenas a estes. A conceituação negativa foi para outros setores da sociedade brasileira, além daquelas direcionadas aos “comunistas de carteirinha”, a exemplo dos professores universitários, que contestavam aquela ditadura militar.

Na elaboração da trama não aparece nenhum personagem que tenha prazer na sua atividade política, ou certeza quanto aos verdadeiros objetivos dos comunistas. A dúvida e crítica em relação aos fundamentos e atitudes do Partido Comunista Brasileiro é a tônica. Os personagens que se assumem comunistas, esporadicamente, narram aqui e ali algumas palavras de apoio á atividade partidária, porém, com mais freqüência criticam muito duramente os aspectos teóricos e práticos do seu partido. A maneira com que são colocadas tais questões, evidencia três aspectos importantes: em primeiro lugar, a ênfase constante ao arrependimento da vida partidária, como sofrível e cujos objetivos são inalcançáveis e ilusórios; o segundo ponto se relaciona com a justificativa do golpe pelos militares e a inserção dos comunistas em posturas ao mesmo tempo autoritárias e subservientes (diante do Partido Comunista da União Soviética - PCUS) e finalmente a forte e insistente atuação clandestina dos comunistas, um desejo permanente de afastamento total, embora tenham consciência que jamais conseguirão se desvencilhar das perigosas amarras do Partido.

As repetições negativas sobre os comunistas, evidenciadas ao longo do livro, nas falas dos próprios personagens ditos comunistas, realçam pois, aspectos importantes da natureza do anticomunismo de Carvalho, a saber a dimensão conservadora e totalitária de seu pensamento. O autor recriou indiretamente o seu modelo de sociedade conservadora, mas também aconselhou sobre os perigos resultantes do envolvimento com os comunistas, tratando de construir uma imagem negativa do Partido Comunista Brasileiro. Ora os personagens/comunistas são subservientes, ora sentem-se sufocados com a vida partidária, haja vista a impossibilidade do retorno à normalidade da vida, quando se envolve com a vida partidário do Partido Comunista Brasileiro.

A mensagem final está representada na conclusão do personagem *João da Silva* de que a sua vida ligada às atividades comunistas fora um engano “um erro incomensurável, um engano decisivo e irrecuperável”. A mensagem deixada por *Arlindo*, também segue a mesma linha: perda de tempo a sua atuação no PCB, e o fato de que se optasse em mudar de vida não teria condições, pois, o “Partido era como um monstro cheio de tentáculos. Ele não poderia escapar por muito tempo. Era uma atração irremediável.”

Podemos constatar que **Os Sete Matizes do Vermelho** é um relato ficcional, o qual apresenta uma desfigurada visão da realidade, uma vez que os indivíduos são visualizados em uma perspectiva maniqueísta. É seguramente uma representação político-social negativa de um grupo militar, sobre um partido de esquerda, e suas atividades.

Mesmo com uma ditadura que dava sinais de término, o fim da narrativa de Ferdinando de Carvalho aponta para uma perspectiva da necessidade de repressão aos comunistas, que continuavam se infiltrando e agindo em diversos setores da sociedade, causando males, sobretudo para a juventude. Estes comunistas, “perigosos subversivos” pregam uma vida utópica, a “igualdade social”, difícil de se alcançar.

Este livro tem uma mensagem clara para os “incautos e desavisados” possuidores de uma “crença na justiça e na liberdade que o comunismo jamais poderá proporcionar” uma vez que não passam de “falsificações que pregam os ideólogos bolchevistas”. O autor revela na composição do perfil dos personagens que os comunistas são desajustados, recalcados, fracassados e desequilibrados. Logo, o comunismo não é uma boa opção política, mas uma patologia, e o PCB expresso como o foco dessa enfermidade.

Os princípios que nortearam a narrativa de Carvalho foram ultramoralistas, antidemocráticos, conservadores e anticomunistas. Percebe-se claramente uma incoerência e uma falta de compromisso com a verdade dos fatos, dada a necessidade do autor em estereotipar e superdimensionar as situações relacionadas aos comunistas e ao Partido Comunista Brasileiro.

CAPITULO 4

OS SETE MATIZES DO ROSA: CRIPTOCOMUNISTAS E INCOCENTES ÚTEIS

OS SETE MATIZES DO ROSA: CRIPTOCOMUNISTAS E INOCENTES ÚTEIS

No segundo livro de ficção de Ferdinando de Carvalho, **Os Sete Matizes do Rosa**, publicado em 1978, apresentou-se a discussão sobre aqueles militantes políticos que ainda não foram “cooptados” pelos comunistas, e que ainda não se tornaram vermelhos. O livro está desmembrado a partir dos diversos modelos de militantes comunistas, que vão intitulado os capítulos: Os homens cor-de-rosa; Criptocomunistas; Oportunistas; Inocentes-úteis; Companheiros de viagem; Simpatizantes; Contestadores; Colaboradores.⁷⁶ Ou seja, é a atuação dos simpatizantes à causa comunista, e da infiltração e colaboração dos mesmos que se configura na discussão central da narrativa. nos quais Carvalho faz a crítica à atuação e resistência ao regime militar, dos artistas, estudantes, funcionários públicos, intelectuais, jornalistas e professores universitários. Já na introdução do livro o autor define aqueles que lhes serviram de inspiração: “Os homens cor de rosa”, que,

associam-se a empreendimentos oportunistas com os vermelhos, que lhes impõem o preço de atitudes impatrióticas e de contribuições degradantes. Todos esses indivíduos, coniventes e cúmplices dos bolchevistas, multiplicam os efeitos de sua atividade deletéria dezenas de vezes, obedecendo às suas ordens, seguindo a sua linha política, servindo-lhes como porta-vozes ostensivos, protegendo-lhes a sobrevivência ou alimentando a sua organização com dinheiro, prestígio ou recursos de toda a natureza. A nocividade desses auxiliares do Movimento Comunista Internacional, muitas vezes travestidos como liberais, defensores da liberdade e dos direitos individuais e coletivos, reside justamente na dificuldade de sua identificação como agentes sub-reptícios e em sua capacidade de penetração incólumes em todos os meios sociais. (CARVALHO, 1978, p. 11)

Partindo da idéia central do livro: a infiltração comunista no governo pré-golpe e ao longo do regime militar, e mais ainda, no final dos anos de 1970, marcado pelas discussões sobre a “distensão política”, Carvalho apresentou a maneira como “um pequeno número de comunistas consegue, em geral, controlar um imenso grupo de aquiescentes, arrebanhados passivamente, sem que se observe a reação que seria natural em uma coletividade explorada e iludida”. (CARVALHO, 1978, p. 11).

De acordo com um Relatório Especial de Informações do CIE, de julho de 1976,

⁷⁶ O livro possui os seguintes capítulos: A Missão, Criptocomunistas, Oportunistas, Inocentes-úteis, Companheiros de viagem, Simpatizantes, Contestadores, Colaboradores, A Viagem, O Dinheiro.

A infiltração nos órgãos de governo, na imprensa, instituições internacionais, cria condições favoráveis ao trabalho de massa em toda a população brasileira, montando uma imagem de incredulidade das ações comunistas e a proteção de seus militantes [...] o infiltrado é antes de tudo um legalista, procura agir sempre dentro da Lei e da Ordem. Em nome da lei, ou dos desvãos da lei, dá pareceres que facilitam a atuação dos subversivos, e, em nome da lei, os absolve. (grifo nosso). (Relatório Especial de Informações no. 01/76, do CIE, de novembro de 1975 e julho de 1976, p. 37, apud GASPARI, 2004, p. 273).

Neste cenário, a lei devia ser desrespeitada, quando se tratava de reprimir supostos comunistas. Esta sociedade baseada, efetivamente no arbítrio é uma característica marcante do totalitarismo, no entender de Hanna Arendt, e que perpassa todo o pensamento de Ferdinando de Carvalho nas fontes pesquisadas. Para ele também, as atividades preparatórias para a Guerra Revolucionária Comunista, manifestavam-se em todos os campos da vida nacional: seja no campo político, com as infiltrações nos partidos, nas frentes populares, mas também em todos os ministérios civis, órgãos de segurança pública e organismos administrativos, no meio sindical, religioso, entre os intelectuais, camponeses, e sobretudo no interior da juventude, ou seja, dos “inocentes-úteis”. (IPM-709, vol, 2).

A noção de Carvalho sobre simpatizantes, considerados inocentes-úteis, está expressa tanto no IPM como em seus livros de ficção. Reflete que “nem todos eles [simpatizantes] são conscientes servidores da causa marxista-leninista. Alguns prestam a esse papel subserviente por idealismo, credulidade e até por insatisfações ou inaptações na sociedade em que vivem”. Para Carvalho, os simpatizantes, estavam em “todos os setores fundamentais da vida nacional”, e por isto eram alvo de suas críticas:

[...] além dos órgãos tradicionalmente vinculados à linha vermelha, como a maioria dos sindicatos de classe, passaram os comunistas a exercer o controle de todos os setores fundamentais da vida nacional, onde elementos ativistas ou simpatizantes nos postos principais. (SIC). Estavam assim em suas mãos: as Casas Civil e Militar da Presidência da República, todos os órgãos de direção e execução dos transportes rodoviários, ferroviários, marítimos e aéreos nacionais, a Petrobrás, toda a rede nacional de comunicações e telecomunicações, todos os setores de empreendimentos que manobravam grandes recursos humanos e financeiros, como a SUDENE, a SUPRA, os grandes bancos e órgãos de controle econômico-financeiro. Através das organizações estudantis e de elementos influentes no Ministério da Educação e nas Universidades controlavam todo o ensino no País. [...] infiltrados nas grandes empresas estatais e nos órgãos de controle econômico, os comunistas protegiam seus interesses, premiavam seus aliados, corrompiam personalidades e manipulavam imensos recursos financeiros. A Petrobrás, o *Lóide* Brasileiro, o SAPS, a Fábrica Nacional de Motores e outras empresas tornaram-se mananciais fornecedores de verbas

para a propaganda, a agitação, a manutenção de entidades comunistas e o assalariamento de agitadores. (IPM-709, vol. 1, p. 139, 142, grifo nosso).

Desse modo, o país inteiro estava nas mãos dos comunistas, tão corrompido e degenerado que não poderia simplesmente acontecer o golpe, a “operação limpeza”, e posteriormente a entrega do governo ao seu próprio povo. Nesta situação, o país precisaria de uma obra completa de reconstrução e reestruturação, que poderia levar décadas e, obviamente quando o poder voltasse para a tutela dos civis, sob o permanente monitoramento dos “salvadores da pátria”, ou seja, de militares da estirpe de Carvalho, as liberdades democráticas abolidas não poderiam ser restauradas jamais, sob pena de proporcionarem novos canais para a infiltração comunista. É este o projeto totalitário de Carvalho. Um totalitarismo de novo tipo, sem outra ideologia que não fosse a de segurança nacional, e sem mobilização de massas.

Neste livro a noção continua a mesma:

Os simpatizantes são os homens que, de punho levantado, aplaudem os comícios comunistas. São os que seguram os cartazes e empunham as bandeiras vermelhas. Embora não lhes seja facultado transpor a soleira da porta do Partido Comunista, formam a grande “torcida ensaiada” dos espetáculos marxistas-leninistas. Por essa razão, constituem o elemento maciço da manobra, objeto da agitação e da permanente doutrinação ideológica. [...] ainda não sendo comunistas ativos, são condescendentes com o comunismo ou parcialmente adeptos da causa comunista, de seus objetivos ou cúmplices dos membros do Partido Comunista. Os simpatizantes constituem o grupo mais numeroso de auxiliares dos comunistas, formando uma grande parte das massas lideradas por eles. (CARVALHO, 1978, p.120)

Nestas passagens, Carvalho “conceituou” o perfil do simpatizante, quase sempre representados por estudantes, professores, juízes, delegados, parlamentares, bancários, entre outros. Ou seja, incriminou uma boa parte da sociedade brasileira. Vejamos este diálogo entre militantes comunistas:

- Os simpatizantes constituem uma verdadeira frente legal do Partido, dizia G. D⁷⁷, [SIC] membro do CC do PC a um companheiro que se queixava das prerrogativas dessas pessoas em detrimento dos comunistas autênticos. Havia dentro do PC vários preconceitos contra essa classe de aliados que só usufruíam vantagens, sem se exporem aos sacrifícios e aos riscos da ação partidária.

⁷⁷ Provavelmente G.D, seja uma alusão a Giocondo Dias.

- Os simpatizantes continuou G.D., abrangem uma imensa escala de tipos, desde o ideólogo doutrinário que não quer a mínima aproximação com o PC, até o colaborador pressuroso que vem aqui receber missões. É verdade que existem numerosos elementos que só pensam em usufruir vantagens, mas há também um grande contingente de abnegados. Não se pode exigir que um simpatizante possua uma formação política completa. [...] O que se deseja deles é simpatia, boa vontade, condescendência. É o professor que dá melhores notas para alunos esquerdistas. É o juiz que absolve nossos camaradas. É o empresário ou a autoridade que emprega nossos elementos, sem indagar-lhes a sua ideologia ou o seu passado. É o delegado que protege nossas reuniões e nossos comícios. É o político que apresenta projetos de lei de acordo com nossa política. É o funcionário que nos envia informações. É o bancário que facilita empréstimos para nosso pessoal. É o padre que realiza sermões socialistas. É, enfim, todo esse contingente de pessoas que, interessada ou desinteressadamente, nos ajudam a cumprir nossas missões partidárias. (CARVALHO, 1978, p. 134).

Carvalho descreve os personagens, simpatizantes comunistas como sendo, geralmente medíocres, fracos física e intelectualmente, todos vinculados de alguma maneira ao PCB. A narrativa versa em torno de um dossiê com o perfil dos militantes comunistas, entregue ao Secretário geral do PCB, que na verdade é uma espécie de resumo das características de alguns personagens do livro. Tais fundamentações autobiográficas apresentadas por Carvalho são outros exemplos de suas representações anticomunistas.

Vejamos alguns exemplos desses perfis de personagens que aparecerão ao longo deste capítulo através da fala de um personagem militante do partido:

Salomão Nelino⁷⁸, ex-deputado, sujeito vivo e oportunista. Enriqueceu a custa de negócios e teve grande projeção política no tempo de Goulart. Tem amigos em todos os lados. É insinuante e escorregadio. Continua prestando serviços ao partido, contribuindo financeiramente e fornecendo informações. É covarde e pusilânime. Ainda exerce influencia política e mantém interesses em negócios imobiliários com importantes grupos econômicos. Em síntese, um grande salafário. (O TIPO OPORTUNISTA)

Miguel Lindemberg⁷⁹, professor, cientista que já participou de vários congressos internacionais comunistas, mas em cuja capacitação ideológica não se pode confiar. É um Sakharov brasileiro. Sujeito irresponsável e ingênuo. Pode ser facilmente manipulado pelo Partido, mas de repente, escapa de nossas mãos. Só se preocupa com suas pesquisas. É idealista e acredita que poderá haver paz no mundo no dia em que os cientistas assumirem o controle do Universo. Tem prestado serviços ao Partido, na maioria das vezes sem saber o que está fazendo. (INOCENTE ÚTIL)

Azevedo Fraco, jornalista, católico progressista. Leciona na PUC e escreve nos principais jornais do Rio e S. Paulo. Não é comunista, mas seus artigos de oposição ao governo acompanham nossa linha política. Recebeu-nos com

⁷⁸ Alusão a Salomão Malina, que por sinal nunca foi deputado.

⁷⁹ Parece querer relacionar ao físico Mario Schemberg

simpatia. Oferecemos a ele uma viagem á URSS. Aceitou e retornou bem impressionado. Isso nos permitiu cerrar o contato e assegurar um acordo tácito de auxílios mútuos. É um excelente “companheiro de viagem”.

Gervásio Tobias, canastrão, muitos serviços prestados ao Partido, quando estava na direção do Conselho do Planejamento da Reforma Agrária [COPRA]. Seus dotes intelectuais são fracos. Não tem caráter. É um desses simpatizantes que sempre aparecem quando o Partido está mandando. Desses que, na hora do perigo, fogem e até passam para o outro lado. Não se pode confiar nele.

Rosa Maria de Almeida, boa moça, ativa e sincera comunista, pertence á uma fração da Universidade. Inteligente, namorava um jovem reacionário. Tentou convertê-lo inutilmente. Indicou-o para a nossa delegação ao 10º. Festival da Juventude, mas ele deu uma alteração e teve de ser recambiado. O Partido impôs que ela rompesse com ele. Rosa obedeceu, mas sentimos que o fez muito constrangida. É difícil dizer até onde vai a sua fidelidade partidária, diante de seus sentimentos de mulher.

Dr. Elói Matos, gerente do banco regional. Tem colaborado com o partido, fornecendo informações sobre a rede bancária. É inteiramente insuspeito. Apoiou Afonso Mojica do MR-8 quando este foi ferido. Não tem formação político-ideológica. Sua adesão atende a interesses pessoais. O assalto a seu banco foi planejado com seu assentimento e colaboração. Ganhou alguns milhões nessa operação, pois recebeu muito mais da companhia de seguros do que foi realmente roubado. Aparentemente é um dos mais exaltados nos protestos contra os assaltos. (CARVALHO, 1978, p. 194-195).

Oposto aos perfis desenvolvidos por Carvalho, Marco Antonio Tavares Coelho apresentou o perfil dos comunistas, com os quais ele conviveu:

Ao longo da convivência com centenas de comunistas, vi que na grande maioria eram pessoas simples e sem horizontes culturais mais amplos. Raríssimos eram adeptos dos princípios do marxismo. A maioria daqueles que haviam aderido ao Partido apenas desejava uma sociedade, menos injusta e mais igualitária; outros ingressaram em nossas fileiras por não aceitar a falta de liberdade no Brasil; outros, pela admiração a Luiz Carlos Prestes e á União Soviética; outros mais, em virtude de sua identificação com as lutas operárias e pelo seu interesse em fortalecer as organizações sindicais de que participavam. (COELHO, 2000, p. 58)

Assim como no livro anterior, de 1977, a narrativa de **Os Sete Matizes do Rosa** também se inicia com uma reunião, onde estão presentes os personagens *Soares Cunha*, substituto do Secretário-Geral do Partido e *João Fábio*, dirigente da Seção de Relações Exteriores. O diálogo inicial refere-se à escolha de um militante que seria enviado à Paris, para receber auxílio financeiro para o Partido vindo de Moscou, no valor de 200 mil dólares. Já sinaliza, assim, o papel do simpatizante, aquele que reuniria maiores características que

dificultariam a ação da polícia, e sendo o menos visado, seria a pessoa ideal para transportar o dinheiro: “Devemos mandar um homem neutro. Um amigo nosso que vá a Paris, em viagem de turismo ou a um congresso de qualquer coisa”. (CARVALHO, 1978, p. 16).

Além de trazer os recursos financeiros de Paris, o simpatizante escolhido teria que contribuir para denunciar os abusos da ditadura militar brasileira, pois “[...] mantemos na França o melhor trabalho de desmoralização da ditadura no exterior. Os exilados brasileiros ajudam muito”. Nesse diálogo da reunião é possível também perceber uma referência ao contexto das relações entre o PCB e o Partido Comunista Francês (PCF), assim como o papel do simpatizante dentro do partido. (CARVALHO, 1978, p. 14).

INFLUENCIA DO PCB NO BRASIL: CRIPTOCOMUNISTAS E INOCENTES ÚTEIS (ARTISTAS, ESTUDANTES, INTELLECTUAIS E PROFESSORES)

Oportunistas – são os indivíduos que por interesse pessoal ou por receio associam-se a ação partidária, auxiliam-na e procuram obter vantagens. Esse grupo é constituído principalmente pelos políticos profissionais que se aliam aos comunistas para obterem mais votos ou mais prestígio. A sociedade entre os comunistas e oportunistas é sempre um acordo com proveito mútuo. Os oportunistas cooperam com ajuda financeira e mediante concessões políticas ou administrativas, enquanto os comunistas auxiliam-nos com propaganda ou agitação. (IPM-709, vol 2, p.131).

A definição de *Oportunista* não coincide com aquele que integra o léxico da esquerda marxista. Para esta oportunista é aquele que em troca de oportunidades táticas e circunstanciais da política afasta-se de alguns princípios. Vejamos o verbete *Oportunismo* no Dicionário de Política:

Entende-se por Oportunismo a busca do proveito pessoal no desenvolvimento de qualquer atividade política, sem nenhuma consideração pelos princípios ideais e morais. O Oportunismo distingue-se da corrupção em dois aspectos. A corrupção é típica do funcionário público, estatal, enquanto o Oportunismo diz respeito a qualquer pessoa que exerça uma atividade política, sobretudo em organizações não estatais como os partidos políticos e as associações sindicais. Com a corrupção se favorecem mais os interesses particulares de um grupo que os interesses pessoais; com o Oportunismo, pelo contrário, é a consecução de vantagens puramente pessoais que acaba por orientar a atividade política. (VERBETE DE GIANFRANCO PASQUINO, In: BOBBIO, DICIONÁRIO DE POLITICA, 1998, p. 845).

A insistência de Carvalho, ao longo do IPM-709, em querer comprovar que o PCB possuía grande influencia, na atividade política nacional, no governo de João Goulart é marcante. Anos depois, neste livro de ficção ora analisado este tema novamente está presente. O governo Goulart foi relacionado com o PCB no contexto da campanha eleitoral do Rio de Janeiro, em 1961, e demais fatos do pré-golpe, no mês de março de 1964.

Segundo Carvalho, o PCB era responsável pela agitação e desordem que ocorria no governo de João Goulart. A sua influencia acontecia na forma de liderança de movimentos reivindicatórios, com “órgãos ilegais de mobilização de massas e de comando paralelo, como o famigerado Comando Geral dos Trabalhadores, o Pacto de Unidade e Ação, os Comandos de Greve”, ou associando-se a políticos, considerado por ele oportunistas, os quais trabalhavam em troca de recompensas. (IPM-709, p. 139). A influencia comunista, sobretudo do PCB,

é notória e indiscutível. Embora representando um grupo minoritário que atua em condições restritas de ilegalidade e clandestinidade, o PCB dispõe de instrumentos capazes de lhe proporcionar uma notável capacidade de ação, amplamente reconhecida pelos políticos que não se acanham de lhe cortejar freqüentemente o apoio, em troca de concessões e recompensas. (IPM-709, p. 204)

No diálogo entre os personagens *Horácio* e *Salomão Nelino* em busca do apoio da UNE, vemos uma clara tentativa de responsabilizar o PCB pelas agitações estudantis do final dos anos 60 e aproximar a influencia do PCB nesse contexto político-social. Veremos nas passagens a seguir, esse reforço:

Horácio - A UNE é controlada pelo PCB. Sem a palavra de ordem do PC não se consegue nada. E o Partido não apóia qualquer um. O Partido é muito exigente.

Salomão - Como se conseguiria um entendimento com o PC? Lembrava-se que o Senador Maciel, em suas campanhas eleitorais, contava sempre com o apoio dos comunistas.

Horácio - Vou tentar obter isso para você. Mas vou desde já dizer-lhe uma coisa: o apoio do Partido custa dinheiro. (CARVALHO, 1978, p. 55).

Percebemos então que a corrupção política no governo, foi outra justificativa dos militares para o golpe, na narrativa de Carvalho está associada ao deputado *Salomão Nelino*, tido como oportunista e corrupto com estreitas ligações com o PCB. Os interesses pessoais associados à ação partidária dos comunistas, em busca de vantagens seria a tônica da relação

política do PCB no governo Goulart. Acordos, com proveitos mútuos, estão presentes em vários diálogos deste livro. Vejamos este diálogo com um representante do PCB, o qual reforça a idéia de políticos oportunistas que recebiam apoio do PCB:

Salomão Nelino – Preciso do apoio do Partido. Sou candidato a deputado federal.

Representante do PCB – O Partido seleciona seus candidatos. O Partido não tem expressão eleitoral. O que vale no PC é a sua máquina de propaganda e agitação. É o espírito de luta e de liderança de seus militantes. Assim, o Partido multiplica votos.

Salomão Nelino - Pois é do apoio dessa máquina de que necessito. [...] Prometo apoiar o Partido, caso eleito.

Representante do Partido - Não nos interessam promessas. Estamos fartos de promessas. O Partido tem aprendido duras lições. Todos prometem mundos e fundos para obter o apoio do Partido. Depois de eleitos, esquecem o que prometeram. Muitos passam até a perseguir os comunistas.[...]. (CARVALHO, 1978, p. 55).

O PCB exige do deputado *Salomão Nelino* 500 contos em troca do apoio e ainda avisa que “depois de eleito, se for o caso, estamos exigindo: anistia para os presos políticos, liberdade sindical, legalização do Partido Comunista, revogação das leis anticomunistas e extinção do DOPS”. São situações que o autor demonstrou no livro para agregar ao PCB às formas inescrupulosas do jogo político: compra de votos, troca de favores, entre outros. Relaciona também reivindicações democráticas gerais como as mencionadas na fala do comunista, aos interesses particulares do partido. (CARVALHO, 1978, p.56).

No livro, aconteceu um acordo durante a campanha eleitoral, e o deputado conseguiu dinheiro de traficantes, em troca da utilização da sua influencia, na liberação da Polícia Central, do contraventor Otacílio da Silva:

Nelino conseguiu que o contraventor Otacílio da Silva fosse solto nesse mesmo dia. Telefonou ao delegado Praxedes que conhecera durante a campanha eleitoral. Praxedes apressou-se em atendê-lo, mas aproveitou a oportunidade para fazer-lhe também um pedido pessoal. Estava exercendo interinamente as funções, e queria ser efetivado. (CARVALHO, 1978, p. 61).

O autor associa o PCB, ao jogo político sujo de favores e concessões, ao “jogo do bicho”, pois o deputado procura um “contraventor, colaborador de muitas campanhas eleitorais”, para que lhe empreste a quantia exigida pelo partido, deixando claro que o dinheiro no Brasil, “passa das mãos do vício, para as mãos do crime. E, das mãos do crime para as mãos da subversão”. Esta junção de bicheiros, comunistas e traficantes de drogas,

mostra que para Carvalho, o crime, o vício e a subversão são fenômenos interligados e equivalentes. (CARVALHO, 1978, p. 59).

Com o dinheiro emprestado do “bicheiro”, o deputado pagou o exigido pelo partido e,

os comunistas lançaram a propaganda de Salomão Nelino em todo o estado. Apareciam legendas sugestivas: “Salomão Nelino, liberdade e justiça”. “Salomão Nelino, honestidade e decência”, “Ao lado do pequenino está Salomão Nelino”. Encimando esses dísticos, em cartazes que inundavam favelas e subúrbios, lá estava, sorridente e simpática, a figura do candidato. (CARVALHO, 1978, p. 59).

Salomão Nelino, foi eleito com expressiva votação. O PCB demonstrara a sua força e eficiência no jogo político do pré-golpe. Dessa forma,

Nelino mantinha contatos secretos com o PCB, através de intermediários de confiança. Contribuía financeiramente para o Partido, mas tomava todas as precauções para não se comprometer. [...]. Durante os três anos que se seguiram teve influente atuação política. Graças a sua intervenção, vários comunistas foram colocados em postos importantes da administração pública. (CARVALHO, 1978, p. 62).

A velha justificativa dos militares de que o golpe foi necessário por causa da forte influencia do comunismo internacional no Brasil. João Goulart cercava-se de comunistas e “criptocomunistas” , incentivava o processo de guerra revolucionária no país, por isso “merecia uma resposta à altura” que foi o golpe:

Quando o Presidente decidiu criar a Frente Popular, Nelino serviu como intermediário entre Santiago Dantas, coordenador da Frente, e o PC. Conduziu, por duas vezes, representantes do Partido do Palácio do Governo, para que eles apresentassem pessoalmente as suas exigências. Mas os comunistas tornavam-se impertinentes e suas pretensões cresciam a cada concessão [...] As coisas estavam mudando rapidamente. Agora um líder sindical tinha acesso franco ao Presidente, enquanto que um parlamentar ou uma autoridade tinham de esperar horas para encontrar uma brecha na agenda. (CARVALHO, 1978, p. 63).

De acordo com Toledo (1988),

No período de 1961 a 1964, verifica-se a emergência, no interior do estado burguês, de um Executivo que se distinguiu fundamentalmente pela tentativa de realizar um amplo programa de Reformas (econômicas, sociais e políticas). Tais Reformas, no entanto, constituíram-se em simples consignas políticas, pois nunca conseguiram ser implementadas – seja pela negativa do Congresso Nacional (que expressava a oposição de expressivos setores da

chamada “sociedade civil”), seja pela ambigüidade ou incapacidade política do governo (no parlamentarismo e no presidencialismo). Como se viu, quando o governo Goulart passou a demonstrar um maior empenho na aprovação das Reformas, teve seu caminho barrado pelo golpe. (TOLEDO, 1988, p. 116).

A atuação dos militares se deu dentro de uma lógica comum na América Latina e no Brasil e as forças armadas agiram de acordo com uma força moderadora sobre a política civil, intervindo quando necessário. No entanto, usualmente o poder era entregue aos civis. Com o golpe brasileiro rompeu-se com essa tradição e instaurou-se um novo padrão de atuação militar. Alfred Stepan (1975) destacou que os militares insatisfeitos com a atuação dos políticos civis resolveram atuar e não mais lhes devolver o poder, uma vez que acreditavam possuírem legitimidade e competência para exercê-lo de forma permanente. FICO (2004), comenta a posição de Stepan mencionando:

[...] até 1964, teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre os militares e os civis caracterizável como “moderador”, isto é, os militares somente eram chamados para depor um governo e transferi-lo para outro grupo de políticos civis, não assumindo efetivamente o poder, até porque não estariam convencidos da sua capacidade e legitimidade para governar. A singularidade da crise de 1964 estaria precisamente na capacidade que teve de transformar tal “padrão”, pois além da percepção de que as instituições civis estavam falhando, os militares também se sentiram diretamente ameaçados em função da propalada quebra da disciplina e hierarquia, suposto passo inicial para a dissolução das próprias Forças Armadas, já que Goulart poderia dar um golpe com o apoio dos comunistas e, depois, não controlá-los mais. (FICO, 2004, p. 42).

Interessante uma situação criada para o personagem *Salomão Nelino* para representar a ação do governo pós-golpe e os militares de uma forma positiva, onde não havia perseguição aos parlamentares, não havia torturas, prisões. Esta situação está evidenciada quando surge na casa do deputado *Nelino*, um oficial do Exército, e as reflexões realizadas pelo deputado antes de abrir a porta, caracterizando-se na tentativa de negação desses atos pela ditadura. Vejamos:

(Nelino) imaginava-se recolhido a um cárcere imundo e frio. Depois interrogatórios intermináveis, as torturas. O inquisidor vinha cheio de ódio. As agressões para que ele confessasse as suas ligações com o PCB. Como ele conseguira arrebatar toda aquela fortuna? Quais as suas relações com Jango? [...] Ele assinaria a confissão sob a ameaça de terríveis violências. Depois o tribunal, os rostos severos dos juizes implacáveis, a condenação, o seqüestro de seus bens, a degradação, a desgraça. Pela fresta da porta, olhou o oficial que o esperava, calma e friamente. Devia ser um sujeito valente e perverso, um criminoso nato, disposto a fuzilá-lo com o maior prazer.
- Bom dia, disse o oficial Fortes, [...] sou seu vizinho, ontem, um burro que tenho para trabalho no sítio, saltou a cerca e fez uns estragos na sua horta.

Por isso estou aqui, disposto a pagar os prejuízos. (CARVALHO, 1978, p. 69).

Situação hilariante, o deputado respirou aliviado, não era nada com ele. Mas alguns anos se passaram e *Nelino* não estava na lista dos parlamentares que tiveram seus direitos políticos cassados, ganhava confiança por sua impunidade, pois apoiava todos os projetos do governo militar. O deputado

bendizia o movimento que dera tranqüilidade e progresso ao país. Desenvolvia atividades sociais, aumentara suas propriedades. Jamais ganhara tanto dinheiro. Contribuía financeiramente para o PCB, pois receava que ainda seria possível uma mudança de situação. (CARVALHO, 1978, p. 71).

Carvalho também sinalizou no texto que simpatizantes do PCB, tidos como políticos “oportunistas” foram investigados, pois em diálogo entre o Chefe da Seção de Informações da Polícia e seus auxiliares, o deputado *Salomão Nelino*, foi apresentado como colaborador do PCB, como ingênuo, uma vez que sempre esteve vigiado pela “competente polícia” sem saber:

- Nosso homem (o deputado Nelino) tem feito alguns contatos com o PC, informou um auxiliar. Está sendo vigiado permanentemente. Graças a essa vigilância temos identificado vários elementos do Partido que o têm procurado aparentemente para apanhar dinheiro.
- Acho que dei um golpe certo, disse o Chefe, quando me opus a que fosse preso. Esse é um caso que nos vale muito mais em liberdade. (O policial) tinha em sua pasta a ficha do ex-deputado Salomão Nelino e as instruções para um trabalho de acompanhamento, denominado “Operação Rinoceronte”. (CARVALHO, 1978, p. 72).

O comportamento deste personagem também demonstra uma lição prática: nem os parlamentares da ARENA, nem os chamados “adesistas” do MDB, na época da redação do livro, eram dignos de confiança. Novamente percebemos que as implicações políticas da ficção de Carvalho transcendem os limites do mero autoritarismo e mergulham no totalitarismo, pois não bastava apenas o governo militar contar com apoio parlamentar, era necessário, a instalação de um Estado policial e investigativo.

OS ESTUDANTES: AGITADORES ÚTEIS

Na seqüência da narrativa, *Salomão Nelino* encontra com *Horácio*, um antigo companheiro da Universidade,

um daqueles agitadores esquerdistas obstinados. Transformara-se em estudante profissional. Há dez anos estava na Faculdade de Engenharia, fomentando greves e desordens, sem preocupar-se em concluir o curso. Tinha, entretanto, uma grande liderança no meio estudantil. Naquela ocasião fazia parte da UNE. Era comunista fichado e tinha um curso de capacitação política na URSS. (CARVALHO, 1978, p. 54).

O movimento estudantil era a “comprovação da infiltração comunista”, por meio, sobretudo da UNE, entendida pelo autor, como instrumento de Moscou. A doutrina da “guerra revolucionária”, estava sendo aplicada na “ficção”. A repressão ao movimento estudantil, correspondia ao ataque a um dos “alvos de maior atenção” do Partido Comunista, uma vez que, para o “aliciamento”,

[...] os comunistas apresentavam aos jovens os “slogans” de atração, a guisa de problemas nacionais de fundamental interesse. Esses aspectos sensibilizam profundamente os corações moços abertos ao idealismo. O partido se propõe a explorar esse entusiasmo construtivo, envolvendo-o pelo objetivo disfarçado da mobilização das massas desprevenidas. (IPM-709, vol 2, p. 210).

De uma maneira geral Carvalho definiu que o ensino, a educação e a ciência eram armas de propaganda e de “doutrinação comunistas”, e os principais objetivos do PCB eram:

- 1) Doutrinação comunista da mocidade, da base do idealismo e do entusiasmo incentivado pelo interesse na solução dos problemas nacionais de caráter geral ou específico;
- 2) Controle da agitação no meio estudantil, assegurando a capacidade de mobilização de todos os estudantes para as manifestações de rua, as greves e a propaganda;
- 3) Utilização da massa estudantil como meio de pressão política. (IPM-709, vol 2, p. 216).

Para Carvalho, o PCB atuava a partir das associações de estudantes como a UNE, e estava “infiltrado” nos Diretórios Acadêmicos das seguintes escolas e universidades:

- Faculdade de Filosofia – pela duração pequena do curso e pela importância dos professores na doutrinação comunista;
- Escolas de Jornalismo – pela atuação dos comunistas na imprensa;

- Escolas de Agronomia – pela ligação com o movimento camponês;
- Faculdades de Direito;
- Faculdades de medicina e
- Universidades Católicas. (IPM-709, vol. 2, p. 222).

Carvalho define como auxiliares dos partidos comunistas, os “criptocomunistas” e “simpatizantes”. Segundo ele, pessoas supostamente, não pertencentes aos quadros da organização, porém consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, cooperam com o partido, “através dos mais variados meios e processos”.

Aqui vamos apresentar características de um dos principais auxiliares dos partidos comunistas, arrolados por Carvalho: os “cripto-comunistas”, que são,

:

comunistas não confessos, por medo ou conveniência. Entre estes encontram-se, por exemplo, os membros de certos setores secretos do PC, como o militar e o jurídico. É o comunista oculto, como exprime a própria designação, que se manifesta sempre em favor dos comunistas ou do PC, em todas as ocasiões favoráveis. Para justificar a sua cooperação alegam, em geral, ou a existência do perigo comunista, ou a necessidade de atender as imposições das liberdades democráticas que podem favorecer eventualmente os comunistas.

Os cripto-comunistas procuram dificultar a repressão ao comunismo e orientar as decisões políticas e administrativas em favor dos comunistas.

Vamos dar alguns exemplos:

- **O Juiz A** absolve ou concede “hábeas-corpus” sistematicamente aos comunistas que são acusados ou presos por atividades subversivas.
- **O Secretário de Segurança B** permite a realização de comícios e reuniões ilegais de comunistas e relaxa a vigilância contra os mesmos.
- **O Coronel X** participa de todos os movimentos legais e pseudo-legais nos quais os comunistas procuram explorar determinados motivos para propaganda comunista.
- **O Governador Estadual Y** nomeia secretários comunistas de cuja ideologia e atividades tem conhecimento ou finge desconhecer.

O que caracteriza um cripto-comunista é, por conseguinte, o fato de ser comunista e ocultar a sua ideologia, só se tornando possível identificá-la através de seus atos, suas atitudes ou de referências por correligionários. (IPM-709, vol. 2, p. 126).

Carvalho também definiu o simpatizante do PCB como aquele tipo “amorfo que não chega a ser comunista, mas também não chega a não sê-lo”. Não se declara, mas era ativo auxiliar do Partido, diferente do cripto-comunista porque este é realmente comunista, ao passo que o simpatizante não teria uma ideologia definida. O simpatizante apenas ajudaria e teria uma visão positiva do comunismo. Acompanhemos esta citação:

Simpatizantes são pessoas que, ainda não comunistas, são condescendentes ou parcialmente adeptas da causa comunista, de seus objetivos ou de seus defensores. Os simpatizantes constituem talvez o grupo mais numeroso de auxiliares, formando o grosso das massas lideradas pelos comunistas. Cooperam nas campanhas do Partido Comunista, com seu trabalho, seu apoio ou sua ajuda financeira. Participam de cerimônias ou reuniões com comunistas. Assinam memoriais e manifestos. Integram frentes ou grupos liderados por elementos do Partido. Tem sempre atitudes favoráveis e simpáticas em relação às pessoas, produtos e empreendimentos de nações comunistas, as quais procuram visitar ou conhecer. (IPM-709, vol. 2, p. 126)

No nosso entendimento os simpatizantes, normalmente, não entravam no partido, mas contribuíam com empréstimo de automóveis, locais de reuniões, abrigo para militantes e até financeiramente. Havia também os simpatizantes que possuíam uma prática política junto às “massas”, sob a direção do partido, mas não se dispunham a romper, completamente, com os interesses pessoais e ingressar na clandestinidade.

Tomando a cidade do Rio de Janeiro e o ano de 1968, como cenário, Carvalho desenvolveu um capítulo em que demonstra suas representações da universidade brasileira, do professor e, do estudante. O autor ressalta a todo o momento a ocorrência de “lavagem cerebral” nos jovens estudantes, causadas pelas universidades brasileiras, segundo o autor, em sua maioria, desorganizadas. O personagem *Oswaldo Saraiva* refere-se ao que seu amigo Padre Solovik lhe dissera a respeito da “Técnica de lavagem cerebral”, aplicada em russos e chineses, nos campos de trabalho forçados. Carvalho procurou associar esta suposta “lavagem cerebral” ao comportamento contestador dos jovens acerca do regime ditatorial de então, uma vez que

Na universidade, Oswaldo encontrou um ambiente de notória indisciplina [...] O ensino se destacava por sua evidente ineficiência. Todas as teorias pedagógicas se aniquilavam nas pequenas e mal ventiladas salas de aula, onde os alunos se aglomeravam, ou em auditórios desconfortáveis e de péssima acústica. Os professores, desobedientes de horários e programas, ministravam suas palestras, monologando despreocupados para classes desatentas. Outros gastavam os seus tempos parolando com minorias sobre assuntos extracurriculares. [...] O reitor era condescendente, procurando evitar conflitos que pudessem repercutir no prestígio da Universidade e comprometer a sua permanência no cargo. Os diretores das faculdades eram, em sua maioria, inoperantes ou desinteressados. Os professores, cheios de queixas e reivindicações, mal remunerados, sem recursos didáticos, engrossavam a corrente de maledicência e de insubmissão. (CARVALHO, 1978, p. 20).

Não obstante o governo militar não tenha proibido a atividade intelectual, de uma maneira geral, a violência desferida contra professores e funcionários públicos das universidades brasileiras, com os inúmeros processos de cassação foi encoberta nas representações de Carvalho.

A retomada do movimento estudantil do final dos anos 1970 é um dos pontos da política brasileira, a qual Carvalho criticava e buscava alertar. Era o perigo da ação comunista, que ele temia, e como resposta descaracterizava a importância de tais movimentos no âmbito estudantil. Na narrativa a seguir Carvalho enfoca que

O grupo esquerdista [de estudantes] gozava de grande prestígio. Tinha franco acesso em todos os departamentos e revelava uma unidade de ação monolítica. Sua frequência às aulas era livre, pois a ação política era considerada uma atividade didática. Formaram-se diretórios estudantis clandestinos. A reação contra esses movimentos que prejudicavam o ensino era mínima, pois não contaria com o menor apoio oficial. [...] Os estudantes desfrutavam exagerada autonomia. Havia um grupo de líderes em absorventes confabulações políticas. Algumas vezes, um ou outro deles interrompia ostensivamente uma aula para ministrar avisos ou até mesmo para realizar plebiscitos que, em geral, terminavam em protestos e tumultos. (CARVALHO, 1978, p. 20)

O narrador elaborou um perfil do personagem *Oswaldo*, principal personagem anticomunista do livro: como tendo 18 anos, alto e magro, aluno da Faculdade de Psicologia, possuidor de um “costume otimista de conformar-se rapidamente com os acontecimentos”. De origem modesta, do interior do Paraná, estudou em escola pública, beneficiou-se com bolsa de estudos após uma boa classificação nos exames do vestibular, entretanto *Oswaldo*,

não obteve bons resultados nos primeiros trabalhos. Suas interpretações foram consideradas anacrônicas, eivadas de um espírito antiquado e burguês. Quando ele defendeu a tese de que o regime democrático deve impor restrições que lhe assegurem a sua autopreservação, não faltou quem lhe atribuísse sentimentos autocráticos. (CARVALHO, 1978, p. 20).

Nesse capítulo do livro também há uma caracterização negativa do “Maio de 68”:

manifestações estudantis, provocadas pelas organizações esquerdistas que se aliavam para o objetivo comum da subversão, começaram a agravar-se nas principais cidades brasileiras. Greves, desordens, sabotagens se sucediam. O ambiente universitário revelava uma crescente tensão. Os agitadores exploravam as insatisfações da juventude contra a barreira dos exames vestibulares e o aumento das anuidades escolares. Essa motivação sensibilizou a todos, inclusive aos pais, interessados no encaminhamento de seus filhos para uma educação superior. Contava ainda com o apoio geral da imprensa infiltrada por simpatizantes. (CARVALHO, 1978, p. 28)

Carvalho fazendo alusão à morte do Estudante Edson Luiz, que no livro se chama *Alberto*, envia sua mensagem anticomunista da seguinte maneira:

Pobre Alberto, pensava Osvaldo. Era um jovem cheio de ilusões. Fora uma vítima da doutrinação dos professores e dos companheiros comunistas. Ele acreditava que um regime bolchevista poderia criar uma sociedade mais justa e mais digna. Não conhecia os crimes e a opressão que se escondem por detrás da Cortina de Ferro e que não são revelados pelas revistas coloridas da propaganda vermelha. Não sabia das misérias, das perseguições, da espionagem, das violências permissíveis em um regime que abomina a religião a que se expande no mundo, escravizando os povos. Estava inteiramente equivocado. Morreu assim. (CARVALHO, 1978, p. 33).

É bastante provável que a morte de Edson Luiz tenha inspirado a criação do personagem *Alberto*, mas as diferenças entre o destino deste na trama e o episódio da morte do secundarista real são visíveis. Por outro lado, as circunstâncias “acidentais”, embora de responsabilidade dos “vermelhos”, nas quais se deu a morte de *Alberto*, mais uma vez visam eximir a repressão ditatorial de qualquer responsabilidade por qualquer morte ou ferimento sofridos pelos participantes das manifestações de massas contra o regime militar.

Na ressalva para o governo que se abria para a abertura política, sobre o “perigo comunista” no cotidiano dos jovens, Carvalho relatou o pensamento do pai desse estudante morto, atropelado durante as movimentações estudantis, e apontou como responsáveis: o PCB que envolvia a juventude de uma maneira maléfica em sua “doutrinação”, a família em não acompanhar os jovens a tempo de perceber e proibir o envolvimento “subversivo”, e a universidade e professores por também serem coniventes, alimentando ainda mais o comportamento “rebelde” da juventude. Nem mesmo os festivais de música, o *rock n’roll* e as telenovelas escaparam às críticas de Carvalho. Todo esse conjunto, sob a direção dos comunistas, era responsável pela degradação juvenil. Vejamos o exemplo neste longo diálogo:

PAI - A culpa é minha, dizia o homem. Eu não ignorava que meu filho se envolvia nessas agitações. Nunca tive força moral suficiente para impedi-lo. Agora estou arrependido. Mas já é tarde...

OSVALDO - Não se culpe, meu caro amigo, declarou Osvaldo. Dificilmente o senhor poderia conte-lo. Ele está sendo vítima de um espírito de rebeldia coletivo que está dominando hoje todo o meio estudantil.

PAI - Esse espírito é instigado por uma minoria ativa de professores e estudantes comunistas que procuram levar os rapazes a um fanatismo, a uma violência inconsciente, Eu li nos jornais a reprodução das instruções que foram distribuídas aos estudantes sobre a conduta em agitações e conflitos de rua. É necessário acabar de uma vez por todas com essa instigação, punir severamente os agitadores que procuram transformar os estudantes em guerrilheiros. Se o governo tivesse agido com energia contra esses

exploradores da boa fé da mocidade, meu filho não estaria hoje entre a vida e a morte, e muitos pais não estariam se lamentando como estou agora.

OSVALDO – O problema é muito difícil. São milhares e milhares de jovens que estão sendo doutrinados por colegas e professores, durante muitas horas por dia, muitos dias por semana [...].

PAI - Quando meu filho foi atropelado, estava sob o efeito de maconha. Os comunistas o viciaram. Eles sabem que o jovem viciado fica na dependência dos fornecedores das drogas e fazem tudo o que eles impõem.

OSVALDO - O senhor tem razão. Quase a metade dos estudantes de minha Faculdade fumam cigarros de maconha. Alguns usam mesmo tóxicos ainda mais fortes. As drogas e o sexo são explorados para desfibrar a juventude e torná-la alvo mais fácil para a doutrinação dos comunistas. Eles começam a impregná-la com idéias muito atraentes, acenando com a perspectiva de um regime de liberalidade e de prazeres, onde todos são felizes com um mínimo de sacrifícios, onde a vida é um mar de rosas sem restrições legais, tornando os moços descontentes contra as imposições da sociedade atual.

PAI - Meu filho foi levado certa vez para um festival de “rock-and-roll” que terminou em uma bacanal de nudismo e perversões irresponsáveis. Participavam da festa moças e rapazes de famílias distintas. A música excitante e erótica servia para criar um ambiente de licenciosidade e depravação. Ficou demonstrado que o espetáculo havia sido organizado pelos comunistas para atrair os jovens. Todas as músicas tinham letras com mensagens políticas, instigando as pessoas a se rebelarem contra a ordem, contra o mundo, contra tudo.

OSVALDO - A chamada canção política foi inventada pelos comunistas para explorar os impulsos artísticos e as ilusões da mocidade. Hoje, é uma verdadeira arma da propaganda. Se o senhor observar com atenção para o que se propaga pelo rádio e pela televisão, vai concluir que a maioria das músicas e novelas encerram mensagens políticas de corrosão dos padrões morais de nossa sociedade.

PAI - Tenho notado isso nitidamente nessas novelas de televisão que hoje são uma verdadeira coqueluche social. Os adultos, as pessoas maduras, podem ter um certo discernimento para não se contaminar. Mas os jovens estudantes são vítimas indefesas.

OSVALDO - Eu acho que a reação deveria partir dos próprios estudantes. A reação deveria começar dentro da própria Universidade. Mas qualquer atitude contra as esquerdas é logo tachada de radicalismo de direita. Passamos a ser perseguido pelos professores e estigmatizados pelos colegas. (CARVALHO, 1978, p. 30-31).

A fraqueza moral dos pais é o aliado principal dos comunistas na obra de subversão da juventude. Vê-se aqui, mais uma vez, o pilar conservador do pensamento de Carvalho, o qual no entanto, não se detém nos limites históricos do conservadorismo, cruzando a fronteira da imaginação totalitária. É possível perceber também, que as universidades infiltradas por estudantes e professores comunistas mereciam sofrer repressões e intervenções; o consumo da maconha tinha que ser severamente reprimido, pois era utilizado pelos comunistas com o propósito de entorpecer, desfibrar e desviar a juventude brasileira; por fim, as músicas, os festivais musicais e a irradiação do *rock*, também deveriam ser censurados ou proibidos

porque também corrompiam e subvertiam a juventude. Ao final de tudo isto, restaria uma sociedade totalitária, desprovidas das mais elementares liberdades democráticas, tanto no plano coletivo, quanto no privado e individual.

Na seqüência da narrativa, *Oswaldo Saraiva* planejou uma campanha anticomunista, na faculdade e para tanto convidou colegas e professores, estes últimos, “[...] ou eram omissos pusilânimes, ou eram esquerdistas comprometidos. Entre os colegas de sua classe havia dois rapazes que manifestavam uma atitude reacionária: Oto e Raimundo”. Para efetivar tal campanha e criar uma “organização para recrutar elementos de apoio”, decidiram redigir um manifesto.⁸⁰ Este personagem, líder de um grupo anticomunista na faculdade, considerava-se um democrata e não anticomunista.⁸¹ Sua disposição estava assentada nessa visão de si mesmo, assim ele declarou: “nós os estudantes democratas, que devemos reagir. Não podemos concordar que essa meia dúzia de esquerdistas dominem completamente toda a massa estudantil, como se fosse um rebanho de carneiros”. Aí está a contradição de *Oswaldo* ao não aceitar a existência de oposição, pluralidade de idéias e das minorias. (CARVALHO, 1978, p. 33).

Na conjuntura de 1978, Carvalho pretende fincar a idéia no governo, a respeito do perigo que os estudantes universitários ainda poderiam trazer para o Brasil. *Oswaldo* se posiciona como crítico e em conversa com o professor *Romualdo*, afirmou que “em sua cidade, estudava-se mais do que no RJ”, pois na “biblioteca, os estudantes frequentavam mais para conversar do que para consultar os livros que jaziam tranqüilos nas estantes”, numa referencia à dispersão de objetivos e o desvio da finalidade de frequentar a Universidade. *Oswaldo* observou que na Faculdade, neste caso, a de Psicologia, grande parte dos debates eram permeados por temas marxistas,

propostos abertamente por muitos professores, tinham grande receptividade entre os estudantes. Teorias econômicas ultrapassadas, como a da “mais-valia” e a do “monopólio estatal dos meios de produção”, eram discutidas como novidades. Disseminava-se uma propaganda subliminar que tendia para a desumanização tecnocrata, em detrimento dos valores espirituais. Adivinhava-se uma atmosfera de rebeldia em relação aos padrões

⁸⁰ Este manifesto considerado uma carta de intenções dirigido a um público amplo destinado ao mesmo tempo em adquirir novos simpatizantes e adesão á causa, como também marcar posição em um contexto específico, como foi e caso em questão do livro.

⁸¹ Não sabemos se Carvalho percebia diferenças entre **democratas** e **anticomunistas**, no entanto consideramos importante citar seus entendimentos de democratas em: NACIONALISMO - sentimento de elevação, orgulho e preferência em relação aos objetos e assuntos da terra natal; PATRIOTISMO – sentimento de devoção e dedicação incondicional à terra natal; INTERNACIONALISMO – movimento de debilitação dos laços e sentimentos nacionalistas; MORAL – corpo de preceitos sobre o procedimento correto dos indivíduos na sociedade; DEMOCRACIA – sistema ou regime político em que todos são iguais perante a lei (CARVALHO, 1977, p. 168).

institucionais, tachados de arcaicos e inadequados. Propagavam-se idéias radicais, sob a fantasiosa roupagem de movimentos de reação da juventude. Sentia-se que tudo isso obedecia a uma orientação encoberta, mas permanente e constante. (CARVALHO, 1978, p. 25, grifo nosso).

Para Carvalho foi notória também a ação exercida pelos comunistas no Ministério da Educação o qual subvencionava campanhas como da Imprensa Estudantil, Seminários, Congressos e Cursos, “os quais, na realidade, eram apenas instrumentos de disseminação de propaganda ideológica”, pois,

funcionavam verdadeiros centros de comunização, inspirados na doutrina formulada pelo ISEB e disseminada por numerosos organismos controlados por comunistas, como a Divisão de Educação Extra-Escolar, a Campanha de Assistência ao Estudante, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, o Movimento de Cultura Popular, a Campanha Nacional de Alfabetização e outros. (IPM-709, vol. 2, p.143).

O personagem principal do núcleo de “criptocomunistas”, é o *Professor Dr. Romualdo Palhares*, de Didática, segundo *Oswaldo*, um intelectual mais acessível, com “cabeleira grisalha e mal cuidada”:

Trajava-se de uma forma que se classificava entre a displicência e o desmazelo. Gostava de conversar com os alunos, no seio dos quais era estimado. Como professor deixava muito a desejar. Suas aulas eram improvisadas e sem conteúdo. Contumaz propagandista tirava partido de sua facilidade de expressão, conduzia o raciocínio dos seus estudantes por tortuosas veredas marxistas e niilistas, sob a aparente máscara de uma autêntica evolução democrática. (CARVALHO, 1978, p. 20)

O professor *Dr. Romualdo Palhares* e suas atividades são exemplos das representações destrutivas da comunidade universitária que se fizeram presente ao longo do texto. Carvalho não perde a oportunidade de estigmatizar, carimbar negativamente, assim como advertir seus leitores contra esta classe de intelectuais “criptocomunistas” atuantes, e reféns do PCB, para tanto apontou deficiências e falhas profissionais naqueles que “manipulavam” os estudantes.

Outro personagem ligado à universidade é o diretor da Faculdade de Psicologia, *Alexandre Caiado*, ligado ao “Comitê Estadual, mas não é ativista, nem atua na “fração” da Faculdade. Isto porque seu trabalho é principalmente clandestino. É um dos melhores agentes infiltrados no meio universitário. Indivíduo fechado, pouco comunicativo, inteligente e tem amizades no gabinete do Ministro da Educação”. Observamos que Ney Braga foi o Ministro

da Educação e Cultura, durante o período de 1974 a 1978, político pouco estimado pela “linha dura” da qual Carvalho fazia parte, possivelmente este seja o motivo pelo qual um personagem comunista teve ligações no gabinete do Ministério da Educação, ou seja a tentativa do autor em acentuar suas críticas à infiltração comunista em setores públicos.

Além dos atributos físicos, Carvalho acrescentou outros elementos a Alexandre Caiado:

Era um tipo magro e frio. Sua fisionomia era inexpressiva. Usava barba e bigodes ralos. Falava pouco. Tinha um ar taciturno. Quase não aparecia. Um homem metódico. Jantava invariavelmente às sete da noite. Era solteiro. Detestava televisão. Dedicava-se a leitura em sua biblioteca. (CARVALHO, 1978, p. 35).

Como pode ser percebido nenhum dos personagens comunistas possui uma vida familiar “normal”, dentro dos padrões conservadores de Carvalho. Estes personagens não são bons filhos, maridos ou pais. O narrador expõe sua visão de professores universitários, como aqueles em sua maioria comunistas, que abordavam em suas aulas apenas temáticas marxistas, por ele consideradas subversivas, exclusivamente para realizar a “lavagem cerebral” nos estudantes. Assim como aqueles que defendem “utilização da inseminação artificial por entes humanos” e “a liberdade do uso de tóxicos e os direitos humanos”.⁸² Para ele, esses assuntos provocam considerações “depreciativas, irreverentes e amorais”. Se pensarmos na importância do papel exercido pelos direitos humanos, a da crítica realizada ao então regime militar brasileiro, entenderemos, obviamente, a maneira desvalorizada com que Carvalho se refere a esses grupos.

O meio intelectual do magistério, sobretudo superior, tido como acolhedor de simpatizantes ou criptocomunistas infiltrados, carregado de perigo comunista no interior das universidades, de uma maneira geral, teve nome e endereço no IPM-709. As perseguições de professores e cientistas no interior das universidades, assim como a violência e o arbítrio dos órgãos censores sobre expressões artísticas e intelectuais constituiu-se numa necessidade para Carvalho:

⁸² Os defensores dos direitos humanos, não escaparam da perseguição de Carvalho, abertamente classificados como subversivos. De acordo com reportagem da Anistia Internacional, mais de 2 mil pessoas foram detidas em todo o Brasil nos anos de 1975-1976. Deste total, “cerca de 700 permaneceram presas, e 240 foram posteriormente “adotadas” pela Anistia Internacional. A organização informou também que “num período de 18 meses recebeu numerosas denúncias de tortura, todas fundamentadas por provas materiais”. Ver (Alves, 2005, p. 246).

A Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, e suas congêneres, é o celeiro principal do comunismo no professorado, com a complacência de várias autoridades como o reitor Pedro Calmon. Nessa faculdade tem funcionado permanentemente uma organização base do PC, encarregada de assegurar o aliciamento dos alunos. A prioridade dada a esse instituto de ensino pelo PC fundamenta-se principalmente na pequena duração dos cursos e na importância que tem o professorado, particularmente o secundário, na disseminação do comunismo no seio da juventude. (IPM-709, v. 2, p.232)

Num diálogo entre o professor *Caiado* e *Tomas*, personagens ligados ao PCB, estes fazem alusão às dissidências estudantis. A crítica à luta armada está envolta na tentativa de Carvalho em responsabilizar o PCB pelas ações da esquerda armada.

Tomás - Estive com o Malina na Executiva. Estão preocupados com o aguçamento do movimento estudantil. O Partido sofre as conseqüências do ultra-esquerdismo de pequenos grupos que pensam ser possível derrotar a ditadura com golpes de audácia e acabam por nos comprometer e fornecer á reação um bom pretexto para a repreensão.

Caiado - Eu tenho procurado conter essa gente. Depois do VI Congresso não existem mais dúvidas sobre a linha política do Partido. A dispersão de esforços não nos interessa. O Partido é o núcleo de toda a ação comunista no Brasil e não podemos perder o nosso comando. (CARVALHO, p. 39). 1978, p.

Em outro momento da trama é reforçada a importância do professor “criptocomunista”, na atividade do partido:

Tomás – Sua situação no Partido é muito boa. O seu trabalho e a sua fidelidade partidária são reconhecidos. No episódio da assembléia do comitê dos bancários na Ilha do Governador teve boa repercussão. Se não fossem as providências de segurança que você tomou, a essa hora todo o comitê estaria na cadeia e o Partido sofreria mais um duro golpe.

Caiado - Eu apliquei as regras do trabalho clandestino. As coisas na faculdade não vão bem, os radicais do PC do B e da AP estão agitando. Nosso pessoal acaba também se entusiasmando e faz causa comum com eles. Existem alguns professores imbecis que se dizem esquerdistas, mas que, ao invés de nos ajudarem, só atrapalham. O mais estúpido de todos é o Romualdo Palhares, um comunista teórico que não tem disciplina, não obedece á disciplina do Partido, não tem nenhuma preocupação com a segurança e age individualmente. (CARVALHO, 1978, p. 40).

No decorrer da narrativa o leitor entende que *Caiado* era na verdade um agente da KGB “infiltrado” no Brasil, encarregado de vigiar as atividades do PCB, ao mesmo tempo, a pessoa que mantinha contato entre a KGB e *Caiado*, estava “infiltrada” na Polícia. Dessa

forma o autor traz a temática da infiltração e da relação da Polícia com o PCB. Uma idéia corrente no Brasil do período, onde o papel de infiltrado da KGB, nas altas esferas do Estado e da sociedade brasileira era tomado com frequência para expor os perigos, os quais se encontravam, de ameaça pelo “perigo vermelho”, da soberania nacional, segundo o entendimento de membros do regime, como Carvalho.

A CULTURA NA MIRA DE FERDINANDO DE CARVALHO

No período pré-golpe de 1964, a esfera da cultura já fornecia subsídios para a discussão entre intelectuais e artistas. O **Comando dos Trabalhadores Intelectuais** (CTI) foi um exemplo de articulação política, constituindo-se posteriormente na consolidação do grupo de colaboradores da Revista Civilização Brasileira (RCB), presente no contexto de 1965 a 1968, como instrumento de transformação e de organização dessa esfera cultural. (CZAJKA, 2005). A conhecida legitimidade política dos intelectuais que transitaram em torno da (RCB), a receptividade dessa revista, sobretudo do seu editor, Ênio da Silveira,⁸³ de orientação ideológica e partidária com o PCB, alertou Carvalho no sentido de apresentar mais um personagem, o *Helio Bonavides*, do núcleo das críticas aos intelectuais, reforçando assim o seu anticomunismo.

Fundado em outubro de 1963, e fechado pelos militares em 1964, o CTI congregava atividades de diversos artistas e intelectuais e estimulava a participação dos mesmos “na consolidação dos interesses de classe dos intelectuais”.⁸⁴ Presidido por Ênio Silveira, “editor e proprietário da Editora Civilização Brasileira”, a maioria das reuniões era realizada na sede da própria editora. Por princípio jurídico, o CTI “visava estabelecer a representação política de seus agregados junto a outras entidades assim como ao Estado”. (CZAJKA, 2005).

As prisões de professores e invasões em universidades por militares, a violência contra funcionários públicos ocorreu em todo o país após o golpe. O “terror cultural”⁸⁵ com ações

⁸³ Ênio da Silveira tornou-se membro do PCB em meados de 1960.

⁸⁴ O grupo de membros-fundadores do CTI era constituído, entre outros por Alex Viany, Álvaro Lins, Álvaro Vieira Pinto, Barbosa Lima Sobrinho, Dias Gomes, Édison Carneiro, Ênio Silveira, Jorge Amado, Manuel Cavalcanti Proença, Moacyr Félix, Nelson Werneck Sodré, Oscar Niemeyer e Osny Duarte Pereira. Ver (CZAJKA, 2005).

⁸⁵ O “terrorismo cultural” foi expressão cunhada por Alceu Amoroso Lima, em artigo publicado em julho de 1964. (CZAJKA, 2005).

militares repressivas nas atividades culturais e intelectuais foi amplamente difundido em diversos jornais da época, a exemplo do Correio da Manhã e a RCB.⁸⁶

Este periódico [RCB] da Editora Civilização Brasileira favoreceu a criação de um espaço no qual pode ser rearticulada parte desse contingente (de intelectuais) desagregado, sem uma referencia institucional direta, já que suas respectivas entidades ou tinham sido postas na ilegalidade ou mesmo destruídas pelo militares. O PCB teve grande importância na rearticulação de diversas correntes intelectuais atuantes do pré-64, dispostas também a fazer frente ao regime golpista. Assim procedeu, por exemplo, com professores e cientistas de inúmeras universidades brasileiras, perseguidos ou exonerados e que, em meados de 1964 sofreram as conseqüências da chamada “operação limpeza” [...]. (CZAJKA, 2005, p. 10).

Essa resistência cultural ao regime que se consolidou em torno da RCB e de Ênio Silveira foi considerada por Carvalho. Foram inúmeros manifestos, cartas abertas ao governo e artigos repudiando atos de censura e violência contra a produção e expressões artísticas. A visão do personagem *Helio Bonavides*⁸⁷ sobre o PCB é exatamente aquela que Carvalho desenvolveu ao longo do IPM e dos seus livros: um partido antidemocrático e autoritário, ao ponto em que a critica de intelectuais, artistas e estudantes com “espírito” mais libertário, abriu-se um espaço para responder com violência. Neste trecho o personagem editor desabafou e expressiu suas posições:

No Brasil existem vários “stalins”. Esses camaradas sempre se opõem á democratização das normas partidárias. Por isso é que, sendo comunista, não quero pertencer ao Partido Comunista. E também não quero pertencer a nenhuma organização controlada pelo Partido. Eu ajudo o Partido. Sou o editor que mais atende aos interesses do Partido. Mas não concebo subordinar-me ás exigências da vida partidária. Gosto de calma e de conforto. Não quero viver os riscos que os ativistas enfrentam diariamente. (CARVALHO, 1978, p. 81)

A Editora Civilização Brasileira esteve envolvida em diversos IPM's,

⁸⁶ A RCB por iniciativa de seus principais responsáveis – Ênio Silveira e Moacyr Felix – apresentou-se como “espaço de denuncia das arbitrariedades cometidas pelo regime militar, mas possibilitou a reunião mais ou menos articulada de “inúmeros artistas, cientistas, professores e intelectuais.”

⁸⁷ Este personagem pode ter sido inspirado no editor Ênio da Silveira, que foi diretor Editora Civilização Brasileira e o principal editor da Revista Civilização Brasileira. O primeiro número desta revista, em março de 1965, informava que basicamente o seu objetivo era apresentar os interesses nacionais do Brasil, “mas não se limitará a um nacionalismo sentimentalista e estreito, nem se deixará envolver pelo projeto geopolítico ou o planejamento estratégico continental que o Departamento de Estado e o Pentágono promovem e que alguns dos nossos políticos colocam em ação”. (CAZKJA, 2005).

em virtude da publicação e tradução de obras e classificadas pelo governo militar como subversivas. Logo nas primeiras semanas após o golpe Ênio Silveira era “convidado” a prestar depoimento em inquéritos que envolvam a imprensa comunista no Brasil, além de ser indiciado no famoso IPM do ISEB. (CZAJKA, 2005, p. 96).

Sendo a RCB e a editora Civilização Brasileira um espaço de aglomeração de diversos intelectuais e artistas⁸⁸ em discussão sobre os rumos políticos e culturais do país e, embora a editora não fosse apresentada como uma instituição oficial da esquerda e do PCB, ela apresentou-se como uma agente político-cultural influenciador decisivo, incomodando os militares, sobretudo a Ferdinando de Carvalho. Nas palavras de Czajka, 2005, o CTI surgiu com caráter “apartidário”, entretanto, ressaltava a importância desse aspecto na “estruturação e na consolidação da luta dos intelectuais por uma cultura nacional”, embora,

o Comando não fosse uma entidade derivada dos quadros burocráticos do PCB – ainda que tivesse vários integrantes comunistas – ele compartilhava de algumas teses do partido, sobretudo no que tange à formação da chamada Frente Única. Mas em função das condições, da indefinição de um projeto político e dos rumos ideológicos do próprio governo Goulart, o CTI procurou manter-se equidistante tanto das diretrizes políticas do PCB quanto das condições atribuladas do governo de Goulart. (CZAJKA, 2005, p. 29).

Dessa forma, a tese da vinculação direta do CTI ao PCB, empreendida pelos militares, e corroborada por Carvalho em seu livro, parece pouco fundamentada quando percebemos a heterogeneidade do Comando, a partir das pesquisas de Czajka, (2005):

A articulação de intelectuais em torno do CTI se deu não pela autorização do partido, mas pela ação contingente dos seus integrantes que buscavam tanto uma organização que respondesse pelos seus anseios enquanto “trabalhadores intelectuais” como pela necessidade de criar um espaço de integração desses mesmos trabalhadores. Evidentemente que isso não impossibilitou a participação do CTI no apoio de seus integrantes às atividades políticas do PCB e do próprio governo Goulart. (CZAJKA, 2005, p. 30).

O que percebemos da crítica empreendida por Carvalho sobre o manifesto do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, é mais uma oportunidade para este militar relacionar o PCB ao CTI, visível no personagem do poeta *Luiz Arruda*, responsável pela coleta de assinaturas. É mais uma representação muito distante da real, como observamos em Czajka, (2005), onde este historiador com base em pesquisas históricas nega a vinculação

⁸⁸ Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Helio Jaguaribe, Ferreira Gullar, Oduvaldo Viana Filho e Moacyr Felix são alguns nomes ligados à RCB. Ver (CAZKJA, 2005).

subalterna do CTI ao PCB, pois o fato de o Comando ter integrantes do PCB ou de outras organizações político-sociais como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ou Centro Popular de Cultura (CPC) não o caracteriza como modelado ideologicamente a qualquer dessas entidades “despojando-se de qualquer diretriz ou programa a ser cumprido em nome desta ou daquela instituição”.

A independência e posições contrárias ao regime, veiculadas pelo CTI, assim como a “guerrilha intelectual” implementada por Ênio Silveira contra o regime militar através de sua editora, um foco de resistência, incomodou em muito à Carvalho, o qual buscou no seu personagem *Luiz Arruda* – responsável pela coleta de assinatura de intelectuais para o Manifesto do CTI - uma oportunidade para o autor elaborar a sua própria versão dos fatos e apresentar negativamente a figura desse editor, e do CTI, importante grupo na cena cultural brasileira, e na realização de crítica ao regime, independentemente de vinculações ao PCB.

Mas por outro lado retoma o seu objetivo maior anticomunista de enfatizar o crescimento do PCB frente à entidades independentes. Vejamos como Carvalho se refere à esta temática:

Luiz Arruda fora encarregado pelo Partido Comunista de obter assinaturas para o manifesto de criação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais. O documento fazia parte de um plano de mobilização de opinião pública, no qual o Partido desejava demonstrar a capacidade de sensibilizar todos os setores de atividade do País. A intelectualidade representava justamente a área mais indisciplinada. A criação do Comando era uma tentativa de enquadramento desse potencial humano para a constituição de uma frente sob o controle do PC. Essa frente, em conjunto com o Instituto de Intercambio Cultural Brasil-URSS, seria o órgão de recrutamento e unificação do setor esquerdista da intelectualidade brasileira, dentro do espírito de implantação do Estado socialista. Como escritor era medíocre. Tinha imaginação, mas não sabia escrever. Assassina a linguagem. Gostava de fazer discursos. Candidatara-se a vereador, várias vezes. Mas jamais conseguira eleger-se. Casara-se com Maria Aparecida, escritora primária, que era o esteio da casa. (CARVALHO, 1978, p. 77).

Na conceituação de “inocente-útil” de Carvalho englobava-se tanto políticos com caráter duvidoso, como *Salomão Nelino*, quanto jovens estudantes que ele considerava aptos a manipulação dos comunistas:

Os inocentes-úteis são aqueles indivíduos que se prestam às manipulações dos comunistas por ingenuidade, vaidade, desconhecimento ou inconsciência. Os comunistas costumam denominá-los “tolos” ou “bobos”. Inúmeras pessoas contestam a existência de inocentes-úteis autênticos, preferindo considerá-los como “oportunistas”. (CARVALHO, 1978, p. 74).

Sobre a conjuntura do ano de 1963, Ferdinando de Carvalho desenvolveu neste livro, um dos pontos altos do IPM: o papel dos simpatizantes nas atividades do PCB. Ao comparar os intelectuais e comunistas, a narrativa mostra que estes atores atuavam lado a lado, na manipulação do “inocente-útil” e exploravam a ingenuidade, boa-fé, e ignorância das pessoas consideradas sem preparo intelectual, utilizando-se das “poderosas técnicas de ação do Comunismo”. Os intelectuais para Carvalho eram o

[...] imenso número de artistas, cientistas, religiosos e outras personalidades, prestam-se a servir como escudo, massa de manobra ou instrumento servil da ação comunista, praticando atos destrutivos contra a sociedade e a Nação, julgando que, com isso, estão colaborando para a implantação de um novo regime de paz e justiça. Esquecem-se de que paz e justiça têm, para os comunistas, outros significados, e não percebem que estão demolindo aquilo que desejam construir. (IPM-708, vol. 2, p. 226).

Na mesma linha de representação negativa da figura do professor, Carvalho traz o intelectual, artista, na figura do personagem *Leon Teixeira* que era:

pintor incompreendido que já passara por várias escolas. Considerava-se um intelectual injustiçado. [...] Vivia em uma miséria de fazer dó, filando almoços aqui e ali, comprometendo-se em empréstimos jamais honrados. Desvalido da sorte e da fortuna. Dos empregos, que lhe deram por comiseração, foi sempre destituído, já que neles só comparecia p/ receber o salário. Vendia alguns quadros a turistas na Praça Mauá ou em Copacabana, mas logo esbanjava o dinheiro em bebidas, mulheres e no jogo. Morava, por favor, num quarto miserável, nos fundos de uma garagem, dormindo em cama de colchão duro, forrado, quando muito, por algumas folhas de jornal. (CARVALHO, 1978, p. 75)

A infiltração comunista no meio intelectual, segundo Carvalho era “extremamente variada em seus agentes e em suas formas. Existe um certo número de elementos que pertencem aos quadros partidários, inclusive a sua direção central, que são incluídos entre os grupos intelectuais”. No IPM em questão foi citado como exemplo destes intelectuais infiltrados Valério Konder e Mário Schemberg:

São comunistas, executavam atividades em proveito do comunismo, obedecem as diretivas provenientes do PC, mas não são membros efetivos do Partido. Isso lhes dá grande dependência e flexibilidade de ação permitindo-lhes atuar em várias frentes legais ou semilegais sem se exporem às sanções judiciais nem à disciplina partidária. Essa técnica proporciona notável auxílio à ação ostensiva do Partido Comunista através das atividades desses elementos. Todavia no meio intelectual a infiltração comunista nos últimos anos assumiu considerável ascenso. Exprime, em geral, um

prolongamento do comunismo universitário. No Brasil chegou-se a criação de um “Comando de Trabalhadores Intelectuais” dirigido pelo PCB e encarregado de coordenar as atividades partidárias dos comunistas, criptocomunistas e simpatizantes.⁸⁹ (IPM-709, v. 2, p. 233).

O autor novamente volta ao papel e perigo dos intelectuais, do “criptocomunista” quando a narrativa é tomada pela apresentação de *Luiz Arruda*. Este poeta, não era membro do PCB, pois

Jamais quisera filiar-se, pois não se desejava submeter á rigidez das normas partidárias. Era comunista, mas gostava de atuar com independência. Executava missões para o Partido como franco-atirador. Não lhe agradava porém, envolver-se em riscos. “Se vierem prender-me, dizia, encontrar-me-ão de joelhos, rezando em uma igreja”. (CARVALHO, 1978, p. 77).

A partir dessa passagem em que *Luiz Arruda* aconselha seu amigo *Barbosinha* a entrar e colaborar com o partido, Carvalho retoma temas do seu IPM, em que os intelectuais e artistas da televisão estariam infiltrados, agindo pela causa comunista. Mesmo artistas ou intelectuais medíocres como o personagem *Luiz Arruda*, conseguiram destaque profissional por serem comunistas ou apenas simpatizantes do PCB :

- Você vai ser testado. Inclusive, eles vão sondar as suas tendências políticas. Hoje em dia ninguém consegue nada se não for de esquerda. Eu não editaria um livro, se não fosse comunista. Todo o rádio e a televisão estão controlados pelo Partido. Eu vou levar você ao homem que dirige todas as admissões na emissora. Ele cumpre as ordens do PC. (CARVALHO, 1978, p. 78).

Para Carvalho o inimigo estava em toda parte, já havia se infiltrado em todos os lugares, espaços e setores da sociedade. Sendo assim, todas as modalidades de pensamentos de oposição, eram subversivos e comunistas, restando apenas, a repressão ostensiva, a censura, o cerceamento completo das liberdades, partindo do controle policial das atividades artísticas e culturais. Em outras palavras, era o exercício do domínio total do estado sobre a sociedade civil, como foi analisado por Arendt (1989), onde um dos traços do caráter do

⁸⁹ São citados no IPM-709, como intelectuais criptocomunistas os seguintes: Jorge Amado, Eneida, Astrogildo Pereira, Nelson Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães, Leandro Konder, Gondim da Fonseca, Cid Franco, artistas como Di Cavalcanti, Armando Estrela; arquitetos Oscar Niemeyer está citado como ostensivamente comunista. Outros nomes também são apontados como auxiliares do PCB como: Álvaro Lins, Nestor Buarque de Hollanda, Vinicius de Moraes, Geir Campos, Carmem Portinho, Otto Lara Rezende, Guerreiro Ramos, Josué de Castro, Minton Pedroza, Eduardo Portela, Menotti Del Pichia, Sergio Milliet, Alberto Cavalcanti, Bruno Giorgi, Mozart Guarnieri, Orígenes Lessa, Augusto Rodrigues, Abqar Bastos, Egidio Squert, Iberê Camargo, Moacyr Werneck de Castro, Alex Vianny, Quirino Campofiorito, Carlos Scliar. (IPM-709, p. 233)

totalitarismo estava na “escravização da maioria do povo por um indivíduo, ou grupo de indivíduos arvorados em déspotas ou ditadores”.⁹⁰

Também no IPM-709 é visível que as atividades preparatórias para a Guerra Revolucionária, manifestam-se em todos os campos da vida nacional: seja no campo político, com as infiltrações nos partidos, nas frentes populares, mas também em todos os ministérios civis, órgãos de segurança pública e organismos administrativos.

Na seqüência da narrativa *Barbosinha*, conseguiu um contrato de trabalho, mas para tanto foi obrigado a freqüentar um curso de capacitação política, dessa forma não relutou em assinar o manifesto do **Comando dos Trabalhadores Intelectuais** quando solicitado por *Luiz Arruda*. *Barbosinha*, no entanto “não era comunista. Não era nada. Era apenas um artista simples e engraçado. Queria viver e trabalhar. Assinaria dez manifestos, se lhe pedissem”.

O editor *Hélio Bonavides*, residia em uma “bela casa na Gávea. Era um homem rico. Mas era o maior editor de obras esquerdistas. Era um marxista teórico”, também foi procurado por *Luiz Arruda* para assinar o **Manifesto do Comando dos Trabalhadores**. *Hélio Bonavides* é a representação do intelectual, perigoso, simpatizante “criptocomunista”, que seria muito mais útil, sem vínculo partidário, infiltrado, por isso,

não se filiara ao PCB, nem o Partido demonstrara interesse em tê-lo como integrante de seus quadros permanentes de ativistas. Fazia parte de um grupo de intelectuais esquerdistas e comunistas que trabalhavam em proveito do PC, sem as obrigações decorrentes da disciplina partidária. (CARVALHO, 1978, p. 80).

A recusa do editor em assinar o **Manifesto dos Trabalhadores Intelectuais**, teve como conseqüência o incêndio de sua *Editora Alvorada*. Carvalho, então aproveita para retomar suas posições anticomunistas diante da responsabilização do PCB pelo crime. Tal ação vincula os comunistas a atos de violência na busca de atingir seus objetivos e à ênfase do autor sobre a infiltração dos comunistas entre os intelectuais e artistas. Uma construção do pânico revolucionário, o sucesso depende da violência, relacionando e reforçando à idéia de que no Brasil se vivia uma guerra revolucionária, no que justificava a sua propaganda anticomunista.

⁹⁰ Hannah Arendt estabeleceu os vínculos entre o nazismo e o stalinismo, evidenciando os elementos totalitários presentes em ambos. Uma das propostas da discussão desenvolvida pretendeu chamar a atenção para os aspectos que faziam crer, para os anticomunistas, numa aliança imediata e mecânica entre a concepção de comunismo, e o regime terrorista e policial instalado na Rússia pelo stalinismo. (ARENDR, 1997)

Recentes estudos indicam - contrariamente aos fatos apresentados por Carvalho, em decorrência da postura política de Enio Silveira, - a editora sofreu dos militares, apreensões e atentados em suas instalações, sobretudo após o AI-5, porém, o ápice dos problemas econômicos, ocasionados pelos ataques físicos, comerciais e financeiros ocorreu em 1973. Já em 1975 a editora recupera-se e atinge a marca de 158 títulos editados ao ano, se comparado com os 70 a 120 títulos dos anos de 1969 a 1972. (SILVA JUNIOR, 2001) .

Carvalho desvirtua e muda o sentido do misterioso incêndio acontecido nas instalações da editora, em outubro de 1970, com grandes possibilidades de ter sido um ato criminoso, de longe, responsabilidade do PCB. Na editora de *Helio Bonavidos*, assim como em redações de jornais e universidades de todo o país, os comunistas estavam infiltrados realizando atos de violência. Logo, *Bonavides* possuía a certeza de que o incêndio havia sido obra dos comunistas, pois,

a sua empresa estava cheia de comunistas, inclusive de vários elementos do Partido que ele mesmo admitira, atendendo às recomendações do PCB. Dois dias antes recebera um telefonema de um dirigente do Partido, instando com ele para que assinasse o manifesto. Recusara o recebera uma ameaça velada. (CARVALHO, 1978, p. 83).

A investigação policial também admitiu a responsabilidade do partido apesar de não ter obtido provas concretas. Práticas muito próximas, daquelas empreendidas em alguns processos militares. Quando mesmo não havendo certeza, ou provas que incriminassem o investigado, já se admitia a sua culpa num ato criminoso, apenas, na maioria das vezes, porque o investigado era simpatizante ou militante do PCB.

Não tenha ilusões, Sr. Bonevides, [disse o inspetor Gonzaga da Secretaria de Segurança]. O incêndio foi criminoso e trabalho de comunistas. A perícia encontrou os indícios do crime. Não temos, porém, ainda nenhuma prova concreta. [...] Existem vários comunistas fichados trabalhando na editora. [...] O senhor não tem nenhum motivo para supor que o PC esteja fazendo uma represália? Sabemos que o senhor mantém certas relações com o Partido. [...] Coopere conosco, sr. Bonavides. O sr. poderá evitar que aconteça outros atentados e crimes, como esse incêndio. (CARVALHO, 1978, p. 83).

Para Arendt (1989), a mentira é fundamental no totalitarismo, e assim acentuou: “[...] o que distingue os líderes e ditadores totalitários é a obstinada e simplória determinação com que, entre as ideologias existentes, escolhem os elementos que mais se prestam como

fundamentos para a criação de um mundo inteiramente fictício” (ARENDR, 1989, p. 411). Seguindo este pensamento, Carvalho pode ter mentido no IPM e em suas narrativas ficcionais, pequenas e grandes mentiras, cujo único objetivo era destruir realidades que ele buscava combater e reprimir, pois “[...] uma vez integrados numa ‘organização viva’, esses slogans de propaganda não podem ser eliminados sem riscos, sem destruir toda a estrutura” . Dessa forma o totalitarismo, segundo Arendt, vai criar um mundo irreal, de acordo com a sua própria realidade. (ARENDR, 1989, p. 412).

Ainda que o editor não admitisse para a policia, tinha certeza da responsabilidade de algum militante do partido no atentado à sua editora, quando pensa “não precisava fazer isso, eu teria assinado o manifesto. Ele estava convencido sobre a “autoria do partido, [...] de que aquilo tinha sido obra dos comunistas. [...]”. Além de Carvalho retirar de Ênio Silveira e outros ilustres intelectuais, a responsabilidade e iniciativa pelo Manifesto, colocando inversamente sob a tutela do PCB, o qual teria encabeçado e procurado as assinaturas, ele também acusa os comunistas pela ação criminosa, mudando o foco das suspeitas de atuação repressiva do regime, realizadas contra a Editora Civilização Brasileira .

Em diálogo com o padre *Barcelos* o editor reitera sua certeza na responsabilidade do PCB pelo incêndio. Vamos acompanhar este diálogo:

Editor - Há dias estive aqui um elemento pedindo a minha assinatura em um manifesto. Recusei-me. Houve uma ameaça telefônica. Não dei importância.

Padre – Mas poderiam ser anticomunistas, justamente para inculpar o Partido.

Editor - Não creio Padre. (...) Tudo leva a crer que o criminoso foi um dos empregados da editora. Tenho colaborado muito com o Partido. Há muitos empregados comunistas. (...) Vou romper com o PC.

Padre – Não ponha ódio em seu coração. Então você nunca foi um comunista sincero. Apenas quando o seu interesse pessoal foi atingido é que você resolveu agir.

Editor - Agora é que começo a perceber a mentalidade dessa gente. Imagine o que fariam se estivessem com o poder nas mãos. (grifo da autora) (CARVALHO, 1978, p. 84)

Na seqüência da narrativa o Padre *Barcelos* dialoga com um militante do PCB sobre as conseqüências do incêndio. “Era um elemento do Partido Comunista que mantinha ligações com o sacerdote” :

Padre - Ele já sabe que foram vocês que fizeram isso.

Militante - E o senhor acreditou?

Padre - Sim, acreditei. (CARVALHO, 1978, p. 84).

São pequenas frases em que o autor inseriu a Igreja Católica, a partir das atividades dos padres progressistas, como colaboradores, criptocomunistas. Mesmo o padre acreditando que o incêndio fora realmente proposto pelo Partido, - no diálogo anterior - estava tentando convencer o editor do contrário, numa missão para amenizar as conseqüências do ato criminoso, e nesse momento mostrar que até o padre não merecia confiança por causa de seus vínculos com o PCB, e mais, reiterar que os comunistas estavam infiltrados também em setores da Igreja Católica para beneficiar o partido.

Observamos que durante o período de 1969 e 1973, a Igreja católica já agia na defesa daqueles que estavam em perigo ou eram vítimas de perseguição, no entanto a atuação da Igreja Católica ficou também demonstrada entre os anos de 1975-1976, durante a onda de violência verificada no Brasil sobretudo em São Paulo contra militantes do PCB e do PC do B, porém foram “detidos militantes opositoristas de todas as tendências ideológicas”. (ALVES, 2005, p. 246).

De acordo com Alves (2005),

Em resposta à onda de repressão, a Arquidiocese de São Paulo transformou-se em centro de ajuda humanitária às famílias de pessoas presas ou desaparecidas. Com o estímulo do Cardeal Arns, a arquidiocese criou a Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, integrada por alguns dos mais respeitados juristas do estado. A comissão foi encarregada da defesa dos perseguidos e de mover ações civis contra as autoridades em casos comprovados de tortura. O principal objetivo do Cardeal Arns era estimular a população a resistir de uma forma pacífica, mas firme, à repressão violenta [...]. (ALVES, 2005, p. 246).

Em relatório do SNI, datado de 1975, citado por Carlos Fico, a subversão comunista ainda significava um perigo iminente, e se apresentava em diversos setores da sociedade brasileira, entre eles a Igreja Católica progressista. O Estado de Segurança Nacional mostrou-se ameaçado pela perda do apoio de setores importantes da elite e por cisões internas entre civis e militares:

Se antes a linha militarista e foquista dos subversivos apresentava fatos concretos de guerrilha urbana e rural, que colocavam a opinião pública ao lado do governo revolucionário (o regime militar), atualmente a infiltração insidiosa e o trabalho de massa corrosivo, ambos difíceis de serem identificados, mostrados e conhecidos, estão influenciando na opinião pública do país, de maneira desfavorável às metas revolucionárias; por sua vez a orquestração dos temas do PCB difundidos pela imprensa, oposição política e clero esquerdistas vão torná-los corriqueiros no dia-a-dia da população, tirando-lhes as características subversivas e tornando difícil a separação dos elementos subversivos e dos dóceis, inconseqüentes e interessados

repetidores de teses [...] A incrementação da campanha dos “presos políticos, torturados e desaparecidos” [...] fatalmente conduzirá os órgãos de segurança e informações a uma retração nas suas ações, tendo em vista a tensão atualmente existente, fruto de dúvidas já surgidas no meio militar, particularmente pela não-aplicação de sanções aos políticos já comprovadamente comprometidos com o PCB. (apud MATOS, 2003, p. 74).

Carvalho segue ainda, explicitando a responsabilidade do partido pelo incêndio, ainda que pela atitude isolada de um militante, através das palavras de *Rafael Sanz*, um assistente da Comissão Executiva, e com o dirigente *Gustavo* mudando o sentido, a natureza e o papel do **Manifesto Comando dos Trabalhadores Intelectuais**. Ficou visível a menção de que era uma prática do partido o uso da violência para amordaçar, calar seus simpatizantes, independentes e dissidentes. Vejamos o diálogo:

- (Rafael Sanz) Eu não gostaria de estar na pele do imbecil que deu ordem para incendiar a Editora Alvorada. São esses aventureiros que comprometem o Partido. Nesse caso ficou evidente que o incendiário foi um elemento do Partido. Isso é que foi mal. Hélio Bonavides era um amigo do Partido e nos auxiliava muito. Por que transforma-lo num inimigo?
- O Comitê não aprovou integralmente a operação, disse o dirigente Gustavo, mas é preciso compreender que esses intelectuais tem de ser enquadrados. E é para isso que está sendo criado o Comando dos Trabalhadores Intelectuais. (CARVALHO, 1978, p. 85. Grifo da autora)

Anteriormente no texto do IPM-709, Carvalho já abriera um tópico especial de crítica anticomunista ao CTI, caracterizando-o da seguinte forma:

A criação do Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI) foi uma tentativa de enquadramento realizada por inspiração do PCB para constituição de uma frente de intelectuais esquerdistas, sob o controle do Partido. Essa entidade se enquadra no tipo geral dos órgãos legais ou semilegais que os Partidos Comunistas conseguem estabelecer nos diversos países, como frentes de ação para mobilizar simpatizantes e aliados. Dentro da técnica comunista o Comando dos Trabalhadores Intelectuais chegou a ser registrado como entidade legal. (IPM-709, p. 239).

Diferentemente do enquadramento afirmado por Carvalho, o CTI foi muito mais um aglutinador do “complexo mosaico ideológico existente ainda antes de 1964”. Foi sim, o modelo de projeto com características eminentemente pluralistas de organização e articulação das esquerdas naquele momento, e não de engessamento, como Carvalho veiculou no seu livro. Vejamos nas palavras do próprio texto de fundação do CTI:

Considerando que a situação política do País impõe a necessidade cada vez maior da coordenação e da unidade entre as várias correntes progressistas; Considerando que os intelectuais não podem deixar de constituir um ativo setor de luta dessas correntes progressistas; Considerando a inexistência de um órgão mediante o qual possam os intelectuais emitir os seus pronunciamentos a afirmar a sua presença conjuntamente com os demais órgãos representativos das forças populares; Considerando que os acontecimentos recentes demonstraram a urgência da criação desse órgão capaz de representar de forma ampla o pensamento dos que exercem atividades intelectuais no País, [...] declara-se fundado o CTI. (Fundação do CTI. Correio da Manhã, 26/10/1963, apud CZAJKA, 2005, p. 29).

No interior da discussão acerca da investigação sobre a autoria do crime na editora, surge mais um personagem, que representa mais um setor onde havia simpatizante, mais um colaborador do PCB infiltrado. Era o setor judiciário⁹¹, através do *Juiz Antero Gomes*, o qual recebeu do partido o pedido de “*habeas corpus*” em favor de *Julio Novaes*, o militante comunista preso sob acusação de ter incendiado a *Editora Alvorada* de *Helio Bonavides*. Vejamos o perfil desse juiz descrito por Carvalho:

Antero Gomes era um jovem magistrado, criticado por suas tendências esquerdistas. Em seus tempos de universidade, dizia-se marxista. Conquanto não fosse militante, mantinha estreitas ligações com os comunistas do meio estudantil. Seus contatos com o PCB ocorriam frequentemente quando lhe eram solicitados pareceres ou assistência jurídica, como na preparação da campanha para a legalização do Partido. (CARVALHO, 1978, p. 89)

Na seqüência da narrativa e conclusão dessa parte Carvalho insere o juiz que antes dar o parecer final ao processo, procurou o seu contato no PCB em sinônimo de subserviência do mesmo ao partido:

- (*Juiz*) Preciso saber qual o motivo do atentado á Editora Alvorada. Estranho que tenha sido ordem do Partido. Tenho que tomar uma deliberação e preciso saber a versão de vocês nesse incidente.
- (*O contato do Juiz*) O Júlio pertence ao Comitê Estadual. Tem havido tendência a radicalização nesses últimos tempos. O Comitê Estadual está fugindo de nossas mãos. O Bonavides só atende ás determinações do Comitê Central. Recusou-se a publicar um panfleto do Comitê Estadual criticando a Executiva do Partido. Além disso, ameaçou Julio de despedi-lo. Esse pernambucano é vingativo. Tem sido apoiado por seu Comitê que lhe dá mão forte. (CARVALHO, 1978, p. 90)

⁹¹ No meio jurídico Carvalho destacou no IPM-709 como colaborador do PCB infiltrado: Evandro Lins e Silva, Henrique Fialho, João Sampaio, Osny Duarte Pereira, e mais uma série de juizes e advogados, “quase todos filiados à Associação Brasileira de Juristas Democratas” considerada como “entidade de frente auxiliar do Comunismo Internacional no Brasil”. (IPM-709, p 234).

Muitos advogados fizeram oposição, durante a vigência do Estado de Segurança Nacional, segundo Alves (2005), primeiro porque a estrutura de leis paralelas e extraordinárias outorgadas ou revogadas por decreto do Executivo, dificultava a atuação profissional dos advogados. Para além disso, a Ordem dos Advogados do Brasil, esteve especialmente na defesa dos direitos humanos e legais. É ainda Alves (2005) que afirma:

Os advogados que defendiam presos políticos ou ousavam investigar as atividades do Aparato Repressivo freqüentemente tornavam-se alvo da repressão. Em conseqüência, os advogados começaram a valer-se de sua associação profissional para pressionar o governo federal no sentido de restabelecer o estado de Direito e revogar a estrutura paralela. (ALVES, 2005, p. 253).

Como resposta a *Julio* que “revelava um péssimo caráter. Tentara certa vez agredir um companheiro”, e agiu isoladamente, o partido concedeu assistência jurídica insuficiente e deixou o mesmo à “sua própria sorte”. No entanto, o juiz *Antero Gomes* foi informado pelo advogado de *Julio* que o “*habeas corpus*” não seria mais necessário, pois, *Julio* “evadiu-se da cadeia nessa madrugada, auxiliado por elementos de um grupo radical que assaltou a delegacia. Agora estou com receio. Este homem é violento”. Carvalho evoca que *Julio* em represália pudesse colocar uma bomba na casa ou no automóvel do juiz, pois “ele seria capaz disso. Eu soube que na prisão ele disse: ‘Vou fazer o juiz engolir uma bomba se me condenar’”. (CARVALHO, 1978, p. 91).

Carvalho novamente relaciona o uso da violência pelo partido, ameaças a juízes e manipulação de resultados de processos do judiciário. Na narrativa o juiz *Antero Gomes* com receio da ameaça explícita, não condenou *Julio*, e arquivou o processo alegando “deficiências de provas”. É possível que Carvalho tenha se incomodado com a atuação da OAB e de alguns juristas, particularmente, no estabelecimento dos “limites entre o quadro jurídico legítimo” e o “sistema jurídico paralelo e ilegítimo” como o das leis de exceção impostas pelo Executivo a partir de 1964 sem a aprovação do Congresso, bem como na defesa dos direitos humanos e na exigência da revogação da legislação repressiva e esclarecimento da opinião pública sobre direitos públicos ou civis. (ALVES, 2005).

Luiz Arruda continuou sua busca pelas assinaturas para o manifesto dos intelectuais e na Faculdade de Medicina encontrou com *Jacinto Almerico*, o qual estava encarregado da coleta de adesões ao manifesto, entre os professores:

- (*Arruda*) Cinco “gatos pingados”.
- (*Jacinto Almérico*) Cinco bobalhões. Também só servem para isso mesmo. Se o Partido precisar deles, está perdido. São covardes e só assinaram porque tem medo. Eu mesmo disse a eles: “É bom vocês assinarem porque será a salvação de vocês se o comunismo vencer.” Mas não tem convicção alguma.
- (*Arruda*) Estou desiludido desses intelectuais, vaidosos, medrosos e cheios de “não me toques no arminho”. Há “intelectual” aqui de todo o tipo. Acho que existe até “trocador de ônibus” intelectual.
- (*Jacinto Almérico*) O Partido considera intelectual todo aquele que trabalha com a cabeça. (CARVALHO, 1978, p. 93).

Ao final deste diálogo, o próprio *Luiz Arruda* nega-se a assinar o manifesto. Carvalho porém, fecha o capítulo descrevendo sua visão sobre o **Manifesto do Comando dos Trabalhadores Intelectuais** e o destino do seu personagem *Luiz Arruda*:

Como veículo de mobilização da intelectualidade brasileira, era um completo fracasso. Em sua maioria, seus subscritores eram elementos medíocres e iludidos. A repercussão do manifesto foi praticamente nula. O documento serviu apenas para que a Polícia mandasse fichar todos os seus assinantes.

Anos depois, Luiz Arruda, que conseguira um emprego público em uma administração estadual, ainda recordava a sua maratona ideológica de coleta de assinaturas e bendizia a inspiração que o levara a não assinar o documento. E declarava, sem querer explicar as razões:

- É duro a gente lidar com “intelectuais”. (CARVALHO, 1978, p. 94).

Incompatível com as representações e os perfis dos intelectuais, e os inúmeros adjetivos direcionados aos mesmos, Geraldo Rodrigues (1998, p.109), dedicou em suas memórias um capítulo aos intelectuais e assim se referiu ao físico Mário Schemberg, “[...] homem de vasta cultura, era afável, respeitoso e jamais pretendeu impor sua condição de sábio. Comunista da cabeça aos pés tinha plena consciência do valor do coletivo, transformando nosso relacionamento em um dos mais proveitosos [...]”.

A respeito dos intelectuais de uma maneira mais geral, Rodrigues (1998) nos informou que estes,

detinham um poder de persuasão muito grande, e nas reuniões partidárias eles dominavam a discussão. Pessoalmente aprendi com eles a concatenar as idéias e a fazer valer certas teses, mas nunca desprezei o valor da experiência daqueles que se encontravam na militância sindical. Abnegados não possuíam essas virtudes da eloquência oratória, mas eram de fundamental importância para o enriquecimento dos debates internos do partido. (RODRIGUES, 1998, p. 112)

De maneira respeitosa e atribuindo a devida importância aos intelectuais naquele contexto, o PCB se referiu a estes, em seu **Informe de Balanço do Comitê Central** e na **Resolução Política do VI Congresso** em 1967:

O papel da intelectualidade progressista é de grande relevo no combate à ditadura . Os comunistas devem actuar [sic] como elemento de estímulo e unificação da luta dos intelectuais em defesa da cultura nacional, pela liberdade de pesquisa e criação e manifestação do pensamento. (PCB, Resolução Política, 1967, apud PCB: vinte anos de política, 1980, p. 177).

Inseridos no conjunto de órgãos e setores da sociedade brasileira que estavam sob a mira do governo ditatorial (estudantes, clero progressista, advogados e juristas e professores), os intelectuais de uma maneira geral, de diversos matizes foram abertamente criticados e rotulado negativamente por Carvalho no IPM e em seus livros de ficção. Na década de 1960 e 1970, valores e manifestações intelectuais, filosóficas e artísticas – o teatro, a música, o cinema, a poesia, a literatura, o debate acadêmico, sindical, estudantil e universitário – que visavam a democracia e transformação social no Brasil, formavam um “engajamento” político o qual Carvalho buscou combater a partir de suas representações anticomunistas e pensamentos totalitários. Atenção especial por este militar foi dada àqueles intelectuais que escreveram na Revista Civilização Brasileira, notadamente ao proprietário da editora Civilização Brasileira, Ênio da Silveira.

OS COMPANHEIROS DE VIAGEM: A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR E OS SIMPATIZANTES

O autor inicia o próximo capítulo do livro intitulado “Companheiros de viagem” informando a respeito de algumas cartas encontradas em um aparelho do PCB, em maio de 1964. O conteúdo dessas cartas, segundo Carvalho irão “prevenir muitos desavisados sobre as atividades dos comunistas e seus companheiros de viagem”. Na verdade volta-se ao principal objetivo da narrativa dos livros de Carvalho: a prevenção. Essas cartas referem-se, a acontecimentos políticos, e atividades das organizações comunistas no país, vinculadas aos temas que o autor necessita chamar a atenção de seus leitores, a saber: a chamada “frente-única”, ou Frente de Mobilização Popular, o arrependimento do comunista (presente no livro anterior), assim como a relação PCB e Igreja Católica, controle do partido, ateísmo e violência comunista.

Antes, porém de conhecermos alguns trechos selecionados dessas cartas, apresentamos mais uma representação de Carvalho sobre os colaboradores do partido – “os companheiros de viagem”, que são pessoas não comunistas, em alguns momentos até com objetivos contrários aos comunistas, porém se aliam a estes para a conquista de determinados objetivos comuns. Constituem uma classe especial de “oportunistas”. Por exemplo, as frentes-únicas ou frentes populares “em que se unem aos comunistas, indivíduos de várias correntes políticas cujos objetivos táticos podem permitir tal aliança”. Seguindo estas elaborações presentes no IPM, novamente Carvalho conceituou no livro de ficção os “companheiros de viagem”, como:

elementos comunistas ou não comunistas, algumas vezes mesmo até de tendências anticomunistas, mas que se aliam aos comunistas para a consecução de determinados objetivos comuns. Essas alianças surgem na constituição de frentes-únicas ou frentes populares que associam indivíduos de diferentes correntes, em torno de certos objetivos táticos. (CARVALHO, 1978, p 97).

Nas palavras de Jorge Ferreira (2004), na Frente de Mobilização Popular (FMP), sob a liderança de Leonel Brizola,

[...] estavam reunidas as principais organizações de esquerda que lutavam pelas reformas de base. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores [...] na FMP estavam representados os estudantes, com a UNE; os operários urbanos, com o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema esquerda do PCB, bem como políticos do grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista. (FERREIRA, 2004, p. 189).

As mencionadas cartas cobrem os anos de 1954 e 1964, ainda que excessivamente longas, são importantes para esta tese, por isso reproduzimos trechos no corpo do texto⁹²:

[...] Temos que enveredar para a política da frente-única. O partido é pequeno. Apesar de sua base ideológica e de sua disciplina, não tem o potencial suficiente para empolgar o País. Se não nos aliarmos a outrem, mesmo fazendo certas concessões, ficaremos eternos caudatários e

⁹² Carvalho informa que o autor das cartas morreu no *dia 31 de março de 1964*. Ninguém compareceu ao sepultamento, nem o próprio filho.

contestadores.[...] Precisamos encontrar na Igreja, no Exército e em outros meios reacionários aqueles camaradas que chamamos de “companheiros de viagem”. Quem já viajou de navio, de trem e até de ônibus, sabe o que é o “companheiro de viagem”. Em um desses meios de transporte, as pessoas que chegam no ponto de partida são todas desconhecidas, de origens e destinos diferentes. Mas, durante a viagem, elas se associam, formam uma comunidade, conversam, auxiliam-se. Há um objetivo comum que as une: querem todas chegar ao fim da viagem. Depois, atingida a meta, separam-se. O grupo se dissolve em poucos instantes. Cada um vai para seu lado, cada um tem um interesse diferente. Assim também podemos fazer, no campo da Revolução, com a Igreja. Essa é a minha tese.

[...] Meu filho se afastou de mim [...] Tive uma infância cheia de dificuldades. Órfão de pai e mãe, cresci na lama dos mocambos pobres. Odiava a sociedade e me tornei um subversivo incorrigível. Dediquei minha mocidade ao Partido Comunista, na esperança de ver nele o arauto dos anseios dos explorados. Cometi muitas iniquidades, desci às ações mais cínicas, traí amigos, tornei-me insensível. E agora vejo que não saí da mesma lama em que formei minha personalidade. [...] Estive com o Secretário-Geral e disse a ele: “Por que você me mandou vigiar? Por acaso não confia em mim?” Ele respondeu: “Aqui, todos somos vigiados. Até eu, que sou o chefe do Partido, sou vigiado. É uma condição para sobrevivência do Partido: ninguém confiar em ninguém. Não podemos nos dar ao luxo de confiarmos uns nos outros. Isso é bom para os partidos burgueses. O comunista tem que saber que está sendo constantemente observado, que existe sempre um par de olhos acompanhando o que ele está fazendo. Devemos até, se possível, saber, a todo o instante, o que ele está pensando.” Procurei o Padre Vasconcelos e disse: “Padre, eu soube que o senhor está encarregado de espionar-me. O senhor não acha que esse papel não se coaduna com as virtudes de um homem da Igreja? Não, meu filho, disse ele, os comunistas se infiltraram hoje entre os religiosos para destruir a Igreja. Muitos padres se tornaram marxistas. Estamos ameaçados de desagregação. No Mundo Comunista, os padres estão sendo torturados e executados. Se vocês tomarem conta deste País, a maior nação católica do mundo, a civilização cristã receberá um golpe muito duro. Nós queremos evitar que isso aconteça.”

(CARVALHO, 1978, p. 103-, 113, 117, grifo nosso)

Dessa forma, os “perigosos” que precisam ser vigiados e combatidos, mencionados por Carvalho, estão presentes não somente no PCB, mas entre os chamados “companheiros de viagem”, representados pela Frente de Mobilização Popular e setores progressistas da Igreja Católica. Nesses trechos, novamente foi possível perceber as manifestações do pensamento autoritário e conservador com tendências totalitárias de Carvalho. As frases, “aqui todos somos vigiados”, ou “devemos até, se possível, saber, a todo o instante, o que ele está pensando” a crítica ao partido controlador, sufocante e presente em vários setores da sociedade brasileira, sobretudo no religioso, significam a mensagem totalitária do pensamento Carvalho, para aquele momento de abertura política.

Para apresentar ao leitor o seu perfil de simpatizante, Carvalho, desenvolveu os personagens: *Gervásio Tobias*, diretor do *Conselho do Planejamento da Reforma Agrária (COPRA)*, e o jornalista *Carlos Passos*. Fica evidente a ênfase na incompetência dos simpatizantes do partido, pessoas infiltradas no *COPRA*, prestando serviços ao partido, porém sem qualquer competência ou qualificação profissional, pois:

de agricultura, conhecia apenas o que lhe ensinara, sobre a plantação de couve e de cenoura [...] figura respeitável e formal, de colarinho alto e gravata francesa. Causava impressão de notória competência. A discrição com que se expressava, soltando aqui e ali uma frase irônica, encobria uma bagagem cultural de almanaque de boticário. Somente os mais íntimos sabiam que, se a mediocridade fosse um mal contagioso, todos deviam fugir dele como o diabo da cruz. (CARVALHO, 1978, p. 121)

Sabe-se que *Gervásio Tobias* e o jornalista *Carlos Passos*, como membros do *COPRA* foram indicados pelo PCB, não pertenciam aos quadros do partido, todavia, colaboravam com este por possuírem “livre trânsito nos salões sociais e nas repartições públicas. A afinidade de *Gervásio Tobias* com o PC vinha de longa data, era originária dos bancos universitários da Faculdade de Direito”. *Gervásio Tobias*, na direção do *COPRA* é devedor de favores ao PCB. Simulações de troca de cargos e favores entre o PCB e simpatizantes é a principal ênfase de Carvalho neste capítulo. Como o partido cobrava de seus simpatizantes protegidos? Dinheiro? Informações? Proteção? Para Carvalho essas situações, conjuntamente, refletiam retorno político para o partido, uma vez que se tratava de um simpatizante “infiltrado” em um órgão público da sociedade.

Vejam estas considerações de *Tobias* onde ele reflete as concepções de simpatizante do autor:

[...] na penumbra ideológica das indefinições. Nada assinava que importasse em compromisso [...] um apóstolo silencioso, sacrificado pelas incompreensões. Trabalhava para o Partido secretamente. Cumpria missões que vinham determinadas pela direção suprema através de sigilosos intermediários. Espionava personalidades. Tirava cópias de documentos. Colaborava na sabotagem. Enviava relatórios verbais, transmitidos em surdina a emissários de confiança. Contribuía financeiramente. Tudo isso com o maior desinteresse e dedicação. E, mesmo assim, teve um dia que se queixar ao Comitê Central, porque um comunista o chamara de “oportunista sujo” e “burguês porco”. [...] um comunista independente, descompromissado [...] sem partido. Graças a essa concepção, estava livre das querelas partidárias e das obrigações disciplinares da organização marxista-leninista. Para o Partido era um elemento necessário. Era um aríete, através do qual o Partido podia penetrar em muitos setores que lhes eram normalmente vedados, inclusive em alguns clubes da alta sociedade [...]

dizia um dirigente. “Como poderíamos obter informações sobre o que se está passando nos níveis mais elevados da área social ou da área econômica? Essa gente são os nossos olhos e nossos ouvidos. São bem recebidos em qualquer lugar. Não estão sujeitos a prisão ou a demissões. Eles formam uma classe especial que precisa ser valorizada”. (CARVALHO, 1978, p. 122).

O personagem *Carlos Passos*: inteligente, bem falante, boa redação e colunas em vários jornais, freqüentador de altas rodas de nível social era a representação do intelectual, jornalista que resistia com seus textos às ações repressivas do regime. Carvalho apresenta-o como “infiltrado” no governo João Goulart, no cargo de assessor de imprensa, onde lhe permitia executar trabalhos de informações para o PCB, mas também,

aproveitava a ocasião para trocar boatos com personalidades políticas, nos cantos, á meia luz. Tinha casa á beira do lago em Brasília e apartamento em S. Paulo. Já atingira um nível de abundancia que faria inveja a qualquer burguês autentico, mas nem por isso refreava suas tendências socialistas, não porque desejasse o socialismo, mas justamente baseado na crença íntima de que um regime desses jamais seria implantado em nosso país [...] Em seus artigos e conferencias procurava equilibrar suas inventivas contra o capitalismo, distribuindo algumas críticas á URSS [...] ele constituía uma das pontas de lança que a organização mantinha na imprensa. Mas não se podia dizer dele que fosse um comunista. [...] Sim, ele guardava íntimos ressentimentos. Tinha raiva do Exército porque um jovem oficial lhe roubara a namorada. Defendia a liberdade com um vigor incoercível. Mas quando lhe pediram para definir o que era liberdade, embaraçou-se e saiu-se muito mal, pois a explicou como “o direito de fazer-se o que se quer”, dando margem a que o interpelante lhe indagasse se era direito o cidadão andar nu pela rua, só porque assim o desejasse. (CARVALHO, 1978, p. 125).

Chega ser fútil a motivação que Carvalho apresenta para o jornalista ter raiva do Exército. Ou seja, a oposição ao regime pelos jornalistas está caracterizada por questões pessoais e não políticas: *Carlos Passos* “tinha raiva do Exército porque um jovem oficial lhe roubara a namorada”. A representação do jornalista sem objetividade, passivo frente às ordens “subversivas” do PCB foi a forma pela qual Carvalho combateu as atividades da imprensa que se opôs ao regime militar. O que Carvalho não quis abordar neste livro foi que diametralmente oposto, ao perfil de seu personagem *Carlos Passos*, jornalistas a exemplo de Carlos Heitor Cony realizaram inúmeras campanhas contra as arbitrariedades do regime.⁹³

⁹³ Ver, CONY, Carlos Heitor. *O ato e o fato*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. , com texto voltado contra o regime ditatorial, teve ampla repercussão na imprensa e junto ao público. Este livro foi editado pela Civilização Brasileira e em poucas semanas tornou-se um sucesso editorial, tendo sucessivas edições esgotadas. A importância de Cony na “cena literária deveu-se ao seu ímpeto provocativo ao questionar o regime de modo aberto e franco.” (CZAJKA, 2005, p. 93).

Percebemos que cada personagem citado ou construído no relato de Carvalho tem o propósito de incriminar um setor particular da sociedade e justificar a repressão contra ele. Neste caso, tratava-se de justificar a censura e a falta de liberdade da imprensa.

A crônica de Cony “A hora dos intelectuais” refletia o estado de advertência e alerta, o qual os intelectuais não podiam omitir-se, calar-se diante daqueles acontecimentos. A esse respeito Nelson Werneck Sodré comentou em suas memórias:

Eu lia as crônicas de Cony, na prisão, como todos os presos, os foragidos, os perseguidos. Atritando-se com a ditadura, indispondo-se com responsáveis e irresponsáveis, ameaçado e, depois, processado, preso adiante, Cony portou-se com exemplar dignidade e fixou uma conduta que poderia ser invocada como modelo. Não tinha passado político, militância política, interesse político. Sua atitude lhe foi ditada, apenas, por dever íntimo, impulso natural. Naquele momento, ele encarnou, realmente, e de forma muito alta, o apego à liberdade que todo intelectual deve ter e que é um dos apanágios de seu mister. (SODRÉ, 1994, p. 26).

Na seqüência da narrativa, novamente Carvalho menciona e critica os intelectuais e o mundo das artes, neste caso, uma alusão às novelas de televisão, e, notadamente ao teatrólogo Dias Gomes.⁹⁴ Estes intelectuais passaram a ser interpretado pelo governo militar como instrumento de agitação e desordem. Ou seja, a cultura de esquerda, a intelectualidade (ligada ou não ao PCB) é colocada como problema social pelo regime militar. Por outro lado, o tema da “infiltração comunista” retorna, todavia, em cargos importantes do governo Jango. É o que pode ser percebido em personagens como *Eudoro Real*, *Chefe do Gabinete do Ministro da Reforma Agrária*, antes do golpe. Este idealista e nacionalista, “atendia, em seu gabinete, todos os elementos do Partido que o procuravam, resolvia suas postulações, conseguia empregos para eles”.

Poucos dias depois de sua posse, Gervásio Tobias recebeu um pedido do CC do PCB. O recado chegara-lhe através de um autor de novelas para televisão. O Partido precisava enviar dois elementos a vários Estados do Nordeste para fazer um levantamento da situação comunista e das possibilidades das forças

Carlos Heitor Cony “após responder a oito processos, três IPMs e ser preso seis vezes por “delito de opinião”, deixou o país. Um dos processos a que foi submetido teve como autor o então ministro da Guerra, general Costa e Silva, que se utilizou deste fato para provar a existência de uma imprensa livre no país, dizendo que existia “[...] um cronista que me ataca diariamente e, está em liberdade”. Depois deste período de autoexílio, retornou, em 1970, trabalhando na editoria de revistas. Perguntado acerca de suas posições políticas, se autodefiniu como “inteligente o bastante para não ser de direita, mas muito rebelde para ser de esquerda” KUSHNIR, Beatriz. *Depor as armas – a travessia de Cony, e a censura do Partidão*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). **Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000. p. 225.

⁹⁴ Além de Dias Gomes, outros intelectuais como Leandro Konder, Ferreira Gullar, Nelson Werneck Sodré, exerciam atividades intelectuais ligados ao PCB, a partir dos Comitês de Cultura.

reacionárias. Era necessário coordenar as atividades do líder camponês Julião, naquela área, uma vez que haviam chegado informações de que as Ligas Camponesas estavam prejudicando o trabalho do PCB. (CARVALHO, 1978, p. 126).

Com *Gervásio Tobias* à frente do COPRA “ocorreu uma razoável movimentação de agentes comunistas em todo o país, á custa dos cofres públicos”. Carvalho faz uma defesa dos latifúndios subliminarmente quando critica a posição dos conferencistas no encontro sobre reforma agrária “patrocinado” por *Gervásio Tobias* e realizado pela UNE na Praia do Flamengo:

A maioria dos conferencistas e assistentes não conhecia do meio rural senão os arredores do Rio de Janeiro, mas discutiam o assunto com desenvoltura, que, ao espectador desprevenido, davam a impressão de terem uma longa vivência dos mais recônditos sertões. Combatiam o latifúndio e pugnavam por uma reforma agrária radical, cujas bases não sabiam definir muito bem. (CARVALHO, 1978, p. 127).

Voltando à crítica ao intelectual, Carvalho apresenta o personagem *Joaquim Prado*, como inútil, e que vivia na miséria material:

poeta, advogado, personagem original de esquerdista teórico, a um só tempo romântico e irreverente, autor de alguns livros sem sucesso. Boêmio inveterado, aliciador de malandros noctívagos que perambulavam pelos botequins da Lapa, era o tipo de desencaminhador pernicioso. Alto e magro, como um permanente subalimentado, tinha um semblante inofensivo, que se transfigurava após algumas doses de bebida. [...] Esforçaram-se os seus pais em dar-lhe uma boa educação em colégios caros [...] Era um tipo de simpatizante do PC que o próprio Partido gostava de manter á distancia, porque mais prejuízos do que benefícios trazia á organização. (CARVALHO, 1978, p. 132).

Gervásio Tobias ofereceu emprego a *Joaquim Prado*, oportunidade para Carvalho acusar o governo João Goulart de favorecer o PCB com a infiltração no emprego público. E estes funcionários, simpatizantes comunistas, introduzidos no emprego público a serviço do partido, “não respeitavam horários, nem normas regulamentares”.

Na seqüência da narrativa, o capítulo do livro intitulado “Os contestadores” voltou-se novamente para a crítica ao movimento estudantil. Os estudantes considerados contestadores por Carvalho, são, em sua maioria comunistas ou influenciados pelo partido, demolidores que desmoralizam e “auxiliam o Partido Comunista através de sua ação negativista ou destrutiva, investindo sistematicamente contra os valores e as instituições tradicionais”.

De acordo com Pellicciotta (1997), a década de 70 se caracterizou, inicialmente, por uma série de movimentações de resistência e, posteriormente, pela recomposição das organizações estudantis seguindo uma certa estrutura hierárquica - primeiro os DCEs, depois as UEEs e, por fim, a UNE, em 1979. O movimento estudantil, principalmente a partir de 1977, assumiu importante papel na luta pela anistia e pelas “Liberdades Democráticas”. A orientação do PCB, “pelas liberdades democráticas”, voltados para o movimento estudantil, pode ser identificado neste documento intitulado “Contribuição à Discussão: Campanha e o Encontro Nacional por Liberdade Democrática”, de 1976, provavelmente incomodaram a Carvalho e setores conservadores do regime:

[...] entendemos que a luta que travam os estudantes por suas reivindicações escolares, por melhoria de nível de ensino, pelo aumento das verbas, etc, só tem sentido se colocadas como fazendo parte de um amplo movimento do conjunto dos explorados pela derrubada da ditadura militar-policia. É hoje impossível lutar pelas mínimas reivindicações, por melhores condições de vida, sem se colocar diretamente a necessidade da luta pela liberdade de se expressar, se manifestar, se organizar, liquidada pela ditadura há 12 anos [...] Tal luta não é, então, exclusiva dos estudantes que nada mais são do que uma parcela de um contingente humano de dezenas de milhões de pessoas e que hoje são asfixiadas pelo regime ditatorial. Tal luta é antes de mais nada ninguém, da classe operária brasileira, que sustenta em suas costas o crescimento de PIBs e PNBs, e sobre o sacrifício da qual se enriquecem os capitalistas do mundo inteiro que vêm no Brasil o novo paraíso [...] Não obstante, a classe operária ainda não passou á ofensiva política no Brasil. O seu movimento é ainda incipiente. Tal fato não modifica em nada a importância das mobilizações do estudantado contra a ditadura [...] é necessário um nível superior de organização que possibilite a generalização das lutas e discussão política, com o objetivo de unificar o ME em torno de pontos comuns de luta pelas liberdades democráticas [...] procurando sempre unificá-las com outros setores oprimidos da sociedade. (Contribuição à Discussão: Campanha e o Encontro Nacional por Liberdade Democrática”, de 1976, apud, PELLICCIOTTA, 1997, 134).

Horácio também é um personagem, no qual Carvalho aproveita para modular seu anticomunismo e sua campanha contra o movimento estudantil que ressurgia na segunda metade da década de 1970 está presente neste trecho:

um daqueles agitadores esquerdistas obstinados. Transformara-se em estudante profissional. Há dez anos estava na Faculdade de Engenharia, fomentando greves e desordens, sem preocupar-se em concluir o curso. Tinha, entretanto, uma grande liderança no meio estudantil. Naquela ocasião fazia parte da UNE. Era comunista fichado e tinha um curso de capacitação política na URSS. [...] Massas de contestadores, principalmente formados por jovens estudantes ou operários, exacerbadas em torno de idéias e reivindicações, fermentadas pela insatisfação, pela suspeita e pela

incompreensão em relação aos pais, aos professores, aos chefes e às autoridades legais, constituem o imenso exercito manipulado em movimentos de vandalismo e autodestruição masoquista.

Essas agitações coletivas que se propagam pelo mundo inteiro obedecem a planejamentos, em geral despercebidos por seus participantes, cujo fanatismo é orientado sobre objetivos que só servem aos bolchevistas, mas que nada representam de proveitoso para os que por eles se sacrificam. A contestação é o primeiro passo no preparo da revolução comunista. (CARVALHO, 1978, p. 138).

Importante salientar que tanto Ferdinando de Carvalho, quanto outros órgãos como o MEC, desde 1974, também já sinalizava para o perigo das manifestações estudantis e artísticas, responsabilizando, notadamente os comunistas:

1) O movimento comunista internacional, cômico da influência exercida através das diferentes formas de Arte, de há muito vem recorrendo às manifestações artísticas para continuar estendendo sobre o mundo sua ação maléfica; 2) Ultimamente, no Brasil, vem alimentando o Movimento Estudantil, de cujos objetivos podemos destacar, entre outros, a utilização de todos os meios de expressão artística, para aliciar os estudantes incautos a favor da subversão organizada. Constitui uma das etapas iniciais de “catequização” marxista da classe estudantil. Vale-se, do teatro, do cinema, da imprensa, da musica, da pintura e dos respectivos artistas, (cine-clubes, grupos de teatro, setores da imprensa, shows de artistas, etc); 3) Convém salientar que nem todas as manifestações artísticas na área dos estudantes, está configurada nesses termos ideológicos. Entretanto, é certo que muitos incidentes da ordem artística (ou “cultural”, na expressão comum dos interessados) obedecem a um planejamento comunista, muito embora, a aparências pareçam inofensivas, ou louváveis. Em 1971, 1972, e 1973, ocorreram diversas concretizações do esquema comunista referido no item 2 acima, em algumas universidades brasileiras. Geralmente foram resultados da iniciativa de diretórios ou “entidades” estudantis ilegais. Costumam justificar-se sob a capa de “atividades culturais”. Houve casos, inclusive, em que a renda arrecadada nos espetáculos públicos era destinada a organizações subversivas. Como exemplo de artistas a serviço da subversão na área estudantil, de uma forma ou de outra, citamos, entre outros, Chico Buarque de Holanda, Nara leão, Luiz Gonzaga Junior, Caetano Veloso e Gilberto Gil. (**Informação Circular** 01/74, Assessoria Especial de Segurança e Informação AESI/UFPPB, 11/02/74, apud PELLICCIOTTA, 1997, p. 53).

Carvalho apresenta mais dois personagens, o *Cel. Alberto Hinds* que além de dedicar-se a estudos psicológicos, publicava artigos que sugeriam “rumos para a educação da juventude brasileira”; e o industrial *Deodato Marcos*. A partir de seus diálogos, Carvalho novamente expõe seus preconceitos e conceitos sobre a juventude brasileira e aumenta seu feixe de representações anticomunistas trazendo também a temática da “doutrinação”. Para

ele é a propaganda de “aliciamento que constitui o principal objetivo de todo o sistema propagandístico comunista”. (IPM-709, v. 4, p. 121).

Vejamos este diálogo:

- Sou um industrial, dono de uma pequena fábrica de papel. Estivemos juntos em 1964, na preparação do movimento revolucionário de 31 de março.

- Sim, lembro de que o senhor colocou todos os recursos da fábrica a nossa disposição. Felizmente, não tivemos necessidade de lançar mão deles.

- É verdade. Tenho lido vários artigos seus, particularmente, os que tem encarado o problema de nossa juventude. E foi essa leitura que me trouxe aqui para consultá-lo sobre um caso pessoal.

É sobre meu filho. Chama-se Henrique. É um rapaz de 18 anos, forte, boa saúde, bom caráter. Muito crédulo e bem intencionado. De uns dois anos para cá tem sido envolvido, na Universidade, por péssimos elementos. Tornou-se contestador. Adquiriu um pessimismo latente. Para ele tudo está errado. Os professores são uns incapazes. O governo é uma oligarquia de opressores. Não existe liberdade. O povo é explorado por empresários desumanos. Considera que a única saída para a sociedade é a adoção de um sistema político inteiramente novo. Não gosta de discutir comigo. Acha que estou completamente ultrapassado.

- Essa mentalidade é o resultado de um trabalho de doutrinação a que vem sendo submetida a nossa mocidade, despercebida de que está sofrendo uma tremenda exploração.

- Há poucos dias, Henrique declarou-me que recebeu um convite para comparecer ao 10º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes Comunistas⁹⁵, em Berlim Oriental. (CARVALHO, 1978, p. 140).

Carvalho coloca o militar no papel de orientador e conselheiro da sociedade e conhecedor dos problemas da juventude, quando *Deodato* interroga o coronel, sobre qual posição tomar, em relação á viagem do filho, *Henrique Marcos*, para o Festival Mundial da Juventude. O coronel aconselha *Deodato* a deixar o filho viajar, como sendo a melhor solução:

- Se o senhor o retivesse aqui, o rapaz ficaria sempre sonhando o paraíso que ele tem na imaginação. Indo, ele conhecerá a realidade.

- Mas é uma realidade programada. Os comunistas terão naturalmente todo o interesse em iludir a juventude.

- É verdade. Mas, ainda assim, vale a pena correr o risco. Indo ao festival ainda existirá a possibilidade de que ele perceba a verdade das coisas. Não indo, jamais haverá essa possibilidade. Ele será uma eterna vítima da mentira.

- Creio que o senhor tem razão. Ou o recuperaremos, ou o perderemos definitivamente. (CARVALHO, 1978, p. 141).

⁹⁵ O Festival era da Juventude, e dos Estudantes, a expressão “Comunistas” no nome do evento, foi acrescida por Carvalho.

Para este personagem militar, a juventude brasileira necessitava de proteção, contra os “perigos” do envolvimento com as atividades comunistas, sendo melhor que estivessem eliminadas da sociedade todas e quaisquer liberdades de expressão, artística e intelectual. É necessário assinalar que contrariamente a esta atitude “liberal” e protetora do burguês industrial e do coronel repleto de boas intenções coma juventude, a ditadura brasileira não foi tão condescendentes com estes “jovens equivocados”, tendo seqüestrado e assassinado, José Montenegro de Lima, responsável pelo trabalho juvenil do PCB, representante junto a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), durante a “Operação Radar” (1974-1975). Sobre esses festivais, Marco Antonio Tavares Coelho, responsável pela delegação brasileira ao Festival Mundial da Juventude, em julho de 1959, em Viena, na Áustria, fez a seguinte observação:

Esses festivais eram promovidos pela Federação Mundial da Juventude Democrática, sediada em Budapeste. Até então, eram realizados nas capitais dos países socialistas da Europa, com total apoio das organizações juvenis que seguiam a orientação dos partidos comunistas, de seus aliados e das correntes progressistas dos países do terceiro Mundo. Reuniam milhares e milhares de jovens, em festas de todos os tipos e em diversas manifestações culturais. Sempre, porém, com a preocupação de difundir a luta pela paz e de estreitar o intercambio político e cultural entre a mocidade do mundo. Naturalmente, era boicotado e combatido pelos engajados na guerra fria contra as nações socialistas. (COELHO, 2000, p. 187)

Retornando ao contexto das manifestações estudantis nos anos 1960, em protesto ao decreto-lei 477, Carvalho relaciona ao contexto de fins da década de 1970, interpretando à sua maneira o sentido daqueles debates. Notamos que a pluralidade e divergência de opinião continua sendo um grande defeito para o autor, sendo sinônimo de bagunça, pois para ele, naqueles anos “havia vários esquerdistas entre os alunos. Os debates tumultuavam-se, por vezes. Não se chegava a uma conclusão, em virtude de grande variedade de opiniões”. (CARVALHO, 1978, p. 142).

A capacidade de Carvalho em interpretar contrariamente o sentido das situações e ações das forças progressistas, as quais ele classifica por comunista, indiscriminadamente, esteve evidenciada também nas criticas que *Henrique Marcos*, realizou em um debate, indicando o seu desconhecimento, ou melhor a sua tendência em criminalizar o movimento estudantil, neste caso, acerca do conteúdo do decreto 477, porém deixando sua mensagem e a sua representação de que este movimento e os jovens influenciados pelo PCB, são apenas alienados, uma vez que “contestam” sem conhecimento do conteúdo:

- Tenho ouvido muita gente atacar o 477. Há vários professores e estudantes que defendem o 477. Agora, vocês dizem que devemos pô-lo abaixo. Mas confesso que, até hoje, não sei o que diz o 477. Gostaria que o companheiro analisasse para nós o texto desse Decreto.
 - Não há necessidade de analisar o 477, para concluir que deve ser derrubado. Foi um decreto que nasceu da repressão. Seja qual for o seu texto, será sempre um instrumento da repressão.
 - Como se pode condenar uma coisa sem analisá-la? Pode ser que você esteja com a razão. Mas gostaria de poder declarar que estou condenando conscientemente esse decreto.
 - Eu nunca li o Decreto 477, confessou Manuel Pilar. Nem quero lê-lo. É um instrumento de opressão do estudante.
 - Já que você nunca leu o 477, talvez aqui nesta sala algum outro companheiro que o tenha lido possa esclarecer.
- O silêncio que se seguiu demonstrou que nenhum dos presentes conhecia o texto do Decreto-lei 477.
- O que admira é estarmos nós a discutir uma coisa que não conhecemos.
 - O que interessa, não é conhecer o Decreto, mas sim derrubá-lo. Essa é a premissa.
 - Perdoe-me companheiro, mas essa premissa é uma arbitrariedade. E nós estamos aqui justamente condenando as arbitrariedades. Não estou defendendo, nem atacando o decreto, apenas para não fazermos papel ridículo diante das autoridades, acho que devemos estudar o assunto, para depois discuti-lo com base razoável. (CARVALHO, 1978, p. 143)

Carvalho buscou ressaltar em seu texto a ausência de bom senso, a exaltação gratuita dos comunistas e simpatizantes, via movimento estudantil, assim como a ênfase na capacidade de manipulação dos jovens pelos comunistas. Carvalho também, mais uma vez, impõe a sua interpretação acerca da disciplina comunista, colocando-a como reflexo de autoritarismo e subserviência daqueles que a respeitam. O jovem *Henrique Marcos*, significa a representação do rebelde “sem causa”, sem direcionamento, parâmetros, que questiona a disciplina dos comunistas. *Henrique Marcos* os comunistas são idealistas e ele “apenas um rebelde, um inconformado Para” que não sabe definir a verdade, “não sei exatamente o que é certo”.

Carvalho introduz na narrativa um contexto do Festival da Juventude em Berlin Oriental, em 1973. *Henrique Marcos* foi indicado para representar o partido neste festival, porém as suas impressões já refletem aquelas representações anticomunistas do próprio Carvalho:

Na Alemanha Oriental, os guardas eram ríspidos e ameaçadores. Olhavam os passageiros com ar de superioridade, como se estivessem diante de animais. Henrique já se sentia arrependido de ter vindo a esse festival. Os seus companheiros comunistas, entretanto, enfrentavam essas brutalidades com

uma subserviência ridícula, sorrindo e tentando cativar os guardas estúpidos. (CARVALHO, 1978, p. 146).

Henrique Marcos encontra com uma jovem brasileira exilada em Berlin e desabafa que não existe liberdade em Berlin Oriental e que “nos países socialistas, tudo é programado. A própria liberdade é programada”. Como verificamos anteriormente, a ausência de liberdade de expressão é veiculada por Carvalho, como uma característica do PCB, neste sentido devemos acompanhar o diálogo entre um jovem da Ucrânia, *Nicolai Petrenko*, estudante de Engenharia e *Henrique Marcos*, a respeito das atividades universitárias no Brasil e na URSS:

Henrique Marcos - Que tal o curso de Engenharia?
Nicolai Petrenko, - O curso é bom. Seria melhor se não tivesse tanto tempo dedicado á política. Vocês discutem assuntos políticos na Faculdade?
Henrique Marcos - Não. No Brasil, é proibido falar de política nas escolas.
Nicolai Petrenko - Quer dizer que não tratam de política nas escolas brasileiras?
Henrique Marcos - Não.
Nicolai Petrenko - E voces ficam satisfeitos?
Henrique Marcos - Não.
Nicolai Petrenko - Quer dizer que vocês preferiam gastar tempo em assuntos políticos?
Henrique Marcos - Sim.
Nicolai Petrenko - Pois na URSS é o contrário. Os professores e os estudantes gostariam que tivéssemos mais assuntos acadêmicos e menos política. E que fazem vocês quando terminam os cursos?
Henrique Marcos Arranjamos um emprego e vamos trabalhar na profissão em que nos formamos.
Nicolai Petrenko - Não são obrigados a trabalhar como operários ou lavradores?
Henrique Marcos - Não.
Nicolai Petrenko - Bem, na URSS, nós, depois de terminarmos o curso universitário, somos obrigados a trabalhar três anos nas fábricas ou no campo, para compensar o que o Estado gastou conosco. (CARVALHO, 1978, p. 148).

Ao final deste diálogo, *Henrique Marcos* constatou um “curioso contraste do pensamento dos comunistas no Brasil e nos países socialistas”, que enquanto os estudantes soviéticos “abominavam a interferência da política em detrimento dos assuntos acadêmicos nas escolas, esse problema era matéria para intensas discussões entre os estudantes brasileiros”. *Henrique Marcos* então refletiu a respeito da existência de uma forte e constante,

impregnação mental que os comunistas realizavam sobre os jovens estudantes, conduzindo-os naturalmente para o caminho da contestação, como um rebanho orientado para a entrada do curral. Uma vez lá dentro, fechava-se a porteira da imaginação e o rebanho nada mais podia fazer do

que permanecer no estreito espaço do cercado [...] Não se considerava um comunista convicto. Mas sentia que estava prestes a submeter-se á corrente. E esse comparecimento ao Festival era uma prova disso. Estava entregando-se. (CARVALHO, 1978, p. 149).

Na seqüência da narrativa, novamente Carvalho pretende enfatizar a subserviência, falta de personalidade, a ilusão dos jovens simpatizantes com o “mundo comunista”:

No Festival, os jovens foram convocados para tirar fotografias. O fotógrafo fazia questão que todos saíssem sorrindo. Para conseguir isso, um auxiliar vestido de palhaço fazia umas gaitices no momento de bater a chapa. Misturava-se o pessoal das diversas delegações para dar uma impressão de confraternização. Tirada a fotografia, porém, os grupos se separavam. (CARVALHO, 1978, p. 150).

O tema da vida universitária no Brasil é retomado quando o ucraniano *Nicolai Petrenko* conversa com *Henrique Marcos*, e durante este diálogo, *Nicolai Petrenko* pede que *Henrique Marcos* seja o portador de uma carta para um parente que vive no Brasil, porém, que leia o conteúdo da mesma antes de entregá-la.

Henrique Marcos - A escolha da Faculdade é livre. Há, naturalmente, um exame vestibular para a seleção dos estudantes, dentro das vagas existentes.
Nicolai Petrenko - Na URSS, o estudo não é livre. O estudante é induzido a estudar o assunto que interessa ao estado. Existe ainda uma série de dificuldades. Os gerentes nas industrias não gostam de aceitar, como empregados, os estudantes jovens, pois, como a eficiência desses gerentes é medida em termos de produção, procuram evitar a admissão de gente sem experiência que, além disso, é obrigada a reservar parte do tempo de trabalho para estudar [...] Tenho a impressão de que vocês estudam em melhores condições de liberdade do que nós.

Henrique Marcos - No entanto, no Brasil os estudantes se queixam de falta de liberdade.

Nicolai Petrenko - Eles não conhecem o ensino nos países socialistas. (CARVALHO, 1978, p. 151).

Após calorosas discussões durante o festival da juventude *Henrique Marcos* apresenta-se como defensor do regime político no Brasil, acusando os participantes de “mancharem a imagem do Brasil”, sem propósito:

Não concordei com a sujeira que estão fazendo, atacando o Brasil com mentiras e ofensas. Nunca pensei que um Festival de Juventude consistisse nisso. Não compreendo como brasileiros se prestam a esse papel de denegrir o seu país no estrangeiro. Tive uma tendência para me tornar comunista por idealismo. Agora vejo que estava completamente errado. Estou decepcionado com tudo a que assisti. Aprendi muito nesses poucos dias. (CARVALHO, 1978, p. 154).

Durante a viagem de volta ao Brasil, *Henrique Marcos* lembrou-se da imagem de *Nicolai*, em seus últimos diálogos, pois

ele tinha em seu olhar os sentimentos de uma juventude aprisionada nas restrições de um regime policial, de um ambiente de desconfiança em que o indivíduo é compelido a violentar as tendências essencialmente humanas. Pobre Nicolai! (CARVALHO, 1978, p. 156).

De volta ao Rio de Janeiro, aguardavam *Henrique Marcos* no aeroporto, seu *pai*, o *coronel Hinds* e o *Inspetor Araújo, da Polícia Federal*. O rapaz narrou todos os episódios ocorridos em Berlin durante a sua participação no festival, e concluiu estar convencido de que os comunistas tudo fizeram para eliminá-lo durante o festival, devido a suas posições contrárias. Em seguida leu “em voz alta a carta de Nicolai”.⁹⁶

Nesta carta, em que Carvalho buscou refletir sobre os valores tradicionais cristãos e democráticos, para além de puramente conservadora e anticomunista, o autor fez eco com a representação de um pensamento totalitário, onde o indivíduo é esmagado, sufocado de suas liberdades individuais (liberdade de expressão, religiosa, intelectual e artística). Um anticomunismo que buscou legitimar a continuidade daquela intervenção militar no país, que já se configurava, no seu término. Os instrumentos anticomunistas amplamente veiculados por Carvalho foram manifestados através de um catolicismo conservador (a defesa dos “valores tradicionais cristãos”), ressaltando um “totalitarismo”, uma falta de liberdade de pensamento: monopólio de “idéias” pelo Estado, daí a sua oposição ao pleno desenvolvimento da universidade, dos intelectuais, da imprensa, em fim, uma crítica aberta a todos os tipos de contestações ao regime, oriundos de diversos setores da sociedade. Carvalho defendeu através do IPM e de suas narrativas, nada mais do que, o controle estrito da vida social e o fim das liberdades individuais.

As representações de Carvalho, novamente indicam que os jovens são “contestadores”, sem propósito e alienados pelos *modus vivendi* dos comunistas. *Henrique Marcos* conclui este tópico com as seguintes conclusões que refletem a falta de avaliação dos tais “pontos negativos e positivos”, expressado pelo personagem. A ausência de critérios de julgamento, flexibilidade e independência dos jovens, cobrada pelo personagem *Henrique Marcos*, está ausente no próprio Ferdinando de Carvalho, em classificar, segundo sua visão, o que pode ser certo ou errado:

⁹⁶ Ver em anexo a carta na íntegra.

Militante comunista- Nós somos contestadores. Nossa função é contestar. Toda a realidade tem pontos positivos e pontos negativos. Toda moeda tem duas faces. A função social da juventude moderna é descobrir as debilidades e contradições da sociedade atual e atacá-las.

Henrique Marcos - Para construir o quê?

Militante comunista - Não estamos pensando em construção. Precisamos inicialmente derrubar o que existe, para depois pensar em reconstruir.

Henrique Marcos - Você está errada.

Militante comunista - Pode ser que eu esteja errada. Mas vou continuar com meus erros.

Henrique Marcos - Foi a vida que ensinou isso a você. Um dia a vida também lhe ensinará o que é certo, como ensinou a mim. (CARVALHO, 1978, p. 162).

Por fim, nos capítulos intitulados “Os colaboradores” e “A viagem”, Carvalho conclui o livro retomando o início da sua narrativa, com o enredo da reunião sobre a escolha de um simpatizante para enviá-lo a Paris, cuja missão foi o recebimento de uma doação em dinheiro do Partido Comunista Francês para o PCB. O autor afirmou que os comunistas não “vacilam em associar-se a colaboradores oportunistas ou delinquentes” onde os fins justificam os meios.

Os colaboradores constituem uma classe de indivíduos que auxiliam o Partido Comunista por covardia física ou moral, receosos de suas represálias ou do que pode acontecer em caso de vitória do comunismo. Engloba também os mercenários que se prestam a executar tarefas para os comunistas, mediante compensações de toda a ordem. (CARVALHO, 1978, p. 165).

Durante a narrativa de um assalto em maio de 1968, executado pela esquerda armada, Carvalho introduz o personagem *Doutor Elói Matos*, um “colaborador” do PCB, gerente do *Banco Regional* e “cúmplice no assalto”. Mas o que nos chamou atenção foram os pensamentos do *Doutor Elói Matos*, quando se sentia culpado pela sua participação no assalto. Nestes pensamentos verificamos as insistentes acusações ao PCB de violência e fanatismo:

[...] Sentia-se culpado. Mas, o que fazer? Sabia que a organização comunista era implacável. Há pouco tempo, um gerente de banco tinha sido seqüestrado e morto. Naturalmente se recusara a colaborar. “Eu devia fazer alguma coisa”, pensava. “Confessar? Denunciar? Que adiantaria? [Os assaltantes] eram todos jovens comunistas fanáticos, vingativos e violentos. Agiam na mais dura clandestinidade. Sua única moral era a causa comunista.”

Quantos, como ele, estariam cooperando para a expansão do comunismo por omissão ou covardia? Quantos estariam colaborando por ingenuidade ou por ambição pessoal? (CARVALHO, 1978, p. 166).

Carvalho introduz o assunto da colaboração de trabalhadores de agências bancárias, em ações criminosas influenciadas ou dirigidas pelos comunistas, e chega à conclusão em sua narrativa que o *Doutor Elói Matos* foi o escolhido, entre os “colaboradores do partido, para viajar até Paris e executar a “tarefa” indicada, ou seja, o recebimento da doação do PCF. Ele partira “do Rio de Janeiro em novembro de 1970 com destino a Paris”. Na verdade, esta “missão” consistia em trazer uma maleta de mão lacrada contendo “duzentos mil dólares americanos, destinados a custear atividades comunistas no País”. Carvalho explica a viagem da seguinte maneira:

Elói Matos despediu-se muito alegre de sua família no Galeão, com a promessa de voltar na semana seguinte. E nunca mais o viram os seus familiares. Apesar de todos os esforços de seus parentes e das autoridades brasileiras em localizá-lo, não chegaram a uma conclusão sobre o seu destino. O assunto não teve divulgação pela imprensa, pois ninguém tinha interesse em trazer á luz esses acontecimentos. (CARVALHO, 1978, p. 198).

O autor apresenta inicialmente duas versões desse sumiço: a) Elói Matos havia falecido em desastre de avião em janeiro de 1971, em Moscou; b) ele teria fugido com o dinheiro para Portugal, onde permanecia. Entretanto um oficial do serviço secreto realizou um estudo onde concluiu, que o responsável do sumiço de *Eloi Matos* teria sido o PCB. Ora, obviamente que diante de todas as representações anticomunistas que acompanhamos ao longo da narrativa, Carvalho não se furtaria em sua última oportunidade do texto, relacionar os comunistas ao assassinato do seu colaborador, como conhecedor de informações confidenciais não poderia continuar vivo. Para Carvalho, uma prática tipicamente comunista, a de eliminar, descartar aqueles que já não são mais úteis. Para Carvalho, típica moral comunista!

Depois de exaustivas investigações, este encarregado concluiu que a hipótese mais plausível é a de que o bancário tenha realmente conseguido regressar ao Brasil, onde foi assassinado, após cumprir a missão que lhe atribuíra o partido Comunista. [...] Presume-se que tenha sido eliminado em local deserto [Santana do Livramento] na estrada a caminho de Porto Alegre. Um agente informou que a maleta preta que ele trouxe de Moscou chegou ao destino, conduzida por um comunista que a foi buscar no Rio Grande do Sul. (CARVALHO, 1978, p. 199).

A maleta com o dinheiro chegou às mãos dos comunistas, mas para surpresa, foi constatado que o dinheiro era falso e na seqüência o autor envolveu a autoria do atentado à

Eloi Mattos e o dinheiro falso ao PCUS e apresentou novamente uma de suas teses: um PCB ingênuo, subserviente e dependente da URSS.

Os russos nos mandaram dinheiro falso. A KGB deve ter montado toda essa trama. Não confiam em nós. Quiseram dar-nos uma lição. Os soviéticos nos julgam desonestos, inexperientes e subdesenvolvidos. Achrom que não merecemos o apoio deles. Sempre que se referem a nós, fazem-no com desprezo e superioridade. Achrom que somos culpados de 1935 e 1964. Dizem que somos incapazes. Sempre foram assim. Alegam que temos de ser auto-suficientes. E nós somos uns idiotas. Sempre fazendo o papel de lacaios, sempre curvando nossas espinhas. Sempre servindo de bucha de canhão. Enchendo as galerias para bater palmas para eles. Enfrentando a Polícia, vivendo na miséria e na clandestinidade, enquanto eles vivem em conchavos e namoros com os imperialistas. Trocando beijos e abraços com os adversários. E, para nós, mandam dinheiro falso, para nos ensinar como agir. (CARVALHO, 1978, p. 207).

Nas últimas palavras do livro, o dirigente decepcionado com o PCB, com a vida de comunista, se afasta das atividades partidárias do PCB.

Soares olhou para a parede onde havia um cartaz com a bandeira soviética. O pavilhão vermelho com a estrela, a foice e o martelo pareceu-lhe uma acintosa mancha de sangue na alvura do ambiente. Levantou-se, arrancou o painel, amassou-o e jogou-o no fundo de uma cesta. Chamou o seu assistente e determinou:
- Junte minhas coisas, ponha tudo em envelopes e leve para minha casa hoje. Não voltarei mais aqui. (CARVALHO, 1978, p. 208).

Como a guerra não era somente bélica, era também psicológica, política e econômica, todas as atividades e setores na sociedade deviam ser fiscalizados, criticados e desarticulados, em busca do *inimigo interno*, “infiltrado”: o comunista, que se encontrava, principalmente nas universidades com os professores e o movimento estudantil; na imprensa com os jornalistas, com os artistas, e até com advogados e juristas.

Valores tradicionais da família brasileira e da Segurança Nacional, defesa da ordem política, social e econômica podem ser facilmente identificados, através das interpretações de Carvalho, mas de uma certa forma, também valores e características de um pensamento permeado de influências totalitárias. As representações de teor valorativo, desqualificando pessoas (personagens) ligadas a diversos setores da sociedade, aconteceram para justificar determinadas medidas repressiva à época.

Estes personagens representados em figuras reais ligadas ao PCB, agindo através da “infiltração comunista”, incomodaram demasiadamente a Carvalho por combaterem e

denunciarem as arbitrariedades do regime militar, e explicitando as injustiças sociais. Eram setores resistentes, antimilitaristas, portanto, retratados por Carvalho de uma maneira demasiadamente enviesada. O totalitarismo de Carvalho revelou-se em sua concepção exclusivista da sociedade tornando inadmissível as verdades preestabelecidas de setores da sociedade que se opunham ao regime. Neste sentido, a “uniformidade inteiramente homogênea é a condição fundamental para o totalitarismo”, e que estava muito próxima das interpretações de Ferdinando de Carvalho, entendida ao longo deste capítulo, onde a apologia e exigência do poder ilimitado, e crítica da espontaneidade, diversidade e ação, incompatíveis com a homogeneidade do totalitarismo foram o ponto central.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, o anticomunismo procurou ser evidenciado a partir das representações do general Ferdinando de Carvalho, seja através de uma elaboração de corte autoritário e conservador, seja pela defesa de medidas totalitárias. O autor reafirmou o comunismo como o meio potencial de destruição da civilização, e o PCB como desagregador da sociedade brasileira, integrado ao projeto do comunismo internacional, uma vez que ele considerava que a implantação do comunismo no Brasil enquadrava-se na estratégia mundial desenvolvida pela União Soviética de espalhar “essa doutrina pelo mundo inteiro”.

Procuramos demonstrar que na década de 1970, setores do Exército Brasileiro, notadamente da chamada “linha dura”, nesta tese, representado por Ferdinando de Carvalho, evidenciaram e combateram insistentemente o comunismo de uma maneira geral e o Partido Comunista Brasileiro de uma maneira específica, com influência totalitária, buscando assim justificar posições repressivas no interior da sociedade brasileira, notadamente direcionada para o próprio PCB, mas também para setores com ele identificado, no que se refere à luta pela democracia.

A repressão física ao PCB, anos antes, não impediu esta campanha anticomunista dirigida por Ferdinando de Carvalho, através de seus relatos ficcionais, que ultrapassou o universo do pensamento político conservador, e acompanhou aspectos totalitários na sua forma de apontar caminhos para a extinção do comunismo no Brasil.

A nossa preocupação foi desenvolver as representações anticomunistas presente nos escritos de Carvalho como um dos temas de fundo para compreender a dinâmica repressiva de um setor do Exército que temia estar perdendo a batalha na guerra contra o comunismo. Essa perspectiva de análise permitiu melhor apreensão do modo como evoluíram as representações quando examinadas à luz dos livros de ficção. Afinal, para o autor, apesar de toda a repressão anterior, ainda era possível verificar conspiração e “infiltração” comunista em diversas instancias da sociedade brasileira. Sendo assim, este inimigo social, demasiadamente perigoso, imaginado e construído conforme interesse desta “linha dura”, deveria ser combatido em caráter de urgência, uma vez que voltava a concentrar poder e inserção social.

A análise das representações de Ferdinando de Carvalho permitiu também a identificação de um discurso e um universo ideológico que identificava-se efetivamente com aqueles militares que não concordavam com a abertura política para a democracia representada naquele momento por Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel. Ou seja, as fontes analisadas pertencentes a Carvalho, na maioria das vezes, apresentaram visões

distintas, daquelas firmadas nos livros de memórias dos comunistas, e afinidade, em poucos momentos. Além disso, com relação às memórias, buscamos conferir e ampliar espaço de pluralidade e visibilidade de interpretações sobre determinados temas, oferecendo ao texto, seja pelo IPM-709 e as narrativas ficcionais, seja pelos depoimentos dos comunistas, a verificação das “lutas de representações” naquele período da história política brasileira a partir de seus conflitos, versões, ficções e representações.

Essas representações anticomunistas neste contexto de “distensão” política conferiram espaço de alerta e crítica, através da publicação dos livros nos anos de 1977 e 1978. Nesse caso, tais obras de ficção com objetivos políticos, anticomunistas com inspirações totalitárias, de combate ao processo de reorganização autônoma da sociedade civil e a liberdade de expressão, buscou combater as inúmeras versões e representações comunistas surgidas e publicadas naquele contexto. O objetivo era informar que a nação brasileira estava vulnerável à “infiltração” comunista, em diversos setores da sociedade: estudantil, sindical, intelectual, parlamentar, na administração pública e até no religioso, com a participação da Igreja progressista.

Percebemos, sobretudo, através da materialização do IPM-709, e do seu componente ficcional, que Carvalho visou o controle desses setores fundamentais da vida nacional, e identificamos as motivações totalitárias de um grupo que perdia força política, mas que sustentava a existência e necessidade de extinção do “perigo comunista”. Assim, reforçamos que os livros de Carvalho possuem uma característica fundamental: a de intervenção naquela conjuntura política. Ou seja, refletem os seus desejos de controle total da liberdade, de negação da essência da sociedade nacional, em sua pluralidade e diversidade.

REFERENCIAS

FONTES

- AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**. Rio de Janeiro: Record, 1979.
- BARATA, Agildo. **Vida de um revolucionário** (Memórias). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**: memórias, São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias**: segunda parte (1956-1969), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas** (memórias) vol 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- CARVALHO, Apolônio de. **Vale a pena sonhar**, (1997).
- CARVALHO, Ferdinando de. **Os Sete Matizes do Vermelho**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- CARVALHO, Ferdinando de. **Os Sete Matizes do Rosa**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- CARVALHO, Ferdinando de. **Lembraí-vos de 35!**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1981.
- CARVALHO, Ferdinando de. **O arraial**: se a revolução de 1964 não tivesse vencido. Rio de Janeiro: Guavira Editores, 1978.
- CARVALHO, Ferdinando de. Entrevista realizada no dia 17 de agosto de 2000. In: **Coleção História Oral do Exército – 1964**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2005.
- CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi**: da Coluna Prestes a queda de Arraes: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi o caso - Nos tempos de Prestes** (memórias). Recife, Ed. Guararapes, 1982.
- COELHO, Marco Antonio Tavares **Herança de um sonho**: as memórias de um comunista, de Coelho. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci**: 20 anos de clandestinidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- Inquérito Policial Militar – 709 (IPM-709)**. Bibliex, 1966.
- LIMA, Heitor Ferreira Lima. **Caminhos Percorridos**: memória de militância. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. São Paulo: Brasiliense; Salvador: EDUFBA, 1995.
- MORAES, Denis de & VIANA, Francisco. **Prestes**: lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982

MORAES, Denis de. (org.). **Prestes com a palavra**: uma seleção das principais entrevistas. Campo Grande: Letra Livre, 1997.

PCB: vinte anos de política (1958-1979), documentos, São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PERALVA, Osvaldo. **O Retrato**. Rio de Janeiro: Globo, 1962.

PEREIRA, Astrogildo. **Formação do PCB**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PEREIRA, Astrogildo. **Ensaio Histórico e Político**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979

SANTOS, Geraldo Rodrigues. **A Trajetória de um comunista**; organização Lincoln de Abreu Penna. Rio de Janeiro: Revan, 1997

SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã**: memória do golpe de 64. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, 327 p.

VINHAS, Moisés. **O Partidão**: a luta por um partido de massas (1922 – 1974). São Paulo: Hucitec, 1982.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves. “Os anos de chumbo: memória da guerrilha”, In: **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. FERREIRA, Marieta de Moraes (et al.), Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.

ABREU, Hugo. **O outro lado do poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ABREU, Hugo. **Tempo de crise**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. S. Paulo: EDUSC, 2005.

AMADO, Jorge. **O cavaleiro da esperança**. Rio de Janeiro: Record, 1979.

ANDRADE, Lílian Gonçalves. *Biblos*, Rio Grande, 17: 23-31, 2005. <http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/95/49>. Acessado em maio 2009.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A luta democrática contra o regime militar na década de 1970”. In: REIS, Daniel A.(org). **O golpe e a ditadura militar**: quarenta anos depois (1964-2004). Bauru: EDUSC, 2004.

ARGOLO, José, RIBEIRO, Kátia, FORTUNATO, Luiz. **A direita explosiva no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996, 332 p.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (Prefácio). **Brasil: Nunca Mais**, 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARENDETT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- AZEVEDO, Débora Bithiath de. **Em nome da ordem**: democracia e combate ao comunismo no Brasil (1946-1950). Brasília: UnB, 1992 Dissertação de Mestrado em História
- BACZKO, B. **Imaginação Social**, Enciclopédia Einaudi, Lisboa: Casa da Moeda, vol. 5, 1990.
- BRANCO, Carlos Castello. **Os Militares no Poder**. 3.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, vol. 1, 1977.
- BRANCO, Carlos Castello. **Os Militares no Poder**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, vol. 2, 1978.
- BECKER, Jean-Jacques. “A Opinião Pública”. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro / Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 185-205.
- BENOIT, Hector. “Teoria (dialética) do partido ou a negação da negação leninista” In; **Revista Outubro**, n. 2, 1998.
- BONET, Luciano. “Anticomunismo” in: BOBBIO, Norberto et alli. **Dicionário de Política**, vol. I. 4. ed. Brasília: UnB, 1998 .
- BORBA, Marco Aurélio. **Cabo Anselmo**: A Luta Armada Ferida por Dentro. Rio de Janeiro: Global Editora, 1990
- BORGES FILHO, Nilson. **Os militares no poder**. São Paulo: Ed. Acadêmica, 1994.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. “A Opinião Pública Não Existe”. In: THIOLENT, Michel J. M.. (org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. 5^a ed. São Paulo: Polis, 1987, p. 137-151.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 8^a. Ed. , Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. “Uma opinião sobre as representações sociais”, p. 9-30. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.) **Representações**. Contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas/SP, Papirus, 2000.
- CAPELATO, Maria Helena & DUTRA, Eliana R. de Freitas. “Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira”, In: CARDOSO, Ciro e MALERBA, Jurandir (orgs.) **Representações**. Contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas/SP, Papirus, 2000.
- CARONE, Edgard. **A quarta República** (1954-1964). S. Paulo: Difel, 1980.
- CARONE, Edgard. **O PCB**: 1958-1982. São Paulo: Difel, 1982, v. 3

- CARVALHO, Aloysio. “Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1985)”, 2004, ver no site www.scielo.br
- CASTRO, Celso, D’Araújo, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillo. **Os Anos de Chumbo: A Memória Militar sobre a Repressão**. São Paulo: Editora Delume Dumará, 1994.
- CASTRO, Celso, D’Araújo, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillo. **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. São Paulo: Editora Delume Dumará, 1995.
- CASTRO, Celso, D’Araújo, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillo. **Militares e a política na Nova República**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- CASTRO, Celso, D’Araújo, Maria Celina & SOARES, Gláucio Ary Dillo. **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- CASTRO, Celso, IZECKSOHN, Victor e KRAAY, Hendrik (orgs). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Bom Tempo/Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- CASTRO, Celso. “Os militares e a memória do regime de 1964”. In: **Seminário 40 Anos do Golpe de 1964** (2004: Niterói e Rio de Janeiro). 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. pp. 277-281.
- CERTEAU, Michel de. “A operação histórica” In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- CHALHOUB, S. (org). **A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHARTIER, Roger. “Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: **A História Cultural: entre práticas e representações**, Lisboa: DIFEL, 1990
- CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”, **Estudos Avançados**, vol. 5, no. 11, pp. 173-191. Universidade de S. Paulo, 1991.
- CHARTIER, Roger. “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”, In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV, vol. 7, nº 13, 1994, p. 97-113.
- CHARTIER, Roger. **Entrevista, Pós História**, vol. 7, Assis/UNESP, 1999,
- CHARTIER, Roger, **Cultura Escrita, Literatura e História**. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- CHARTIER, Roger. **Á beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COELHO, Edmundo Campos Coelho, **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- COMBLIN, P^e. Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: O poder militar na América**

Latina. 3ª. ed. Trad.: A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CONTREIRAS, Hélio. **Militares: confissões - Histórias Secretas do Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura. Brasil (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Record, 1998, 516, p.

COUTO, Ronaldo Costa. **Memória viva do regime militar**. Rio de Janeiro: Record, 1999, 391 p.

CRUZ e MARTINS, C. E. "De Castelo a Figueiredo: Uma Incursão na Pré-História da Abertura", in B. Sorj e M. H. T. de Almeida (orgs.), **Sociedade e Política no Brasil Pós-64**. São Paulo, Brasiliense.1983.

CZAJKA, **Páginas de Resistência: Intelectuais e cultura na Revista Civilização Brasileira**. Dissertação de mestrado, IFCH, UNICAMP, 2005.

D' AGUIAR, Hernani. **A revolução por dentro**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

D' AGUIAR, Hernani. **Ato 5: a verdade tem duas faces**. Rio de Janeiro: Razão Cultural, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Int. Org.). **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. São Paulo: Graal, 1986.

DINIZ, Eli. A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da Abertura. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 28, no. 3, pp. 329-346, 1985.

DAVIS, Natalie Zamon. **O retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981, cap. VIII.

DUBY, Georges. **A história continua**. Rio de Janeiro, Zahar/UFRJ, 1993.

DULLES, John W. F. **Castello Branco: o caminho para a presidência**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979, 412 p.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1997.

FALCÃO, Armando. **Tudo a declarar**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FALCON, Francisco. "História e poder", In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. & VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- FERREIRA, Jorge, “A Frente de Mobilização Popular: a esquerda brizolista e a crise política de 1964”, In: **CLIO, Revista de Pesquisa Histórica**, No. 22, 2004, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2004.
- FERREIRA, Roberto Martins. **Organização e Poder**: Análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro. São Paulo: Anna Blume, 2005
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**: Os subterrâneos da Ditadura Militar – espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Recordo, 2001.
- FICO, Carlos, “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. In: **Topoi** - Revista de História, Rio de Janeiro: UFRJ. n. 5, pp. 251-286, set. 2002.
- FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. In: **Revista Brasileira de História**, S. Paulo: v. 24, no. 47, p. 29-60, 2004.
- FILHO, João Roberto M. “A ditadura revisitada: unidade ou desunião?”. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar**: 40 anos depois (1964-2004). S. Paulo: EDUSC, 2004.
- FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do poder**: a emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984). São Paulo: EDUSP, 1994.
- GAY, Peter Gay. **O Estilo na História**: Gibbon, Ranke, Macaulay e Burckhardt. São Paulo: CiadaLetras, 1990.
- GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GASPARI, Helio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras. 2002.
- GASPARI, Helio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.
- GASPARI, Helio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GINZBURG, Carlo. “Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’ de Natalie Zemon Davis”, em **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa, Difel, 1989.
- GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. S. Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. S. Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- GÓES, Walder de. **O Brasil do general Geisel**: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. 185 p.
- GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas** - A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo, Ática, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HUGGINS, Martha K. **Polícia e Política: relações Estados Unidos/América Latina**. São Paulo: Cortez, 1998.

KRIEGER, Daniel. **Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças**. Rio de Janeiro: Olympio, 1976.

INDURSKI, Freda. **A fala dos quartéis e as vozes**. Campinas: UNICAMP, 1997.

JULLIARD, Jacques. “A política”. In: LE GOFF, J.; e NORA, P. (Orgs.). **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 180.

LEMOS, Renato. “Poder Judiciário e poder militar (1964-1969)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN; KRAAY, Hendrik (org.) **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Bom Texto, 2004.

KRIEGER, Daniel. **Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças**. Rio de Janeiro: Olympio, 1976.

KUUCINEN, O. V. **Fundamentos do marxismo-leninismo**. (trad. Jacob Gorender e Mario Alves) Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. “História Oral: muita dúvidas, poucas certezas e uma proposta”. In: MEIHY, José Carlos Bom. **(Re) Introduzindo a história oral no Brasil** (org.). São Paulo: Xamã, 1996.

LEX (Coletânea de Legislação), Legislação Federal, ANO XXXII, novembro/dezembro de 1968, Editora São Paulo, 1968.

LOBO, Amílcar. **A hora do lobo, a hora do carneiro**. Petrópolis: Vozes, 1989

MALERBA (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**. Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, 1998;

LENIN, V. I. **Que fazer?** S. Paulo: Hucitec, 1979.

MARX, Karl. “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844”., In MARX, K. **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1974.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976. 2 V.

MARTINS FILHO, João Roberto. “A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares”. In: **Varia Historia**, no. 28, dez. UFMG, Belo Horizonte, 2002

MATHIAS, Suzeley Kalil. **Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)**. Campinas: Papirus, 1995.

- MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi L., **Contra os inimigos da ordem**: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985). Rio de Janeiro: DP & A, 2003.
- MELO, Jayme Portella. **A Revolução e o governo Costa e Silva**. Rio de Janeiro: Guavira, 1979.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. S. Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.
- MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989. 379 p.
- MORAES, Fernando. **Olga**. São Paulo: Alfa Ômega, 1989.
- MOTTA, Marly da Silva. “O relato biográfico como fonte para a história”, 2000. acessado em janeiro 2009, in: http://www.cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.
- MOURÃO FILHO, Olympio. **Memórias**: a verdade de um revolucionário. Porto Alegre, 1978.
- NEVES, Lucilia de Almeida. “Memória e História: multiplicidade e singularidade na construção do documento oral”. In: ATAÍDE, Yara Dulce Bandeira. (org.), **Do oral ao escrito 500 anos de História do Brasil**: II Encontro de História Oral do Nordeste. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2000.
- NOVA, Cristiane & NÓVOA, Jorge. **Marighella**: o homem por trás do mito. S. Paulo: UNESP, 1999.
- NÓVOA, Jorge. “A ciência histórica e os pensadores ou a razão poética como pensamento orgânico-crítico: elementos para a reconstrução do paradigma historiográfico”, In: **Politéia**, Vitória da Conquista, v. 4, n. 1, 2004, p. 13-66.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As Forças Armadas**: política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis: Vozes, 1976.
- PANDOLFI, Dulce. **Camaradas e Companheiros**: história e memória do PCB, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- PASSARINHO, Jarbas. **Liderança militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.
- PASSARINHO, Jarbas. **Um híbrido fértil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- PELLICCIOTTA, Mirza M. Baffi. **Uma aventura política**: as movimentações estudantis dos anos 70. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1997.

- PEREIRA, Ligia Maria Leite. “Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias”. In: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, São Paulo, n. 3, junho 2000.
- PESAVENTO, Sandra J. “Indagações sobre a História Cultural.” **ArtCultura**. Uberlândia-MG, nº 3, v. 3, p. 10-15, Dezembro, 2001.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy, “**Em Busca de uma Outra História**: Imaginando o Imaginário”, In: **Revista Brasileira de História**, S. Paulo, v. 15, no. 29, 1995, p. 9-27).
- POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- POLLACK, Michael . Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- Projeto.História**. São Paulo, (10), dez., 1993
- POLLACK, Michael. MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL, In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.
- PORTELLI, A. “A filosofia e os fatos”, In: **Revista Tempo**, v. 1, no. 2, 1996.
- QUEIROZ, M. I. P. de. “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”, In: SIMSON, O. de M. Von (org.) **Experimentos com Histórias de Vida** (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, 1988.
- RAMOS, Alcides F. **Canibalismo dos Fracos**. Bauru, SP: EDUSC. 2002. p. 270.
- REGO, Gustavo Moraes, entrevista concedida. D’ARAÚJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon, CASTRO, Celso (Int. Org.). **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização” In: **História Geral da Civilização Brasileira**. Sob a direção de Sergio Buarque de Holanda. S. Paulo: DIFEL, 1981, t. 3.
- RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Ediupf, 1998;
- RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e avaliações**: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964. Porto Alegre, UFRGS, Doutorado em História (Tese) 2002.
- ROUSSO, Henry. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 93-101.

- RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Marxismo, Cultura e Intelectuais no Brasil**. Salvador: Centro Editoria e Didático da UFBA, 1995
- SEGATTO, José Antonio. **Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. Tensões sociais e criação cultural na primeira república. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 258p.
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 7ª ed. Trad.: Mário Salviano Silva (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Contribuição à História do PCB**. São Paulo : Global, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da História Nova**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- SILVA, Carla Luciana. **Perigo vermelho e ilusão comunista: configurações do anticomunismo brasileiro — da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora**. Porto Alegre: PUCRS, 1998. Dissertação de Mestrado em História.
- STOPPINO, Mario. “Totalitarismo”. In: BOBBIO, Norberto et alii (org.s). **Dicionário de Política**. 12.ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999, p. 102.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Coleção Documentos Brasileiros, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento estratégico**. Brasília: UNB, 1981. 536 p. (Cadernos UNB).
- SILVA, Ernani Ayrosa da. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- SILVA, Hélio. **O poder militar**. Porto Alegre: L&PM, 1984.
- SILVA, Hélio. **A vez dos vencidos: Militares X militares**. Petrópolis: Vozes, 1988.
- SILVA JUNIOR, Amaury Fernandes da. **A construção de um imaginário moderno: As capas da Editora Civilização Brasileira (1960/1975)**. Rio de Janeiro,. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais) –Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). 2001.
- SOARES, Gláucio Ary Dillo. **Visões do Golpe: A Memória Militar sobre a Repressão**. Rio de Janeiro: Editora Delume Dumará, 1994.;
- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. 7ª ed. Trad.: Mário Salviano Silva (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred C. **Os Militares na Política**. Trad.: Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova,

1975.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da Abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, 115 p.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TOKARSKI, Flávia Millena Biroli. **A Nação diante do suicídio de Vargas**: uma análise do discurso do PCB. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, 1999.

TOLEDO, Caio N. “Falácias sobre o golpe de 1964” . In: **Crítica Marxista**, no. 19, S. Paulo: Ed. Revan, 2004, p. 27-48,

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1997a.

TOLEDO, Caio Navarro de. (Org.). **1964: visões do golpe**: democracia e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997b.

USTRA, Carlos Brilhante. **Rompendo o silêncio**: OBAN, DOI/CODI. 29 set. 70 – 23 jan. 74. Brasília: Editerra, 1987.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra. **A preservação do legislativo pelo regime militar brasileiro**: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2004.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a História**. Foucault Revoluciona a História. Brasília: Ed. UNB, 1982.

VIANA FILHO, Luis. **Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Biblioteca de Exército, Olympio, 1975.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário **In: A Meta-História**: a imaginação histórica no século XIX. S. Paulo: EDUSP, 1992

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**. S. Paulo: EDUSP, 1994.

Anexo

Kiev, 20 de julho de 1973.

Caro tio,

Como você deve saber, meu pai, [...] Ingressou no PCUS, como prêmio de seus serviços no Exército. Casou-se alguns anos depois com minha mãe, uma moça de descendência polonesa e de formação católica. Lembro-me que minha mãe rezava todas as noites, mas meu pai, que era ateu, ridicularizava esse hábito. Meu pai não era político, mas era um comunista sincero.

Quando eu fiz quatorze anos, meu pai fez questão que eu ingressasse na Komsomol. Disse-me ele que isso traria grandes vantagens para o meu futuro, embora acarretasse muitas obrigações.

Em agosto de 1968, o regimento de meu pai deslocou-se para Praga em virtude da intervenção soviética na Tcheco-Eslováquia. Quando se despediu de nós, meu pai pediu que eu cuidasse de minha mãe. Abraçou-me e beijou-me. Foi esta a última vez em que pude vê-lo com vida.

A prisão de meu pai não foi até hoje bem esclarecida. Parece que ele se recusou a atirar sobre os civis em Praga, durante as agitações contra as forças soviéticas naquela cidade. Na verdade, ele foi fuzilado em Kiev. Quando nos entregaram o seu cadáver, observamos que o seu corpo estava marcado pelas torturas que havia sofrido, antes da execução.

Poucos dias depois, minha mãe foi presa sob a alegação de que havia uma denúncia contra ela por parte do tribunal que julgara meu pai. Ela era acusada de ter influído sobre a atitude de meu pai. Foi mandada para uma prisão de mulheres na Sibéria e nunca mais a vi. Parece que morreu de pneumonia, devido ao trabalho forçado durante o inverno. Essa foi a notícia que recebi, sem confirmação, pois, em todos os lugares em que procurei investigar esse acontecimento, ninguém sabia de nada.

Fiquei solitário e tive que me recolher a um internato do Estado, para rapazes órfãos.

Como eu pertencia a Komsomol, tive a proteção que proporcionava a seus membros, mas fui obrigado a assinar uma declaração, reconhecendo que meus pais eram "traidores da pátria e da causa comunista" e que, por essa razão, eu os repudiava. Fui obrigado a mudar meu sobrenome. Em todos os meus papéis foram riscados, com tinta preta, os nomes de meus pais. Disseram-me que, daí por diante, eu jamais poderia citar aqueles nomes em qualquer lugar.

Eu tinha receio de que, com o tempo, viesse a esquecer as orações que minha mãe me ensinara. Parece que a estou vendo ainda, dizendo, com sua voz suave, preces que me penetravam na alma como um fluido benfazejo. Era uma linda mulher, de cabelos e olhos negros, contrastando com a pele muito branca. Assim, eu

costumava, todas as noites, repetir baixinho, para que ninguém ouvisse, aquelas orações. E era um meio de sempre recordar a figura de minha mãe.

Quando ingressei no Internato, estudava pela manhã, durante a tarde e, muitas vezes, á noite, tinha que trabalhar em uma fundição. Embora o governo procure valorizar o operariado, na verdade nós até hoje consideramos o trabalho manual como degradante. Eu me sentia humilhado, não só por ter de trabalhar como operário, mas também por sentir-me inexperiente diante dos profissionais já habituados, há longos anos, àquelas tarefas.

Muitos companheiros desertaram da Konsomol, que precisa ter um constante recompletamento [sic] de seus efetivos. Apesar do esforço educativo que procura realizar, muitos rapazes cometem transgressões e até crimes. O vício da bebida é o principal responsável por essas deformações.

Uma outra razão de insatisfações, não só na Konsomol, mas em todas as organizações de ensino, é o excessivo tempo destinado ás discussões e outras tarefas políticas. Isso nos deixa entediados, além de prejudicar substancialmente o ensino das matérias acadêmicas e profissionais.

O comunista tem uma verdadeira obsessão pela política. Coloca os interesses políticos acima de qualquer outra coisa. Inventaram assim a canção política, a arte política, o esporte político e outras formas semelhantes de introduzirem a política em todas as atividades humanas.

Logo que ingressei na Faculdade de Engenharia tive de fazer parte de um Comitê político de estudantes. Nós observávamos a conduta dos outros estudantes e realizávamos julgamentos das transgressões cometidas. Conforme a gravidade das faltas, os transgressores sofriam punições que comportavam, por exemplo, repreensão em público, colocação de caricaturas do transgressor em murais, compulsão a uma autocrítica pública, expulsão, condenação a trabalhos no campo durante certo tempo.

Tenho uma verdadeira preocupação de não deixar que os camaradas percebam que acredito em Deus. Na URSS, a religião não é livre. Livre é a perseguição religiosa. A prática da religião pode ocasionar prisões e deportações.

Uma vez denunciado em qualquer tribunal, o indivíduo raramente é absolvido. Imediatamente começa a funcionar um dispositivo policial para compelir a pessoa a confessar não só o crime de que a acusem como outros crimes que teriam sido cometidos anterior temente. E quanto mais se empenha a Polícia em obter a confissão, aplicando para isso métodos de violência, tanto mais se interessa ela em justificar esses métodos pela obtenção de confissões substanciais.

Foi por essa razão que o cadáver de meu pai estava cheio de nódoas negras.

Eu soube que, nas prisões, eles dão um papel para o indivíduo e o obrigam a escrever suas confissões. Um russo, que tinha sido guarda na prisão, contava que eles diziam ao acusado: "Aqui na Rússia, temos liberdade de imprensa, você pode escrever todos os crimes que cometeu, nós te damos inteira liberdade para isso."

A mentalidade do jovem soviético é constantemente modelada, submetida a uma contínua compreensão gerada pelas circunstâncias ambientais e pela ação permanente da propaganda. Se eu não tivesse uma secreta fé, teria sido inteiramente dominado.

Minha maior ambição é poder um dia deixar a URSS e viver em um país como Brasil. Todas as noites peço a Deus que me dê essa oportunidade. Não sei como o conseguirei, mas tenho grandes esperanças.

Escrevi esta carta para que saibam que um dia me unirei a vocês.

Embora o Artigo 12 da Constituição atual da URSS declare textualmente que o trabalho é um dever e uma honra, de acordo com o princípio de que "quem não trabalha não come", os jovens não encontram facilmente trabalho condigno. Há muitos preconceitos e restrições contra o trabalho dos jovens. Talvez eu possa conseguir algum emprego em projetos que os russos estão executando em outros países.

Meu caro tio. Quando o senhor estiver lendo esta carta, tenho a certeza de que sentirá pena de mim. Mas, na realidade, nós temos o que merecemos. Milhões de russos se revoltaram em 1918 para instalar esse regime em nosso país. E nunca mais tivemos capacidade para nos libertar dessa opressão. Construimos um poder tão grande, que ele nos está esmagando. Procuramos sustentar esse colosso, com o nosso sacrifício e o nosso sangue. Mas um dia chegará em que o anseio de liberdade nos dará forças para lutarmos por ela. E eu poderei restaurar os nomes de meus pais que morreram pela bondade e pela fé.

Que Deus os proteja